

I Coletânea de Trabalhos Monográficos da UECE

Jerffeson Teixeira de Souza
Luilma Albuquerque Gurgel
Paulo Henrique Mendes Maia
Organizadores



I Coletânea de Trabalhos
Monográficos da UECE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Reitor

José Jackson Coelho Sampaio

Vice-Reitor

Hidelbrando dos Santos Soares

Editora da UECE

Erasmus Miessa Ruiz

Conselho Editorial

Antônio Luciano Pontes
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso
Francisco Horácio da Silva Frota
Francisco Josênio Camelo Parente
Gisafran Nazareno Mota Jucá
José Ferreira Nunes
Liduina Farias Almeida da Costa
Lucili Grangeiro Cortez
Luiz Cruz Lima
Manfredo Ramos
Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Marcony Silva Cunha
Maria do Socorro Ferreira Osterne
Maria Salete Bessa Jorge
Sílvia Maria Nóbrega-Therrien

Conselho Consultivo

Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Eliane P. Zamith Brito (FGV)
Homero Santiago (USP)
Ieda Maria Alves (USP)
Manuel Domingos Neto (UFF)
Maria do Socorro Silva Aragão (UFC)
Maria Lírída Callou de Araújo e Mendonça (UNIFOR)
Pierre Salama (Universidade de Paris VIII)
Romeu Gomes (FIOCRUZ)
Túlio Batista Franco (UFF)

Jerffeson Teixeira de Souza
Luilma Albuquerque Gurgel
Paulo Henrique Mendes Maia
Organizadores

I Coletânea de Trabalhos Monográficos da UECE



I Coletânea de Trabalhos Monográficos da UECE

© 2013 *Copyright* by Jefferson Albuquerque, Luilma Albuquerque e Paulo Henrique Mendes Maia

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Paranjana, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60740-000 – Tel: (085) 3101-9893. FAX: (85) 3101-9893
Internet: www.uece.br – E-mail: eduece@uece.br / editoradauece@gmail.com



Coordenação Editorial

Erasmio Miessa Ruiz

Responsável

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Diagramação / Capa

Samuel dos Santos Rodrigues

Revisão de Texto

Cândido Guerra Filho

Ficha Catalográfica

Francisco Leandro Castro Lopes CRB 3/1103

P953 I Coletânea de trabalhos monográficos da UECE / Jefferson Teixeira de Souza, Luilma Albuquerque Gurgel, Paulo Henrique Mendes Maia, (Orgs.). - Fortaleza: EdUECE, 2013.

306 p. : il.

ISBN: 978-85-7826-192-4

1. Educação Superior. 2. Trabalhos monográficos - UECE. I. Jefferson Teixeira de Souza. II. Luilma Albuquerque Gurgel. III. Paulo Henrique Mendes Maia. IV. Título.

CDD: 378.007

PREFÁCIO

A Semana Universitária é o evento científico mais importante da UECE. Realizada por meio de edições anuais, tem por objetivo geral divulgar os trabalhos e pesquisas dos alunos de graduação participantes da iniciação científica de todos os programas institucionais de bolsa da UECE, de alunos voluntários, bem como divulgar os trabalhos de Monitoria dos grupos do Programa de Educação Tutorial (PET) sejam os apoiados pelo Ministério da Educação (MEC), sejam pelo Ministério da Saúde (PET-saúde). Esse objetivo geral envolve, de igual forma, a divulgação dos trabalhos dos grupos de Extensão, das ações de Política Estudantil e de outras que sejam supervisionadas por professores pesquisadores da UECE e de outras instituições que desejem participar do evento.

Sob essa perspectiva, a UECE busca contínua e sistematicamente estimular e incrementar a produção científica, a qualificação dos trabalhos de pesquisa, promover a integração entre alunos e pesquisadores, universidades locais e nacionais e, ainda, a interdisciplinaridade entre as diversas áreas do conhecimento. Para a consecução desses objetivos, critérios são estabelecidos e observados por avaliadores internos e externos dos programas institucionais, os quais, através de observações e sugestões procuram contribuir para a melhoria da qualidade almejada.

Portanto, foi perseguindo esses ideais, buscando estimular a produção científica dos alunos de cursos de especialização oferecidos pela UECE e divulgar as pesquisas desenvolvidas nesses cursos, que a UECE realizou na XVII edição da Sema-

na Universitária, em 2012, o **I Concurso de Monografias de Especialização da UECE**, cuja meta foi premiar os melhores trabalhos, nessa modalidade, pertencentes a diferentes áreas do conhecimento.

Logo, para divulgar esse Concurso de Monografias de Especialização e as melhores monografias desenvolvidas entre 2011 e 2012, apresentamos a I Coletânea de Trabalhos Monográficos da UECE, contendo os trabalhos premiados no I Concurso de Monografias de Especialização da instituição. Todos os artigos aqui expostos são produto de monografias de especialização defendidas entre 1º de setembro de 2011 e 31 de agosto de 2012. O livro contém 7 (sete) artigos, sendo dois da área de Ciências da Saúde, 2 da área de Ciências Sociais Aplicadas, 2, de Linguística, Letras e Artes e, ainda, 1 da área de Ciências Humanas.

SUMÁRIO

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS DA SAÚDE

O PERFIL SOCIOECONÔMICO E AS EXPECTATIVAS
LABORAIS DE TRABALHADORES INFORMAIS DE
DOIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ 11

Emanoela Therezinha Bessa Mendes

Maria Rodrigues da Conceição

Maria Irismar de Almeida

Silvia Maria Nóbrega-Therrien

QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS MILITARES
REINTEGRADOS AO MUNDO LABORAL: ações da
enfermagem do trabalho 57

Rafaelly Fernandes Pereira

Maria Célia de Freitas

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS

FORMAÇÃO CONTINUADA DAS PROFESSORAS DA
EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR NO MUNICÍPIO
DE OCARA-CE 97

Ana Cláudia dos Santos

Mônica Petralanda de Hollanda

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO NO NÚCLEO
DE ASSISTÊNCIA AO PRESIDÁRIO E APOIO AO
EGRESSO: impactos e sentidos para a mulher egressa do
sistema penal 131

Diana Vanessa Pereira

Erlénia Sobral do Vale

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO(A)S ASSISTENTES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA-CE	176
Luciana Sátiro Silva	
Virgínia Márcia Assunção Viana	

ÁREA DE CONHECIMENTO: LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES

A HIBRIDIZAÇÃO ENTRE HQS E HIPERMÍDIA: um estudo linguístico-semiótico do gênero discursivo HQtrônica	218
Erasmus de Oliveira Freitas	
Nukácia Meyre Silva Araújo	

HETEROGENEIDADE DISCURSIVA EM TEXTOS JORNALÍSTICOS SOBRE O MOVIMENTO CALDEIRÃO: a cobertura do jornal <i>O Povo</i> (1934-1938)	261
Benedita França Sipriano	
João Batista Costa Gonçalves	

ÁREA DE CONHECIMENTO:

CIÊNCIAS DA SAÚDE

O Perfil Socioeconômico e as Expectativas Laborais de Trabalhadores Informais de Dois Municípios do Estado do Ceará

Emanoela Therezinha Bessa Mendes¹

Maria Rodrigues da Conceição²

Maria Irismar de Almeida

Silvia Maria Nóbrega-Therrien

¹Especialista em Enfermagem do Trabalho pela UECE

²Orientadora

Este capítulo foi redigido em cinco partes. Na primeira se contextualiza o mercado de trabalho informal brasileiro na época da elaboração deste estudo. Na segunda etapa discute-se parcialmente sobre o conceito de trabalho informal, a evolução das relações de trabalho e a prevalência do trabalho informal no Brasil, no Nordeste e no Ceará, com estudos publicados até 2011. Na terceira parte explicamos a metodologia adotada para a elaboração deste estudo, para enfim nas etapas seguintes apresentarmos os resultados de nossos estudos e as nossas considerações diante dos achados.

1 INTRODUÇÃO

Durante a primeira década do século XXI, embora o Brasil tenha aumentado a quantidade de postos formais de emprego, a existência ainda de níveis expressivos de informalidade no mercado de trabalho brasileiro tem gerado um intenso de-

bate na sociedade e na literatura econômica a respeito do mercado informal de trabalho. Há poucos anos, a força de trabalho informal no Brasil chegou a representar em torno de 60% da População Economicamente Ativa (PEA). Atualmente, com o crescimento econômico, a maior geração de empregos com carteira assinada e a proteção social estendida aos trabalhadores rurais, esse percentual reocupara metade desse percentual (IPEA, 2011).

Na sociedade brasileira perdura uma preocupação com os níveis existentes de informalidade, oriundos da década de 1990, e com o impacto desta sobre a Previdência Social e a economia do país. Países em que o setor informal é relevante tendem a experimentar maior volatilidade na produção, no investimento e consumo privado durante os ciclos econômicos, conseqüentemente vivenciam baixas taxas de crescimento econômico e baixos níveis de investimento direto (TIRYAKY, 2008). Complementa o pensamento de Tiryaki, Silveira (2011) ao afirmar que o fato de o país ter um alto grau de informalidade dificulta a tributação direta sobre os rendimentos, conseqüentemente a arrecadação governamental.

Embora o trabalho informal seja um fenômeno que se alastrou na sociedade globalizada, a fim de amenizar a massificação do desemprego, como uma solução provisória para os altos níveis de desemprego e desamparo ao desempregado e a sua família; estudos, como de Díaz, Guevara e Lizana (2008) e previsões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2002), ressaltam a importância do setor informal de trabalho para a economia dos países latino-americanos,

Tal é a importância do trabalho informal na América Latina que há aqueles que acreditam que a economia de duas potências econômicas regionais -. México e

Brasil não poderia ser adequadamente compreendida sem referência a ela (DÍAZ; GUEVARA; LIZANA, 2008, p. 694).¹

A economia global cresceu em 40 milhões de empregos por ano, enquanto 48 milhões de pessoas estariam à procura de trabalho (OIT, 2002, p. 137).²

Os resultados do estudo de Curi e Menezes-Filho (2006), cujos dados utilizados tiveram como fonte as informações obtidas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período de 1984 a 2001 para as seguintes regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife; mostram que a redução da formalidade no Brasil decorreu, principalmente, do aumento das transições do setor formal para o informal e devido à redução da taxa de saída do desemprego para o setor formal, que ocorreu principalmente entre os mais escolarizados vivendo na região metropolitana de São Paulo e que estavam desempregados há mais de três meses. Além disto, os resultados demonstram que a rotatividade entre o setor informal e formal é bastante elevada e que a probabilidade de saída do desemprego ou do setor informal diminui com o tempo de permanência na situação inicial.

Outro estudo que corrobora com a ideia do aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro é o do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que indica que, nas metrópoles brasileiras a informalidade cresceu: de 24% em 1992 para 34% em 2005 (GLORIA *et al.*, 2007).

1 Conforme texto original "*Tanta importancia tiene el trabajo informal em América Latina que hay quienes estiman que la economía de dos potencias económicas regionales – México y Brasil- no podría ser adecuadamente comprendida sin hacer referencia a aquel.*" (DÍAZ, GUEVARA e LIZANA, 2008, p. 694).

2 Conforme texto original "*La economía global ha crecido en 40 millones de puestos de trabajo por año mientras habría 48 millones de personas buscando empleo*" (OIT, 2002, p. 137).

O mercado de trabalho tem a função de fazer a ponte entre a procura por mão-de-obra e a oferta de trabalho. Conforme Meneguín e Bugarin (2008), a ausência de um bom funcionamento no mercado de trabalho pode fazer com que o crescimento econômico não gere empregos ou, ainda, que os investimentos em educação e novas tecnologias não signifiquem reais ganhos de produtividade e melhores salários, fazendo com que o Governo deixe de investir nesses setores.

Os negócios informais nas cidades estão concentrados, atualmente, no comércio, nos pequenos serviços, nas fabricquetas e na construção civil. São setores com forte presença na economia e que garantem a sobrevivência de muita gente, na maioria das vezes em condições totalmente insalubres, inseguras, ilegais ou perigosas, sem assegurar nenhum dos direitos trabalhistas estabelecidos na legislação (OLIVEIRA; IRIART, 2008). Conforme a OIT,

Estes postos de trabalho não são reconhecidos ou protegidos por regulamento abrangendo trabalhadores legais ou altamente vulneráveis que são às vezes confundidos com criminosos sendo alvos de preconceito, discriminação e repressão (OIT, 2002, p. 3).³

A informalidade também se relaciona com a migração, ilegalidade e a contravenção penal existente no mercado de consumo e de trabalho. É significativa a quantidade de pessoas que sobrevivem vendendo desde relógios, roupas, bolsas, equipamentos eletrônicos até cosméticos e medicamentos falsificados, oriundos principalmente de países orientais, como China, Malásia e Índia; e as que se submetem às condições insalubres

3 Conforme texto original “*Estos trabajos no están reconocidos ni protegidos jurídica ni reglamentariamente englobando a trabajadores de alta vulnerabilidad a quienes a veces se les confunde con delincuentes siendo objeto de prejuicio, discriminación y represión*” (OIT, 2002, p. 3).

de trabalho em *fábricas legalmente formalizadas* mediante um rendimento variável ao final do mês.

Da fábrica chinesa à banca de camelô, o sistema de comercialização de “muamba” vai se alterando e adquirindo ora a face da legalidade, ora da irregularidade. Da mesma forma, um mesmo processo de produção pode se caracterizar por uma fachada formal, sendo grande parte de seus subsídios informais (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 119).

Diante desta conjuntura, objetiva-se conhecer o perfil socioeconômico e as expectativas laborais de trabalhadores informais do estado do Ceará por meio da avaliação de formulários aplicados por alunos do Curso Técnico em Enfermagem do Trabalho da Universidade Estadual do Ceará, nos meses de fevereiro e março de 2007, aos trabalhadores informais encontrados nos centros urbanos dos municípios de Fortaleza-CE e Juazeiro do Norte-CE. Justifica-se esse estudo, pois se faz necessário a conclusão desta pesquisa, com a interpretação e análise dos dados coletados, para que esta sirva de parâmetro para estudos posteriores sobre a informalidade do trabalho nesse mesmo *lôcus* de atuação e também, para comparações com pesquisas em nível nacional.

2 BASE TEÓRICA

2.1 Os Múltiplos Conceitos do Termo “*Trabalho Informal*”

O uso da expressão trabalho informal tem suas origens na África, que conforme Cacciamalli (1983) e Jatobá (1990) foi cunhado para retratar uma sociedade que não era tipicamente urbana e industrial. Esse termo foi utilizado nos relatórios a respeito das condições de trabalho em Gana e no Quênia, realizados pela OIT, através do Programa Mundial de Emprego,

em 1972. Nestes países, constatou-se um grande contingente de trabalhadores vivendo de atividades econômicas consideradas à margem da lei e desprovidas de qualquer proteção ou regulação pública (GLORIA *et al.*, 2007).

Segundo Machado, Oliveira e Antigo (2008) a definição da OIT ocasionou a dicotomia formal/informal mediante uma abordagem denominada subordinação.

As atividades do setor informal ocupariam nichos do mercado não preenchidos pela atividade tipicamente capitalista, uma vez que a lucratividade não é suficiente para operação da firma capitalista. O setor informal compreenderia a pequena unidade de produção na qual não ocorre a dissociação do proprietário dos meios de produção do processo de trabalho.” (MACHADO; OLIVEIRA; ANTIGO, 2008, p. 359).

Em termos de uma tipologia, o informal englobaria as pequenas empresas familiares, o trabalhador autônomo (excluindo o profissional liberal) e o serviço doméstico remunerado em moeda ou espécie⁴. Marginalmente, o trabalho assalariado poderia ocorrer. Atualmente há várias expressões como, setor informal, atividade informal, setor não estruturado, setor de subsistência que se relacionam ao trabalho informal, como termos sinônimos. Mas afinal, o que significa trabalho informal?

O conceito de trabalho informal congrega em si uma série de atividades e formas distintas de inserção no mundo

4 Cabe aqui diferenciar os conceitos de trabalhador autônomo e profissional liberal. Conforme diretrizes do Ministério do Trabalho “os profissionais liberais são profissionais pertencentes a categorias diferenciadas regidos por estatuto próprio, ou seja, legislação específica, inserindo-se no conceito de profissões regulamentadas que podem exercer suas atividades na qualidade de empregado, ou na qualidade de empresa (empregador). Já trabalhador autônomo é todo aquele que exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício, por conta própria e assumindo seus próprios riscos. A prestação de serviços é de maneira eventual e não habitual. Disponível em: http://www.a2office.com.br/Inf_aut.htm Acesso 25/12/2011.

do trabalho (HIRATA; MACHADO, 1997). Pela controvérsia que envolve a discussão sobre o termo informalidade, esse comporta múltiplos significados e usos, propiciando a coexistência de grande variedade de abordagens sobre a questão (OLIVEIRA; IRIART, 2008).

Diante dos critérios de regulamentação do trabalho, conforme Noronha (2008) considera-se trabalho informal o trabalho sem carteira assinada, à margem das leis trabalhistas, ou seja, às práticas de trabalho e mercado não-reguladas pelo Estado. O trabalho é formal se, e somente se, o trabalhador possuir carteira de trabalho assinada ou registro de autônomo ou, ainda, o status de empregador. Para a OIT:

[...] o conceito inclui os trabalhadores independentes envolvidos em atividades de subsistência, os trabalhadores domésticos, e os pertencentes a empresas ou fábricas que foram passadas por funcionários, os trabalhadores independentes que operam de forma isolada dos trabalhadores familiares com micro ou às vezes, com os alunos (OIT, 2002, p. 2-3)⁵.

Contudo, vale salientar, que o conceito de trabalho informal permanece em contínuo processo de avaliação. Pois, embora a grande causa do aumento no contingente de trabalhadores informais ainda seja a dificuldade de obtenção de empregos formais seja por falta de capacidade técnica ou falta de postos de trabalho, alguns indivíduos possuem outros motivos para permanecerem na informalidade, como, para manterem negócios de família, o rendimento ser melhor ou já estarem aposentados. Machado, Oliveira e Antigo (2008) identificaram que os trabalhadores menos escolarizados percebem rendi-

⁵ Conforme texto original "(...) el concepto incluye trabajadores por cuenta propia dedicados a actividades de subsistencia, trabajadores a domicilio, y los pertenecientes a empresas o fábricas en que se les hace pasar por asalariados, trabajadores independientes de microempresas que funcionan aisladas con trabajadores familiares o, a veces, con aprendices" (OIT, 2002, p. 2-3).

mentos mais elevados como autônomos do que como assalariados com carteira assinada, justamente devido às características intrínsecas do trabalho informal como o histórico familiar na atividade, a experiência profissional progressiva como assalariado e a flexibilidade da jornada de trabalho.

Em 1983, o conceito de trabalho informal recebeu versão mais atualizada de Cacciamali, em que este setor foi definido como agregando um conjunto de formas de organização da produção e distribuição, que se estabelecem nos interstícios da produção capitalista de forma integrada e subordinada. Ao esclarecer o conceito de Cacciamali, Nunura (1992) explica que a empresa capitalista formal tende a se articular com a pequena produção informal, via subcontratação e dessa forma, a origem do setor informal não está mais na existência de excedente de mão-de-obra, porém está no próprio processo de acumulação capitalista.

Deste conceito ampliado de trabalho informal surgiu o termo economia informal, que conforme Kon (2006) não é uma condição individual, mas sim um processo de geração de renda caracterizado pela condição central de não ser regulada pelas instituições da sociedade, em um ambiente legal e social em que semelhantes atividades são reguladas.

Há ainda quem sugira a substituição desses conceitos pelo termo empregabilidade. Para Machado da Silva (2002) *apud* Pinheiro-Machado (2008) deve haver uma substituição do conceito para “empregabilidade”, pois este se refere à nova cultura do trabalho relacionada ao desemprego, ao risco e à insegurança, baseada nos processos recentes como a reestruturação produtiva, a globalização e a terceirização.

Como se pode perceber as múltiplas facetas na definição da informalidade no mercado de trabalho assemelha-se a própria dinâmica das relações de trabalho mediada pelas contínuas transformações econômicas, sociais e culturais da sociedade.

2.2 A Evolução das Relações de Trabalho: uma breve incursão histórica

Pode se afirmar que, como aponta Sorj (2000), ocorreu uma grande mudança em relação ao regime de emprego que prevaleceu nas sociedades capitalistas desde o Pós-Guerra até os dias atuais. Durante o período chamado de *idade de ouro do capitalismo*, as relações trabalhistas se caracterizavam por um alto grau de padronização em vários aspectos, como o contrato de trabalho, o lugar do trabalho e a duração da jornada de trabalho. Nos dias de hoje, os novos postos tendem a ser flexíveis no tempo, no espaço e na duração, dando origem a uma grande variedade de contratos de trabalho. Embora o desemprego constitua a expressão mais visível da mudança na conjuntura do emprego, é a precarização do trabalho a sua característica mais relevante (CASTEL, 1998a *apud* OLIVEIRA; IRIART, 2008).

No Brasil a formalização do cenário nacional de trabalho inicia-se a partir do século XX, no governo de Getúlio Vargas, ao lançar as bases para a industrialização do país e para a estruturação da legislação trabalhista, sendo assim, o entendimento popular de “trabalho formal” ou “informal” deriva da ordem jurídica⁶. Durante as primeiras três décadas, o traba-

6 No Brasil, o ano de 1930 é que marca a sua “Revolução Industrial”. Temos assim um capitalismo industrial tardio, processo que se beneficia da crise de 1929 e pela Revolução de 1930. É a decadência da cafeicultura, que transfere o capital para a indústria, justificando a concentração industrial no Sudeste, especificamente em São Paulo. No governo de Getúlio Vargas, esse quadro industrial se altera, com a criação das empresas estatais

lho transformou-se numa mercadoria livremente negociada, já que leis e contratos coletivos eram quase inexistentes. Durante as décadas de 1930 e 1940, o corporativismo do Estado de Vargas estabeleceu um amplo Código de Leis do Trabalho, o qual marcou o mercado de trabalho nacional por todo o século. Inicia-se um longo processo de formalização das relações de trabalho, sedimentado, sobretudo por leis federais e, apenas secundariamente, por contratos coletivos. Buscava-se combinar trabalho e proteção, concedendo à condição de assalariado não apenas uma retribuição monetária em forma de salário, mas certo número de garantias e de direitos (OLIVEIRA; IRIART, 2008). Os servidores públicos foram os primeiros beneficiários dos contratos de trabalho formais e, conseqüentemente, dos direitos sociais a ele associados. Gradualmente, os trabalhadores urbanos não industriais foram incorporados. Entre as grandes categorias, uma das últimas a obter sua formalização foi a dos trabalhadores rurais na década de 1960 (NORONHA, 2003).

Nos anos 70, o perfil do mercado de trabalho já era claramente dual: a maioria dos trabalhadores industriais havia sido incorporada ao mercado formal, bem como expressiva parte dos trabalhadores do setor de serviços. Além disso, o processo simultâneo de urbanização diminuiu de modo significativo, em poucas décadas, o número de trabalhadores rurais, os quais se encontravam fundamentalmente no mercado de trabalho informal, ou em outras relações não propriamente contratuais de trabalhos familiares, em economias de subsistência e com

do setor de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás e a Companhia de Mineração Vale do Rio Doce. No entanto, o maior crescimento industrial de todos os tipos de indústria foi no governo Juscelino Kubitschek, dando início à “Internacionalização da Economia”, com a entrada de empresas transnacionais, do setor automotivo. Esse processo tem continuidade durante a Ditadura Militar (1964 a 1985), destacando o Governo Médici, no chamado período do “Milagre Brasileiro” que, atendendo à política do mercado internacional, impulsionou um crescimento econômico, mas ocasiona aumento da dívida externa e maior concentração de renda (BONFIM, 2005; p.16-17).

práticas contratuais tradicionais (NORONHA, 2003). É neste período que estudos a respeito da economia informal no Brasil surgem com mais visibilidade, pois até aquele momento, descreve Pinheiro-Machado (2008) a economia informal era considerada como um produto residual da evolução capitalista terceiro-mundista ou uma forma pré-capitalista.

Até o final dos anos de 1980 a informalidade (ou o subemprego) era percebida principalmente como um problema endêmico pela maioria dos especialistas. Porém, as mudanças das décadas anteriores levaram os especialistas e políticos a prever uma expressiva redução do mercado informal. Predominava a suposição de que a informalidade era um legado de uma economia semi-industrializada, cujo fim era uma questão de tempo e desenvolvimento (NORONHA, 2003).

Nos anos de 1990, com a crise do modelo rígido do fordismo que se instala nos países desenvolvidos, os países presos às dívidas externas, como o Brasil, são obrigados a se adaptarem à nova ordem do culto à política neoliberal. Desta maneira, determinou-se a privatização de quase todas as empresas estatais, tanto no setor produtivo, como as siderúrgicas e a Companhia de Mineração Vale do Rio Doce, quanto no setor da infraestrutura e serviços, como o caso do Sistema Telebrás (sistema de telecomunicação do país) (BONFIM, 2005). Essas grandes transformações no cenário político-econômico brasileiro, resultaram em mudanças consideráveis sobre o mercado de trabalho, particularmente no que se refere à redução do número de postos de trabalhos formais, às altas taxas de desemprego nos vários setores da economia, ao aprofundamento da internacionalização e à abertura comercial das economias (NORONHA, 2003). A partir de 1994 consolida-se o avanço da flexibilização das relações de trabalho, com a explosão do trabalho informal,

da precarização do trabalho, terceirização do trabalho e com o aumento do trabalho temporário e autônomo que perdura até os dias atuais. Para alguns analistas, trata-se de uma nova safra de contratos atípicos, os quais rompem com os padrões da sociedade capitalista assalariada (NORONHA, 2003).

Conforme Bonfim (2005, p. 7-8) a terceirização é a forma mais visível da flexibilização do trabalho, pois permite, a concretização dos contratos por tempo determinado, por tempo parcial, por tarefa (empreitada), por prestação de serviço, sem cobertura legal e sob responsabilidade de “terceiros”, resultando na “quádrupla” precarização – do trabalho, da saúde, do emprego e dos sindicatos.

Estas novas relações de trabalho se difundem para todo o espaço econômico, levando à reestruturação das demais firmas e gerando condições para a ampliação do trabalho por conta própria, particularmente devido à diminuição do trabalho assalariado, paralelamente a falta de políticas públicas compensatórias. Adicionalmente surgem no setor informal oportunidades de ganhos superiores aos empregos assalariados de média e baixa qualificação. Finalmente a ampliação das atividades informais é devida ainda à dificuldade de sobrevivência de indivíduos que não logram reempregar-se ou ingressar no mercado de trabalho e podem exercer trabalhos de baixa produtividade (KON, 2006).

Atualmente com o aumento das exportações e o aquecimento do mercado interno houve uma estagnação no aumento da informalidade e um incremento no número de postos de trabalhos formais.

Durante a década de 1990, o desempenho do mercado de trabalho era pobre, resultando em uma que-

da nas taxas de formalidade de 46,4% em 1992 para 43,9% em 1999. Na década de 2000, o padrão foi revertido, resultando em um aumento na formalidade para 49,6% em 2008 (BERG, 2010, p. 10).⁷

Todavia a preocupação com a informalidade persiste. De acordo com Hirata e Machado, (1997) a inquietação parece estar mais associada a questões de ordem tributária e equilíbrio fiscal do que, propriamente, com a economia informal *per se* e com os trabalhadores nela inseridos. A cada ano é menor o percentual de trabalhadores que contribui para o instituto de previdência e que possui carteira de trabalho assinada (FILHO; MENDES; ALMEIDA, 2004).

Diante disso, o Governo Federal por meio de maciça propaganda nos meios de comunicação em massa divulgou novas formas, mais flexíveis, para que o trabalhador informal possa contribuir individualmente com a Previdência Social e assim garantir alguns dos seus direitos como licença-maternidade e a aposentadoria, e estabeleceu novas estratégias para a redução da burocracia na formalização das pequenas e microempresas, através do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES). Conforme Berg (2010) o Governo prevê um aumento de 5% na economia doméstica entre os anos de 2010-2015, devido aos investimentos públicos com o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Bolsa Família e a formalização do trabalho das empregadas domésticas. Como se pode perceber, embora tardiamente, o Brasil caminha para uma reformulação da sua legislação trabalhista diante das alterações irrefutáveis das relações de trabalho.

⁷ Conforme texto original “*During the 1990s, the performance of the labour market was poor resulting in a fall in formality rates from 46.4 percent in 1992 to 43.9 percent in 1999. In the 2000s, the pattern was reversed resulting in an increase in formality to 49.6 percent in 2008.*” (BERG, 2010, p.10)

2.3 A prevalência do Trabalho Informal no Brasil, no Nordeste e no Ceará

Embora as forças que determinaram a ampliação da informalidade no país tenham surgido mais intensamente no período correspondente ao processo de industrialização por substituição de importações, no final da década de cinquenta, pesquisas a respeito do impacto deste setor na economia brasileira surgem com mais visibilidade somente a partir da década de 1970 (CACCIAMALI, 1983 *apud* HIRATA; MACHADO, 1997).

Segundo Hirata e Machado (1997), apenas em 1997 institui-se a primeira pesquisa voltada especificamente para avaliar os aspectos da informalidade com mais rigor, a Pesquisa Economia Informal Urbana (EcInf), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo repetida em 2003. Esta pesquisa valeu-se do estudo da dinâmica de funcionamento e da capacidade de geração de postos de trabalho e de rendimento das pequenas unidades produtivas não-agrícolas que faziam parte do setor informal urbano do País nas referidas épocas.

Grande parte das empresas do setor informal pertencia a trabalhadores por conta própria (88%) em 2003, sendo apenas 12% de pequenos empregadores. As atividades econômicas preponderantes neste setor eram comércio e reparação (33%), construção civil (17%) e indústria de transformação e extrativa (16%) (IBGE, 2005, p. 23).

Dentre as pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, 69% eram trabalhadores por conta própria, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não-remunerados. Essas

proporções pouco se alteraram em relação a 1997, quando 67% eram trabalhadores por conta própria, 12% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 7% trabalhadores com carteira assinada e 4% não-remunerados (IBGE, 2005, p. 29).

Na maior parte das categorias predominava o sexo masculino, 64% das pessoas ocupadas, com exceção de não-remunerados, onde 64% eram mulheres, o que correspondia a 3% da população ocupada. O comércio e reparação e a indústria de transformação e extrativa eram as atividades que geravam a maior parcela dos postos de trabalho, 35% e 16% respectivamente.

Grande parcela dos trabalhadores com carteira assinada, 43%, estavam no comércio e reparação. Das mulheres com carteira de trabalho assinada, 34% trabalhavam em educação, saúde e serviços sociais e 23% dos homens nesta posição na ocupação, estavam na indústria de transformação e extrativa (IBGE, 2005, p. 30).

A maioria destes trabalhadores, 36%, tinha o primeiro grau incompleto, entretanto, de 1997 para 2003, reduziu-se a proporção de trabalhadores do setor informal com apenas o 1º grau incompleto e aumentou a participação dos trabalhadores com 2º grau completo, tanto entre os homens quanto entre as mulheres (IBGE, 2005, p. 30).

O rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, excluindo os proprietários, foi de R\$ 363,00, sendo o dos homens (R\$ 378,00) superior ao das mulheres (R\$ 338,00). Os rendimentos médios apresentaram valores inferiores àqueles observados em 1997, que eram de R\$ 373,00 para as pessoas ocupadas, sendo que os homens ganhavam R\$ 393,00 e as mulheres R\$ 339,00 em média, rendimentos estes já corrigidos a valores de 2003 (IBGE, 2005, p. 30).

Verificou-se que o rendimento aumentava com o patamar educacional alcançado, com exceção das pessoas com segundo grau incompleto, que recebiam R\$ 292,00, valor menor que o rendimento dos ocupados com primeiro grau completo, R\$ 371,00. Os empregados com carteira de trabalho assinada ganhavam R\$ 436,00, sendo que os homens nesta situação recebiam R\$ 472,00, e as mulheres R\$ 399,00 (IBGE, 2005, p. 30).

Constatou-se, ainda, que quanto maior a idade da pessoa ocupada, maior era o seu rendimento, tanto entre os homens quanto entre as mulheres; com exceção apenas dos maiores de 60 anos, que ganhavam em média R\$ 395,00 em 2003 (IBGE, 2005, p. 30).

Evidenciou-se o aumento da proporção de trabalhadores com menor jornada de trabalho, mas também com diminuição no valor do rendimento real entre 1997 e 2003, embora, conforme visto, tenha crescido a proporção das empresas que aumentaram a jornada de trabalho nos últimos 12 meses (IBGE, 2005, p. 30).

Mediante o Comunicado do IPEA nº 88, publicado dia 27/04/2011, sobre as características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009, ao analisar o processo de formalização ocorrido na última década com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); revelou que, nos últimos dez anos, a proporção de trabalhadores formalizados (funcionários públicos estatutários e empregados com carteira assinada) cresceu de 37,9% para 44,2% (IPEA, 2011).

No entanto, mesmo com essa mudança no mercado de trabalho, mais da metade da população economicamente ativa (PEA) brasileira continua na informalidade, o seu percentu-

al também aumentou, apesar de ter crescido em ritmo menos acentuado, para 9,2%. De acordo com os pesquisadores, o aumento da formalização foi causado principalmente pelo ritmo maior de criação de vagas formais de trabalho e não por substituição dos postos informais existentes; e pela recuperação da capacidade de fiscalização das relações de trabalho pelo Estado. A maior parte das vagas criadas tinha o perfil típico do mercado formal: preenchidas por pessoas entre 25 a 34 anos, com jornadas entre 40 a 44 horas, em setores formalizados da economia (indústria, administração pública e educação, saúde e serviços sociais) (IPEA, 2011).

O referido Comunicado trouxe ainda a distribuição regional do processo de formalização. As regiões com mercados menos formalizados foram as que tiveram crescimento mais significativo. No Nordeste, houve o maior aumento na proporção de ocupações formais (27,4%). O Norte do país veio em seguida, com elevação de 24,6%. Fortaleza, Salvador e Recife foram os municípios que responderam por quase 63% de todas as vagas formais geradas no Nordeste no período compreendido entre 2005 e 2010. O Nordeste foi quem mais ampliou a participação em empregos formais na década passada em relação às demais regiões brasileiras. Saiu de 23,26% em 2001 para 29,62% em 2009. Um crescimento relativo de 27,37% - o maior do País. No absoluto, a alta foi de 51,01%, a segunda mais expressiva do Brasil, atrás apenas do Centro-Oeste, com 53,88%. Mesmo com o bom desempenho, a concentração do emprego com carteira assinada nos estados nordestinos ainda é considerada a mais baixa na esfera nacional (IPEA, 2011).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Estudo

Esta pesquisa é retrospectiva de abordagem predominantemente quantitativa, pois é usada em populações numerosas, apreendendo dos fenômenos apenas as partes concretas por meio de medidas objetivas, utilizando-se basicamente da estatística (BASTOS, 2003; GONSALVES, 2005); quanto aos seus objetivos se classifica em descritivo-exploratória, pois segundo Gil (1991, p. 46), “há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias (...). As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática.” (GIL, 1996, p. 46).

Quanto aos procedimentos técnicos adotados, a pesquisa é considerada um estudo documental, uma vez que, “realizar-se-á sobre materiais que se encontram elaborados, mas que não receberam tratamento de análise e síntese” (SANTOS, 2003, p. 172). Convém lembrar que algumas pesquisas elaboradas a partir de documentos são importantes não porque respondem definitivamente a algum problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema (RAMPAZZO, 2004, p. 52).

Para finalizar, quanto à utilização dos resultados este estudo se classifica em pura, pois, no que se conclui de Bastos (2003) e Lakatos e Marconi (1996), a pesquisa pura tem por finalidade aumentar o conhecimento do pesquisador para uma nova tomada de posição, não implicando na transformação imediata da realidade.

3.2 Fonte da Pesquisa

A fonte da pesquisa, ou o objeto de trabalho, deste estudo foi constituído pelos 260 formulários aplicados pelos 52 alunos do Curso Técnico em Enfermagem do Trabalho da Universidade Estadual do Ceará⁸, nos meses de fevereiro e março de 2007, aos trabalhadores informais escolhidos nos centros urbanos dos municípios de Fortaleza-CE (n=140) e Juazeiro do Norte-CE (n=120).

A aplicação desses formulários pelos alunos do Curso Técnico em Enfermagem do Trabalho da Universidade Estadual do Ceará ocorreu como estratégia de avaliação dos discentes na disciplina de Enfermagem do Trabalho, à época,

8 O Curso Técnico em Enfermagem do Trabalho da UECE com nove disciplinas (Diretrizes Políticas e Legislação do Trabalho, Higiene e Segurança do Trabalho; Epidemiologia e Estatística Aplicada; Organização do Serviço de Saúde do Trabalhador; Toxicologia do Trabalho e Doenças Ocupacionais; Enfermagem do Trabalho; Fisiologia do Trabalho e Ergonomia; Ciências Sociais e Psicologia do Trabalho; e Estágio Supervisionado), distribuídas em 380 horas/aula (300 horas/aula teóricas e 80 horas/aula de estágio supervisionado), com prazo de formação de seis meses, tem como missão instrumentalizar conceitos de saúde, meio ambiente, trabalho, segurança, legislação trabalhista, prevenção, promoção, preservação e vida; fortificar o perfil de envolvimento consequente da Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE) na contribuição social da mão de obra e mercado de trabalho no Ceará, como também, o desenvolvimento de ações de Enfermagem do Trabalho e suas consequências sócio-trabalhista e cultural. Segundo informações da Coordenação do Curso de Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho da UECE, desde o ano de sua criação a Universidade, oferecendo este curso somente na capital do Estado, já formou 451 técnicos de Enfermagem do Trabalho, estando atualmente na sua décima quarta turma. (Informações obtidas em fev/2012) O primeiro curso Técnico em Enfermagem do Trabalho da UECE foi oferecido em 2002, sob a coordenação da professora Maria Irismar de Almeida (curso de Medicina/CCS), como Curso de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho. A partir de 2009, sob a supervisão da Unidade de Educação Profissional (UNEP) da Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE), o Curso Técnico em Enfermagem e a Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho tiveram renovado o seu reconhecimento até 31 de dezembro de 2013, pelo Conselho de Educação do Ceará. A Unidade de Educação Profissional foi criada em 2006, pelo Conselho Universitário (CONSU) da Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE), através da Resolução n° 301 e aprovada pelo Decreto Estadual n° 28.502 de 28/11/2006, tendo como finalidade promover a oferta de projetos, programas e cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e de Educação Profissional Técnica em nível médio.

ministrada pela Prof^a Maria Rodrigues da Conceição e pela Prof^a Maria Irisimar de Almeida. Cada aluno do curso deveria aplicar o formulário para até 5 trabalhadores informais encontrados nos centros urbanos desses municípios. Os critérios de inclusão utilizados para abordagem desses trabalhadores informais foram os seguintes: exercessem a atividade informal há mais de 1 ano nos centros urbanos daqueles municípios, não possuíssem qualquer outro tipo de trabalho e que aceitassem participar da pesquisa mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O material, objeto de estudo, pode ser classificado conforme a natureza de sua importância (TRUJILLO FERRARI, 1982), a fonte (RAMPAZZO, 2004) entendida como a origem do documento, ou o tipo de documento (LAKATOS; MARCONI, 1996). Neste levantamento documental podemos considerar os formulários como documentos escritos oriundos do arquivo particular do Curso Técnico em Enfermagem do Trabalho da Universidade Estadual do Ceará que quanto à natureza de sua importância, podem ser classificados como documentos de primeira mão (fonte primária), pois os formulários são de natureza inédita e serão recolhidos, organizados e formulados pela pesquisadora a fim de reforçar trabalhos já em desenvolvimento assim como empreender novas pesquisas (TRUJILLO FERRARI, 1982, p. 225). Os critérios de inclusão utilizados para seleção dessas fichas foram os seguintes: as fichas deveriam estar preenchidas completamente e de maneira legível, não possuindo rasuras. Não foram coletados quaisquer tipos de dados que permitissem a identificação dos sujeitos da pesquisa e não houve uma nova coleta de dados. Os formulários, objeto de estudo, oferecem uma ampla quantidade

de dados de natureza econômica, social, trabalhista e política que não foram explorados na sua totalidade neste estudo.

3.3 Organização e Análise dos Dados Coletados

A análise dos dados segundo Lakatos e Marconi (1996, p. 32) seria “a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”. Quanto ao método de análise dos documentos, conforme Duverger (1976) *apud* Trujillo Ferrari (1982) este pode ser encetado tomando-se em consideração duas orientações: métodos clássicos ou quantitativos. Decidimos pela análise quantitativa uma vez que os formulários foram aplicados a um número significativo de sujeitos e em sua construção optou-se na maioria das vezes por respostas diretas, cuja interpretação tornar-se-á mais visível diante da análise estatística.

Para a análise e interpretação dos dados quantitativos foi utilizada a tabulação eletrônica, através do programa Excel Windows XP 2003 e o programa SPSS 13.0 Windows. A representação destes dados foi feita através de tabelas.

Para os dados qualitativos referentes aos riscos ocupacionais e expectativas laborais, foi empregada a análise de conteúdo categorial, através da criação de categorias mediante a frequência de ideias encontradas nos discursos, conforme propõe Bardin (1977).

Conforme explica Bardin (1977), a análise de conteúdo organiza-se em: a) Pré-análise: é a fase de organização do estudo, que abrange a escolha dos documentos a serem submetidos a análise, a formulação de hipóteses e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final (BARDIN, 1977, p. 95); b) Exploração do Material: esta fase consiste nas

operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas (BARDIN, 1977, p. 101). A codificação na análise de conteúdo categorial consiste na escolha das unidades de codificação, das regras de contagem e do critério para formulação das categorias (BARDIN, 1977, p. 104). Neste estudo a unidade de codificação é o tema⁹, a regra de enumeração será a frequência de aparição de núcleos de sentido nos discursos analisados e o critério para a categorização será o semântico; c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos, por meio de operações estatísticas que permitam estabelecer quadros, diagramas e modelos os quais condensam as informações obtidas na análise (BARDIN, 1977, p. 101).

3.4 Aspectos Ético-Legais da Pesquisa

A pesquisa foi realizada baseando-se na Resolução n° 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Para tanto este projeto de pesquisa foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa Prof^o Leonard Michel Martin da Universidade Estadual do Ceará para apreciação, com seu respectivo Termo de Fiel Depositário e Folha de Rosto n° 40841, elaborado no Sistema Nacional de Informação sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (SISNEP/CONEP), obtendo parecer favorável em 10 de julho de 2011, por meio do Processo n° 11042567-7.

9 O tema é a unidade de significação na análise de conteúdo categorial e pode ser idéias, enunciados e proposições portadores de significações isoláveis recortados do material em análise. (BARDIN, 1977, p. 104)

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para análise dos dados seguimos a organização contida nos quatros tópicos do questionário aplicado, como: perfil socioeconômico, caracterização do trabalho informal exercido, identificação do risco ocupacional e expectativas laborais dos trabalhadores pesquisados.

4.1 Perfil Socioeconômico dos Sujeitos Entrevistados

Quanto à faixa etária dos 260 trabalhadores informais entrevistados 11 não responderam a sua idade; os 249 que informaram, foram classificados em cinco classes diferentes, cujo intervalo com maior frequência foi o de 28 a 39 anos ($n= 85$; 34,10%), seguido pelo intervalo de 16 a 27 anos ($n= 67$; 26,9%) e o de 40 a 51 anos ($n= 62$; 24,9%) (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição relativa e absoluta dos trabalhadores informais entrevistados por faixa etária. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

FAIXA ETÁRIA (em anos)	FREQUÊNCIA RELATIVA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA
16 ---/ 27	67	26,9
28 ---/ 39	85	34,1
40 ---/ 51	62	24,9
52 ---/ 63	27	10,8
64 ---/ 76	8	3,2
Total	249	100%

Relativo ao sexo, 156 (60%) eram do sexo feminino e 104 (40%) do masculino. Ao se correlacionar o gênero com a faixa etária, verificou-se que dos 249 entrevistados que informaram os dois dados, 98 (65,77%) das mulheres pertenciam ao

estrato dos 28 aos 51 anos e que 63 (63%) dos homens possuíam entre 16 e 39 anos.

Tabela 2 - Distribuição relativa dos trabalhadores informais entrevistados por sexo e faixa etária. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

		Faixa Etária					Total
		16 - 27	28 - 39	40 - 51	52 - 63	64 - 76	
Sexo	Masculino	32	31	18	13	6	100
	Feminino	35	54	44	14	2	149
Total		67	85	62	27	8	249

Conforme Kon (1999) recentemente a participação das mulheres no mercado de trabalho está aumentando, não tanto em virtude da superação deste pensamento tradicional, porém muito mais intensamente devido à necessidade de complementação da renda familiar, ou como visto, pelo fato de que vem aumentando consideravelmente a necessidade da mulher assumir o papel de chefe de família, mesmo quando a família é composta pelo casal completo.

Referente ao estado civil, dos 257 que responderam, 121 (47,1%) mantinham uma relação estável, 101 (39,3%) eram solteiros, 29 (11,3%) divorciados e 6 (2,3%) declararam-se viúvos.

Tabela 3 - Distribuição relativa e absoluta dos trabalhadores informais entrevistados por estado civil. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA RELATIVA	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA
Casado/União Consensual	121	47,1
Solteiro	101	39,3
Divorciado/Separado	29	11,3
Viúvo	6	2,3
Total	257	100%

Quanto à escolaridade, dos 256 que responderam, 24 (9,4%) se consideraram analfabetos, 117 (45,7%) informaram possuir o ensino fundamental, 92 (35,9%) o ensino médio completo, e 23 (9%) o ensino superior.

Relativo à moradia, 182 (70%) declararam habitar em casa própria, 63 (24,23%) em moradia alugada e 15 (5,76%) na casa de outras pessoas, como na dos pais (n=4), avós (n=3), tios (n=2), irmãos (n=4) e sogra (n=1).

Referente ao tamanho da família dos 260 trabalhadores informais pesquisados, apenas um informou morar sozinho, a maioria dos trabalhadores informais pesquisados (n=152; 58,46%) possuíam família com até quatro integrantes, 95 (36,53%) possuíam família com cinco a sete integrantes, e 13 (5%) possuíam família com oito a treze integrantes.

Quanto ao quantitativo de pessoas da família que residiam na mesma casa e que trabalhavam, em 69 (27,16%) famílias apenas o trabalhador informal entrevistado trabalhava, 169 (66,53%) famílias possuíam de dois a quatro integrantes que trabalhavam, em 15 (5,9%) famílias havia de cinco a sete integrantes que trabalhavam e apenas uma (0,39%) possuía mais de sete integrantes trabalhando.

Tabela 4 - Distribuição relativa do número de integrantes na família que trabalhavam pelo tamanho das famílias dos trabalhadores informais entrevistados. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

N° de Integrantes na Família	N° de Integrantes na Família que Trabalhavam				Total
	Somente o trabalhador entrevistado	2-4	5-7	Acima de 7	
1	1	0	0	0	1
2 - 4	50	97	0	0	147
5 - 7	18	72	15	1	106
Total	69	169	15	1	254

Relativo à renda familiar houve uma significativa variação, conforme pode ser verificado na tabela a seguir, contudo, majoritariamente (n=92; 36,5%), a renda familiar dos trabalhadores informais pesquisados variou entre 1 a 2 salários mínimos. Destaca-se que na época da coleta de dados, o salário mínimo era de R\$ 350,00 e que a partir de 1° de abril de 2007, conforme DOU de 29/06/2007 sofreu um reajuste de 8,57%, aumentando para R\$ 380,00.

Tabela 5 - Distribuição relativa e absoluta dos trabalhadores informais entrevistados por renda familiar. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

RENDA FAMILIAR (em salário)	FREQUÊNCIA RELATIVA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA
Até 1 salário	28	11,1
1---/ 2	92	36,5
2 ---/ 3	64	25,4
3 ---/ 4	39	15,5
4 ---/ 21	29	11,5
Total	252	100%

Ao se comparar a renda familiar com o tamanho das famílias as quais pertenciam os trabalhadores informais entrevistados notou-se que a maioria (n=74; 51%) das famílias constituídas por um a quatro integrantes possuíam renda entre um e dois salários mínimos, cerca de R\$175,00 por pessoa; que a maioria (n=62; 66%) das famílias com cinco a sete integrantes estavam na faixa de renda de um a três salários mínimos, cerca de R\$150,00 por pessoa; e que 6 (46,15%) famílias com oito a treze integrantes detinham renda de três a vinte salários mínimos.

Tabela 6 - Distribuição relativa da renda familiar por quantidade de integrantes das famílias dos trabalhadores informais entrevistados. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

Nº de Integrantes nas Famílias	Renda Familiar					Total
	Até 350	351- 700	701 - 1050	1051 -1400	1401 - 8000	
1 ---/ 4	20	54	34	22	15	145
5 ---/ 7	7	35	27	13	12	94
8 ---/ 13	1	3	3	4	2	13
Total	28	92	64	39	29	252

Quanto à distribuição relativa da renda familiar pela localidade de moradia dos trabalhadores informais entrevistados, observou-se que a maioria dos trabalhadores de Juazeiro do Norte (n=78; 69%) e de Fortaleza (n=78; 56%) possuíam renda familiar entre um e três salários mínimos.

Tabela 7 - Distribuição relativa da renda familiar por localidade de moradia dos trabalhadores informais entrevistados. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

Localidade de moradia	Renda Familiar					Total
	Até 350	351- 700	701 - 1050	1051 - 1400	1401 - 8000	
Juazeiro do Norte	10	50	28	15	10	113
Fortaleza	18	42	36	24	19	139
Total	28	92	64	39	29	252

Referente às preferências de lazer, os entrevistados tiveram a opção de informar até três alternativas, nessa tendência foram citados as seguintes assertivas: assistir TV (n= 186; 28,44%); ouvir rádio (n= 155; 23,70%); ficar em casa com a família (n= 65; 9,93%); praticar alguma atividade física (n= 58; 8,86%) [futebol (n=36), caminhada (n=11), academia (n=9), jiu-jitsu (n=1), surf (n=1)]; ir a festas (n= 46; 7,03%); dormir (n= 39; 5,96%); visitar alguém (n= 38; 5,81%); beber socialmente (n= 37; 5,65%); participar de celebrações religiosas (n= 10; 1,52%); namorar (n= 9; 1,37%); jogar baralho (n= 3; 0,45%); ler (n= 3; 0,45%); passear (n= 3; 0,45%); navegar pela internet (n= 1; 0,15%); e crochê (n= 1; 0,15%).

Quanto ao perfil alimentar verificou-se que 43 (16,53%) faziam de 1 a 2 refeições diárias, 180 (69,23%) faziam de 3 a 4 refeições diárias, 34 (13,07%) faziam de 5 a 6 refeições diárias, e 3 (1,15%) faziam de 7 a 8 refeições diárias. Referente ao tipo de alimento que era consumido constatou-se um maior consumo de carboidratos (n=252; 96,92%), seguindo por legumes (n=183; 70,38%) e frutas (n=157; 60,38%); e por último de proteína (n=120; 46,15%), tendo como principais fontes, frango (n=58), carne bovina (n=32) e ovos (n=32). Pontuamos que não sabemos se havia um consumo adequado na quantidade e na variedade das frutas e verduras ingeridas pelos trabalha-

dores. Algo que consideramos, curioso, foi a citação por cerca de 10 depoentes acerca do consumo frequente de rapadura, alimento típico da culinária brasileira, obtido da cana de açúcar, que possui alto teor nutritivo, por ser fonte de ferro, cálcio, fósforo, sódio e potássio; e energético. Indicado na prevenção de anemias, também atua no sistema nervoso, evitando a irritabilidade e depressão.

Relativo às principais queixas ou problemas de saúde citados pelos trabalhadores informais entrevistados apenas 107 se pronunciaram, deste total, 53 queixas se aglutinaram em problemas no sistema musculoesquelético, como crises de coluna (n= 23; 43,39%), dores musculares (n= 10; 18,86%), doenças reumáticas (n= 8; 15,09%), dores a serem esclarecidas nos membros superiores ou inferiores (n= 8; 15,09%), e cansaço físico (n= 4; 7,54%); as outras queixas mais vezes citadas (n=54) se referiram aos sintomas de doenças preexistentes, como hipertensão (n= 26; 48,14%), cefaléia (n= 9; 16,66%), gastrite e refluxo esofágico (n= 7; 12,96%), labirintite (n= 4; 7,4%), diabetes (n= 4; 7,4%) e transtornos afetivos (n= 4; 7,4%), a saber, depressão (n= 2), alcoolismo (n= 1), e esquizofrenia (n= 1). Giatti, Barreto e Cesar (2008) ao investigarem se o trabalho sem proteção social assim como o desemprego menor do que 12 meses e superior a 12 meses estão associados à pior condição de saúde, detectaram que a cirrose hepática foi a doença mais fortemente associada com a situação informal no mercado de trabalho, assim como a não utilização dos serviços de saúde, especialmente as consultas médicas. Participaram deste estudo homens com idades entre 15 e 64 anos, residentes em oito regiões metropolitanas que participaram da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 1998 (n = 31.870) e 2003 (n = 32.887).

4.2 Caracterização do Trabalho Informal Exercido

As atividades laborais exercidas pelos trabalhadores informais entrevistados estão listadas na Tabela 8. Conforme a mesma, notou-se que 59,6% (n=155) dos entrevistados situaram-se nas dez primeiras funções laborais elencadas, sendo elas, vendedor ambulante, comerciante, manicure, empregada doméstica, costureira, mototaxista, artesão, revendedora de cosméticos, lavadeira de roupas e cabeleireira. Conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) observa-se que apenas as atividades de comerciante, manicure, costureira, artesão, foram encontradas. A CBO é um documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, sem função de regulamentação profissional.

Tabela 8 - Distribuição relativa e absoluta das atividades laborais exercidas pelos trabalhadores informais entrevistados. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

Atividade Laboral	Frequência Relativa	Frequência Absoluta
Vendedor ambulante	74	28,5
Comerciante	19	7,3
Manicure	12	4,6
Empregada doméstica	10	3,8
Costureira	8	3,1
Mototaxista	7	2,7
Artesão/artesã	7	2,7
Revendedora de cosméticos	6	2,3
Lavadeira de roupas	6	2,3
Cabeleireira	6	2,3
Pedreiro	5	1,9
Funcionário de mercearia	5	1,9

Feirante/verdureiro	5	1,9
Sacoleira	4	1,5
Professor de reforço	4	1,5
Professor	4	1,5
Bordadeira/rendeira	4	1,5
Auxiliar/técnico de enfermagem	4	1,5
Prestador de serviços terceirizados	3	1,2
Diarista	3	1,2
Confeiteiro	3	1,2
Ajudante de pedreiro/servente	3	1,2
Segurança	2	0,8
Recepcionista	2	0,8
Pintor	2	0,8
Mecânico	2	0,8
Marmiteira	2	0,8
Lavador de carro	2	0,8
Gerente	2	0,8
Garçom	2	0,8
Esteticista	2	0,8
Bicheiro	2	0,8
Auxiliar de escritório	2	0,8
Vigilante noturno	1	0,4
Tosador de animais	1	0,4
Técnico em computação	1	0,4
Técnico de Enfermagem do Trabalho	1	0,4
Sorveteiro	1	0,4
Secretária executiva	1	0,4
Radialista	1	0,4
Produz componentes para calçados	1	0,4
Operador de cartão de crédito	1	0,4
Motorista particular	1	0,4

Motoboy	1	0,4
Montador de móveis projetados	1	0,4
Metalúrgico	1	0,4
Marceneiro	1	0,4
Líder comunitário	1	0,4
Gari	1	0,4
Flanelinha	1	0,4
Fisioterapeuta	1	0,4
Fabricante de vassouras	1	0,4
Fabricante de material de limpeza	1	0,4
Estofador	1	0,4
Eletricista	1	0,4
Digitador	1	0,4
Decoradora de festas	1	0,4
Coureiro	1	0,4
Corretor de imóveis	1	0,4
Catadora de lixo reciclável	1	0,4
Carpinteiro	1	0,4
Balconista de farmácia	1	0,4
Babá	1	0,4
Auxiliar de produção	1	0,4
Auxiliar de laboratório	1	0,4
Atendente de consultório	1	0,4
Almoxarife	1	0,4
Ajudante de professor	1	0,4
Açougueiro	1	0,4
Total	260	100%

Referente à distribuição das atividades laborais por localidade pesquisada identificou-se que nas duas cidades a atuação como vendedor ambulante foi a que maior vezes fora citada, sendo seguida no município de Juazeiro do Norte/CE pelas

funções de mototaxista (n= 6; 5%), comerciante (n=4; 3,33%), costureira (n=4; 3,33%), empregada doméstica (n=4; 3,33%), manicure (n=4; 3,33%), revendedora de cosméticos (n=4; 3,33%), auxiliar/técnico de enfermagem (n=3; 2,5%), feirante/ verdureiro (n=3; 2,5%), pedreiro (n=3; 2,5%), sacoleira (n=3; 2,5%), artesão/artesã (n=2; 1,66%), cabeleireira (n=2; 1,66%), confeitiro (n=2; 1,66%), funcionário de mercearia (n=2; 1,66%), lavador de carro (n=2; 1,66%), pintor (n=2; 1,66%), recepcionista (n=2; 1,66%), e lavadeira de roupas (n=2; 1,66%); enquanto que na cidade de Fortaleza/CE as atividades mais vezes referidas foram comerciante (n=15; 10,71%), manicure (n=8; 5,71%), empregada doméstica (n=6; 4,28%), artesão/artesã (n=5; 3,57%), costureira (n=4; 2,85%), cabeleireira (n=4; 2,85%), lavadeira de roupas (n=4; 2,85%), professor (n=4; 2,85%), professor de reforço (n=4; 2,85%), funcionário de mercearia (n=3; 2,14%), revendedora de cosméticos (n=2; 1,42%), feirante/verdureiro (n=2; 1,42%), pedreiro (n=2; 1,42%), bordadeira (n=2; 1,42%), diarista (n=2; 1,42%), prestador de serviços terceirizados (n=2; 1,42%), garçom (n=2; 1,42%), e servente (n=2; 1,42%).

Quanto à realização de algum curso para o exercício da atividade laboral 73 (28%) trabalhadores informais entrevistados declaram terem participado de algum curso. As profissões relacionadas com a participação em algum curso de capacitação foram: vendedor ambulante, cabeleireira, artesão/artesã, auxiliar/técnico de enfermagem, comerciante, costureira, manicure, professor de reforço, mototaxista, professor, garçom, revendedora de cosméticos, esteticista, segurança, bordadeira, carpinteiro, coureiro, digitador, eletricista, mecânico, estofador, gerente, líder comunitário, marceneiro, marmiteira, prestador de serviços terceirizados, radialista, técnico de Enfermagem do

Trabalho, técnico em computação, produz componentes para calçados, gari, decoradora de festas, fisioterapeuta.

Referente ao motivo que levou os trabalhadores a ingressarem no mercado de trabalho informal as respostas se organizaram em oito grupos: falta de opção (n=98; 35,89%), necessidade de ajudar na renda da família (n=88; 32,23%), porque gostava do que fazia (n=56; 20,51%), foi a oportunidade que surgira (n=19; 6,95%), para participar de um negócio da família (n=5; 1,83%), quis trabalhar por conta própria (n=4; 1,46%), necessidade de ocupar o tempo (n=2; 0,73%), e vontade de trabalhar (n=1; 0,36%). Quanto a assertiva ‘falta de opção’, destaca-se que alguns dos entrevistados (n=44; 44,9%) se referiram a ausência ou a inconclusão dos estudos como um dos motivos que o levaram a exclusão do mercado de trabalho formal.

Segundo Machado, Penido e Oliveira (2005 *apud* HIRATA; MACHADO 1997), o trabalhador que se insere em uma posição precária no mercado de trabalho (seja no sentido de rendimento, seja no sentido de condições de trabalho), como forma de se manter ocupado e garantir um nível mínimo de renda, o faz por meio de uma estratégia de sobrevivência. Tal estratégia está ligada à pobreza, pois é justamente para evitar essa situação ou aliviá-la que os indivíduos ingressam no mercado de trabalho. A inserção, de modo geral, ocorre almejando apenas uma forma de remuneração, e desconsideram-se as características não pecuniárias da posição. Se os trabalhadores do setor informal estivessem todos atuando por meio de uma estratégia de sobrevivência, não haveria tanta controvérsia acerca da definição de informalidade, com uma análise sob o ponto de vista da posição. No entanto, é sabido que os trabalhadores informais no Brasil são muito heterogêneos. O histórico familiar e a preocupação com a qualidade de vida podem

levar o trabalhador a procurar essa forma de inserção em busca de jornada de trabalho flexível e controle de seu próprio negócio, entre outros fatores.

Quanto à forma de ingresso no mercado de trabalho informal, 103 informaram que o ingresso aconteceu por conta própria, para 42 o ingresso ocorreu através de convite de amigos, para 30 se realizou quando assumiram a função de ajudante/aprendiz, para 22 ocorreu ao prestar serviços para amigos, familiares e vizinhos em casa mesmo, para 15 somente após a conclusão do curso de capacitação/graduação, para outros 15 através de convite de familiares, para 10 mediante a realização de um empréstimo, para 9 com a experiência adquirida em um emprego anterior, para 7 com a ajuda financeira de amigos, para 4 com a ajuda financeira de familiares e para 3 com o ingresso em uma associação existente na comunidade.

Relativo ao suporte financeiro necessário para começar o empreendimento informal, 13 trabalhadores informais entrevistados não informaram a fonte de recursos, 94 declararam que, na época, já possuíam o capital inicial necessário, 44 citaram o auxílio de algum familiar, 40 o apoio dos pais, 29 o incentivo do companheiro, 28 o auxílio de amigos, 5 o apoio do fornecedor da mercadoria, e 2 o auxílio proveniente do benefício do seguro desemprego. Também, destacou-se a informação de fontes financeiras terceiras, como a patroa da esposa, a associação comunitária do bairro, a diretora da escola do filho, a prefeitura do município, e a professora da escola do filho.

Referente à jornada de trabalho diária, observou-se que mais da metade dos trabalhadores informais respondentes (n=149; 57,75%) trabalhavam de oito a doze horas diariamente.

Tabela 9 - Distribuição relativa e absoluta dos trabalhadores informais entrevistados pela jornada de trabalho diária realizada. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

JORNADA DE TRABALHO DIÁRIA (em horas)	FREQUÊNCIA RELATIVA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA
Até 6	24	9,3
6---/ 8	38	14,72
8---/ 12	149	57,75
Até 12	47	18,21
Total	258	100%

Sobre a realização (ou não) de algum repouso da jornada de trabalho, 65 (25,4%) dos respondentes declaram não gozar, 131 (51,17%) informaram realizá-la aos domingos, 31 (12,1%) ao longo dos fins de semana, e 22 (8,6%) durante algum dia da semana, sendo as segundas-feiras (n=19; 86,3%) o dia mais vezes escolhido.

Tabela 10 - Distribuição relativa e absoluta dos trabalhadores informais entrevistados pelo dia de repouso. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

REPOUSO	FREQUÊNCIA RELATIVA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA
Aos domingos	131	51,17
Não tem repouso	65	25,4
Nos finais de semana	31	12,1
Às segundas-feiras	19	7,42
Quinzenal	4	1,56
Aos sábados	2	0,78
Às terças-feiras	1	0,4
Às sextas-feiras	1	0,4
Às quartas-feiras	1	0,4
Alternado	1	0,4
Total	256	100%

Quanto à renda mensal do trabalhador informal pesquisado, dos 240 que responderam a este questionamento, 102 (42,5%) ganhavam até dois salários mínimos, 88 (36,7%) apenas um salário, 42 (17,5%) de dois a quatro salários e 8 (3,4%) de quatro a seis salários mínimos. Comparando a renda mensal do trabalhador informal com a localidade de moradia constatou-se que tanto em Fortaleza (102 de 134) quanto em Juazeiro do Norte (88 de 106) a renda mensal da maioria dos trabalhadores informais variou de um até dois salários mínimos; quanto à idade, verificou-se que a faixa etária dos 28 aos 39 anos foi constante em todos os intervalos de renda mensal do trabalhador informal como a faixa de maior frequência; referente à escolaridade, identificou-se que a maioria (12 de 22) dos indivíduos que se declararam analfabetos possuíam rendimentos mensais de até um salário mínimo, enquanto que a grande parte (14 de 20) dos sujeitos portadores de diploma possuía rendimentos que variavam de um a quatro salários mínimos; quanto a ocupação, ganhavam acima de quatro salários mínimos 3 vendedores ambulante, 1 comerciante, 1 garçom, 1 manicure e 1 técnico em computação, e as ocupações que pior remuneravam chegando ao máximo a um salário mínimo o rendimento mensal do trabalhador, foram: empregada doméstica, manicure, lavadeira de roupas, funcionário de mercearia, cabeleireira, bordadeira, recepcionista, prestador de serviços terceirizados, marmiteira, feirante/verdureiro, vigilante noturno, tosador de animais, sorveteiro, servente, sacoleira, mecânico, líder comunitário, lavador de carro, gerente, garçom, fisioterapeuta, fabricante de vassouras, fabricante de material de limpeza, esteticista, decoradora de festas, corretor de imóveis, bicheiro, balconista de farmácia, babá, auxiliar de escritório, artesão/artesã, almoxarife, ajudante de professor e ajudante de pedreiro/servente.

Tabela 11 - Distribuição relativa e absoluta dos trabalhadores informais entrevistados pelo dia de repouso. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

RENDA MENSAL (em salário)	FREQUÊNCIA RELATIVA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA
Até 1	88	36,66
1---/ 2	102	42,5
2---/ 4	42	17,5
4---/ 6	8	3,33
Total	240	100%

Ao serem inquiridos sobre sua vinculação com o sistema previdenciário brasileiro, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), 213 trabalhadores informais pesquisados se consideraram trabalhadores autônomos sem previdência social, 7 eram aposentados e 3 pensionistas; sendo assim, apenas 27 contribuía, na época da coleta de dados, com a previdência social. Estes que contribuía tinham uma renda mensal na faixa de até um salário mínimo. Evidenciou-se que todos pensionistas tinham renda de dois a quatro salários mínimos, que a maioria dos aposentados (4 de 7) tinham renda de até um salário mínimo, e que a grande parte dos autônomos sem Previdência Social (158 de 201) possuíam rendimentos de até dois salários mínimos.

4.3 Identificação do Risco Ocupacional

Quando questionados sobre quais os riscos ocupacionais que estavam expostos, 247 trabalhadores responderam conforme a classificação dos principais riscos ocupacionais em grupos existente na Portaria n° 25 de 29 de dezembro de 1994. O risco ocupacional mais vezes citado foi o ergonômico (n=176; 54,32%), seguido pelo risco de acidentes (n=84;25,95%), quí-

mico (n=32; 9,87%), físico (n=29; 8,95%) e biológico (n=3; 0,92%).

No risco ergonômico albergaram-se as queixas referentes essencialmente à excessiva atividade física, como caminhar muito, levantar peso, passar o dia em pé ou sentado inadequadamente e realizar movimentos repetitivos. Destaca-se a inferência ao risco de assaltos como risco ergonômico, uma vez que foi considerada como situação potencialmente geradora de stress físico e psíquico. No risco de acidentes citaram-se as possibilidades de queimadura térmica, de acidente de trânsito, de acidente com material perfuro cortante, de acidente na construção civil, como queda de altura e intoxicação; e o risco de alergias. No risco químico pontuou-se a exposição à poeira da rua, fumaça dos carros, gás de cozinha, produtos de limpeza doméstica, como água sanitária, sabão e detergente; tintas de artesanato, tintas e solventes da construção civil, algodão cru, e produtos químicos utilizados em couros. No risco físico referiu-se a exposição excessiva ao sol, chuva, umidade e raio-x. E no risco biológico mencionaram-se o contato com secreções e sangue no manuseio de pacientes gravemente enfermos e no exercício de atividades estéticas.

As ocupações que possuíram maior variedade de riscos ocupacionais citados foram, gari, técnico de enfermagem, fisioterapeuta e manicure. O risco ergonômico esteve relacionado principalmente às atividades de vendedor ambulante, comerciante, manicure, empregada doméstica, costureira, mototaxista, artesão/artesã, revendedora de cosméticos, lavadeira de roupas, cabeleireira, pedreiro, funcionário de mercearia, feirante/verdureiro, sacoleira e bordadeira/rendeira; o risco de acidentes às atividades de manicure, mototaxista, vigilante noturno, tosador de animais; o risco químico às atividades de empregada do-

méstica, artesão/artesã, diarista, ajudante de pedreiro/servente e pintor; o risco físico aos vendedores ambulantes; e o risco biológico, aos profissionais da saúde e estética.

4.4 Expectativas Laborais dos Trabalhadores Pesquisados

Quando inquiridos a responder sobre quais eram as suas expectativas laborais para o futuro, 2 (0,76%) dos 260 trabalhadores informais entrevistados se recusaram a responder a pergunta, 4 (1,55%) declararam não possuir expectativas laborais, 104 (40,31%) declararam possuir planos de encontrar um trabalho formal de carteira assinada, 67 (25,96%) responderam que pretendiam continuar na informalidade, 36 (13,95%) manifestaram a vontade de viver de rendas, 22 (8,52%) informaram que pretendiam montar ou ampliar o próprio negócio, 20 (7,75%) explicaram que gostariam de ganhar um salário melhor independente de ser na informalidade ou formalidade a fim de garantir uma melhor qualidade de vida para ele(a) e sua família, e 8 (3,10%) expuseram o desejo de se aposentar.

Comparando a relação das respostas com a localidade da habitação dos trabalhadores informais entrevistados, percebe-se que os dois indivíduos que não responderam a interrogação eram de Juazeiro do Norte/CE, 3 dos quatro que declararam não possuir expectativas laborais também eram da referida cidade e que a maioria das respostas relacionadas a pretensão de montar ou ampliar o próprio negócio e o desejo de ganhar um salário melhor independente de ser na informalidade ou formalidade foram provenientes dos trabalhadores informais habitantes do município de Juazeiro do Norte/Ce.

Tabela 12 - Distribuição relativa e absoluta dos trabalhadores informais entrevistados por expectativa laboral e localidade de habitação. Fortaleza/CE, 2007 (mar).

Expectativas Laborais	LOCALIDADE		Total
	Juazeiro do Norte	Fortaleza	
Encontrar um trabalho formal	35 (33,65%)	69 (66,34%)	104 (40,31%)
Continuar na informalidade	17 (25,37%)	50 (74,62%)	67 (25,96%)
Viver de rendas	12 (33,33%)	24 (66,66%)	36 (13,95%)
Montar ou ampliar o próprio negócio	15 (68,18%)	7 (31,81%)	22 (8,52%)
Ganhar um salário melhor	17 (85%)	3 (15%)	20 (7,75%)
Aposentar-se	4 (50%)	4 (50%)	8 (3,10%)
Não possui expectativas laborais	3 (75%)	1 (25%)	4 (1,55%)
Total	103	158	261

Nota: Os sujeitos puderam assinalar mais de uma alternativa expostas no questionário que foi aplicado, o que resultou em um número de respostas superior ao número de participantes da pesquisa.

Sobre o percentual de respondentes que declaram não possuir expectativas laborais pontua-se que todos os sujeitos que forneceram essas respostas foram pessoas do sexo feminino, cuja idade variou entre 50 e 56 anos, que estudaram até o ensino fundamental tendo em alguns casos, não concluído (n=1); e que as atividades laborais informadas foram lavadeira (n=2), artesã (n=1) e ambulante (n=1).

Diferentemente do trabalho realizado por Díaz, Guevara e Lizana (2008), a maioria dos trabalhadores informais entrevistados (n=104; 40,31%) se demonstraram insatisfeitos com a atividade laboral, planejando, assim, ingressar no mercado formal afim de garantir e usufruir de seus direitos trabalhistas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de conhecer o perfil socioeconômico e as expectativas laborais de trabalhadores informais do estado do Ceará, constatou-se na análise de 260 formulários aplicados pelos alunos do Curso Técnico em Enfermagem do Trabalho da Universidade Estadual do Ceará, nos meses de fevereiro e março de 2007, aos trabalhadores informais escolhidos nos centros urbanos dos municípios de Fortaleza-CE (n=140) e Juazeiro do Norte-CE (n=120), que não há significativa diferenciação do mercado de trabalho informal na capital e no interior do estado. Quanto à distribuição relativa da renda familiar pela localidade de moradia dos trabalhadores informais entrevistados, observou-se que a maioria dos trabalhadores de Juazeiro do Norte (n=78; 69%) e de Fortaleza (n=78; 56%) possuíam renda familiar entre um e três salários mínimos. Referente à distribuição das atividades laborais por localidade pesquisada identificou-se que nas duas cidades a atuação como vendedor ambulante foi a que maior vezes fora citada. Comparando a renda mensal do trabalhador informal com a localidade de moradia constatou-se que tanto em Fortaleza (102 de 134) quanto em Juazeiro do Norte (88 de 106) a renda mensal da maioria dos trabalhadores informais variou de um até dois salários mínimos.

Acerca dos riscos ocupacionais aos quais os trabalhadores informais entrevistados estavam expostos, o risco ocupacional mais vezes citado foi o ergonômico (n=176; 54,32%), seguido pelo risco de acidentes (n=84;25,95%), químico (n=32; 9,87%), físico (n=29; 8,95%) e biológico (n=3; 0,92%).

Sobre quais eram as suas expectativas laborais para o futuro, a maioria dos trabalhadores informais entrevistados (n=104; 40,31%) declararam possuir planos de encontrar um trabalho formal de carteira assinada.

Diante do estudo, compreende-se que embora tenha ocorrido um decréscimo na quantidade de trabalhadores informais no Brasil, especificamente, no Nordeste e no estado do Ceará, sua prevalência ainda é significativa. Sendo oportuna as diversas tentativas do Governo Federal em reduzi-la com a ampliação dos postos de trabalho e geração de renda, todavia o investimento em educação ainda se faz necessário para aumentar as chances dos indivíduos no ingresso no mercado de trabalho formal.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 225.

BASTOS, N. M. G. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. Fortaleza: Editora desconhecida, 2003. 86 p.

BERG, J. **Laws or luck? Understanding rising formality in Brazil in the 2000s**. International Labour Office. - Brasília: ILO, 2010.

BONFIM, A. S. V. **A mulher no mercado informal**: o caso das ambulantes localizadas nas ruas centrais de Salvador. Monografia (Graduação) Universidade Católica de Salvador – UCSAL. Bahia, 2005. 60p.

BRASIL. Resolução 196/96. **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos.** Conselho Nacional de Saúde, 1996.

CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade.** São Paulo, Texto para Discussão No 01/2000, IPE/USP, 2000.

CACCIAMALI, M. C. **O setor informal urbano e formas de participação na produção.** São Paulo, Ed. IPE/USP, 1983.

CEARÁ. Universidade Estadual do Ceará. **A missão:** Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/conheca-a-uece>>. Acesso em: 20 fev 2010.

CURI, A. Z.; MENEZES-FILHO; N. A. **O Mercado de Trabalho Brasileiro é Segmentado?** Alterações no Perfil da Informalidade e nos Diferenciais de Salários nas Décadas de 1980 e 1990. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 867- 899, outubro-dezembro 2006.

DÍAZ, E. M.; GUEVARA, R. C.; LIZANA, J. L. **Trabajo informal:** motivos, bienestar subjetivo, salud, y felicidad en vendedores ambulantes. *Psicología em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 4, p. 693-701, out./dez. 2008.

FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. **O conceito de informalidade:** um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, 17(41), 211-229. 2004.

FILHO, N. A. M.; MENDES, M.; ALMEIDA, E. S. **O Diferencial de Salários Formal-Informal no Brasil:** Segmentação ou Viés de Seleção? *RBE* Rio de Janeiro 58(2):235-248 abr/jun 2004

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.

GIATTI, L.; BARRETO, S. M.; CÉSAR, C. C. **Informal work, unemployment and health in Brazilian metropolitan areas,** 1998 and 2003. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24(10):2396-2406, out, 2008.

GLORIA, E.; ROCHA, F.; LANDES, F.; FILHO, J. E.; SOARES, W. (2007) **Trabalho na sociedade contemporânea**: Trabalho Informal. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/conheca-a-uece>>. Acesso em: 20 fev 2011.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. 4ª ed. Campinas: Editora Alínea, 2005.

HIRATA, G. I.; MACHADO, A. F. **Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia**. *Mercado de Trabalho Ipea* n° 34. p.23-29. nov 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Economia Informal Urbana 2003**. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2005. 158p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. **Comunicados do IPEA no88**: Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009. 27 de abril de 2011.29p.

KON, A. **Transformações recentes na estrutura ocupacional brasileira**: impactos sobre o gênero, NPP-EAESP/FGV, Relatório N° 19, Série Relatórios de Pesquisas, São Paulo, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2. ed revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1996. 270p.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; ANTIGO, M. **Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil**: o papel das características não observadas. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 355-388, maio/ago. 2008

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. **A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições**: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. *Econ. aplic.*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 341-363, julho-setembro 2008.

NORONHA, E. G. **“Informal, ilegal e injusto: percepções de mercado de trabalho no Brasil”**. IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: vol. 18, no 53, out. 2003.

NUNURA, J. B. C. **Ajustamento e informalidade no mercado de trabalho peruano: 1950-1989**, São Paulo, IPE/USP, Tese de Doutorado, 1992.

OIT- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **El trabajo decente y la economía informal**. [Informe VI. Sexto punto Del orden del día]. IN: Conferencia Internacional del Trabajo, 90o Reunión. Ginebra: OIT. 2002.

OLIVEIRA, R. P.; IRIART, J. A. B. Representações do trabalho entre trabalhadores informais da construção civil. IN: Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 3, p. 437-445, jul./set. 2008.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. 141p.

SANTOS, I. E. **Texto selecionado de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 4ª ed revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Impetus, 2003. 359p.

VIEIRA, S. **Elementos de estatística**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SORJ, B. **Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(43), 25-34. 2000.

TIRYAKI, Gisele F. A Informalidade e as Flutuações na Atividade Econômica **Est. econ.**, São Paulo, 38(1): 97-125, jan-mar 2008.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Mc Graw Hill do Brasil, 1982.

Qualidade de Vida de Idosos Militares Reintegrados ao Mundo Laboral: ações da enfermagem do trabalho

Rafaelly Fernandes Pereira¹

Maria Célia de Freitas²

¹Especialista em Enfermagem do Trabalho pela UECE

²Orientadora

1 INTRODUÇÃO

A longevidade da população é um fenômeno mundial que determina repercussões no sistema de saúde, no campo social, econômico e político do país. Este fato vem se manifestando em várias partes do mundo de distintas formas.

O envelhecimento da população é acompanhado pelo envelhecimento do indivíduo. Na década de 1940, a vida média do brasileiro era de 40 a 45 anos. Em 1980, aumentou para 60 anos e, de 1995 a 2000, passou para 65 (homem) e 70 (mulher). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que em 2025 ela seja de 79 anos (ARAÚJO, 2010).

Isto nos alerta para a necessidade de formação de profissionais da saúde, em especial enfermeiros capacitados para o cuidado direcionado a este seguimento populacional que envelhece e, para os idosos, na perspectiva de manter a sua capacidade funcional, independente da condição de saúde dos mesmos.

No estado do Ceará, os maiores de 60 anos aumentaram 61% em dez anos. Os dados do Censo 2010 confirmam que esse contingente etário está em 1,063 milhão de pessoas, enquanto em 2000 esse valor correspondia a exatos 658,9 mil (BRASIL, 2010).

Embora o fenômeno do envelhecimento seja algo cada vez mais presente, ainda traz consigo muitos estereótipos e crenças negativas. A percepção da velhice como última fase do ciclo de vida humano, onde a degeneração, a incapacidade e a dependência prevalecem, marca o seu significado para a maioria da sociedade.

Entretanto, o aumento progressivo da longevidade e da expectativa de vida nas últimas décadas unido às melhores condições de vida e de saúde dessa parcela populacional tem levado os idosos a uma nova forma, mais ativa, de viver a velhice: a reintegração no mercado de trabalho.

Continuar exercendo uma atividade laboral e participar do mundo do trabalho é um direito de todo cidadão e esse direito não termina com a idade. O idoso que trabalha mantém-se ativo física e intelectualmente, sente-se independente, útil e valorizado. Para uns, o trabalho influenciará na qualidade de vida, mas não acreditamos que seja correto generalizar tal influência, visto que alguns exercem atividades que contribuem, certamente, com a renda familiar.

O trabalho é considerado como uma ponte que liga o homem ao mundo externo. É a partir dele que o homem sustenta as bases materiais da vida e se apresenta diante dela. É por esse meio que ele é reconhecido, valorizado, admirado e respeitado (OLIVEIRA, 2009).

Especialmente na terceira idade, a ocupação útil resgata a verdadeira dignidade humana porque restaura os sentidos de cidadania, responsabilidade e utilidade, dando ao ser idoso um maior significado para sua existência.

Para Lopes (2000), o trabalho é um dos fatores mais significativos na conquista e manutenção da Qualidade de Vida (QV) para o homem. Quando associado à satisfação e à realização pessoal, amplia as possibilidades de uma sobrevivência saudável e digna, e preserva sobretudo o papel social do indivíduo.

Segundo o Grupo de Qualidade de Vida da Divisão de Saúde Mental da Organização Mundial de Saúde (OMS), a QV é a percepção do “indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores, nos quais ele vive e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (CARROL *et al.*, 2000).

O termo QV contempla a integração de duas concepções importantes. Uma delas refere-se à subjetividade ou aos aspectos percebidos pela pessoa sobre suas condições físicas, emocionais e psicológicas. A outra está relacionada com a objetividade das condições materiais e das relações estabelecidas pela pessoa com o meio ambiente e a própria sociedade (VILARTA, 2008).

Permeada por esse enfoque, decidiu-se estudar o idoso na perspectiva do trabalho, o idoso em plenas atividades laborais, tentando resgatar um conceito de independência para velhice. Teve-se a curiosidade de observar o idoso como ser ativo e independente, a fim de mostrar novos horizontes de se vivenciar a senescência.

A partir de pesquisa em bases de dados no meio digital com as palavras-chave: idoso, enfermagem do trabalho e qualidade de vida não se obteve muito sucesso. Revelou-se uma escassa literatura sobre esta temática, principalmente referente às ações da enfermagem do trabalho, demonstrando que os enfermeiros especialistas na saúde do trabalho possivelmente não publicam suas ações de cuidado e preparo dos idosos que permanecem ou retornam ao mundo do trabalho ou ainda não alertaram para a necessidade de estudo desta mais nova categoria de trabalhadores.

Diante do exposto, as inquietações advindas nortearam a elaboração desta pesquisa, que pretendeu responder aos seguintes questionamentos: Como os policiais militares idosos aposentados que retornam ao trabalho na função de segurança patrimonial no *campus do Itaperi* da Universidade Estadual do Ceará avaliam sua qualidade de vida? Quais as características da qualidade de vida da amostra segundo os domínios: físico, psicológico, meio ambiente e relações sociais, da escala abreviada de Qualidade de Vida World Health Organization Quality of Life (WHOQOL-bref) da OMS? Existe associação entre os domínios da WHOQOL-bref? Quais as ações de enfermagem para os idosos militares reintegrados ao mundo do trabalho no Campus do Itaperi-CE?

Observa-se no cotidiano da prática que a retomada do trabalho permite ao idoso preservar sua capacidade funcional, contribuindo para a sua inserção social, autonomia e independência. Portanto, ao investigar-se a satisfação, qualidade, felicidade e capacidade dos policiais militares idosos em relação às facetas físico, psicológico, social e ambiental, almeja-se avaliar as condições de vida, saúde e trabalho no qual os mesmos estão inseridos, fazendo o reconhecimento de uma realidade que,

embora não seja expressa em sua totalidade, possibilita apontar caminhos para um enfrentamento responsável da realidade vivenciada.

Desta forma, poder-se-á construir um panorama global que represente a QV dos policiais militares idosos e a partir do mesmo propor medidas para melhoria das condições de saúde e do ambiente de trabalho.

Nesse sentido, destacam-se as ações da enfermagem do trabalho, uma especialidade que junta a humanização da ciência enfermagem com a técnica e preparo do enfermeiro que busca estratégias que proporcionem um ambiente de trabalho satisfatório ao trabalhador, no caso o idoso, no desenvolvimento de seu trabalho. Desta forma, apresentamos um assunto relevante para a área da Saúde do Trabalhador, pois através dela pode-se pensar no significado do trabalho na vida do ser idoso e na repercussão deste sobre a qualidade de vida.

É importante que a enfermagem do trabalho (re)conheça o perfil dessa parcela populacional reinserida no mercado de trabalho, pois possibilitará a realização de um planejamento de atividades educativas que permitam a esse idoso maior envolvimento em suas atividades cotidianas; saber as condições de saúde do idoso trabalhador e agir com práticas de prevenção de doenças ocupacionais e promoção da saúde, enfim, é preciso garantir uma qualidade de vida melhor a esse indivíduo e ajudá-los a viver uma velhice saudável.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Tipo e Natureza do Estudo

Trata-se de estudo transversal de natureza quantitativa. O tipo de estudo transversal se mostrou apropriado, pois sua es-

trutura condiz com estudos em que as medições são feitas num único momento, sem período de seguimento dos participantes.

Quanto à natureza quantitativa, objetiva informar sobre a distribuição de um evento na população, em termos quantitativos, e ambiciona apenas estimar parâmetros de uma população, nomeadamente proporções e médias, como uma fotografia da situação (LEITE BARBOSA, 2001).

A abordagem é dedutiva, na qual informações são transformadas em variáveis e as relações entre elas são testadas. O conhecimento resultante é baseado, então, em observação, medição e interpretação cuidadosas da realidade objetiva (SOUZA; DRIESSNACK; MENDES, 2007).

2.2 Cenário do Estudo

A investigação desenvolveu-se no Campus Itaperi da Universidade Estadual do Ceará (UECE), situado na cidade de Fortaleza-CE.

2.3 Universo, População e Amostra

Trata-se de investigação acerca da QV dos policiais militares idosos aposentados que trabalham na função de Guarda de Segurança Patrimonial (GSP) no Campus Itaperi da UECE, integram o universo do estudo todos estes idosos, portanto 108 militares idosos aposentados.

No serviço público, no que se diz respeito à Polícia Militar do Estado do Ceará (PM-CE) de acordo com o art.186, da Lei nº13.729, de 11/01/2006 (Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará), art.1º da Lei 12.098, de 05/05/1993, foi criado o Batalhão de Segurança Patrimonial (BSP), convocando poli-

ciais militares da reserva remunerada da Polícia Militar para o serviço ativo (CEARÁ, 1993; CEARÁ, 2006).

Para a seleção dos sujeitos participantes da pesquisa e para garantir a homogeneidade da amostra, foram utilizados como critérios de inclusão: indivíduos do sexo masculino, com o *status* de aposentado, participantes do quadro de BSP da UECE independente do turno de trabalho; com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou que completassem 60 anos até o final da coleta de dados; e apresentavam-se orientados no tempo e no espaço.

Estabeleceu-se que seria excluído o militar idoso que, no período de coleta de dados, estivesse afastado das atividades laborais por motivo qualquer (férias, licença, falecimento ou outros).

A amostra do estudo foi selecionada a partir dos dados fornecidos pelo comandante do batalhão, o qual continha o nome de todos os policiais militares com mais de 60 anos e os que completavam 60 anos em 2012, somando 55 policiais militares. Destes, sete ainda não haviam completado 60 anos até o fim da coleta de dados, um solicitou desligamento, um faleceu, quatro estavam de licença saúde por um período de 90 dias, quatro gozavam de férias, três foram transferidos a outros órgãos e três recusaram-se a participar da pesquisa. Desta forma, a amostra resultou em 32 policiais militares idosos aposentados em pleno exercício do trabalho como GSP.

2.4 Procedimentos e Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados deu-se no mês de janeiro de 2012, durante o horário de serviço (diuturnamente) e no local onde os policiais ficam de guarda. A pesquisadora e outros componentes da linha de pesquisa foram treinados para a coleta de dados.

Para a coleta dos dados aplicou-se um formulário composto por perguntas objetivas e subjetivas, com o intuito de registrar o perfil sociodemográfico e o estado de saúde e doença de cada sujeito da amostra. Além do formulário, aplicou-se um questionário, a escala abreviada de Qualidade de Vida (WHOQOL-bref) da OMS, um instrumento que se baseia nos pressupostos de que qualidade de vida é um construto subjetivo, multidimensional e composto por dimensões positivas e negativas, uma vez que o mesmo possui aceitação nacional e avalia os domínios adotados no conceito de saúde: física, psicológica, social e ambiental.

O WHOQOL-bref fornece um perfil da qualidade de vida obtido através dos escores dos quatro domínios, onde quanto mais alto os escores, melhor é a qualidade de vida. Os escores dos domínios podem ser agrupados e então revelar um escore único para a qualidade de vida (MARTINS, 2002).

As questões do WHOQOL-bref foram formuladas para uma escala de respostas do tipo Likert, com uma escala de intensidade (nada até extremamente), capacidade (nada até completamente), frequência (nunca até sempre) e avaliação (muito insatisfeito até muito satisfeito; muito ruim até muito bom) (FLECK *et al.*, 1999).

Dessa maneira, a versão breve do WHOQOL-100 surge como um instrumento de fácil e rápida aplicação a fim de auxiliar a prática clínica no desvendar da percepção única e subjetiva de QV que cada sujeito constrói.

A versão abreviada do WHOQOL-100 mostrou-se uma alternativa útil para as situações em que a versão longa é de difícil aplicabilidade como em estudos epidemiológicos e/ou com utilização de múltiplos instrumentos de avaliação (FLECK *et al.*, 2000).

A seguir, no Quadro 1 temos a demonstração dos quatro domínios e as 26 facetas que compõe WHOQOL-bref.

Quadro 1 - Domínios e facetas do WHOQOL-bref.

Domínio 1 - Domínio físico
3. Dor e desconforto 10. Energia e fadiga 16. Sono e repouso 15. Mobilidade 17. Atividades da vida cotidiana 4. Dependência de medicação ou de tratamentos 18. Capacidade de trabalho
Domínio 2 - Domínio psicológico
5. Sentimentos positivos 7. Pensar, aprender, memória e concentração 19. Autoestima 11. Imagem corporal e aparência 26. Sentimentos negativos 6. Espiritualidade/religião/crenças pessoais
Domínio 3 - Relações sociais
20. Relações pessoais 22. Suporte (Apoio) social 21. Atividade sexual
Domínio 4 - Meio ambiente
8. Segurança física e proteção 23. Ambiente no lar 12. Recursos financeiros 24. Cuidados de saúde: disponibilidade e qualidade 13. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades 14. Participação em, e oportunidades de recreação/lazer 9. Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima) 25. Transporte

Fonte: Adaptado de Fleck *et al.* Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida “WHOQOL-bref”. Rev Saúde Pública, n° 34, v. 2, 2000. p.178.

2.5 Aspectos Éticos e Legais

A pesquisa recebeu a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (UECE) de acordo com o parecer n° de protocolo 10029764-1, e a coleta de dados foi realizada somente após sua aprovação.

As seguintes salvaguardas, para proteger os direitos dos participantes da pesquisa, foram utilizadas: os militares idosos selecionados (de acordo com os critérios de inclusão na amostra) foram convidados a participar do estudo, cujos objetivos foram informados verbalmente, de forma que pudessem ser compreendidos claramente; mediante aceitação do convite, a permissão por escrito foi solicitada (assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido – TCLE, em duas vias: uma para o arquivamento junto à pesquisadora e outra que foi entregue ao participante) para que a coleta de dados pudesse ser iniciada; os sujeitos que não concordaram em participar do estudo não sofreram prejuízo algum. Foi garantido o anonimato aos participantes do estudo.

2.6 Análise e Apresentação de Resultados

Os dados foram organizados em tabelas, onde foram apresentadas as frequências absolutas e relativas, além das medidas estatísticas: média e desvio padrão. Os escores da escala WHOQOL-bref foram pontuados utilizando o software de análise estatística *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS versão 17.0).

Analisaram-se as médias da escala total e de seus domínios com as variáveis socioeconômicas e com as variáveis condições de saúde por meio do teste F de Snedecor. Para as análises comparativas (associação) utilizou-se como recurso a estatística analítica. As associações entre a escala e seus domínios com as variáveis socioeconômicas e com as variáveis condições de saúde foram realizadas por meio dos testes Qui-quadrado de Pearson (χ^2) ou Razão de Verossimilhança.

Para todas as análises, consideraram-se como estatisticamente significantes aquelas com os valores de $p < 0,05$, sendo sua discussão realizada por meio da utilização de literatura científica pertinente, com o intuito de responder aos objetivos propostos no presente estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Caracterização Sociodemográfica e Epidemiológica dos Idosos em Estudo

O estudo envolveu a coleta de dados sociodemográficos e epidemiológicos, bem como a aplicação de escala de aferição da qualidade de vida (WHOQOL-bref).

A idade dos militares variou de 60 a 68 anos, com média de $63,6 \pm 2,3$ anos. A grande maioria (71,9%) era casada, resultado esse semelhante a um estudo realizado em 2004, o qual mostra que em 2002, 77,3% dos idosos brasileiros do sexo masculino estavam casados (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004) e na pesquisa de Joia e Ruiz (2006) que aponta a porcentagem de 79,6% de idosos masculinos casados.

O Quadro 2, logo adiante, exhibe o perfil sociodemográfico da população em estudo.

Quadro 2 - Caracterização sociodemográfica dos policiais militares aposentados em atividade laboral no Campus do Itaperi da UECE. Fortaleza/CE, 2012.

Variáveis	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>
Faixa Etária				
60-62	12	37,5		
63-65	13	40,6	63,63	$\pm 2,311$
66-68	7	21,9		
Estado Civil				
Casado	23	71,9		
Solteiro	1	3,1		
Divorciado	4	12,5		
Viúvo	4	12,5		
Religião				
Católico	26	81,3		
Protestante	4	12,5		
Outros	2	6,2		
Escolaridade				
Até Médio Incompleto	19	59,4		
Médio Completo ou Superior	13	40,6		
Renda Familiar				
R\$ 1500-2000	9	28,1		
R\$ 2001-3500	12	37,5	550	$\pm 1590,59$
R\$ 3501-7500	11	34,4		
Anos de aposentadoria				
1-9	7	21,8		
10-17	18	56,2	13,12	$\pm 6,759$
18-26	7	25		
TOTAL	32	100		

Não há idoso com idade igual ou superior a 70 anos, uma vez que possuir 70 anos representa condução compulsória dos militares estaduais à inatividade (CEARÁ, 2006).

Consoante à escolaridade, 19 (59,4%) dos entrevistados possuem até o ensino médio incompleto e 13 (40,6%) completaram o ensino médio ou possuem curso superior. Percentuais estes bastantes superiores aos encontrados na maioria da população, uma vez que, segundo os Indicadores e Dados Básicos (IDB), em 2005, 36,3% dos nordestinos com 15 anos ou mais possuíam menos de quatro anos de estudo (RIPSA, 2008).

Em 2000, 68,8% dos idosos homens no Brasil eram alfabetizados, porém possuíam uma média de apenas cinco anos de estudos, o que demonstra que não há continuidade no processo de aprendizagem (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004).

É importante destacar que o nível de escolaridade dos idosos está acima da média encontrada no país, acredita-se que isto está relacionado ao nivelamento profissional ou ao cargo ocupado pelos idosos, sendo um fator de inclusão social, pois favorece a interação dos idosos com as demais gerações, incluindo nisto o domínio de novas tecnologias e o maior envolvimento cultural.

Constata-se que a condição financeira da amostra deste estudo enquadra-se em uma minoria, quando comparado à população em geral do Ceará, já que possui uma renda bastante superior a um salário mínimo mensal, chegando a ser de três a quinze vezes o valor do mesmo.

De acordo com a síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, a renda domiciliar per capita das pessoas de 60 anos ou mais estava em torno dos 43,2% os que recebiam até um salário

mínimo, 29% de um a dois salários mínimos e 22,9% com renda de mais de dois salários mínimos (BRASIL, 2010b).

De acordo com o IDB, dos 8.097.276 cearenses, 4.480.592 sobrevivem com menos de meio salário mínimo, o que representa mais de 55% da população do estado (RIPSA, 2008).

A melhor notícia, contudo, é que de 1998 a 2008 ocorreu uma forte queda tanto na taxa de pobreza, como na taxa de indigência. Indicando que nesse período houve, de fato uma queda na proporção de idosos pobres (renda domiciliar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ de salário mínimo por mês), bem como na proporção de indigentes (renda domiciliar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo). Em 1998, 46,21% dos idosos eram pobres e 13,57% dos idosos eram indigentes, já em 2008 esses percentuais caíram para 21,30% e 3,15%, respectivamente. (SALES; BARBOSA; OLIVEIRA, 2009).

Com a observação dos dados levantados, pode-se evidenciar uma melhoria na situação do idoso que é um acontecimento desejável para uma população que construiu sua história pessoal e merece todo respeito e atenção.

O idoso aposentado precisa, muitas vezes, permanecer trabalhando por necessidade financeira, considerando-se que, para grande maioria dos brasileiros, os valores recebidos como aposentadoria não cobrem as suas necessidades e as de seus dependentes, principalmente quando cabe ao idoso o papel de mantenedor do grupo familiar (BULLA; KAEFER, 2003).

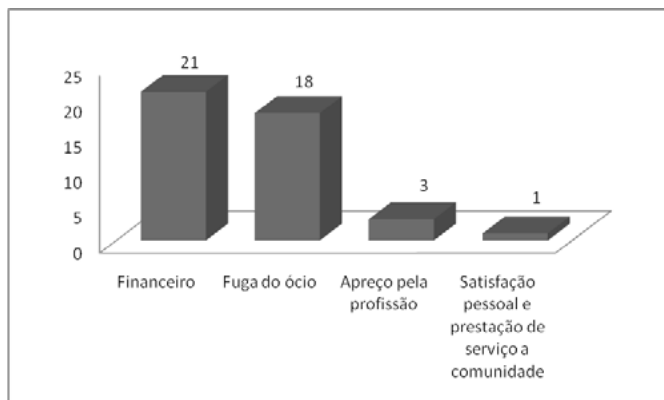
Todos os entrevistados relataram ter uma religião, sendo em maior número os católicos com 26 representantes (81,3%). Dados que estão em conformidade com Dalgalarrondo e Flo-

riano (2007) que referiram que a maioria (67%) dos idosos de seu estudo era católica.

A totalidade da amostra do estudo encontrava-se aposentada por tempo efetivo de serviço. Com relação ao tempo de aposentadoria, a média ficou entre 12 e 13 anos.

Quando interrogados acerca da motivação em regressar a atividade laboral 21 (65,6%) citaram a necessidade financeira, 18 (56,2%) falaram em fuga do ócio, 3 (9,4%) citaram apreço em exercer a profissão e 1 (3,1%) revelou satisfação pessoal e prestação de serviço à comunidade (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Motivos para o retorno dos policiais idosos aposentados à atividade laboral. Fortaleza/CE, 2012.



N=32. Há possibilidade de mais de uma resposta.

Em um estudo que buscou desvendar o motivo de reintegração no mercado de trabalho na Universidade Federal de Santa Maria, apenas 13,3% dos entrevistados se referiram com motivação ao caráter financeiro, enquanto 40% se referiram à satisfação em realizar a atividade laboral (MOTA; OLIVEIRA; ROCHA, 2005).

Diante deste achado é viável referir que nos últimos anos o idoso passou a permanecer no mercado de trabalho não por satisfação pela atividade que exerce, mas por uma obrigação, uma necessidade financeira, uma forma de aumentar a renda familiar ou para manter o padrão de vida que a família possuía.

A enfermagem do trabalho no desenvolvimento de suas tarefas proativas e humanas, não se distancia muito da assistência de enfermagem num plano mais geral, pelo fato de que o saber da enfermagem do trabalho atuará dando certa sustentabilidade a este grupo humano em destaque, sendo um profissional presente em momentos de desafios, desabafos e escuta; um agente ativo na programação de atividades que proporcionam descontração e motivação ao trabalhador em seu ambiente de trabalho.

O destaque agora é para os fatores de risco que os policiais militares estão envolvidos, como mostrado no Quadro 3. 7 (21,9%) são tabagistas, 18 (56,3%) deixaram de fumar e 7 (21,9%) nunca fumaram. Já com relação ao etilismo, 15 (46,9%) fazem uso de álcool, 10 (31,3%) deixaram de ingerir bebidas alcoólicas e 7 (21,9%) nunca fizeram ingestão de álcool.

Quadro 3 - Fatores de risco dos policiais militares aposentados em atividade laboral no Campus do Itaperi da UECE. Fortaleza/CE, 2012.

Variáveis	<i>f</i>	%
Tabagismo		
Sim	7	21,9
Não	7	21,9
Ex-tabagista	18	56,3
Etilismo		
Sim	15	46,9
Não	7	21,9
Ex-etilista	10	31,2
Total	32	100

Conforme o IDB, entendendo-se consumo regular de cigarros como o indivíduo que fuma atualmente ou já fumou pelo menos 100 cigarros na vida, nos anos de 2002 e 2003, o Nordeste possuiu as menores proporções em relação às regiões brasileiras. Porém, Fortaleza é a capital nordestina que apresentou o maior índice, 23,9%, de homens com 15 anos ou mais que fazem consumo regular de cigarros. Neste mesmo período, em relação ao consumo de álcool do sexo masculino com 15 anos ou mais, Fortaleza apresenta-se como a segunda capital brasileira com maior índice, 18,4%, perdendo somente para Recife (RISPA, 2008).

Um estudo recente realizado por Marinho *et al.* (2010) mostra que o número de idosos que apresentam o hábito do tabagismo ainda é considerado alto no mundo todo. O número total de idosos incluídos nos levantamentos foi 140.058, com dados disponíveis em todos os continentes. A prevalência de tabagismo foi de 13% em ambos os sexos (22% homens e 8% mulheres).

Os idosos possuem este hábito por várias décadas e viveram a época da valorização do cigarro, na qual ser fumante era algo chique e não havia campanhas antitabagistas, em razão disso, hoje eles apresentam certa resistência em deixar o vício.

Nas últimas décadas, o uso e o abuso de álcool têm aumentado drasticamente, constituindo-se em um dos maiores riscos à saúde da população mundial. Conforme o relatório sobre a saúde no mundo, o uso de álcool constituía o principal risco à saúde nos países em desenvolvimento e na região das Américas, era o principal fator de risco entre os 27 fatores avaliados na carga de morbidade (OPAS, 2007).

Os principais fatores de risco e estressores psicossociais associados ao abuso do álcool em idosos são a viuvez, a aposentadoria, a solidão, o isolamento social e as doenças crônicas. Nesta fase de suas vidas, é comum desenvolverem reações de luto diante das perdas familiares ou de pessoas íntimas com quem conviveram durante a sua juventude. Estas ações poderiam contribuir para o consumo problemático do álcool (CASTILLO *et al.*, 2008).

O etilismo se configura como um problema social com repercussões em todas as áreas da vida da pessoa, e quando é o idoso o sujeito vítima desta droga, deve se investigar se o uso do álcool não está envolvido no aparecimento de alguma doença clínica ou psiquiátrica como depressão, insônia, doenças cardiovasculares e quedas frequentes.

Com relação às comorbidades, 12 (37,5%) relataram não portar nenhum processo patológico crônico ou alergia, 8 (25%) referiram apenas uma patologia e 12 (37,5%) são acometidos por três ou mais doenças.

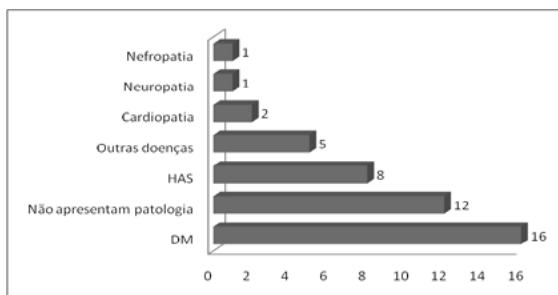
Um maior percentual de idosos não apresentar nenhuma enfermidade reflete a possibilidade do envelhecimento saudável, o que se confirma em cinco dos indivíduos entrevistados, pois relataram que realizam consulta médica e exames periodicamente, tendo cinco deles afirmado que a sua última consulta em um serviço de saúde foi há menos de cinco meses. Os sete demais não procuram um serviço de saúde há mais de um ano, destes, três não vão a uma consulta médica há mais de cinco anos e dois, há mais de dez anos. Isto faz crer na possibilidade do não acometimento patológico, ou de possuir alguma doença que ainda não tenha sido diagnosticada.

De acordo com o Gráfico 2, dos que apresentaram alguma comorbidade, 16 apresentam *diabetes mellitus* (DM), 8 possuem hipertensão arterial sistêmica (HAS), 5 relatam outras patologias, 2 possuem cardiopatia, 1 referiu neuropatia e 1 é portador de nefropatia. Houve maior associação entre a HAS e DM, com cinco pacientes possuindo ambas as enfermidades.

No Brasil são cerca de 17 milhões de portadores de HAS, com uma prevalência na população urbana adulta brasileira, variando de 22,3% a 43,9%, dependendo da cidade. Todavia, estima-se, com relação à população idosa brasileira, que este índice seja de pelo menos 65% (BRASIL, 2006).

Dados do IDB mostram que, para pessoas de 60 anos ou mais, os maiores percentuais de HAS são observados em cidades do sul e sudeste do país. É possível que este achado seja também consequência do maior acesso a serviços de saúde entre as cidades das duas regiões mais ricas do país. Em 2002 e 2003, em Fortaleza, 23,3% da população masculina de 25 anos ou mais afirmou possuir diagnóstico de HAS (RISPA, 2008).

Gráfico 2 - Comorbidades apresentadas pelos policiais militares aposentados em atividade laboral no Campus do Itaperi da UECE. Fortaleza/CE, 2012.



N=32; Há possibilidade de mais de uma resposta.

Em se tratando de DM, em 1995, atingia 4,0% da população adulta mundial e, em 2025, deve alcançar a cifra de 5,4%. A maior parte desse aumento se dará em países em desenvolvimento, acentuando-se, nesses países, o padrão atual de concentração de casos na faixa etária de 45-64 anos. No Brasil, no final da década de 1980, essa prevalência variava de 3% a 17% entre as faixas de 30-39 e de 60-69 anos. Em 2005, estima-se que 11% da população brasileira com idade igual ou superior a 40 anos são portadores de DM, o que representa cerca de 5 milhões e meio de brasileiros (BRASIL, 2006b).

A incidência do DM aumenta com a idade e apresenta-se como uma patologia que acarreta várias consequências que influenciam na qualidade de vida, podendo limitar o desempenho e eficácia do idoso no seu exercício profissional.

A atuação da enfermagem do trabalho, neste contexto, é voltada para a programação de atividades de educação para a saúde dos trabalhadores, para que estes a partir de uma interação com o enfermeiro adquiram conhecimentos e incrementem competências para a manutenção de uma boa saúde ou para que evite agravamentos de doenças crônicas.

Constatou-se que 7 (21,8%) dos policiais entrevistado já sofreram algum tipo de acidente do trabalho típico, ou seja, aquele decorrente das características da atividade profissional desempenhada. Desses 7, 3 (9,4%) referiram fraturas ósseas, 2 (6,3%) foram vítimas de perfuração por arma branca (PAB) e 2 (6,3%) tiveram perfuração por arma de fogo (PAF), como demonstrado no Quadro 4, logo adiante.

O IDB revela que o Brasil teve, em 2005, uma taxa de incidência de acidentes do trabalho típicos de 16 a cada 10 mil trabalhadores (RISPA, 2008). No ano de 2007, houve no Brasil

414.785 registros de acidentes do trabalho típico, e tratando-se dos trabalhadores do sexo masculino entre 60 a 69 anos idade, tem-se 3.750 (BRASIL, 2008).

Quadro 4 - Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais referidas pelos policiais militares aposentados em atividade laboral no Campus do Itaperi da UECE. Fortaleza/CE, 2012.

Variáveis	f	%
Acidentes de trabalho		
Não	25	78,1
Fraturas ósseas	3	9,4
PAB	2	6,3
PAF	2	6,3
Doenças Ocupacionais		
Não	25	78,1
Distúrbios do sono	4	12,5
Osteomuscular	3	9,4
Total	32	100

Ainda de acordo com o Quadro 4, temos os números referentes às doenças ocupacionais, que apesar da maioria (78,1%) dos militares não terem sido acometidos de nenhuma doença, ainda registramos 7 (21,9%) sujeitos com algum acometimento relacionado ao trabalho.

Doenças ocupacionais são as moléstias de evolução lenta e progressiva, originárias de causa igualmente gradativa e durável, vinculadas às condições de trabalho. A legislação em vigor subdivide e equipara as doenças ocupacionais em: doença profissional e doença do trabalho, conforme artigo 20, incisos I e II da Lei 8.213/1991 (CHATTERJI; BICKENBACH, 2010).

Tem-se, em 2007, em todo o país um total de 20.786 trabalhadores acometidos por doenças relacionadas à atividade

laboral e no estado do Ceará este número é de 472, este número cai para sete quando se tem trabalhadores do sexo masculino entre 60 a 69 anos idade (BRASIL, 2008).

O trabalho policial é marcado pelo regime de plantão que pode gerar distúrbios fisiológicos do sono e articulares, possivelmente causados pela inexistência e/ou inadequação de lugares de repouso. As jornadas rotativas de trabalho na terceira idade podem ainda potencializar problemas de saúde e desorganizarem a vida familiar e social dos trabalhadores.

Para o transtorno do ciclo vigília-sono devido a fatores não-orgânicos, apresentam-se como fatores de risco a má adaptação à organização do horário de trabalho (trabalho diurno e/ou trabalho noturno) e para as enfermidades do sistema osteomuscular podem desenvolver-se por posições forçadas e gestos repetitivos, ritmo de trabalho penoso e/ou condições difíceis de trabalho (BRASIL, 2001).

3.2 Avaliação da Qualidade de Vida dos Militares Idosos

As respostas do instrumento WHOQOL-Bref foram analisadas de acordo com os escores obtidos pela conversão dos escores brutos em escores transformados, utilizando-se a escala de transformação de 0-100%. Primeiramente serão analisados os resultados referentes aos diferentes domínios da escala WHOQOL-bref. A Tabela 1 ilustra a média específica obtida em cada domínio.

O maior escore dentre os domínios foi alcançado pelo físico, com média de $72,10 \pm 13,89$. Logo após, o domínio psicológico com média $67,79 \pm 12,23$, seguido do domínio social tendo média de $66,67 \pm 8,45$. Por último, aparece o domínio ambiental com média $55,76 \pm 12,38$.

Tabela 1 - Média dos quatro domínios da escala WHOQOL-bref. Fortaleza/CE, 2012.

	Domínio Físico	Domínio Psicológico	Domínio Social	Domínio Ambiental	Total da Escala
Média	72,10	67,79	66,67	55,76	61,57
Desvio padrão	13,89	12,23	8,45	12,38	8,99
Mínimo	39,29	46,15	0,00	31,25	39,42
Máximo	96,43	92,31	91,67	84,38	74,04

Com relação ao total de escore da escala WHOQOL-bref, observa-se uma média de $61,57 \pm 8,99$. Essas estatísticas mostram que a QV da amostra de maneira geral é boa.

O domínio físico apresentou a maior média e a maior pontuação máxima, aspecto divergente da literatura, em se tratando de uma população de idosos. Em um estudo realizado em Siderópolis com idosos, o domínio físico obteve a pior média, segundo a autora, a capacidade física vai se declinando, ao passo que dores, problemas com sono, alterações de mobilidade vão progredindo (CHEPP, 2006).

A maior influência do domínio físico na qualidade de vida global desses idosos ressalta a importância de se considerar a capacidade funcional como importante fator de impacto nas condições de bem-estar dos idosos.

O domínio psicológico possui a segunda maior média, revelando que a QV depende, então da interpretação emocional que cada indivíduo faz dos fatos e eventos e está intimamente relacionada à percepção subjetiva dos acontecimentos e condições de vida.

Nesse sentido, a qualidade de vida do idoso compreende a consideração de diversos critérios de natureza biológi-

ca, psicológica e social, pois vários elementos são apontados como determinantes ou indicadores de satisfação na velhice: longevidade, saúde biológica, saúde mental, satisfação, controle cognitivo, competência social, produtividade, eficácia cognitiva, status social, continuidade de papéis familiares e ocupacionais e continuidade de relações informais com amigos (HEINONEN *et al.*, 2004).

A média elevada do domínio social sugere que os idosos em estudo apresentam um suporte social adequado às suas necessidades, denotando, em especial, um bom relacionamento familiar, além das relações interpessoais e do apoio social.

Com a menor média aparece o domínio ambiental, propiciando uma queda na qualidade de vida do indivíduo, já que a QV na velhice apresenta relação direta com a existência de condições ambientais que permitam aos idosos desempenhar comportamentos biológicos, sociais e psicológicos adaptativos. As condições ambientais relacionam-se com a qualidade de vida percebida (NERI, 2004).

Examinando-se a questão que demonstra como o entrevistado avalia sua qualidade de vida, tem-se uma média de $49,38 \pm 16,84$ e a resposta para satisfação com a saúde apresenta uma média de $55,62 \pm 17,40$ (Tabela 2). Ambas as médias enquadram as respostas entre o percentual de 41 a 60% representando o escore 3 da escala WHOQOL-bref, assim, a avaliação da QV foi dita como nem ruim, nem boa e a satisfação com a saúde relatada como nem insatisfeito, nem satisfeito.

Tabela 2 - Média das duas questões gerais sobre qualidade de vida da escala WHOQOL-bref. Fortaleza/CE, 2012.

	q1 – Avaliação da própria QV	q2 – Satisfação com a própria saúde
Média	49,38	55,62
Desvio padrão	16,84	17,40
Mínimo	,00	20,00
Máximo	80,00	80,00

Como se observa na Tabela 3, apenas o domínio 3 (social) não apresenta correlação linear estatisticamente significativa com a idade ($r = 0,268$; $p > 0,05$). Os demais se correlacionaram com essa variável de maneira diretamente proporcional.

Tabela 3 - Coeficiente de correlação entre a idade dos policiais militares e os domínios da escala WHOQOL-bref. Fortaleza/CE, 2012.

	Domínio 1 (Físico)	Domínio 2 (Psicológico)	Domínio 3 (Social)	Domínio 4 (Ambiental)	Total da Escala
Idade	0,934	0,896	0,268	0,675	0,682

A família é uma das instituições mais importantes e eficientes no tocante ao bem-estar dos indivíduos, ela é vista como a fonte de apoio informal mais direta para a população idosa (CAMARANO *et al.*, 2004).

Cabe ressaltar que, um convívio social positivo, próximo e estável é o principal determinante de um alto nível de qualidade de vida, numa análise pessoal subjetiva (FERRAZ; PEIXOTO, 1997).

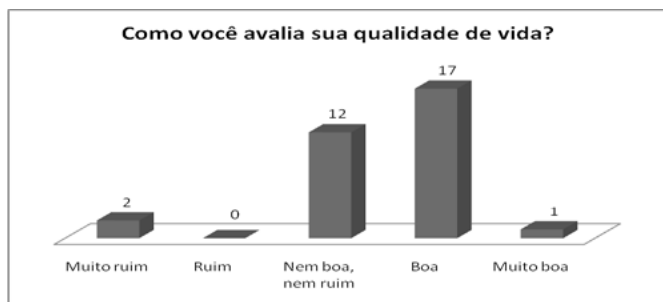
Chepp (2006) elucida a importância das redes sociais na velhice, sendo destacada como um fator positivo que influencia não somente o domínio psicológico, mas também os demais

construtos. As redes sociais insatisfatórias correlacionam-se com piores escores na qualidade de vida relacionada à saúde, além de piores escores de componentes físicos nos homens.

Quando se analisa as respostas das duas questões gerais sobre QV, a maioria da amostra, 17 (53,1%) policiais militares avalia sua QV como boa, enquanto, a insatisfação com a saúde predomina em 14 (43,7%) dos entrevistados (Gráficos 5 e 6). A distinção entre os padrões destas respostas revelam a interpretação coerente da distinção do conceito de QV e de saúde para os idosos entrevistados.

Segundo Ferraz e Peixoto (1997) isto pode ter sido evidenciado em decorrência de que, embora a saúde seja considerada um indicador objetivo de qualidade de vida, as pessoas têm uma interpretação subjetiva da própria saúde, desde que os problemas relacionados a esta não representem limitações à sua vida tanto ao nível individual como social.

Gráfico 4 - Avaliação do grau de qualidade de vida dos policiais militares aposentados em atividade laboral. Fortaleza/CE, 2012.



Não há dúvidas de que o estado de saúde seja considerado um componente imprescindível para o bem-estar humano e, assim, para a melhoria da QV. Entretanto, saúde e QV não

podem ser consideradas sinônimas (CHATTERJI; BICKENBACH, 2010). A avaliação da QV envolve um conceito mais amplo, comportando outros fatores de vida do indivíduo, conforme se evidencia nos domínios da escala (físico, psicológico, social e ambiental), a saúde perpassa por somente um destes domínios analisados.

O declínio gradual das funções fisiológicas do organismo, pertinentes ao envelhecimento, como a perda da elasticidade da pele, da força muscular, da sensibilidade dos órgãos do sentido, da memória, dentre inúmeras outras alterações, associado aos processos patológicos desenvolvidos na terceira idade, são fatores que podem determinar a visão insatisfatória do idoso com a sua saúde.

Gráfico 5 - Avaliação do grau de satisfação com a saúde dos policiais militares aposentados em atividade laboral. Fortaleza/CE, 2012.



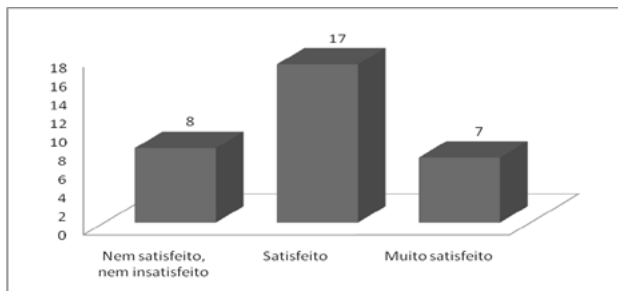
É interessante relatar que embora 14 (43,75%) dos idosos estejam insatisfeitos com sua saúde, 20 (62,5%) deles informaram ser portadores de uma ou mais enfermidade. Mais uma comprovação de que a percepção de saúde é bastante individual, influenciada por um contexto do sistema cultural e de valores em que o indivíduo vive, não diz respeito apenas à presença ou não de doenças.

Uma vez que o presente estudo possui como amostra idosos aposentados que retornaram ao mercado de trabalho, há a necessidade de se analisar isoladamente a faceta da escala que avalia a satisfação da capacidade para trabalho. Tem-se que, 8 (25%) dos policiais militares estão nem insatisfeitos, nem satisfeitos com o desempenho laboral, 17 (53,1%) estão satisfeitos, 7 (21,9%) estão muito satisfeitos e nenhum referiu o parâmetro muito insatisfeito ou insatisfeito (Gráfico 6).

Mesmo com as condições adversas de trabalho, carga horária excessiva de dozes horas de serviço, ambiente de trabalho hostil, ergonomicamente desfavorável e, para alguns, atividade noturna, todos estes adicionados às limitações do processo de envelhecimento, a maioria dos entrevistados julgou-se satisfeita ou muito satisfeita com a sua capacidade produtiva.

Conforme elucida Araújo (2010), o senso de autoeficácia, ou seja, o que a pessoa idosa pensa de sua habilidade e capacidade de organizar e executar ações para alcançar determinados resultados, é de suma importância para atingir qualidade de vida na velhice.

Gráfico 6 - Satisfação quanto à capacidade para o trabalho dos policiais militares aposentados em atividade laboral. Fortaleza/CE, 2012.



A satisfação que o trabalhador idoso apresenta em relação a sua capacidade de trabalho é quesito que reflete diretamente em sua QV, pois refere a proporção de capacidade funcional, a sensação de se sentir útil e valorizado perante a sua família e sociedade.

A Tabela 4 apresenta os coeficientes de correlação entre os domínios da escala, as duas questões gerais sobre QV e o total de escores da escala. Observa-se que há correlação ($p < 0,05$) entre o total de escores da escala e todos os domínios da escala, exceto o domínio físico, ou seja, a QV geral dos policiais militares aposentados em atividade laboral não foi afetada pelas questões pertinentes ao domínio físico.

O domínio físico apresenta forte correlação ($p = 0,000$) com a questão que avalia a satisfação do indivíduo com a sua saúde, e nenhum dos outros domínios demonstraram correlação estatisticamente significativa.

Dessa forma, as condições de saúde estão influenciadas pelas questões da esfera biológica (dor e desconforto, sono e repouso, energia e fadiga, mobilidade, atividades de vida cotidiana, dependência de medicamentos ou de tratamentos e capacidade para o trabalho). Porém, a somatória de toda a escala não aparece correlacionada a esta questão da satisfação do indivíduo com a sua saúde ($p = 0,153$).

Esses resultados corroboram com as teorias do envelhecimento ativo e produtivo, que associam a realização de atividade de vida diária e a disposição ao trabalho, ao bem estar físico e sugerem que pessoas ativas estão menos propensas a doenças, desconfortos físicos, desajustamentos e patologias.

Tabela 4 - Coeficiente de correlação entre os domínios da escala WHOQOL-bref. Fortaleza/CE, 2012.

	Domínio 1 (Físico)	Domínio 2 (Psicológico)	Domínio 3 (Social)	Domínio 4 (Ambiental)	q ¹	q ²	Escala Total
Domínio 1		0,157	0,018	0,391	0,354	0,000	0,112
Domínio 2	0,157		0,009	0,016	0,150	0,469	0,000
Domínio 3	0,018	0,009		0,009	0,003	0,114	0,000
Domínio 4	0,391	0,016	0,009		0,235	0,218	0,000
q ^{1*}	0,354	0,150	0,003	0,235		0,301	0,027
q ^{2**}	0,000	0,469	0,114	0,218	0,301		0,153
Escala Total	0,112	0,000	0,000	0,000	0,027	0,153	

* autoanálise da QV; ** satisfação do indivíduo com a sua saúde

A questão que demonstra a avaliação do sujeito da pesquisa com a sua QV expressa correlação com o domínio social ($p = 0,003$) denotando significância das relações pessoais, apoio social e atividade sexual - facetas deste domínio - com a percepção da própria QV.

O estudo de Garcia *et al.* (2005) sobre a qualidade de vida na terceira idade confirma nossos achados, pois os idosos relatam que ter qualidade de vida é ter um bom convívio social com todos, particularmente com vizinhos e amigos; um bom relacionamento familiar incluindo uma boa educação dos filhos e netos; capacidade para estabelecer contatos com as pessoas e fazer novas amizades; e um bom relacionamento com o cônjuge.

Intrínseco ao bom relacionamento com o cônjuge está a capacidade e desempenho sexual. É bom ter em mente que, na ausência de doença, apesar das mudanças fisiológicas e anatômicas produzidas na idade avançada, tanto homens como mulheres podem continuar a desfrutar das relações sexuais. Porém,

este fato pode ser influenciado pelas condições psicológicas e por fatores externos como problemas financeiros e longa jornada de trabalho.

Esta questão de autoanálise da QV (q1) e o total de escores da escala apresentaram correlação ($p = 0,027$), entendendo-se que a visão que o indivíduo tem da sua QV representa de fato a QV que o mesmo possui, segundo os parâmetros de avaliação da escala.

Apreciando-se as correlações entre os domínios, tem-se que o domínio físico possui correlação com o domínio social ($p = 0,018$). O domínio psicológico apresenta correlação com o domínio social ($p = 0,009$) e o domínio ambiental ($p = 0,016$). Por fim, o domínio ambiental tem correlação com o domínio social ($p = 0,009$).

Estas inúmeras correlações entre os domínios fortalecem claramente a prerrogativa de que a QV do homem constitui o conjunto dos fatores biológicos, físicos, psicológicos, espirituais, sociais, ambientais, dentre vários outros que constituem o ser humano de forma intrínseca ou que extrinsecamente influenciam o mesmo.

Desta forma, mostra-se provável que o ambiente físico seja no lar ou no trabalho, os recursos financeiros, as oportunidades de lazer e cuidados de saúde e a disponibilidade de transporte do idoso estejam ligadas a domínios da vida do trabalhador idoso, influenciando negativa ou positivamente em sua autoestima.

Idosos que vivem em ambientes inseguros são menos propensos a saírem sozinhos e, portanto, estão mais susceptíveis ao isolamento e à depressão, bem como a ter mais proble-

mas de mobilidade e pior estado físico, o que vem a influenciar a qualidade de vida. Idosos com limitações em seu ambiente físico têm cinco vezes mais chances de sofrer depressão, bem como a moradia e o ambiente físico adequados têm influência positiva na qualidade de vida do idoso (THOMÉ *et al.*, 2004).

Numa compreensão mais abrangente, considerando aspectos integrais dos indivíduos, encontramos a QV enquanto um processo de construção subjetiva e individual, mas influenciada pelos aspectos culturais, sociais e ambientais no qual o indivíduo está inserido (FLECK *et al.*, 2000).

O conceito de qualidade de vida está relacionado à autoestima e ao bem-estar pessoal e abrange uma série de aspectos como a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o próprio estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive (VECCHIA *et al.*, 2005).

No idoso, a qualidade de vida pode ser percebida como boa ou ruim de acordo com a forma como cada indivíduo vivencia a velhice, podendo variar entre os dois extremos (muito bom e péssimo) (REIS *et al.*, 2009).

Neri (2004) defende que a atividade laboral favorece a obtenção de satisfação pessoal para o idoso, uma vez que empresta significado à existência e pode contribuir para a ocorrência de interação social significativa, para a profilaxia e cura do estresse e para a prevenção de doenças, prolongando o tempo de vida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novos estudos têm sido desenvolvidos tendo como objeto central de estudo a qualidade de vida do homem, com a valorização da felicidade, bem-estar e melhores condições de vida. Neste contexto, o presente estudo teve o propósito de revelar a relação entre envelhecimento, trabalho e qualidade de vida.

A partir do processo de análise, considerou-se que os policiais militares idosos vêm retornando ao mundo do trabalho ultrapassando preconceitos, estigmas e discriminações, impondo-lhes incontáveis desafios – por opção ou necessidade -- optam por se manter em atividade, sendo o fator financeiro o mais prevalente.

Ao analisar a qualidade de vida por meio da escala abreviada da OMS, WHOQOL-bref, tem-se nesta população de idosos, escores compatíveis com qualidade de vida satisfatória, principalmente no aspecto físico. A autoavaliação da qualidade de vida foi dita como boa por mais da metade dos sujeitos. A satisfação com a capacidade para o trabalho foi considerada, pela maior parte da amostra, como satisfatória.

Assim, a qualidade de vida na população estudada encontrou-se adequada para a manutenção de um envelhecimento saudável. O conhecimento de parâmetros de qualidade de vida nesta faixa da população, que vem crescendo rapidamente, é de extrema importância quando se visam ações de enfermagem do trabalho que objetivem a aliança entre um envelhecimento bem sucedido, com autonomia e independência e um trabalho que traga satisfação aos anos adicionais de vida.

Diante disso, este estudo trouxe um perfil de como se configura a situação do idoso que se encontra inserido em atividades produtivas, não esgotando o assunto, contudo proporcionando subsídios para que enfermeiros envolvidos nesta temática fiquem mais inteirados, já que tornou-se essencial aprofundar o debate sobre a relação entre trabalho e saúde, bem como sobre o reconhecimento dessa relação, de modo a garantir amparo legal ao trabalhador e, principalmente, aplicar mudanças positivas nas situações de trabalho.

Mesmo a QV do idoso em estudo tendo demonstrado ser positiva em sua maioria, cabe ao enfermeiro do trabalho propor intervenções nesta amostra, pois foram apontados alguns aspectos de insatisfação modificáveis, como a situação de saúde/doença e os relacionamentos sociais.

No campo de prevenção e promoção de saúde, o enfermeiro do trabalho tem um papel crucial para identificar necessidades, planejar intervenções e colaborar no desenvolvimento de programas de prevenção de acidentes de trabalho.

Outro fator que deve ser de interesse para a enfermagem do trabalho é a preparação deste idoso para a aposentadoria, pois é uma nova realidade que deve ser vivida depois de várias décadas dedicadas a vida profissional e certamente acarretará consequências positivas ou negativas.

A assistência de enfermagem à saúde do trabalhador deve lançar mão do desenvolvimento constante dos processos cognitivos e intelectual do trabalhador idoso, a partir de atividades pedagógicas e lúdicas que estimulem o desenvolvimento mental destes que precisam ou desejam continuar a contribuir com o mundo do trabalho.

Mesmo que a política da instituição não seja acessível e favorável às ações da enfermagem do trabalho, não podemos nos privar de mostrar a importância e a dimensão das nossas responsabilidades como enfermeiros do trabalho, destacando que nossas estratégias são efetivas, trazem resultados para o local de trabalho e para o trabalhador, pois amplia o espaço de participação do idoso na sociedade como cidadão, contribuinte, profissional e ser humano com direitos, deveres, conquistas e superações. Alguém capaz de trabalhar, contribuir, ter ideias, gerar renda, ensinar e também aprender.

Neste sentido, a enfermagem do trabalho poderá planejar ações que incentivem a implantação de um ambulatório de saúde ocupacional dentro da UECE, não visando apenas ao bem-estar deste grupo em foco, mas de todos os trabalhadores da instituição. Organizar palestras procurando conscientizar e ensinar medidas de proteção para se evitar acidentes de trabalho; incentivo ao uso de equipamentos de proteção individual e coletivo que viabilizam melhorias no ambiente em que trabalha; estimular a prática de ginástica laboral para amenizar os efeitos do sedentarismo, da monotonia e da repetição. Estas ações são simples, entretanto de grandioso retorno, visto que trazem uma maior satisfação profissional e, sobretudo resultados positivos na situação de saúde/doença dos trabalhadores.

Referências

ARAÚJO, E.N.P. Intervenções Psicogerontológicas na Promoção de Envelhecimento Bem-sucedido. IN: MALAGUTTI, W.; BERGO, A.M.A. **Abordagem Interdisciplinar do Idoso**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados do Censo 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultadosdocenso2010.php>>. Acesso em: 13 jan 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em 10 jan 2012.

_____. Ministério da Saúde do Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde**. Brasília. Série A. Normas e Manuais Técnicos. n.114, 2001. 580p.

_____. Ministério da Saúde do Brasil. **Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde**. Brasília: Caderno da Atenção Básica - n°15, 2006. 58 p.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho: AEAT 2007**. Brasília: MTE: MPS, 2008. 718 p.

BULLA, L.C.; KAEFER, C.O. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. **Rev. Virtual Textos & Contextos**. n.2, dez, 2003.

CAMARANO, A. A; KANSO, S.; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro? IN: CAMARANO, A.A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** IPEA: Rio de Janeiro, 2004.

CAMARANO, A. A *et al.* Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. IN: CAMARANO, A.A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** IPEA: Rio de Janeiro, 2004.

CARROL, R. E. *et al.* A comparison of the whoqol-100 and the whoqol-bref in detecting change in quality of life. **Quality of life research**. n.9, p. 121-24, 2000.

CASTILLO, B. A. A. *et al.* Situações estressantes de vida, uso abusivo de álcool e drogas em idosos de Monterrey, México. **Rev Lat. Am. Enf.** Ribeirão Preto, v.16(especial), p. 280-292, mai/jun 2008.

CEARÁ. **Lei n. 12.098**, de 05 de maio de 1993. Autoriza a Reversão de Policiais Militares da Reserva Remunerada ao Serviço Ativo, nas condições que indica e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 06 mai. 93.

CEARÁ. **Lei n. 13.729**, de 11 de janeiro de 2006. Dispõe sobre o estatuto dos militares estaduais do Ceará e dá outras providências. Diário Oficial do Estado n 80, Poder Executivo, Fortaleza, CE, 28 abr. 06.

CHATTERJI, S.; BICKENBACH, J. Considerações sobre a qualidade de vida. IN: COSTA, H. J. **Manual de Acidente do Trabalho**. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2010.

CHEPP, C.C. **Estudo transversal da qualidade de vida através da escala WHOQOL-bref da população octogenária e nonagenária de Siderópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso de Medicina da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2006.

DALGALARRONDO, P.; FLORIANO, P. J. Saúde mental, qualidade de vida e religião em idosos de um Programa de Saúde da Família. **J Bras Psiquiatr**, v. 56, n. 3, p. 162-170, 2007.

FERRAZ, A.F.; PEIXOTO, M.R.B. Qualidade de vida na velhice: estudo em uma instituição pública de recreação para idosos. **Rev.Esc. Enf.USP**. v.31, n.2, 1997, p.316-38.

FLECK, M.P.A *et al.* Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHO-QOL-100). **Rev. Bras. Psiquiatr.**, v. 21, n.1, 1999, p.19-28.

_____. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". **Rev. Saúde**

Pública. v.34, n.2, 2000, p.178-83.

GARCIA, E. L. *et al.* Social network and health related quality of life in older adults: a population-based study in Spain. **Quality of Life Research**, [S.l.], v. 14, n.2, p. 511-20, mar. 2005.

HEINONEN, H. *et al.* Is the evaluation of the global quality of life determined by emotional status? **Quality of Life Research**, [S.l.], v. 13, n.8, p. 1347-56, 2004.

LEITE BARBOSA, A. P. A pesquisa científica. IN: Tipologia. Níveis. **O projeto Metodologia de Pesquisa Científica**. Fortaleza: UECE, 2001. p.249-314.

LOPES, R.G.C. **Saúde na velhice**: interpretações sociais e os reflexos no uso de medicamentos. São Paulo: EDUC, 2000.

MARINHO, V. *et al.* Tobacco use among the elderly: a systematic review and meta-analysis. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2010, v.26, n.12, p. 2213-2233, 2010.

MARTINS, M. M. **Qualidade de vida e capacidade para o trabalho dos profissionais em enfermagem no trabalho em turnos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós – Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2002.

MOTA, M.S. OLIVEIRA, C.R. ROCHA, R.A. Aposentadoria precoce e a reintegração do aposentado no mercado de trabalho: as motivações dos servidores aposentados da UFSM/RS. **Anais do XII SIMPEP** - Bauru, SP, Brasil, 2005.

NERI, A.L. Qualidade de vida na velhice. IN: REBELLATO, J.R.; MORELLI, J.G.S. **Fisioterapia Geriátrica**: a Prática da Assistência ao Idoso. São Paulo: Ed. Manole, 2004. p.01-36.

OLIVEIRA, J.C. O dia seguinte da aposentadoria: sonhos e realidade. IN: BARROS JÚNIOR, J.C. (Org.). **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. São Paulo: Edicon, 2009, p.283-293.

OPAS Organização Pan-Americana da Saúde. **A Saúde nas Américas**. 2007. In: Washington, D.C. Publicação Técnica e Científica. n. 622, p.177-181, 2007. Disponível em: <<http://www.paho.org/HIA/index.html>>. Acesso em 13 jan 2012. 60p.

REIS, L. A. et al. Avaliação da qualidade de vida em idosos portadores de diabetes mellitus tipo 2. **C&D-Ver. Eletr. Fainor**, Vitória da Conquista, v.2, n.1, p.64-76, jan./dez. 2009.

RIPSA. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil**: conceitos e aplicações / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

SALES, R.; BARBOSA, E.; OLIVEIRA, J. Perfil do idoso no Ceará 1998 a 2008. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará 2009** (IPECE). Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_80.pdf>. Acesso em 11 jan 2012.

SOUSA, V. D.; DRIESSNACK, M.; MENDES, I. A. C. Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem. Parte 1: desenhos de pesquisa quantitativa. **Rev. Latino-am Enfermagem**, v. 15, n. 3, p. 502-507, mai./jun. 2007.

THOMÉ, B. *et al.* **The meaning of having to live with cancer in old age**. *European Journal of Cancer Care*, [S.l.], v.13, p.399-408. 2004.

VECCHIA, R.D. *et al.* Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Rev. Bras. Epidemiol.** V.8, n.3, 2005, p.246-52.

VILARTA, R. Apresentação. IN: VILARTA, R.; GUTIERREZ, L. **Qualidade de Vida no Ambiente Corporativo**. Campinas, SP: IPES Editorial, 2008. 199p.

Área de conhecimento:
Ciências Humanas

Formação Continuada das Professoras da Educação Infantil: um olhar no município de Ocara -CE

Ana Cláudia dos Santos¹

Mônica Petralanda de Hollanda²

¹Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela
UECE

²Orientadora

A formação é necessária não apenas para aprimorar a ação profissional ou melhorar a prática pedagógica. A formação é direito de todos os professores, é conquista e direito da população, por uma escola pública de qualidade. (KRAMER, 2005, p.224)

A formação de professores da Educação Básica no Brasil sofreu modificações nos últimos anos, devido às exigências de qualificação dos profissionais em níveis cada vez mais elevados de escolaridade. Com a publicação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394/96, a educação infantil passou a ser considerada como a primeira etapa da educação básica, sendo o profissional que educa e cuida da criança pequena considerado como professor, passando a ter os mesmos direitos e exigências de qualificação que os profissionais das outras etapas da educação.

No âmbito legal, a garantia de formação inicial e continuada dos professores está garantida na LDB (artigo 61 e 62), como se pode constatar a seguir:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I- A associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço.

II- Aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

De acordo com o artigo 62 da atual LDB:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996, p.129)

Segundo o Referencial Pedagógico Curricular para a formação de professores da educação infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental publicado pelo MEC, a formação do professor deve estar relacionada ao saber, ao saber fazer e ao saber explicar o saber.

A educação infantil, enquanto uma etapa da educação básica representa uma conquista importante na legislação educacional, pois tem como objetivo integrar todas as dimensões do desenvolvimento da criança pequena: física, psicológica, intelectual e social. Esta tem ganhado destaque nos últimos anos e estudos acadêmicos apontam para a necessidade de investigar os currículos de formação para a docência na educação infantil, possibilitando um diagnóstico mais abrangente sobre a formação oferecida aos profissionais da área.

A formação é um direito do profissional, no entanto, no contexto brasileiro, esse direito não tem sido respeitado, principalmente quando se refere aos profissionais da educação infantil, pois segundo Kramer (2005, p. 13): “os profissionais ganham não pelo nível que alcançam em sua escolaridade, mas pelo nível de escolaridade em que trabalham; assim, os que atuam com a criança pequena são ainda mais desvalorizados”.

Com a demanda crescente do atendimento educacional em creches e pré-escolas, para atender crianças de zero a cinco anos, surge também a necessidade de profissionais qualificados para atuar na área, como também aumenta a procura por formações em serviço para aqueles que não tinham a qualificação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A formação inicial é considerada condição *sine qua non* para a qualificação básica do professor da Educação Infantil. Por formação inicial compreendem-se os cursos que habilitam os professores em dois níveis de ensino – o nível médio e o superior. A formação continuada – que compreende toda a formação posterior à inicial – tem a tarefa, especialmente na área da educação infantil, de formar em serviço os professores leigos e também de ir trabalhando as especificidades sobre a educação e o cuidado das crianças de 0 a 6 anos. Mesmo que cumprindo papéis diferentes, há uma imbricação entre formação inicial e continuada (FERNANDES, 2000, p. 16-17).

A formação continuada deve considerar o professor como um ser total, considerando que a sua identidade profissional está associada à sua identidade pessoal. É preciso que ele tome sua prática pedagógica como objeto para reflexão pessoal e profissional. Rosseti, em seu livro *Os Fazeres na Educação Infantil*, afirma:

É importante, então, prestar atenção às concepções, crenças, valores e projetos de vida desse profissional. Muitas delas não aparecem claramente durante o processo de formação. Porém, refletem-se na atuação desse profissional, influenciando a qualidade geral do seu trabalho (ROSSETI-FERREIRA, 2005, p. 26).

Dentro desse contexto, a formação continuada ganha destaque por oferecer aos profissionais da educação infantil, considerados aqueles que atuam diretamente com as crianças pequenas, a aquisição de conhecimentos, habilidades e valores necessários para se ter uma atuação significativa e enriquecedora que favoreça o desenvolvimento integral das crianças. Aliando a tudo isso, as experiências vividas com saberes que elaboram sobre o seu fazer docente, tendo uma compreensão autônoma do próprio trabalho.

Segundo Candau (2003), a formação continuada de professores deve ter por base três eixos:

1. A escola como lócus da formação continuada, ou seja, deslocar essa formação continuada da universidade para a própria escola.
2. A valorização do saber docente, referência fundamental para o processo de formação continuada; integrando as habilidades de saber fazer e saber ser.
3. O ciclo de vida dos professores; início da carreira; estabilidade; questionamento; conservadorismo; e fase final da carreira profissional.

Visando tudo isso, e diante dessa dinâmica real, a formação continuada não é tão simples de acontecer, ela deve ser oferecida de forma sistematizada e contínua. Portanto, só a formação inicial não é suficiente para possibilitar uma qualificação do profissional que atua na área, é preciso uma formação

continuada que tenha como referência as práticas pedagógicas cotidianamente vivenciadas.

Neste sentido, é que durante a formação continuada, as oportunidades de reflexões sobre as práticas contextualizadas poderão ser revertidas na melhoria da qualidade das ações educativas oferecidas às crianças pequenas. Este trabalho se propôs a pesquisar: como ocorre a formação continuada do professor de educação infantil do município de Ocara? Partindo do pressuposto de que é de fundamental importância compreender os significados e sentidos dados pelos professores da educação infantil acerca das formações por eles vivenciadas nos encontros mensais de formação promovidos pela Secretaria de Educação deste município.

Neste trabalho procurou-se conhecer a problemática da formação continuada dos professores da educação infantil da rede municipal de Ocara. Acreditando-se que, assim pode-se estar contribuindo para a identificação do tipo de formação oferecida aos profissionais do município, como também, para a análise dos significados e sentidos que são dados pelos próprios professores acerca das formações oferecidas pelos órgãos públicos.

A melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças de 0 a 5 anos encontra-se diretamente ligada à formação dos profissionais da educação infantil. Apesar de não ser uma condição suficiente, haja vista a necessidade de outros aspectos essenciais, tais como: melhor remuneração salarial dos profissionais da área, melhoria das suas condições de trabalho, da infraestrutura das instituições, de materiais didáticos e pedagógicos adequados e disponíveis, de acompanhamento pedagógico, dentre outros.

No entanto, a formação continuada proporciona contribuições valiosas para o trabalho do professor da educação infantil, na medida em que estabelece uma relação direta entre a formação oferecida e a reflexão sobre a sua atuação profissional, repercutindo significativamente na qualidade do atendimento educacional oferecido às nossas crianças.

Esta preocupação, cada vez mais intensa com a elevação do nível educacional e profissional do trabalhador de educação infantil, decorre tanto de resultados de pesquisas – que evidenciam a intensa associação entre formação educacional e a qualidade do atendimento oferecido à criança pequena – quando do impacto, em longo prazo, na vida das crianças, de uma experiência educacional de boa qualidade (BRASIL, 1994, p. 52-53).

Conforme o documento os *Indicadores de Qualidade na Educação Infantil* (BRASÍLIA, 2009) um dos fatores que mais influenciam na qualidade do atendimento educacional oferecido consiste na qualificação dos profissionais que trabalham com as crianças, desde que esta formação contemple as especificidades e necessidades das crianças de 0 a 5 anos.

A educação das crianças de 0 a 6 anos tem o papel de valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos, mas, para tanto, requer um profissional que reconheça as características da infância. Observar as particularidades infantis, promovendo a construção coletiva de espaços de discussão da prática exige embeber a formação na crença de que não há “déficit” na criança, nem no profissional que a ela se dedica, a ser compensado; há saberes plurais e diferentes modos de pensar a realidade (KRAMER, 2002, p. 129).

Portanto, a formação deve possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades básicas do professor da

educação infantil no desempenho de seu papel específico na educação e cuidado de crianças pequenas, dando-lhes sentido e um tratamento apropriado na perspectiva de garantir uma educação de qualidade.

A busca dessas discussões sobre a formação continuada do professor da educação infantil e as suas consequências para a prática pedagógica surge da necessidade de se verificar quais são as suas contribuições e seus reflexos para favorecer uma educação infantil de qualidade.

A formação continuada das professoras de educação infantil é, portanto, um direito, e deve ser assegurado a todos os profissionais pelo poder público, associado a sua profissionalização, tendo em vista a valorização do magistério, a melhoria das condições salariais desses profissionais e sua inclusão nos planos de cargos e carreiras.

Portanto, o objetivo deste trabalho foi analisar as propostas de formação continuada para profissionais de educação infantil desenvolvidas no município de Ocara sob a ótica dos seus participantes.

1 UM ESTUDO DE CASO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE OCARA: os caminhos da investigação

A pesquisa teve como foco uma abordagem qualitativa da formação continuada dos profissionais da educação infantil do município de Ocara, tendo em vista que buscou compreender as percepções dos professores sobre o seu processo de formação. A preocupação da pesquisa qualitativa é com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e

atitudes dos sujeitos envolvidos. É o mundo das ações e relações humanas.

A partir deste enfoque foi utilizado como método de pesquisa um estudo de caso que é um “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.” (GIL, 1996, p. 58), nesse caso, o estudo centra-se em refletir sobre as propostas de formação continuada para os professores da educação infantil no município de Ocara, permitindo uma maior aproximação do objeto de estudo investigado.

O estudo de caso apresenta vantagens e desvantagens, dentre as vantagens estão: o estímulo a novas descobertas, visto que é impossível detalhar todo o conhecimento dependendo das considerações que se faz; os procedimentos de coleta e análise dos dados nesse caso são mais simples; os relatórios utilizam uma linguagem acessível. A desvantagem está na dificuldade de generalizar os resultados obtidos que são particulares de um caso específico (GIL, 1996).

Os instrumentos utilizados na realização deste estudo de caso foram observações participantes nos encontros de formação das professoras da educação infantil do município de Ocara; questionários aplicados junto às professoras e entrevistas semiestruturadas com uma agente pedagógica (formadora dos encontros) e duas professoras da educação infantil.

Com relação às observações efetuadas nos encontros de formação promovidos pela Secretaria da Educação, essas tiveram como objetivo compreender como os professores percebem esses encontros de formação, como participam e avaliam o que está sendo estudado. Durante o encontro realizado em fevereiro de 2011, o tema em estudo era: *Movimento, Identidade*

e o Brincar na educação infantil e não se teve problema em ficar no canto da sala observando, somente no final do encontro a agente pedagógica informou sobre o motivo de ter alguém de fora do grupo. Nesse momento se teve a oportunidade de informar às professoras a minha intenção e a pesquisa que estava sendo realizada.

No que se refere ao questionário, esse foi aplicado nos encontros de formação das professoras da rede municipal com o objetivo de identificar o perfil desse grupo de professores em formação. Esse instrumento foi aplicado durante dois encontros de formação. No primeiro, a coordenadora da formação ficou responsável por aplicar com os professores, pois no momento a pesquisadora não pode estar presente e, por essa razão, as dúvidas das professoras não foram tiradas e a explicação da importância da pesquisa não foi enfatizada e com isso apenas 30% delas responderam o questionário. Durante a coleta dos dados o percentual obtido não foi satisfatório para se ter um retrato do grupo de professores.

Desse modo, o questionário foi aplicado novamente em outro encontro para que os mesmos professores e outros voluntários respondessem o que havia ficado incompleto por falta de explicação e incentivo, tirando as dúvidas também daqueles que estavam respondendo pela primeira vez, atingindo agora 40% dos professores que participam dos encontros de formação promovidos pela secretaria de educação do município. O resultado do questionário será apresentado mais adiante.

Outra estratégia utilizada foi a entrevista semiestruturada para se ter um olhar mais minucioso sobre a formação continuada dos professores da educação infantil do município de Ocara. Sendo a pesquisa de cunho qualitativo não houve

preocupação com a quantidade de professoras a serem entrevistadas, mas com a qualidade das informações obtidas, por isso foram selecionados alguns critérios para a escolha das professoras, tais como: escolaridade, experiência profissional na educação infantil, participação nas formações oferecidas pelo município e disponibilidade em participar da pesquisa.

Atualmente a formação continuada de professores da educação infantil no município acontece mensalmente, onde são tratados assuntos relevantes na área da educação infantil, incluindo também a legislação atual sobre a infância. Os encontros são coordenados pela Secretaria de Educação do município que recebe formação do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), que em sua concepção, afirma que nessa etapa da educação básica as funções de cuidar e de educar coexistem, de forma complementar e indissociável, superando dicotomias, concebendo a criança em toda a sua complexidade como um ser humano e não um vir a ser. Dessas funções decorre a elaboração de diretrizes pedagógicas que orientam um trabalho docente para as especificidades dessa etapa, sem, contudo, se responsabilizar com as atribuições que sejam próprias das etapas educacionais posteriores.

2 AS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO: uma análise do perfil dessas profissionais e das propostas de formação continuada a elas oferecidas

No município de Ocara, os encontros mensais de formação para a educação infantil são planejados e executados pela agente pedagógica que, por sua vez, recebe bimestralmente orientações do PAIC através da SEDUC. Quando não há formação pelo PAIC a própria secretaria prepara os encontros

para os professores do município seguindo a mesma linha do Programa. O tempo que as professoras participam dessa formação é de quatro horas visto que a maioria delas ensina também no fundamental II e precisa estar em sala de aula no segundo período. Isso reduz assim o tempo destinado a formação.

Durante a formação de professores da educação infantil, no município de Ocara, as atividades realizadas observadas foram: uma apresentação de slides sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; apresentação de quadros do pintor brasileiro Romero Brito, trabalhos de arte produzidos por crianças reproduzindo as telas do artista; discussão sobre o trabalho com arte para as crianças; vivência de brincadeiras envolvendo a história lida; trabalho em grupo para a listagem de atividades a serem praticadas em sala de aula; apresentação por escrito dos grupos pelos professores das brincadeiras de cada grupo.

Parece que muitas dessas atividades, por mais simples materiais necessitem, não são aplicadas, devido à falta de recursos materiais nas escolas. Isso fica evidente na fala de uma professora ao questionar no momento em que a coordenadora do encontro comenta sobre a importância do brincar na educação infantil: “Vocês tem esses brinquedos nas escolas de vocês?” Outro professor rebate dizendo haver cortes de orçamento somente para a educação infantil, prejudicando-a.

Brincar é um direito da criança, no entanto na maioria das escolas do município não existe estrutura material e pedagógica adequada e suficiente para as crianças manipularem brinquedos e brincarem em suas salas de aula.

É através do brinquedo que elas conquistam suas primeiras relações com o mundo exterior e entram

em contato com objetos, o que lhes permite várias possibilidades de expressão e criação [...]. Os espaços da creche ou instituição devem colocar ao alcance das crianças brinquedos e jogos, para que possam explorá-los livremente (CRAIDY, 1998, p. 16).

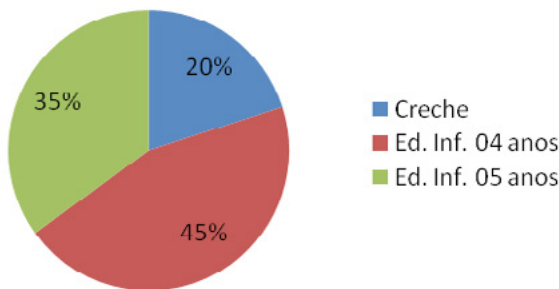
Outro aspecto observado nesses encontros é que durante as discussões de ideias, acontecem muitas conversas paralelas relacionadas às dificuldades encontradas por cada profissional em sua prática e isso não é colocado como tema a ser explorado no contexto da formação.

Essas dificuldades encontradas pelos profissionais em sua prática devem ser fonte de novos conhecimentos e habilidades na educação das crianças. Dentro do trabalho pedagógico a formação contextualizada vem da prática e dela se renova na produção de conhecimentos e métodos para melhoria da qualidade no atendimento das crianças pequenas.

Com o objetivo de se ter um levantamento do perfil das professoras de educação infantil que estão em formação pela Secretaria de Educação do Município, um questionário foi aplicado com elas durante o encontro de formação, ocorrido no mês de junho. A partir desse levantamento realizado através do questionário com as professoras da educação infantil foi possível chegar aos seguintes resultados.

Quanto às turmas em que trabalham as professoras, constatou-se que 45% estão nas turmas de 04 anos, 35% delas trabalham na turma de 05 anos e 20% na creche. Pode-se constatar que um pequeno percentual dos professores atua com crianças até três anos de idade. O que nos leva a questionar o acesso e o atendimento que o município está oferecendo às crianças pequenas nas creches.

Figura 1 - Distribuição dos professores nas turmas de educação infantil.



Fonte: Pesquisa Direta - 2011

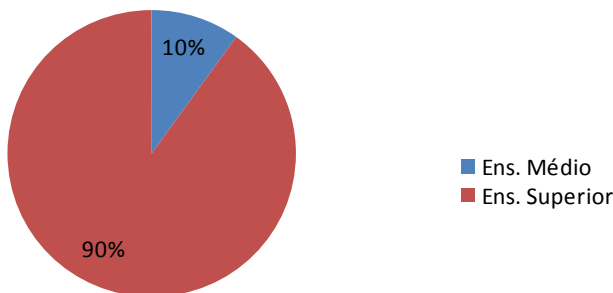
Na creche, é onde também se evidenciam profissionais com menor escolaridade, prevalecendo nessa etapa os professores com nível médio, em contraste com os demais que em sua maioria possuem nível superior. Isto demonstra a existência de diferenças em relação ao nível de escolaridade de professores que atuam em creches e pré-escolas.

Por outro lado, por serem profissionais que trabalham com alunos muito pequenos, o prestígio e salário das professoras de pré-escola costuma ser mais baixos do que o de professores que se ocupam de outras faixas etárias: quanto menor a criança, menor o “status” de seu educador (CAMPOS, 1994, p. 33).

A partir de uma análise da escolaridade destes professores, percebe-se que 90% têm nível superior e apenas 10% têm ensino médio no magistério cursado em escola pública. Isso demonstra como afirmado anteriormente que, os professores com nível superior estão na pré-escola. No entanto, a creche também necessita de profissionais com a qualificação necessária para atuar na educação infantil, e que deve ser consi-

derada tão importante quanto à pré-escola e por isso, necessita de profissionais com níveis cada vez mais elevados.

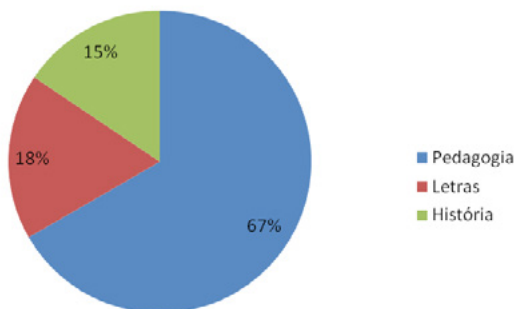
Figura 2 - Nível de escolaridade dos professores.



Fonte: Pesquisa Direta - 2011.

Considerarei importante destacar qual a formação superior dos professores pesquisados. Dos 90% com esse nível de formação, o curso de Pedagogia foi destaque.

Figura 3 - Cursos superiores dos professores.



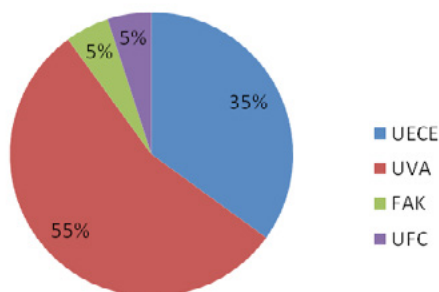
Fonte: Pesquisa Direta - 2011

Desde 2000, houve um crescimento acelerado de cursos de Pedagogia no País, com predomínio para a formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental, não desenvolvendo nessa formação uma docência voltada para a educação infantil, prejudicando a qualidade no atendimento. Estudos apontam a necessidade de investigar os currículos de formação nas instituições de ensino superior, possibilitando um diagnóstico mais abrangente sobre a formação oferecida.

No Curso de Pedagogia, um mesmo plano curricular visa formar profissionais para todos os níveis da educação: educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos, ensino médio, gestores, tecnólogos entre outros, prática que se distancia da ótica profissional (MACHADO, 2002, p. 109).

Outra questão trata das instituições que o professor frequentou na sua formação superior, 55%, cursou na Universidade Vale do Acaraú- UVA, 35% na Universidade Estadual do Ceará- UECE, 5% na Faculdade Kúrios – FAK e 5% na Universidade Federal do Ceará – UFC.

Figura 4 - Instituições de Ensino Superior.



Fonte: Pesquisa Direta - 2011

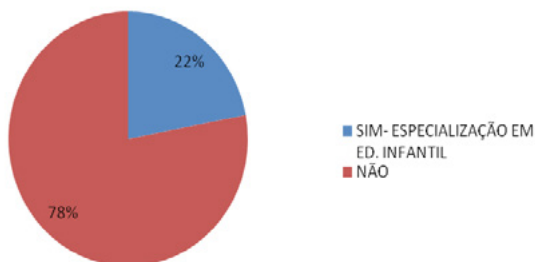
Este dado revela que a maioria teve que “patrocinar” sua própria formação, já que a UVA apesar de ser uma universidade pública tem polos em regiões fora de seu campus que funciona em regime particular. Em Ocara, utilizando uma escola municipal funcionam turmas de graduação em nível superior com aulas aos finais de semana, e nos meses de férias; janeiro e julho, considerados cursos em regime especial.

As disciplinas cursadas, específicas para a educação infantil, relacionadas foram: psicologia da infância e da adolescência; didática da educação infantil; pedagogia da infância e literatura infantil. Os demais professores tiveram sua formação superior sem cursar nenhuma disciplina específica para a educação infantil, representando um percentual de 47% dos professores.

Assim como as crianças de 0 a 6 anos têm direito a uma educação de qualidade, os professores da educação infantil têm direito a uma formação específica que lhes assegure um trabalho educativo-pedagógico adequado às especificidades das crianças. A realização desses direitos constitui um dos passos para tornar realidade a Pedagogia da educação infantil (FERNANDES, 2000, p. 23).

Com relação aos cursos de pós-graduação realizados pelos professores da rede municipal e as instituições onde estes cursos foram ofertados:

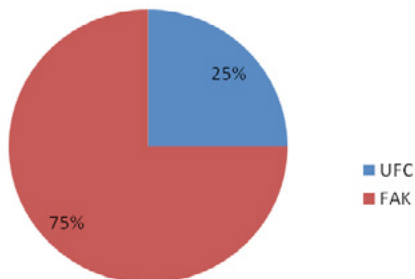
Figura 5 - Cursos de pós-graduação cursados pelos professores.



Fonte: Pesquisa Direta- 2011

Em relação ao curso de pós-graduação, 78% dos entrevistados não fazem um curso de especialização ou mestrado, evidenciando as dificuldades que o professor tem de se especializar, devido a fatores como a não valorização profissional e salarial. Apenas 22% têm especialização em educação infantil garantindo melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças do município. No entanto esse percentual está longe de ser o ideal.

Figura 6 - Instituições de pós-graduação.

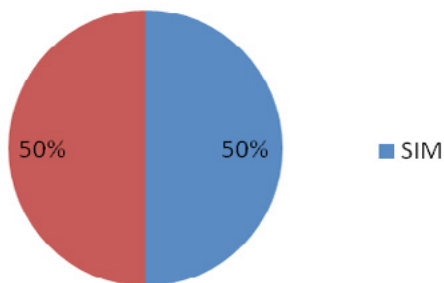


Fonte: Pesquisa Direta - 2011

Quanto às instituições em que foram e estão sendo cursadas a especialização em educação infantil, a Faculdade Kúrios - FAK tem um percentual de 75%, em razão do acesso aos professores do município, visto que as turmas funcionam em regime semipresencial na sede de Ocara.

A formação continuada é importante para a aquisição de conhecimentos, habilidades e valores necessários para se ter uma atuação significativa e enriquecedora que favoreça o desenvolvimento integral das crianças. No entanto, apenas 50% dos professores participaram dos últimos cursos de formação continuada oferecidos pela secretaria de educação do município, entre eles o curso de educação infantil promovido em 2003 e o Programa de Professores Alfabetizadores (PROFA) em 2004.

Figura 7 - Participação na formação continuada oferecida pelo poder público.



Fonte: Pesquisa Direta- 2011

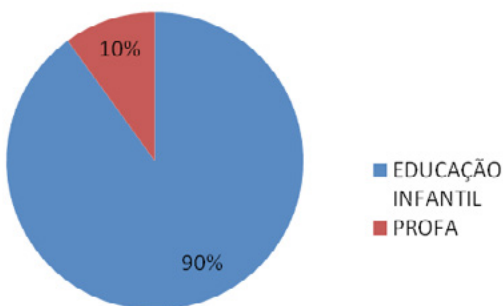
O grupo de professores que participou destas formações destacou como positivo: aprender a reconhecer o modo de aprender das crianças, o material e a didática utilizada no repasse do curso e assuntos relacionados a direitos escolares,

conceituando a formação como produtiva. Já quanto aos aspectos negativos, os professores relataram a distância para chegar até o local do curso e o tempo curto para o repasse de todos os conhecimentos e informações.

Então perguntamos: existe uma incapacidade ou comodismo do professor quando não modifica sua prática apesar de ter acesso a teoria? Ou devemos questionar as condições de produção dessa teoria e o modo como é “repassada” aos professores? Se falamos de “um saber que não sabe”, produzido nas universidades, o que dizer quando esse saber chega ao professor esvaziado, sob a forma de repasses consecutivos? Esse esvaziamento impede que o professor reconheça no saber da teoria os desafios com os quais depara no dia-a-dia (KRAMER, 2005, p. 144).

Deste grupo docente, 90% participou do Programa de Professores Alfabetizadores (PROFA) oferecido em 2004 e apenas 10% teve a oportunidade de cursar a proposta de formação em educação infantil promovida pelo município em 2003.

Figura 8 - Cursos de formação continuada.



Fonte: Pesquisa Direta- 2011.

3 AS PERCEPÇÕES DA AGENTE PEDAGÓGICA E DAS PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE AS SUAS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO MUNICÍPIO DE OCARA

O objeto de estudo da pesquisa em análise é saber como ocorre à formação continuada do professor de educação infantil no município de Ocara. E para isso as percepções da agente pedagógica, formadora dos encontros no município é um dos aspectos importantes a serem analisados.

Com 46 anos de idade e 21 anos de tempo de serviço no Magistério, com atuação na creche e pré-escola, a formadora dos encontros tem especialização em Psicopedagogia com interdisciplinaridade em educação infantil e especial e também em gestão escolar, concluídos em 2009 e 2010.

Durante a entrevista com a agente pedagógica do município, que é a organizadora dos encontros de formação para a educação infantil em Ocara, foram feitos vários questionamentos sobre: os objetivos e a organização desses encontros; a relação da formadora com as professoras da educação infantil; bem como a contribuição desses encontros de formação para a prática e também sugestões para a melhoria da proposta de formação oferecida.

O principal objetivo dos encontros de formação promovidos pela secretaria de educação do município de Ocara, segundo a formadora é:

É assegurar que a formação do professor da educação infantil considere o brincar, além de outros recursos como a literatura, a música, arte e movimento no tempo e espaço como sendo a linguagem essencial da criança. O que eu oriento nas formações é que elas

ensinem brincando. O outro objetivo é repassar os conteúdos dessa lista da SEDUC, que o pessoal prepara para que os professores sejam capazes de fazer um bom trabalho com a educação infantil para que as salas não sejam consideradas como um depósito de crianças. Estudos comprovam que a criança aprende desde bem cedo principalmente se você ensinar brincando.

Como ensinar brincando, se, ao que parece, as escolas municipais não disponibilizam brinquedos e jogos que auxiliem o professor de educação infantil no cuidar e no educar das crianças pequenas? E se não há participação dos diretores das escolas onde funcionam as turmas de creche e pré-escola para que vejam a importância e a necessidade urgente de mudanças na prática cotidiana e aconteça o que é dito nos discursos?

É de suma importância a participação do gestor escolar durante a formação continuada destes professores, para que, juntos, abracem a tarefa de educar e cuidar da criança pequena, viabilizando recursos e materiais pedagógicos da própria escola na melhoria de um atendimento de qualidade.

Sobre a organização dos encontros, a agente pedagógica retrata que esses encontros são mensais agendados no calendário letivo das escolas para todo o ano, podendo ser modificados de acordo com as necessidades dos participantes:

Os encontros são mensais, todos os meses a gente vai e aí já marca, a gente procura a melhor data pra ver se concilia com as datas que eles têm, a janela, o dia do planejamento do professor, uma vez por mês, a gente vai recebe a formação, chega aqui estuda com a equipe todinha com a gerente do PAIC, prepara o material, e aí todo mês, tem uma data já certa todos os meses para eles irem e a gente fazer o repasse.

Repassar conteúdos torna a formação continuada pouco reflexiva sobre a prática pedagógica e fragmentada, predominando atividades eventuais, que tendem a descontinuidade. E quando questionada sobre a rotina dos encontros de formação pareceu ficar evidenciada a reprodução das formações recebidas pelo PAIC.

Tem a agenda preparada do que a gente viu lá e você adequar quando chegar ao município. Tem a dinâmica, hora do texto, cada tempo é marcado pra você não perder tempo, é muito corrido. Cada ponto é marcado, o tempo pra discutir, pra dá tempo passar bastante conteúdo.

Chama atenção a questão do tempo para a formação dos professores o qual tem de adequar-se ao calendário das escolas, sair dela e se dirigir até a sede do município para participar do encontro de formação, no qual tem o tempo cronometrado. Já que esse seria o tempo do planejamento do professor na escola, por que a formação não acontece dentro da escola com todos os educadores envolvidos: professores, diretores, coordenadores e auxiliares?

No desenrolar do encontro de formação o certo é o que está programado segundo as orientações do PAIC e o que quase não acontece são os debates, dúvidas e os questionamentos dos professores em formação.

Do início vai tudo bem, sempre dá tempo passar os objetivos do encontro, o conteúdo, o texto é sempre priorizado, a discussão, o vídeo e o trabalho em equipe o trabalho com texto e a apresentação. O que nunca dá tempo é o debate ser mais longo, tem gente que fica no mesmo assunto e a gente tem que cortar por conta do tempo.

O debate também é importante no sentido de se discutir as dificuldades particulares de cada escola, de cada professor em relação à dinâmica da profissão que não se limita somente às questões pedagógicas. Temos também debates que abrangem questões estruturais; de espaço físico para atividades ao ar livre; de merenda escolar deficiente para as crianças e das relações profissionais entre os professores da educação infantil e os demais profissionais da escola.

Ressalto mais uma vez a necessidade da presença do gestor escolar durante a formação dos professores, pois questões tanto estruturais quanto pedagógicas seriam tratadas com maior excelência dentro da escola.

Quanto à relação da formadora com os professores participantes do encontro de formação, ela afirma que:

Eu me dou bem com todos eles, eu respeito muito o trabalho deles porque eu sou professora de educação infantil, eu sei o quanto o professor de educação infantil ele precisa se virar em mil, então eu sei, eu tenho conhecimento de sala, como é difícil você pegar 20 crianças, 15 crianças dentro de uma sala sem ter muitos recursos, então eu estudo muito a dificuldade que eles tem e eu respeito, agora isso não é desculpa pra você não fazer um bom trabalho. Se você quiser você pode tudo, se não qualquer dificuldade é desculpa. Todo profissional, você tem aquele bem bom e aquele que tudo bota uma dificuldade. Mas na maioria eles são bons, participam, não faltam e agente se da bem.

No que se refere às possibilidades de mudanças no planejamento da formação continuada para os professores do município, cuida-se não haver necessidade frente ao que se vem “recebendo” através da SEDUC. O modelo de formação recebido parece ser aceito sem questionamentos, sem analisar as

especificidades do município e seus atores: professores, demais profissionais das escolas e as crianças que são atendidas.

Eu faria igual, pois a formação feita por a gente do município já era muito parecido com a que recebemos hoje a diferença era que antes o governo não ajudava e agora ele ajuda. Um dos assuntos bem interessantes está sendo a proposta curricular que estamos formando agora e também as diretrizes para a educação infantil, a gente estudou através de slides. Então eu faria dessa forma.

Por que não tem como você tirar o professor uma semana da sala de aula se ele tem duas turmas, de manhã ele tá na educação infantil e de tarde ele passa por três quatro turmas então não tem como, a não ser que seja só uma semana pedagógica, mas assim mensal não tem como, pois o diretor sozinho não dar de conta. Agora assim, o ideal era que tivesse formações próprias no curso de pedagogia tivesse muitas partes voltadas para o professor de educação infantil. que ele preparasse no todo, mas, a gente sabe que era pra ser um curso específico. Por que pra você ser professor de educação infantil não é só gostar de criança, você tem que saber o que você vai passar pra essa criança, que cidadão você vai formar.

Em relação aos professores buscou-se compreender os significados e sentidos dados por eles na formação continuada que recebem da Secretaria de Educação do município atualmente como também do *Curso de Formação Continuada para Educadores Infantis*, realizada em 2003, pelo Estado, em vários municípios. Ocara contou com uma turma de 30 professores que no período de 18 de fevereiro de 2002 a 20 de novembro de 2003, frequentaram essa formação.

Foram realizadas entrevistas com duas professoras da educação infantil que participaram da formação continuada em 2003 e participam mensalmente da formação promovida

pela secretaria de educação do município a todas as professoras de creche e pré-escola.

Ana (nome fictício) tem 33 anos e há 8 anos trabalha na educação infantil sempre com a faixa etária de 4 anos. Ganha em média 2,5 salários mínimos por 40h semanais. Tem vinculação efetiva há 13 anos no Magistério, com nível superior em dois cursos: Pedagogia em 2004 e Letras em 2009.

Vera (nome fictício) tem 36 anos e há 10 anos trabalha na educação infantil, atualmente está trabalhando com a faixa etária de cinco anos. Ganha também em média 2,5 salários mínimos por 40h semanais. Seu tempo de serviço no Magistério é 13 anos efetivo. Tem formação superior em Pedagogia e Letras e está cursando especialização em educação infantil.

Sobre as percepções das professoras acerca do Curso de Formação Continuada para Educadores Infantis, oferecido pelo Estado ao município, em 2003:

Achei muito importante por que foi mostrado como trabalhar as disciplinas dentro do desenvolvimento da criança, o social, a questão do espaço para o desenvolvimento psicomotor da criança e isso é trabalhado com brincadeiras, mas não brincadeiras aleatórias, mas com brincadeiras que estão dentro do conteúdo que ele estudou e as brincadeiras e as músicas é pra facilitar cada vez mais o aprendizado (ANA).

Muito bom por que trazia muita novidade o que tava acontecendo no momento, às mudanças os currículos (VERA).

Entre os aspectos positivos e negativos da formação em 2003 estão:

Fazíamos estudo do livro relacionado àquela disciplina, como por exemplo, português a gente fazia o estudo de todas aquelas atividades relacionadas ao

português e depois a gente ia fazer a produção de material que a gente teria que utilizar naquela aula. Negativo foi a questão da arte que foi muito teórica, foi estudando a história antiga que eu achei que foi assim sem noção e sem objetivo relacionado à criança não sei por que a necessidade de ter acontecido isso no curso (ANA).

Positivo a gente fazia muito trabalho em equipe, estudava depois apresentava e muita teoria também e isso é bom para a prática. Negativo era o tempo que era muito corrido, era muito conteúdo muita coisa pro tempo pequeno e ficava sempre tudo corrido. As apresentações eram corridas, as discussões os debates que era a hora que a gente tem para a troca de experiências eram curtos (VERA).

Em relação às contribuições deste curso de formação continuada para a prática profissional, como professora da educação infantil, nos relatos identifica-se a preocupação com os métodos a serem aplicados.

Não sei por que às vezes a gente quer a coisa pronta pra só desenvolver ali e que a criança aprenda, na verdade a gente está buscando maneiras, métodos a serem utilizados para que a criança possa aprender e esses cursos na maioria das vezes que a gente vai espera isso, que ele dê uma fórmula pronta para que a gente só jogue na sala. (ANA)

Foi para aperfeiçoar ainda mais a minha prática. Por que ela trazia muitas informações como o professor atuar. (VERA)

As sugestões relatadas pelas professoras para um trabalho de formação passariam primordialmente pela prática como fonte de saber necessária para enfrentar os desafios com os quais elas se deparam no dia a dia.

Mas na verdade o que ajuda muito a gente a fazer isso na sala de aula e fazer com que o aluno aprenda é a troca de experiências, eu acho muito interessante no curso essa troca de experiências de um profissional de uma escola com outra. Por que vai aplicar, às vezes pode não dar certo, por que são realidades diferentes, mas às vezes dar certo. Houve troca de experiências, mas o tempo é tão corrido que às vezes o que é mais importante acaba deixando passar (ANA).

Eu faria. Primeiro o tempo e depois as teorias que realmente fossem elencadas a sua prática e uma formação que depois o professor realmente gostasse e quisesse ficar na área. Por que o que a gente ver nas formações aqui elas não são continuadas. Da turma de 2003 que eu fiz poucas estão na educação infantil. Então eu estou percebendo assim que não vale à pena. É gasto muito dinheiro nessas formações e não deixam o professor na área. Do tempo que foi realizado só estão eu e mais três colegas e o resto? Eles formam esse ano e no próximo ano quando vão fazer a lotação eles não priorizam a formação. Se fossem priorizados eles deixariam na área, tá sendo investido tanto, mas não estar sendo bem aproveitado (VERA).

Os significados e os sentidos dados pelas professoras entrevistadas em relação aos encontros de formação continuada que recebem diretamente da Secretaria de Educação do Município de Ocara são retratados nos seguintes depoimentos:

Tem encontro que não é tão proveitoso, mas a maioria são proveitosos, elas trazem sempre alguma atividade diferenciada, traz estudos também. Uma das atividades é a questão do brincar, como foi mostrado no encontro passado. A importância do brincar, a gente acha que brincar é só aquele instante de brincadeira, mas o brincar ele traz um objetivo e foi dentro da matemática que foi passado o vídeo e nessas brincadeiras a gente vê que tem uma grande importância para o desenvolvimento da criança (ANA).

Acho um curso bom também só que como eu já falei antes ele é também muito corrido, a gente fica às vezes de oito a onze, onze e meia, agente vê que não dar pra ver tanta coisa de oito às onze horas, fica muita coisa a desejar. Pedem pra gente fazer um trabalho, muitas vezes a gente não apresenta. Aqueles planos que elas pedem pra gente fazer lá um roteiro, nem dar pra gente pegar e às vezes eles não mandam, quer dizer que muito trabalho fica sem retorno, no meio do caminho (VERA).

Com relação aos aspectos positivos e negativos da formação, as professoras apontaram:

É bom não vou dizer que é excelente, mas é bom por que também a gente vendo a realidade das escolas do município, não dar pra oferecer tanto pra criança, por que a realidade mesmo das salas de aula da escola pública você olha, você coloca o papel da atividade ali da criança, quando é com o tempo já não estar mais, então não tem assim um ambiente adequado que favoreça a criança. A criança tá lá o piso da sala é esburacado e já aconteceu o ano passado da criança cair no buraco e machucar o joelho, mas não é por essas razões que a gente vai deixar de ensinar, mas que na realidade o ambiente, a sala de aula, o espaço físico não favorece o aprendizado da criança (ANA).

Positivo é a troca de experiências que ela oportuniza. Dar oportunidade pra gente trocar experiências, como é que estar sendo. E o negativo é esse, por que às vezes não dar pra gente pegar o que o colega tá fazendo de interessante, pra pegar bem direitinho (VERA).

No que se refere às contribuições da formação para a sua prática profissional, as professoras pontuaram que:

Contribui nessa questão de trazer ideias, de inovar, que esteja sempre com novidades na sala de aula, por que uma atividade na educação infantil seja ela qual for oral, escrita, o máximo que ela dura é uns cinco

minutos pra realização, não estou dizendo que vou ficar aleatório fazendo uma coisa fazendo outra não, mas de um determinado conteúdo eu vou ter que dar a sequência, mas sempre trazendo algo de novo, para que atraia seja atrativo para ele se concentrar e que ele goste, que ele queira fazer aquilo, aquela tarefa naquele momento que ele fale, que ele busque realizar a atividade oral ou escrita de movimento (ANA).

A contribuição é que a gente conversa, tá sempre com as teorias em dias. Por que a educação infantil está sendo o auge agora, estudos e mais estudos. Cada dia sai uma coisa nova e isso ela tá proporcionando a gente, trazendo o que é de novo que ela pode trazer ela traz e acho que isso é interessante (VERA).

Entre as sugestões citadas pelas professoras para a melhoria da formação oferecida pela Secretaria de Educação estão:

Primeiro eu iria, em cima de um objetivo que é a criança aprender as letras, conhecer o som, as formas, então em cima desse objetivo eu iria traçar metas, várias atividades orais e escritas para que eu chegue nesse objetivo, com isso utilizando de tecnologia, que hoje a gente sabe que a tecnologia tá muito avançada, as crianças já tem contato com a informática, com a internet e aí teria que também estar junto a esse conteúdo (ANA).

Eu colocaria a questão mais do brincar na educação infantil por que eu tô percebendo que a educação infantil ela estar muito escolarizada. E a gente vê que essa não é a proposta. A proposta da educação infantil não é alfabetizar (VERA).

De acordo com as falas da formadora dos encontros e das professoras da educação infantil, o “inimigo” maior dos encontros de formação no município de Ocara é o tempo. Tempo esse muito reduzido que impede uma formação continuada de qualidade e que favoreça a troca de experiências entre as profes-

sionais e entre as escolas que desenvolvem experiências exitosas na educação infantil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade mostra os desafios a serem enfrentados: formações esporádicas, descontínuas e sem relação com a prática que visam implementar somente reformas educativas impostas pelo poder público. A concepção “clássica” de formação de acordo com Candau (2003) onde se separam teoria e prática parece ser a realidade existente nas formações oferecidas pelos sistemas públicos aos professores tendo por base ainda o modelo tradicional de escola.

A formação continuada que se quer é vista como um instrumento de profissionalização que possibilite uma reflexão sobre a realidade social e institucional, onde o profissional trabalha para assim transformá-la. Havendo integração entre o cotidiano dos professores e a formação, tendo a escola como local da ação e a intervenção das experiências e aprendizagens.

Buscou-se nesta pesquisa compreender os sentidos e os significados formulados pelos professores acerca de sua própria formação, através de observações dessas propostas de formação continuada, bem como de entrevistas com os professores da educação infantil que frequentam os cursos oferecidos pela Secretaria de Educação do município.

Após a organização e a análise dos dados, tornou-se visível um processo de formação continuada para os professores da educação infantil, que, em muitos aspectos acontece pela perspectiva “clássica” de formação. Nessa perspectiva há uma dicotomia entre teoria e prática. Na sua concepção a teoria é planejada nas academias e a sua execução é “repassada” aos pro-

fessores, que recebem toda uma formação teórico-metodológica para, posteriormente, substituir à sua prática, por uma mais adequada às novas tendências, desconsiderando os saberes da experiência dos professores.

Os professores destacaram a troca de experiências como um dos aspectos não considerados na formação, não estabelecendo assim, a reflexão acerca do seu próprio trabalho pedagógico. Desta maneira isto não favorece o desenvolvimento de uma práxis reflexiva, pois os professores não têm espaço (tempo), dentro da formação de expor as suas experiências e buscar no aporte teórico a compreensão dos problemas e buscar transformações no trabalho cotidiano das creches e pré-escolas.

A formação oferecida aos professores da educação infantil no município de Ocara fragmenta-se pelo processo de “repasso” da coordenadora, que já o recebe do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Os conteúdos trabalhados, a estrutura e a metodologia adotada é a mesma vista na formação que frequenta a nível estadual. No município ele é adaptado pela coordenadora. Durante o encontro de formação, os conteúdos, são “repassados” e, por conta do tempo limitado, a fala, as críticas e os depoimentos dos professores participantes são deixados em segundo plano.

As entrevistas mostraram que, no seu processo de formação, os professores evidenciaram a possibilidade de redimensionar a sua prática pedagógica através do relato das experiências dos colegas, fato não ocorrido durante os encontros por falta de tempo, também por não ser prioridade do PAIC que em sua concepção enfatiza o professor alfabetizador não havendo estímulo a participação ativa dos professores em formação.

A formação dos professores da educação infantil deve contemplar requisitos indispensáveis: conhecimento, habilidades e valores. A presença do lúdico, do criativo e da imaginação acontece no interior das creches e pré-escolas, contudo, as práticas de formação não têm contemplado em seu currículo o exercício dessas diferentes linguagens.

Outro fator negativo é a descontinuidade das formações, de acordo com os professores, a mobilidade do profissional dentro do quadro de séries todos os anos, não leva em conta as formações recebidas e a importância da mesma para o desenvolvimento de uma educação de qualidade. A análise da formação oferecida pelo município aos professores da educação infantil permite afirmar que desenvolver uma prática reflexiva onde teoria e prática se integrem não é tarefa fácil.

Referências

BRASÍLIA: MEC/SEB, **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**/ Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2009.

CAMPOS, M. M. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de EDUCAÇÃO INFANTIL. IN: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Departamento de Política Educacional, Coordenação de EDUCAÇÃO INFANTIL. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

CANAU, V. M. **magistério construção cotidiana**, 5. ed. Editora Vozes, 2003.

CRAIDY, C. M.; **O educador de todos os dias: convivendo com crianças de zero a seis anos** 3. Ed. Editora Mediação, 1998.

FERNANDES, S. L. **Grupos de Formação – Análise de um processo de formação em serviço sob a perspectiva dos professores da Educação Infantil**. Santa Catarina, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.

KRAMER, S. **Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação**. 1. ed. Editora Ática, 2005.

BRASIL. LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

MACHADO, M. L. A. **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSSETI-FERREIRA, MC *et al.* **Os fazeres na Educação Infantil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Área de conhecimento:

Ciências Sociais Aplicadas

A Experiência de Trabalho no Núcleo de Assistência ao Presidiário e Apoio ao Egresso: impactos e sentidos para a mulher egressa do sistema penal

Diana Vanessa Pereira¹

Erlênia Sobral do Vale²

¹Especialista em Serviço Social Trabalho e Ética Profissional pela UECE

²Orientadora

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, que resulta do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Serviço Social, Trabalho e Ética Profissional do Centro de Estudos Sociais e Aplicados da Universidade Estadual do Ceará (UECE), descrevemos os impactos da experiência do trabalho na vida da mulher egressa¹ do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF).

1 O termo 'egressa' está sendo utilizado para indicar, conforme dicionário Michaelis (2008), aquele/a que saiu. Entretanto, a Lei de Execução Penal, artigo 26, considera egresso/a o/a liberado/a definitivo/a, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da saída do estabelecimento, e o liberado condicional, durante o período de prova. Ressaltamos que na SEJUS/CE, habitualmente, funcionários e profissionais denominam egresso todo/a preso/a que saiu do presídio por progressão de regime, semiaberto e aberto, e realiza trabalho externo na Secretaria vinculado ao Núcleo de Assistência ao Presidiário e Apoio ao Egresso (NA-PAE). Assim, utilizamos o termo 'egressa' pelo contexto específico do núcleo.

Discutimos as limitações, avanços e desafios do trabalho como espaço de reintegração social das mulheres assistidas pelo Núcleo de Assistência ao Presidiário e Apoio ao Egresso (NAPAE), da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS/CE) as quais retornam ao convívio social através do trabalho externo e progressão de regime².

Nossas indagações surgem quando, na época, compomos a equipe de profissionais de serviço social da SEJUS-CE, na condição de terceirizadas³, lotadas na única penitenciária feminina do Estado do Ceará.

No IPF deparamo-nos com o contexto social das mulheres encarceradas, cheio de dilemas, problemáticas, angústias e estratégias de sobrevivência. Percebíamos que existia um tratamento diferenciado dispensado às presidiárias que exerciam atividade de labor no IPF. Nos atendimentos do serviço social no sistema penitenciário, as mulheres presidiárias relatavam a esperança em sair do presídio e progredir para regime semiaberto⁴, através do trabalho. Conforme artigo 37 da Lei de Execução Penal, LEP, Lei Nº 7210 de 11 de julho de 1984, a prestação de trabalho externo deverá ser autorizada pela direção do estabelecimento prisional, dependendo de aptidão, dis-

2 Conforme a Lei de Execução Penal a progressão de regime criminal será executada em forma progressiva com a transferência para um regime menos rigoroso. Esta deverá ser determinada pelo juiz, quando o/a preso/a tiver cumprido pelo menos 1/6 da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor da unidade prisional.

3 Na época (2008) a SEJUS-CE tinha cerca de oito assistentes sociais na condição precarizada da terceirização. Atualmente, somos 21 (vinte e uma) assistentes sociais terceirizadas SEJUS/CE, distribuídas nas unidades prisionais e projetos de cidadania na sede da Secretaria.

4 O regime semiaberto conforme a Lei de Execução Penal deverá ser cumprida em Colônia Agrícola, Industrial ou Similar. No caso do Estado do Ceará, não existe este espaço destinado às mulheres. Assim, estas cumprem o regime semiaberto no próprio IPF. Algumas, dependendo da decisão judicial, trabalham na semana e aos fins-de-semana se recolhem no presídio feminino do Estado do Ceará.

ciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 (um sexto) da pena⁵.

Nesta vivência cotidiana, fomos construindo indagações e delineando um caminho para conhecimento das atividades de labor exercidas pelas mulheres antes do cárcere e realização do trabalho externo após saída da prisão. Nosso objetivo era identificar, a partir da experiência no NAPAE, como as mulheres percebiam a reinserção social, ou suposta reintegração social através do trabalho.

Na exposição do nosso estudo, dividimos nosso texto em três momentos. Ressaltamos que estes não estão dissociados, porém tratam de pontos específicos da pesquisa em foco. Inicialmente, descrevemos a evolução da punição e prisões no âmbito mundial, brasileiro e cearense. Discutimos, nesse item, a reintegração social através do trabalho. Posteriormente, apresentaremos os caminhos metodológicos, o campo de estudo e a pesquisa realizada. Neste ponto será exposto o perfil das entrevistadas. Finalmente, apresentamos, nossas conclusões a partir da análise dos dados coletados, dialogando com nossos referenciais bibliográficos.

Acreditamos que esta pesquisa contribuirá para estudos de outros pesquisadores/as ou interessados/as pelo tema, que desejem se desbravar no contínuo e dinâmico processo do conhecimento.

5 É importante destacar que no Estado do Ceará, atualmente, a atribuição de conceder e fiscalizar o trabalho externo dos presos estava sendo avocada ao Juiz da Vara de Execução Penal (VEP). A partir de agosto deste ano, formou-se uma Comissão de Concessão e Fiscalização do Trabalho Externo na SEJUS/CE, que terá a incumbência de analisar e elaborar pareceres sobre o trabalho externo dos/as presidiários/as. Desta forma, a SEJUS/CE deverá discutir e acompanhar o processo de deferimento, ou não, das concessões de trabalho externo ao/à preso/a.

2 A EVOLUÇÃO DAS PRISÕES E O DEBATE DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE PRESIDÁRIOS/AS

Os relatos na história da humanidade sobre o cárcere remota ao Egito no período de 1700 a.C. a 1280 a.C. Neste contexto, a prisão era um espaço de custódia dos escravos do Faraó. Segundo Faustino (2008) eram também submetidas, ao cativo, as pessoas que cometessem faltas, tais como não pagamento de impostos e desobediência ao faraó. Assim, a prisão não era compreendida como pena.

Aos poucos foi se estabelecendo na sociedade grandes regulamentações, dentre elas podemos citar a Lei de Talião⁶ que limitava a reação à ofensa a um dano idêntico praticado pelo infrator. Com o desenvolvimento político e a organização da sociedade, na busca pela garantia de uma maior estabilidade do Estado, a pena se transformou em uma sanção imposta em nome de uma autoridade pública, que representaria os interesses sociais. Desta forma, a autoridade soberana, inclusive em nome de Deus, surge na figura do Rei, Príncipe e/ou Regente.

A punição era sempre imposta ao corpo do condenado através dos castigos corporais (mutilação) e morte (na fogueira, por enforcamento, por apedrejamento e outras formas. Conforme Foucault (1987), os criminosos eram punidos através dos suplícios. O corpo era supliciado, esquartejado, amputado, exposto vivo ou morto; tudo se tornava espetáculo para o povo. É importante destacar que o suplício variava conforme a natureza do crime.

A partir de 1769, surgem projetos de reforma da justiça, especificamente, na Europa e nos Estados Unidos. Nos resgates identificados pelo referido autor, neste período, há um

⁶ Olho por olho e dente por dente.

ambiente propício para uma nova teoria da lei e do crime, nova justificação moral e política do direito de punir, abolição das antigas ordenanças, supressão dos costumes e descrição de códigos modernos em países como Prússia, Rússia, Pensilvânia, Toscana, Áustria e França.

No fim do século XVIII e início do XIX, houve modificações do espetáculo da punição. Assim, o corpo deixa de ser o foco da repressão penal. Paulatinamente, com a extinção da encenação, também se exauriu o domínio sobre o corpo. O corpo passa a ser utilizado como instrumento. O autor supracitado retrata que o poder sobre o corpo deixa de existir totalmente até meados do século XIX. O castigo é transferido do corpo para a alma, devendo-se suceder sobre o coração, o intelecto, a vontade e o comportamento.

Esse declínio moral dos suplícios foi um dos elementos relevantes que contribuíram para o processo de modificação do sistema penal. Desta forma, surge a pena privativa de liberdade e o seu uso passa a se tornar mais constante. Ocorre, então, uma mudança no papel da prisão.

É preciso realizar uma contextualização histórica para se compreender como ocorre a institucionalização da prisão como forma de sanção penal⁷, isto é, na emergência e consolidação do modo de produção capitalista.

Houve mudanças no ordenamento social, econômico e político. A Europa Ocidental passou por uma grande modificação no setor da produção, dos avanços das técnicas de cultivo e da mecanização das fábricas. É neste quadro de pobreza e de miséria que acompanhou a transição da sociedade, do regime feudal para o capitalista, na Europa, que a criminalidade evi-

⁷ Espaço de cumprimento da pena privativa de liberdade.

denciou. Neste contexto, surgem as primeiras prisões, não mais como espaço de custódia, porém como locais de cumprimento da pena, quase sempre associada ao trabalho.

Conforme Foucault (1987), a prisão surge fora do aparelho judiciário. O cárcere era usado como um local de retenção provisória. Não se usava a prisão como pena.

Nos Estados Unidos, a partir do século XVII, na Colônia da Pensilvânia, com a construção da primeira prisão norte-americana, desenvolveu-se o chamado Sistema Filadélfico. Nele, os presos permaneciam completamente isolados em uma cela, sem qualquer contato com os demais presos e eram obrigados a rezar.

Em 1818, no Estado de Nova York, origina-se o Sistema Auburn, o qual impunha ao preso o trabalho dentro da cela ou fora dela, durante o dia, e o isolamento total durante o período da noite. Este sistema foi adotado em quase todas as prisões daquele país.

Muakad (1984) relata que por volta de 1846, Machonochie, Capitão da Marinha Inglesa, experimenta um novo sistema, o Mark System. Na ilha de Norfolk, que evoluiu para a progressão. Sua ideia era de que o tratamento ao apenado deveria ser mais preventivo que curativo. Machonochie dividiu o regime em períodos: o primeiro, de isolamento celular e trabalhos pesados; o segundo, de separação noturna e trabalho em comum durante o dia; por último, período de liberdade.

O primeiro período era de prova, isolamento celular completo. O segundo, trabalho coletivo sob a regra de silêncio e isolamento noturno. Posteriormente, o condenado ia para as *Public Work-houses*, com maiores vantagens. Na terceira fase,

alcançava, através da correção, o *ticket of leave*, ou livramento condicional.

Este sistema foi aperfeiçoado, em 1853, por Walter Crofton, na Irlanda, sempre visando preparar o regresso do recluso para a sociedade fora do cárcere. O modelo referido seria um estágio intermediário que consistia na transferência para prisões mais leves, sem o uso do uniforme, com permissão para conversar e trabalhar ao ar livre no exterior do estabelecimento penal.

Verificamos que as prisões apresentaram formulações distintas, dependendo do contexto social e histórico, e reformulações sucessivas, até chegarmos aos modelos vigentes.

No Brasil, as prisões apresentaram, historicamente, características diferenciadas. Conforme Pedroso (2004, p. 01), os primeiros registros sobre a prisão brasileira encontram-se no Livro V das Ordenações Filipinas do Reino, em 1870, Código de leis portuguesas que foi implantado no Brasil, no período Colonial. A pena era imposta aos culpados por utilizarem armas de fogo, violação às residências, falsificação de documentos e contrabando de pedras e metais preciosos. A instalação da primeira prisão no Brasil é registrada na Carta Régia de 1769, quando se estabelece uma Casa de Correção no Rio de Janeiro. O Brasil deveria incorporar a discussão mundial para implantar um sistema prisional.

A partir da Constituição de 1824 houve assimilação da nova modalidade de pena: a pena de trabalho. Esta adaptação foi regulamentada pelo Código Criminal de 1830. Neste período, foram enviadas comissões para verificarem o sistema penitenciário dos Estados Unidos, Inglaterra e França e adaptá-los à realidade brasileira.

A Constituição de 1824, período do Império no Brasil, estabelecia que as prisões deveriam ser seguras, limpas, arejadas, havendo separação dos réus segundo a natureza de seus crimes. No entanto, as Casas de Correção, no início do século XIX, já apresentavam condições insalubres. Apesar do descaso público, buscava-se, ainda, um modelo de enclausuramento por excelência. Buscava-se que a prisão atingisse metas, tais como: “reduzir o crime, a pobreza e a insanidade social; dirigir suas finalidades para a cura e prevenção do crime; reforçar a segurança e a glória do Estado”.⁸

O Código Criminal do Império admitiu duas espécies de penas, prisão simples⁹ e prisão com trabalho. Estas variavam de acordo com a pena aplicada. Assim, a reclusão poderia ser de dias ou até prisão perpétua.

O Segundo Código, de 1890, estabeleceu novas modalidades de penas: prisão celular, banimento, reclusão, prisão com trabalho obrigatório, prisão disciplinar, interdição, suspeição e perda do emprego público e multa. Parafraseando Pedroso, o artigo 44 desse Código considera que não deverá haver penas perpétuas e coletivas. As penas restritivas de liberdade individual eram temporárias, sendo que não deveriam ultrapassar trinta anos, são: prisão celular, reclusão, prisão com trabalho obrigatório e prisão disciplinar.

O Código Penal de 1890, em seus artigos 50 e 51, regulamenta que o condenado à prisão celular, por tempo superior a seis anos, que obtivesse cumprido metade da pena demonstrado bom comportamento, poderia ser transferido para alguma penitenciária agrícola, a fim de cumprir o restante de sua pena.

⁸ Rothman apud Pedroso (2004, p. 01).

⁹ Reclusão por tempo marcado na sentença.

O condenado a esta mesma pena incorria ser interdito: suspensão de todos os direitos políticos, perda do emprego e perda de todas as dignidades e condecorações.

A persistência na implantação do regime de trabalho, na época, dificultava a sentença proferida para a execução da pena, já que a desorganização, a falta de produtividade, a ausência de matérias-primas e de utensílios para o labor interno nas oficinas da prisão eram problemáticas recorrentes.

Em 1893, registra-se a fundação da Colônia Correccional da Fazenda Boa Vista, localizada na Paraíba. Tratava-se de um espaço destinado a reclusão social, pois eram encontrados, nestes locais, mendigos, trabalhadores pobres e infratores.

Em 1935, foi aprovado o Código Penitenciário da República que objetivava uma organização do sistema penitenciário. Vale ressaltar que as penas seguiam o Código Penal de 1890. A obrigatoriedade do trabalho penitenciário continuava a ser enfatizada pelo Código. Pretendia-se aliviar as despesas para manutenção das prisões, como, também, prover a educação profissional do preso e sua readaptação social.

A distribuição e organização do trabalho do preso era dividido em industrial, agrícola, mista ou de pesca. O Estado capitalista, segundo Pedroso (2004, p.02), “via o trabalho do preso uma saída com relação aos custos da prisão e como uma pretensa produtividade do recluso: o detento deveria produzir alguma coisa”.

O terceiro Código Penal surge em 1940, sob a égide da Constituição de 1937. É importante destacar o contexto histórico vivenciados nesse período: Estado Ditatorial e Segunda Guerra Mundial. Portanto, momentos políticos difíceis. Em

1955, realiza-se o I Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, em Genebra. Em Maio de 1984, foram aprovadas as Regras Mínimas de Tratamento aos Prisioneiros.

O Código Penal de 1940 sofreu várias alterações. Uma delas ocorreu em 1977, através da Lei Nº 6416, que tratou sobre disposições gerais da pena e sua execução. Ressaltamos que, após 1964, o Brasil viveu um regime de ditadura militar que caracterizou um radicalismo penal imposto pela política criminal da época. Em nome da garantia da segurança nacional, foram praticados abusos, pelo governo militar, o qual fez uso de uma intensa repressão policial e militar no combate aos opositores políticos.

A partir de 1978, começaram a surgir sinais de mudanças no Regime Ditatorial Militar. Pinto (2006, p. 103) cita algumas: a revogação dos Atos Institucionais que cerceavam as liberdades públicas, exercício de direitos e garantias individuais e coletivas, legislações que proibiam prisão perpétua e o banimento.

Assim, em 11 de julho de 1984, no Brasil, surge a Lei de Execução Penal, LEP, Lei Nº 7210/1984. Posteriormente, é promulgada a Constituição Federal de 1988 que representa um instrumento legal importante no País.

Da reforma de 1984 até os dias atuais, houve mudanças na legislação. Introdução da Lei Nº 8.072/90 referente aos crimes hediondos, sendo esta, tomada como medida para reduzir a violência. A referida lei incluía o latrocínio¹⁰, extorsão mediante sequestro, homicídio qualificado ou em ações de grupos de extermínio, atentado violento ao pudor, estupro, tráfico de entorpecentes, tortura e o terrorismo.

10 Roubo seguido de morte.

No Estado do Ceará, a primeira prisão surge em 1836, no período regencial. Cria-se a Casa de Correção¹¹ da província e, ao longo do período, torna-se a cadeia pública. Nesse período histórico, a administração da justiça era subordinada ao cargo do executivo imperial. A partir do Segundo Império, é criado um sistema judiciário alinhando nossa conduta moral à das civilizações de outros países. Assim, ocorre a repressão aos comportamentos dos brancos pobres, dos mestiços e dos indígenas (PIMENTEL *et al.*, 2009).

A província do Ceará estipulou, no seu sistema judiciário, punição para aqueles foragidos do processo de civilização, através da escola e da Igreja. Assim, o tempo do homem inculto correspondia também ao tempo de punição antiga do Ceará (*idem*, 2009, p.156).

Segundo o autor, as prisões cearenses, que eram poucas e caracterizavam-se pela insegurança e pelo imprevisto, pois não havia locais apropriados para reclusão dos presos e estes eram, muitas vezes, direcionados para casas de propriedade dos municípios. No Ceará, o combate ao crime tinha bases conceituais na civilização e na religião, conforme aponta o autor supracitado.

Pimentel (2009) revela que, a partir de 1848, a criminalidade no Ceará, era fortemente marcada por homicídios e violências. Assim, houve forte investimento de recursos por parte do poder provincial no combate ao crime.

Acrescenta que durante as décadas de 1940 a 1960, num contexto de crescente criminalidade no Ceará, a elite, tratou de reproduzir ideologicamente, a “barbárie” manifestada nas ações dos crimes políticos, emboscadas e certos hábitos comuns à

11 Atualmente localiza-se a 10.^a Região Militar, Av. Alberto Nepomuceno, 250 - Centro, Fortaleza - CE.

vida dos sertanejos, como por exemplo, andarem armados com facas presas na cintura. A prisão no Ceará era, sobretudo, composta pelos brancos pobres, pessoas sem propriedade de terra e escravos. Assim, o perfil profissional dos presos cearenses era composto por trabalhadores livres, em sua maioria, da atividade agrícola.

A Casa de Correção apresentava uma massa carcerária diversificada, composta por: “vadios, desordeiros, bêbados, viciados”. Para estes, eram destinados trabalhos em oficinas de sapateiro, alfaiate, ferreiro, ourives e funileiros. Os presos recebiam uma remuneração sem importância pelas peças produzidas. Essas casas serviam também de asilos e correção. Nelas, encontravam-se escravos e alguns filhos de “família”¹².

O Sistema Penitenciário Cearense processava-se em 1851, quando construída a Casa Penitenciária, posteriormente denominada Cadeia Pública de Fortaleza, para a qual foram transferidos os presos da Casa de Correção.

A Casa Penitenciária de Fortaleza surge já com várias deficiências, seja pela falta de estrutura física, seja pela falta de recursos para se ampliar a cadeia, sendo sempre inadequada para a infinidade de presos que chegavam de várias províncias, como Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí. Acrescentavam-se os criminosos provenientes do interior da província, os quais eram, na grande maioria, envolvidos com cangaceiros e justiceiros. (PIMENTEL *et al.*, 2009, p.168)

Com a Cadeia Pública de Fortaleza¹³, houve aproveitamento da mão de obra dos presos condenados ao trabalho for-

12 Os ditos filhos de “família” estavam ali para “descanso de suas libertinagens”, geralmente ficavam em solitárias por oito dias, ou em caso de prisão simples passavam no máximo um mês.

13 Até os dias atuais, é conservada em seu modelo arquitetônico original, onde funciona a Empresa Cearense de Turismo, EMCETUR.

çado. A cadeia pública cearense seguiu os moldes de Auburn, considerado, na época, um método eficaz, por manter o silêncio e aparente harmonia. Nela havia problemas com higiene, implementação de oficinas de trabalho, vigilância e regulação das visitas, controle de bebidas alcoólicas, entre outros. Somente a partir de 1880, esses problemas são amenizados.

No final do século XIX, as prisões no Ceará apresentavam péssimas condições de manutenção e segurança e ainda eram muito reduzidas. Existiam outras cadeias em Fortaleza, Aracati, Sobral, Quixeramobim, Icó e Crato. As demais cadeias, ainda eram improvisadas em casas particulares.

A Cadeia Pública de Fortaleza, considerada a melhor no Estado, era sobrecarregada pelos presos do interior, uma vez que as cadeias no Interior do Estado não comportavam tais reclusos. Desta forma, resultou-se na superpopulação carcerária em Fortaleza¹⁴.

Nos anos de 1850 a 1970, o sistema penitenciário cearense acumulou inúmeras deficiências nos seus objetivos de “recuperação social”, tais como estruturas físicas precárias, espaços insalubres e péssimas condições de assistência ao preso (PIMENTEL *et al.*, 2009).

Segundo dados da Secretaria de Justiça do Estado do Ceará (2008) a atual rede penitenciária é composta por quatro penitenciárias, dois presídios, duas colônias agrícolas, uma casa de albergado, quatro casas de custódia, dois hospitais e 131 cadeias públicas.

O Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF) foi construído em Fortaleza e inaugurado

14 De acordo com o relatório de 1858, a cadeia suportaria algo em torno de setenta condenados e, naquele momento, já somava mais de duzentos presos.

em 22 de agosto de 1974. Em 31 de outubro de 2000 foi reinaugurado e, atualmente, localiza-se no município de Aquiraz, BR 116, Km 27.

O IPF integra o complexo de Unidades Prisionais da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, SEJUS/CE, situado na Região Metropolitana de Fortaleza. Ele foi construído com capacidade para abrigar uma média de trezentas e dezessete mulheres. Atualmente, o IPF abriga um quantitativo de mulheres além de sua capacidade. Existe necessidade de reestruturação do sistema prisional feminino, pois algumas reclusas não desfrutam de condições físicas para dormirem, não participam de atividade voltada ao desenvolvimento humano e social.

Os dados do Departamento Penitenciário (DEPEN) sobre a massa de mulheres encarceradas destacam que havia um total de 487 no IPF em dezembro de 2011. Existiam mulheres em progressão de regime, totalizando 110, em regime semiaberto e 19 em regime aberto (BRASIL, 2008).

O relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino (2008), articulação entre Ministério da Justiça e Secretária Especial de Políticas para as Mulheres aponta que, durante os anos de 2000 a 2006, houve um aumento de 53,36% do número de encarceradas no Brasil. A Região Nordeste apresentou, em 2005, um total de 2.048 presas, no Sistema Penitenciário e, em 2006, esse número foi elevado para 2.149. O Estado do Ceará apresentou um grande aumento da população feminina no sistema penitenciário, passando de 390 presas, em 2005, para 431, em 2006.

O referido documento analisa o perfil nacional da mulher presa e destaca a precariedade no fornecimento dos dados nacionais oficiais sobre o encarceramento feminino. Assim, explicita que o perfil da mulher presa no Brasil, hoje, tem as seguintes características: jovem, mãe solteira, afrodescendente e, na maioria dos casos, condenada por envolvimento com tráfico de drogas, sendo que a maioria ocupa uma posição secundária na estrutura do tráfico.

Assim, não diferentemente do sistema prisional nacional, nosso Estado encontra-se com problemas sérios. Existe problema no que diz respeito à ociosidade dos reclusos e as reduzidas vagas de trabalho ofertadas para presos, independente do regime em que se encontre. Diante da crise do sistema penitenciário cearense e suas dificuldades em implementar a reinserção social do preso, torna-se necessário investir em práticas que trilhem caminhos rumo às políticas públicas, organização social dos/as presos/as e ações socioeducativas que possibilitem desenvolvimento humano e social. É dentro deste contexto que abordamos o trabalho como aspecto importante da reintegração social dos/as presos/as.

Encontramos, nos estudos sobre o retorno do/a preso/a à sociedade, vários conceitos e concepções. É bastante comum o uso de termos como ressocialização, recuperação, readaptação, reinserção, reeducação social, reabilitação e reintegração social. Não se trata, simplesmente, de denominações, pois a nomenclatura adotada traz, em si, valores, concepções e propostas.

É preciso identificar que todos estes termos estão nos limites da lógica de reforma social, vinculada ao imediato que não discorre sobre as contradições próprias da ordem social do capital.

Segundo Machado (2009), “tratamento”, “recuperação”, “ressocialização”, “reabilitação” do preso, e outros equivalentes, trazem uma clara conotação sobre a chamada conduta criminosa, sobretudo, a qual é expressão de algum desajuste ou desvio de conduta por parte de seu autor. O autor tece reflexões sobre o termo ressocialização, pois para ele, torna-se contraditório falar em ressocialização quando alguém sequer foi socializado de forma positiva.

A prisão, explícita, formaliza e consagra uma relação de antagonismo entre o condenado e a sociedade. Sua “recuperação” deverá ser uma recuperação para a sociedade, ou seja, só será possível mediante a resolução do conflito social. Por um lado, a pena de prisão, como consequência, exacerba as disparidades entre preso/a e sociedade. Por outro lado, o retorno à sociedade só será viável mediante a participação efetiva, tecnicamente planejada e assistida da comunidade, família e organizações civis e políticas públicas.

Compreender que a prisão é também parte da sociedade é o desafio, pois muitas vezes, estas são identificadas como espaço isolado. Baratta (1990), em oposição aos termos citados anteriormente, afirma que deveria ocorrer uma reintegração social do preso, sobretudo, por parte da sociedade. Pela reintegração social, a sociedade (re)inclui aqueles que ela excluiu, através de estratégias nas quais esses “excluídos” tenham uma participação ativa, isto é, não como meros “objetos de assistência”, mas como sujeitos. Em outras palavras, subentende que o preso está sendo compreendido como alguém exatamente igual a todos os demais homens livres, deles se diferenciando unicamente por sua condição de preso e de segregado.

Neste debate, Falconi (1988) defende a utilização do termo “reinserção social”. Observamos que seus conceitos não se diferenciam de Baratta. Para o autor, a reinserção está voltada para a reintrodução do condenado no contexto social e visa a criar um *modus vivendi* entre ele e a sociedade fora do cárcere. Neste processo, necessita que ambos aceitem limitações mínimas. Com isso, os efeitos que se esperam são a diminuição da reincidência do ex-condenado e do preconceito da sociedade.

O Ministério da Justiça, através do DEPEN, por sua vez, utiliza o termo reintegração social e define como ações,

o conjunto de intervenções técnicas, políticas e gerenciais levadas a efeito durante e após o cumprimento de penas ou medidas de segurança, no intuito de criar interfaces de aproximação entre Estado, Comunidade e as Pessoas Beneficiárias, como forma de lhes ampliar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade frente ao sistema penal (BRASIL, [ca. 2010]).

Acrescenta que um bom “tratamento penal” tanto previne a prática da violência física como possibilita a garantia de boas condições para a custódia do indivíduo, quando nos remetemos à pena privativa de liberdade. Este tratamento deve, antes disso, consistir em um processo de superação de uma história de conflitos, por meio da promoção dos direitos e da recomposição dos seus vínculos com a sociedade, visando criar condições para que o indivíduo reflita sobre as consequências de seus atos e lhe oportunize uma mudança social.

O DEPEN estabelece como eixos básicos para gerenciamento dos projetos na área de Reintegração Social: formação educacional e profissional dos apenados, internados e egressos do Sistema Penitenciário Nacional; e assistência ao preso, ao internado, ao egresso e aos seus dependentes. Neste último assinala que é necessário,

um movimento de promoção dos direitos dos apenados, internados, egressos, dependentes e familiares, criando condições para que estes possam exercer a sua autonomia. Esse processo deve ser mediado pela inclusão dos beneficiários na agenda das políticas públicas de governo e pelo apoio a ações de instituições públicas e privadas, de caráter permanente, que tenham como objetivo prestar atendimento aos beneficiários, na forma e nos limites da lei: material, jurídica, educacional, social, religiosa e principalmente à saúde ao egresso, após a edição do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (BRASIL, [ca.2010]).

A Lei de Execução Penal estabelece, no art. 1º, que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. A maior parte das críticas sobre este artigo trata das contradições entre isolamento e reintegração social do/a preso/a.

O dilema posto encontra-se no processo de reintegração do/a preso/a à sociedade, evitando a reincidência criminal. Não precisamos de muito esforço para constatar que no Brasil não existe garantia de direitos à saúde, moradia, educação e trabalho, para a grande maioria da população. Conforme constatado pelo censo penitenciário de 1994¹⁵, grande parte dos encarcerados é oriunda das classes mais pobres da sociedade e vive, ou viveu, sem qualquer assistência do Estado.

É necessário dispor aos/às condenados/as, meios e condições que permitam a estes, adesão voluntária, retornar ao convívio social sem cometer novos delitos. Desta forma, neste mesmo processo, pautado sob um enfoque crítico e humanista, garantam a proteção de suas liberdades e direitos não alcançados antes da reclusão, é o que deveria ser evidenciado pela reintegração social.

¹⁵ ALVES (2003, p. 15).

Alguns estudiosos¹⁶ argumentam que a reintegração social do/a preso/a está fadado ao fracasso, pois, dentro de um ambiente repleto de condições indignas, não há possibilidade alguma para evolução dos/as presos/as.

Dessa forma, Bittencourt (2006) relata que não mais se sustenta o pensamento de que é possível castigar e, ao mesmo tempo, reeducar o delinquente, através do cárcere. Segundo sua análise, a reintegração social do preso não pode ser concebida no espaço da prisão, pois esta tende a se converter num microcosmo, onde as mazelas do cárcere e a estrutura social de dominação acabam reproduzindo e agravando as contradições existentes no sistema social.

Discutir sobre a reintegração social do/a preso/a, através do trabalho, não é uma tarefa fácil, pois esta categoria apresenta polêmicas e complexos que não pretendemos aprofundar neste estudo¹⁷.

Assim, acreditamos que, apesar dos avanços efetivos para reintegração social das mulheres encarceradas, ainda existe muito a se realizar. As unidades prisionais apresentam contraste significativo ao punir e possibilitar a reintegração social.

Enfim, é urgente e necessário, pensar estratégias de reintegração social transformadoras, que avancem nos conceitos e na realidade das pessoas encarceradas; que articulem políticas

16 Baratta (1990), Julião (2010) e outros.

17 No sentido bem amplo, é importante identificar que o debate da categoria 'trabalho' é citado por Lukács apud Lessa (1996) como centralidade ontológica, tomando o pressuposto de Marx, descreve que os homens vivem através da contínua transformação da natureza. Lukács elaborou seus estudos percebendo as esferas: mineral, biológica e social. Atribuindo que na esfera biológica, esta transformação da natureza é teleologicamente posta; seu resultado final é previamente construído na subjetividade sob a forma de uma finalidade que orientará todas as ações que virão a seguir. Esta transformação da natureza, teleologicamente posta, Lukács denomina de trabalho. (LESSA, 1996, p.01). Desta forma, nosso estudo não adentrou a categoria trabalho na amplitude do ponto de vista ontológico.

públicas; que incitem o trabalho profissional interdisciplinar constante; transversalizem políticas sociais e gênero; garantam condições dignas às mulheres que cumprem pena privativa de liberdade; e, sobretudo, percebam a mulher, a família e a sociedade como participante efetivos no processo de retorno ao convívio social.

3 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS: o campo de estudo e a pesquisa realizada

Diante da complexidade do nosso objeto, buscamos percebê-lo e analisá-lo a partir de uma leitura histórico-crítica. Compreender os impactos e os sentidos da atividade remunerada na vida da mulher egressa do IPF, assistida pelo NAPAE da SEJUS/CE é perceber os complexos envolvidos neste contexto, é mergulhar na realidade e captar o movimento do real.

Na compreensão do objeto de estudo e sua processualidade histórica, utilizamos alguns elementos do discurso de Foucault (1987) sobre as prisões. O referido autor resgatou importantes elementos históricos sobre a punição, implicação do suplício e surgimento das prisões. Percebeu como as relações de poder no espaço micro ditam regras e estabelecem relações sociais¹⁸.

Ratificamos que o referencial marxista nos permitiu a compreensão ampliada da realidade social do nosso objeto,

18 É pertinente realizar algumas considerações sobre nossas escolhas metodológicas. É fato que este teórico, não se enquadra no campo marxista. Foucault apresenta uma característica essencial, no quadro do estruturalismo, na formulação de teorias que não percebem o homem como ser ativo e construtor dos processos sociais. Neste ponto, é importante destacar que partimos do campo de análise que evidencia o homem como construtor do processo da racionalidade. Assim, compartilhamos com Coutinho, o pensamento de Foucault, no cenário contemporâneo, “deseja eliminar da consciência dos homens o insubstituível elemento de crítica racional e humanista que tem sua base na concepção dialética e materialista da história”. (2010, p.174).

pois, a partir dele, percebemos, conforme cita Marx *apud* Araújo (2003), que

o objeto do conhecimento é a realidade do sujeito, é o espaço material no qual está inserido. Além disso, a realidade é construída pelos próprios homens, não por vontades individuais, mas a partir das condições materiais que lhe são opostas pela natureza, pelas conquistas e transformações anteriormente objetivadas e acumuladas, pelas suas necessidades e pelas novas relações que vão estabelecendo com o mundo e com os outros homens (MARX *apud* ARAÚJO, 2003, p. 61).

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos do Núcleo de Assistência aos Presidiários e Apoio ao Egresso, NAPAE, da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, SEJUS/CE. Portanto, foi utilizado o campo de trabalho como espaço de estudo científico. A seleção ocorreu por meio da lista de egressos e das fichas de avaliação preenchidas pelo serviço social do NAPAE. Após identificação do objeto, o próximo passo foi o estabelecimento das formas de conhecimento da realidade social a qual os sujeitos pesquisados estavam envolvidos.

Antes de iniciar a coleta dos dados, submetemos o Projeto de Pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará, CEP/UECE, que emitiu parecer aprovando execução da pesquisa e relevância do tema direcionado a assistência social das mulheres egressas de presídios.

Iniciamos a pesquisa de campo na própria SEJUS/CE, em outubro de 2011, sempre evitando um viés advindo da identificação da pesquisadora como investigadora institucional. Também, tivemos a preocupação em enfatizar o anonimato das entrevistadas e, sobretudo, da importância da contribuição dos depoimentos.

Os instrumentos e técnicas utilizados para a coleta dos dados foram exclusivamente: levantamento documental do NAPAE, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Como subsídio, realizamos anotações em diário de campo, das situações observadas no cotidiano da Instituição, tais como relato de reuniões com profissionais e com a Coordenação do NAPAE.

O nosso instrumental de pesquisa, a entrevista, teve o objetivo de trazer, no primeiro momento, o perfil socioeconômico dessas mulheres e, no segundo, identificar o ponto central da pesquisa: os relatos das entrevistadas sobre a vida antes da prisão, aspectos relacionados ao cotidiano prisional, dilemas da mulher egressa, rebatimentos do mundo do trabalho na sua realidade e a visão dos sujeitos sobre as possíveis alternativas de solução para as dificuldades apresentadas.

No trabalho de campo, pudemos estabelecer um contato maior com a realidade pesquisada e, assim, amadurecer política, pessoal e profissionalmente sobre a realidade carcerária. No entanto, no decorrer da pesquisa de campo, alguns desafios foram surgindo. Inicialmente, fez-se necessário estabelecer uma relação de confiança com as informantes, pois mesmo que estas demonstrassem tranquilidade nas entrevistas, aparentavam desconfiança e timidez em responder algumas perguntas.

Algumas das informantes, em determinados momentos, não sabiam ou não detalhavam sua problematização, mesmo com repetição do questionamento. Outro difícil obstáculo se deu devido à heterogeneidade do nosso cotidiano de trabalho que, muitas vezes, nos impõe tarefas de cunho imediato e urgente.

Atentando para estas questões próprias da pesquisa realizada, foram efetuadas entrevistas junto às mulheres em

trabalho externo, assistidas pelo NAPAE, da SEJUS/CE. Do total de quarenta e uma mulheres egressas, segundo dados do NAPAE de julho/2011; doze realizam atividades na sede da secretaria. Assim, entrevistamos estas doze mulheres assistidas pelo NAPAE que desenvolvem atividade laborativa na SEJUS/CE.

Assim, passado o momento de coleta de dados, iniciamos a etapa de análise. O tratamento das informações coletadas teve como perspectiva uma interpretação qualitativa¹⁹ do objeto de estudo, sendo utilizados os dados quantitativos, quando significativos, na aferição dessa qualidade, uma vez que a pesquisa quantitativa fornece dados sobre frequência dos fenômenos em estatísticas.

No decorrer da pesquisa, tivemos a preocupação em elaborar um perfil socioeconômico das entrevistadas para, assim, compreender comportamento, valores e a realidade vivenciada por elas. Utilizamos nomes de flores para garantir o anonimato das pessoas pesquisadas. O perfil de nossas entrevistadas tem as seguintes características: Faixa etária: de 21 a 57 anos; Nacionalidade: 50% são brasileiras e 50% estrangeiras²⁰. Todas as brasileiras são naturais do Estado do Ceará. As estrangeiras são, na maioria, oriundas de países do continente africano; Escolaridade: predominam a escolaridade de ensino fundamental; Cor/raça: identificam-se pela cor parda e negra; Profissão: predomina a de vendedora; Religião: a maioria se diz adepta ao catolicismo; Crime praticado: quase todas respondem cri-

19 A pesquisa qualitativa permite compreender concepções dos sujeitos, como pensam a problemática, os significados que atribuem a suas experiências e, como vivem suas vidas. Enfim, conforme Martinelli (1999, p.22) é o reconhecimento da singularidade do sujeito e da importância de se conhecer sua experiência social e seu modo de vida.

20 Ressalto que este dado configura-se no contexto atual e no caso específico da pesquisa. Portanto, a realidade do IPF, o quantitativo percentual das mulheres estrangeiras presidiárias, no geral oscila entre 8% a 9% do total de mulheres presas.

minalmente por tráfico ilícito de drogas. Somente duas delas respondem outro artigo criminal. Todas são réis primárias; Regime criminal estabelecido: todas progrediram para regime semiaberto; Renda familiar: a maioria percebe $\frac{3}{4}$ do salário mínimo; Composição familiar: quase todas residem com a família, sendo esta composta somente por filhos. A maioria não tem companheiro.

Pontuaremos a análise dos dados identificando a configuração da atividade laboral para mulher antes da prisão, no cárcere e na saída do presídio. Nossa pesquisa identificou questões relevantes a problemática da mulher presidiária no Ceará em progressão de regime.

Das 12 entrevistadas, 11 afirmaram que trabalharam antes da reclusão. As mulheres declararam exercício da profissão de vendedoras, cozinheiras, atendente de dentista, e domésticas. A única que afirmou não ter trabalhado, identificou-se como dona de casa ²¹.

Percebemos que a maioria das mulheres desenvolveu alguma atividade remunerada e, acima de tudo, atividades visualizadas como extensão daquelas realizadas no âmbito do domicílio. A presença da mulher no mercado é uma questão posta na realidade. A pesquisa “A mulher brasileira nos espaços públicos e privados”, realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, em outubro de 2001, revela que a maioria das mulheres considera importante sua inserção no mercado de trabalho, pois isto pode permitir sua independência econômica, possibilidade de tomada de decisões e am-

21 Assim, percebe-se notoriamente a discussão travada pelos marxistas sobre a invisibilidade do trabalho doméstico das mulheres no mundo capitalista. Desta forma, “as regras do mercado se aplicariam à produção enquanto o trabalho doméstico seria, por assim dizer, um dote natural que as mulheres aportam ao casamento em troca do sustento. Por esta razão, o trabalho doméstico ficou por muito tempo invisível”. (SORJ, 2004, p.107).

pliação da visão da mulher para além do seu lar. Entram em questão, as formas de inserção destas mulheres no mercado de trabalho e suas funções desempenhadas.

De acordo com Ferreira (2010), a divisão sexual do trabalho é um dos eixos fundamentais da sociedade patriarcal, assim como da divisão social do trabalho na sociedade regida pelo capitalismo. Esses eixos estruturam a dupla exploração das mulheres, no interior da família e como parte integrante da classe trabalhadora.

O papel do Estado, nesse processo, consiste na mediação da relação: garantir políticas públicas no enfretamento a sobrecarga e o desvalorização do trabalho doméstico e efetivar formas de proteção social às atividades laborativas das mulheres. A autora supracitada ratifica que, no Brasil, esta realidade encontra-se muito distante, pois o modelo preponderante de políticas públicas adotado reproduz a divisão sexual do trabalho, o qual as sobrecarrega, principalmente as mais pobres e as negras (idem, 2010, p. 177).

Destaca-se que na sociedade contemporânea, as contradições das relações capitalistas permeiam a vida social. Das 11 que afirmaram que trabalhavam apenas três tiveram vínculo empregatício formalizado. A maioria relata que nunca teve qualquer registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social. Desta forma, a maioria das mulheres não gozou de auxílio-reclusão ou mesmo não poderá fazer jus a nenhum benefício previdenciário, diante de qualquer eventualidade como doença, gestação, invalidez, velhice ou morte.

O delito para mulheres configura-se como divisor de águas. A condição social, muitas vezes, põe em cheque suas necessidades básicas para sobrevivência. Desta forma, o envol-

vimento no mundo do crime torna-se um dos mecanismos que garante a efetivação imediata da provisão econômica do lar. As mulheres que respondem criminalmente, na maioria, são primárias. Apenas duas, conforme dados dos prontuários do NAPAE, respondem mais de um artigo criminal. Identificamos nos relatos de todas, que cometeram o ato ilícito devido a situação financeira.

Estávamos precisando de dinheiro. Havia crise no meu país. Eu não tinha trabalho, a minha esposa também não. Ofereceram dinheiro pra cada uma (Orquídea, espanhola, 41 anos).

Fui do Paraguai pra Bolívia, depois vimos pra Brasília e depois Fortaleza. Vínhamos com droga na mala. Íamos pra Europa. (...). O dinheiro me levou aceitar. Eu pensava que ia ser tudo fácil. Nunca pensava (Tulipa, paraguaia, 21 anos).

Eu recebi a proposta de vir ao Brasil levando a droga, fiquei em São Paulo e vim para Fortaleza. Eu iria ganhar 2.500 euros (Hortência, cabo-verdiana, 43 anos).

É (risos). Na verdade, eu vim só buscar, pegar a maldita de droga, né? A necessidade... acabou que... (Rosa, guineense, 29 anos).

Eu caí nessa porque queria comprar as coisas pros meus filhos. Eu não tinha condições de dá o que eles precisavam. Eu sabia que tinha uma coisa na justiça que nunca tinha sido resolvido, porque, na época, foi presa uma de nós, que andava comigo. Quando prendeu eu fui lá na delegacia e conversei com ela. Quando cheguei lá, a mulher falou: ela também comprou na minha loja. Aí eu já fiquei. Aí quando foi, eu preocupada em casa, nunca tinha passado a noite fora, meus meninos era pequeno e meu marido também bebia. Isso tá com 25 anos (Violeta, brasileira, 57 anos).

Moura (2005) evidencia, em sua pesquisa realizada no IPF, que a precariedade do trabalho e o desemprego estrutural são as razões maiores para a inserção das mulheres no mundo do tráfico de drogas. Assim, essa inserção, não apenas como infração penal, é percebida pelas reclusas como uma forma de oportunidade de trabalho, capaz de propiciar a superação da difícil situação financeira que afeta não só suas próprias vidas, mas também do grupo familiar. A pesquisadora identificou que mais de 47% das mulheres encarceradas se envolveram no negócio por estarem desempregadas e necessitarem de meios para prover o sustento para a família, além do que 94,8% são mães, sendo que 84,6% têm filhos na faixa etária de 0 a 17 anos; 82,1% são provedoras.

Em outra etapa da entrevista, realizamos um resgate histórico sobre singularidade da mulher na prisão, identificando aspectos relacionados ao trabalho no cárcere, se houve algum aprendizado no trabalho exercido e quais habilidades adquiridas durante a reclusão. Percebemos que do total, 10 mulheres afirmaram que exerceram alguma atividade na unidade prisional. Destaca-se a atividade laboral nas duas fábricas privadas e serviços disponíveis no IPF na oficina de artesanato, cozinha, padaria, fábrica de produtos de limpeza e auxiliar de serviços gerais.

Não pode passar despercebida a participação das fábricas na unidade prisional. Percebemos que o trabalho desenvolvido na unidade era importante para as mulheres e para o capital. As mulheres desenvolviam alguma atividade e se ocupavam no cárcere, além de que, no IPF, a atividade realizada nas fábricas têxteis era aquela que melhor remunerava as presas. Assim, as vagas de emprego eram disputadíssimas pelas mulheres. Mesmo assim, havia rotatividade, principalmente pelas brasileiras,

destes postos de trabalho. Devido ao rigor das fábricas pela produção constante, intolerância sobre faltas e ausências, as estrangeiras eram aquelas que se adaptavam melhor às exigências do trabalho fabril.

As fábricas aproveitavam o trabalho das mulheres encarceradas para obter maior exploração do trabalho e, consequentemente, lucro, pois o espaço, a energia e a mão de obra são da própria unidade; não existe qualquer responsabilidade entre trabalhadora e empresa; não se pagava nenhum direito trabalhista; quando a mulher sai da prisão, não há continuidade deste emprego. Observamos que, dificilmente, as mulheres eram absorvidas por estas empresas quando progrediam de regime.

Existem, atualmente, novas formas de exploração dos trabalhadores presente através do trabalho precarizado, parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado”, vinculados à “economia informal”, entre tantas outras modalidades existentes. Alain Bihl *apud* Antunes (1999, p. 52) relata que diversas categorias de trabalhadores possuem, em comum, a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições trabalhistas sobre as normas legais vigentes ou pactuadas e, consequentemente, retrocesso dos direitos sociais, assim como a ausência de proteção e deslegitimação das expressões sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial.

Segundo Hirata (2010), o trabalho precário conduz à exploração do trabalhador. Existe uma ameaça para os trabalhadores estáveis por aqueles que estão desempregados e procuram qualquer emprego, pois estes últimos estão sujeitos a aceitar qualquer condição para obter um. Os novos modelos e as novas formas de organização do trabalho e da produção

intensificam a exploração da classe trabalhadora. “Estas novas formas são organizações flexíveis da produção e aparecem como extremamente essenciais para a própria reprodução do sistema de trabalho e do emprego.” (idem, 2010, p.23).

As 10 que relataram que efetuaram atividades na unidade, declaram que aprenderam algo novo:

Bom, aprendi lá que, às vezes, é preciso a gente sofrer muito pra gente aprender bastante, aprender a dar mais valor pra vida, a lutar pelos nossos objetivos honestamente. Aprendi muita coisa, posso dizer que, hoje, eu sou outra pessoa (Íris brasileira, 29 anos).

Aprendi ser mais humilde, ser mais compreensiva, ter mais responsabilidade. Eu aprendi mais me cuidar, saber como conviver com as pessoas (Tulipa, paraguaia, 21 anos).

Aprendi a valorizar a vida (Orquídea, espanhola, 41 anos).

Lá no presídio, aprendi muita coisa, né? Tipo bordado; eu não sabia fazer. Mas lá aprendi se comportar também, lá, né? (Camélia, guineense, 26 anos).

Eu aprendi; porque [antes] nunca sentei na máquina. Na parte do trabalho e parte de convivência? Eu não sabia classificar a pessoa, se era falsa, se era amiga. Pra mim, todas as pessoas eram amigas, mas lá eu aprendi muitas coisas que eu nem sabia no meu país (Dália, guineense, 32 anos).

É importante destacar as contradições próprias da reintegração social que responsabiliza, sobretudo, o indivíduo pelo ato criminal. A prisão é referida em sua dualidade: repressão e reintegração social.

As mulheres, facilmente, identificam o princípio educativo da prisão: intervir nos comportamentos, refletir sobre

posturas e identificar sofrimento como parte do processo de disciplinar. A convivência, dentro da prisão, ainda é um dos maiores entraves citado pelas mulheres, pois o cárcere permite vinculação afetiva, profissional e social às internas. Conviver com o diferente não é uma tarefa fácil. As relações sociais na prisão caminham por uma linha tênue de confiança e desconfiança, aceitável e repudiado, certo e errado.

É importante destacar que as mulheres evidenciaram aspectos inerentes ao confinamento, tais como relata Foucault (1987, p.207) ao afirmar que a prisão se estabelece como aparelho para tornar indivíduos dóceis e úteis, através do trabalho preciso sobre seu corpo. O trabalho associado ao isolamento é definido como um agente da transformação carcerária. O referido autor descreve: “a prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo.” (ibidem, p. 211). Deve, sobretudo, controlar todos os sentidos dos indivíduos, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral e suas disposições.

Nesse momento da pesquisa, analisamos o sentido do trabalho para a mulher após sua saída da prisão. Procuramos perceber os seguintes aspectos: valor da remuneração, identificação com a atividade de labor, qualificação profissional, avaliação sobre a experiência de trabalho, sugestão de atividades a serem realizadas do ponto de vista educativo ou laborativo, existência de preconceito na atividade e identificação de aspectos positivos e negativos do trabalho externo.

Das 12 entrevistadas, 11 relataram que o valor da remuneração recebida não supre suas necessidades básicas, tais como pagamento de moradia, alimentação e vestuário. Afirmaram receber ajuda da família e exercem outras atividades, para além

do trabalho na SEJUS/CE. Algumas declararam que, através da Secretaria, ingressaram seus filhos e netos em programas governamentais e uma relatou que possui uma filha que trabalha com contratação, em empresa terceirizada na própria sede da instituição.

A LEP trata, no art. 29, que o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo. Percebe-se que a lei estabelece o mínimo da remuneração. No entanto, os convênios e parceiros estabelecem este valor como base de remuneração, quando, na realidade, poderia ser ampliado. Os relatos sobre o valor da remuneração são muitos.

Eu pago R\$ 200,00 reais de aluguel, inclusive segunda-feira eu fui até assaltada. Levaram meu dinheiro do aluguel. Eu pago alimentação, água e luz. Não dá essa remuneração. (...) Teve uma vez ou outra que eu fiz uma faxina, mas não apareceu mais não. Meus filhos são tudo de menor (Margarida, brasileira, 30 anos).

O valor da remuneração não dá pra viver, mas ajuda. Porque minha família também manda. Porque só R\$ 445,00 eu pago aluguel de R\$ 300,00, luz, alimentação, roupa. Aqui, pra viver, tem que ter dinheiro. Aqui, se você não tem dinheiro... roupa é cara (Carmélia, guineense, 26 anos).

Essa remuneração não dá pra viver (...) Eu tenho ajuda do meu marido pra me sustentar (Hortência, cabo-verdiana, 43 anos).

Não dá (...) Tem ajuda, né?. Tem a pensão do meu netinho, que o pai dele ajuda. Aqui e acolá, minha menina também trabalha. Meu filho também trabalha com pintura (Violeta, brasileira, 57 anos).

Esse valor não dá não. A minha sorte é que eu faço esses tapetes. Antes de ontem, eu vendi dois tapetes e paguei a água e a luz. Tem deles que eu vendo de R\$ 12,00. Tem deles que eu vendo de R\$ 15,00; tem deles que eu vendo de R\$ 6,00 (Azaléia, brasileira, 42 anos).

Não dá pra viver não. Lá em casa, trabalha eu, minha filha e meu marido. Minha filha trabalha aqui. Ela era aprendiz e o Senhor abençoou. Assinaram a carteira dela. Eu lutei e fui atrás de um e de outro e consegui. Ela trabalha aqui, tá com quatro anos. O meu filho mais novo não estuda mais; possui problemas com droga e o meu filho mais velho está preso. Eu visito meu filho todos os domingos. É difícil! (Açucena, brasileira, 43 anos).

Todas as mulheres são contratadas para exercer atividade de auxiliar de serviços gerais. Na pesquisa, identificamos que a maioria gostaria de exercer outro trabalho. Os estudos de Antunes (1999) nos auxiliam a compreender essa realidade social, pois existe uma notória divisão sexual do trabalho operada na sociedade capitalista. Geralmente, as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto as atividades dotadas de menor qualificação, mais elementares, rotineiras e, muitas vezes, fundadas em trabalho intensivo são destinadas às mulheres trabalhadoras e, muito frequentemente, também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as.

Os relatos daquelas que gostariam de exercer outra atividade confirmam que desejariam uma oportunidade de trabalho com melhor remuneração. Elas afirmam que gostariam de exercer atividade na área em que foi capacitada profissionalmente, na unidade.

Eu queria costurar. É isso que eu quero fazer no meu país (Hortência, cabo-verdiana, 43 anos).

A gente sempre gosta de exercer, sempre uma coisa mais melhor do que a outra. Eu gostaria de trabalhar como vendedora (Íris, brasileira, 29 anos).

Das mulheres pesquisadas, 06 relatam que fizeram cursos profissionalizantes; destas a maioria declara que o fizeram na unidade e na sede da SEJUS/CE. Destacam-se os cursos de relações humanas, cabeleireira, panificação, serviços gerais, educação financeira, tecelagem e customização e costura industrial.

É importante destacar que as mulheres anseiam a oportunidade de trabalho externo, pois, a partir deste, poderiam usufruir a liberdade e, assim, ter contato com familiares e sociedade. As mulheres iniciavam, através desta experiência, retorno ao convívio social.

Aqui, eu acho bom, porque eu tô ocupando a minha mente e não pensando besteira. Por que na situação que eu passo, se eu tivesse parada, eu já tinha feito loucura. Eu tô tentando levar... Eu acho bom trabalhar aqui, o pessoal são legal (Margarida, brasileira, 30 anos).

Proveitoso, sou uma pessoa que valoriza as coisas. Bom, recebi minha liberdade e estou trabalhando, não? (Orquídea, espanhola, 41 anos).

Trabalho externo trouxe algo bom. Além de trabalhar pra receber dinheiro. (...) às vezes você aprende com gente. Convivência é difícil. Conviver com pessoa diferente. (...). Eu descobri muitas coisas no Brasil que eu nunca esperava que ia descobrir na minha vida, no momento mais difícil da minha vida. (...) mas, ao mesmo tempo, é bom. Gostei também (Rosa, guineense, 29 anos).

Ressaltamos que, embora sem qualquer suporte econômico ou social efetivo, as mulheres possuem a tarefa de zinhas suprirem as necessidades de moradia, alimentação, vestuário e complementação da renda. A articulação das políticas é muito precária e sem visualização importante.

Nessa questão, foi perceptível o desejo da maioria das mulheres que a Secretaria realizasse alguma atividade voltada para o mercado de trabalho. Muitas identificam cursos profissionalizantes como perspectiva de ação e destacam os seguintes cursos: informática, cabeleireiro, gestão de empresas e costura.

Para as mulheres, a saída da prisão coloca em cheque as condições econômicas. Assim, ingressar no mercado de trabalho, de forma qualificada, é uma estratégia que elas apontam como forma de superação dessa condição.

As mulheres elencam aspectos positivos e negativos do trabalho externo. Aspectos positivos são: não ficar em casa, receber remuneração, o tratamento das pessoas na SEJUS/CE e a experiência de trabalho. Relatam:

Aqui não tem nada de ruim. Todo trabalho tem sua responsabilidade, hora de chegada, hora de saída. Se faltou e tiver doente tem quem trazer atestado. Isso é aqui, numa firma de carteira assinada. E em qualquer canto (Violeta, brasileira, 57 anos).

(...) O trabalho externo é bom, porque só depende de você administrar o seu trabalho (Íris, brasileira, 29 anos).

Aqui é muito bom, mas tem coisas que a gente não tem prioridade (Açucena, brasileira, 43 anos).

Bom é porque tô trabalhando, conhecendo novas pessoas e adquirindo novas experiências (Zinia, brasileira, 29 anos).

Aspectos negativos do trabalho externo são: valor insuficiente da remuneração, atraso do pagamento da remuneração, adoção de novas rotinas de trabalho e hierarquia nas instituições. Fatores relativos ao não aproveitamento das oportunidades e ausência de trabalho são pontos elencados, pelas mulheres, como algo ruim, como mostram relatos abaixo:

O ruim é porque o salário é pequeno, muito pouco para quem tem quatro filhos para sustentar (Zinia, brasileira, 29 anos).

Aqui é ruim porque não paga no dia. O aluguel venceu e eu não paguei. O dono do apartamento quer o dinheiro na hora. Tem que compreender... (Camélia, guineense, 26 anos).

Ruim é a hora de acordar [madrugada] (Orquídea, espanhola, 41 anos).

A única coisa que eu não gosto é de ninguém [alguém] mandar em mim. Até hoje ninguém mandou, não (Azaléia, brasileira, 42 anos).

É ruim ficar sem trabalhar. Isso que aconteceu foi um momento de fraqueza (Hortência, cabo-verdiana, 43 anos).

Eu acho que é ruim quando você não sabe aproveitar as oportunidades boas que são colocadas na sua frente. Aí quer culpar alguém por isso. Acho ruim é isso (Íris, brasileira, 29 anos).

A pesquisa identificou que existe uma contradição na relação das mulheres com o trabalho, pois este possibilita ajuda econômica no domicílio, porém não é suficiente. A maioria sobrevive apenas com a remuneração do trabalho externo e isto, muitas vezes, gera insatisfação. No entanto, quando estas refletem que o trabalho é condição para liberdade, avaliam-no como algo proveitoso e bom.

As mulheres realizam planos; a maioria, para trabalhar. Falam do desejo de trabalhar como autônoma, com carteira assinada e obter melhor remuneração, como mostram as falas abaixo:

Quando se desligar, se eu tivesse condição, ia colocar uma coisa de merenda na minha casa, pra ajudar (a ganhar mais). Quando eu penso que vou deixar de receber o meu ordenado que eu tenho certo, é ruim. Mas Deus vai me dar um jeito pra gente viver. Graças a Deus, honestamente. Passei esses tempos todinho e nunca fiz mais besteira, por que depois de velha eu vou fazer, né? (Violeta, brasileira, 57 anos).

Arranjar emprego melhor, outro trabalho com atendimento, atendente (Zinia, brasileira, 29 anos).

Eu penso em voltar para meu país. Fazer um comércio e se juntar com minha mãe. Minha mãe é comerciante também. Trabalhar, cuidar de meus filhos. Pedir perdão aos meus pais. Tentar mudar a minha vida. Aproveitar o tempo que eu perdi. Ficar junto com a família porque isso é o que mais eu mais senti falta, durante todos esses anos que eu fui presa. Mudar a minha vida mesmo. O que eu aprendi lá dentro é que eu posso ganhar minha vida de alguma forma que não seja essa daqui (Rosa, guineense, 29 anos).

Neste momento, percebemos a descontinuidade das políticas de reintegração social, pois as mulheres têm seu futuro como incógnita, após desligamento do NAPAE. A maioria realiza planos que dependerá somente de seu esforço e articulação. Assim, evidencia-se a fragmentação das políticas sociais, o que Behring (1999, p. 29) afirma ao dizer que as políticas sociais estão assentadas no trinômio focalização-privatização-descentralização. O que se coloca é a desuniversalização e a assistencialização das ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público. “Uma

política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família”.

Diante dos relatos das entrevistadas, procuramos identificar, a partir da experiência no NAPAE, como estas mulheres perceberam a reinserção social, ou suposta reintegração social, através do trabalho. A pesquisa proporcionou uma riqueza intensa de relatos e vivências peculiares.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo econômico, adotado, hegemonicamente, nos países capitalistas, representado pelo neoliberalismo acentua as desigualdades sociais existentes entre as diferentes classes sociais. A intervenção mínima do Estado nas políticas sociais desencadeou a inserção de políticas repressivas às camadas menos favorecidas da sociedade.

Estabelecer políticas de retorno à liberdade dos indivíduos encarcerados deve ser prioridade das políticas governamentais. Só há sentido falar de reintegração social se as pessoas obtiverem oportunidades na vida, o que é uma contradição na lógica da ordem social vigente. Entretanto, o mesmo Estado, sob a ordem do capital, tem condições de amenizar as desigualdades com reformas estruturantes. É verdade que o Estado deve se fazer presente na vida comunitária, não apenas por meio da repressão, mas por meio da garantia dos direitos sociais, a essas parcelas da população, de acesso a serviços fundamentais para existência digna de um ser humano, como serviço de saúde e educação gratuitas e de qualidade.

Nosso objeto de estudo estruturou-se na compreensão dos impactos e sentidos do trabalho para as mulheres assistidas pelo NAPAE em trabalho externo na SEJUS/CE. Identifica-

mos aspectos relacionados ao trabalho exercido pelas mulheres antes do cárcere, no IPF e após saída da prisão. Nosso objetivo era identificar, com base na experiência no NAPAE, como as mulheres percebiam a reinserção social ou, pelo menos, o discurso da suposta reintegração social por meio do trabalho.

Percorremos um caminho longo, que teve ponto de partida no ano de 1998, quando ingressamos no curso de serviço social e estabelecemos os primeiros contatos com a ideia de formular estudos científicos sobre nossas categorias: prisão, trabalho e reintegração social.

Hoje, percebemos muitas avaliações equivocadas sobre os problemas sociais que envolvem as mulheres, reforçadas pelo sistema capitalista, como, por exemplo, a invisibilidade social do trabalho realizado pelas mulheres no âmbito do domicílio, a baixa remuneração paga a elas pelo mercado de trabalho, estabelecimento da dupla jornada de trabalho para a mulher, responsabilização das mulheres pelos cuidados para com os filhos e a família. Enfim, há uma preponderância dos estudos e pesquisas existentes que enfatizam a subjetividade da mulher, muitas vezes, sem contextualizar ou abordar as questões objetivas da sociabilidade do capitalismo.

Tratando-se de mulher e prisão, nosso desafio aumentou, pois este ambiente tão obscuro e pouco conhecido instigou-nos a conhecer muito mais a realidade social das mulheres presidiárias, principalmente, daquelas que progridem do regime fechado para semiaberto, ou seja, possuem possibilidade de retorno ao convívio social através do trabalho.

Instaura-se o dilema entre estabelecer retorno social no contexto socioeconômico tão contraditório. No entanto, nossa pesquisa aponta a urgência do estabelecimento de articulação

das políticas públicas e efetivação da política de reintegração social.

Diante de nossas indagações e hipóteses formuladas, descrevemos observações relevantes. Percebemos a partir de nossa pesquisa que as mulheres entrevistadas desenvolveram alguma atividade econômica lícita antes da prisão. Porém esta atividade se efetivava de forma precarizada. Observamos que as mulheres em trabalho externo desenvolveram alguma atividade na reclusão, evidenciando que o trabalho na prisão favorece o estabelecimento de possibilidades quando as presidiárias progredem do regime fechado para semiaberto. Desta forma, o retorno à liberdade através do trabalho torna-se uma alternativa de constituição de renda e, sobretudo, estabelecimento dos laços sociais com o mundo para além do presídio. E por fim, identificamos que a remuneração da atividade laboral exercido pelas mulheres em trabalho externo é insuficiente para custear sua vida após saída do IPF. Muitas sustentam precariamente suas famílias com esse valor; outras recorrem a outras atividades que complementem sua renda ou mesmo recebem ajuda de familiares. Observamos que algumas também procuram incluir seus filhos/as nas políticas públicas de governo ou buscam contratações em empresas terceirizadas junto à SEJUS/CE.

E, finalmente, sinalizamos que as mulheres percebem a necessidade de participação de programa, projeto ou política social que possibilite ingressar licitamente no mercado de trabalho e não reincidir criminalmente. Neste ponto, observamos que as mulheres não evidenciam perspectivas concretas após desligamento do NAPAE. É perceptível a necessidade e urgência da elaboração de um projeto de reintegração social articulado a outras políticas sociais que vislumbrem um norte para as mulheres e, conseqüentemente, para os homens que tiveram

suas vidas tão marcadas pelo acirramento da desigualdade social e, acima de tudo, uma política que os percebam como pessoas construtoras de seus caminhos.

Consideramos que a presente pesquisa apontou algumas reflexões importantes sobre as dificuldades das mulheres assistidas pelo NAPAE e que desenvolvem trabalho externo na SEJUS/CE, principalmente no que tange aos fatores imbricados na reintegração social. Devemos avançar para além da reintegração social pelo trabalho, porém garantindo educação, efetivação dos vínculos familiares e comunitários, acesso à cultura, exercício livre da espiritualidade, e, enfim, condições dignas de sobrevivência.

Percebemos que a reintegração social, conforme estabelecido pelo Ministério da Justiça, mantém uma lacuna, pois as mulheres em trabalho externo, apesar das capacitações realizadas, estão ingressadas no trabalho, de forma precária. O contexto econômico não apresenta possibilidades ou alternativas para homens e mulheres, no entanto, para estas, as condições acirram-se paulatinamente. É necessário refletirmos sobre o rumo que trilhamos na reintegração social, como a pobreza está sendo tratada e que ações estão sendo pautadas para mudança do contexto social que está posto.

A saída da prisão configura-se como um momento ímpar na vida da mulher, pois esta se depara, novamente, com sua dura realidade social. Enfrentar esta situação realizando uma atividade laborativa, torna-se uma estratégia de sobrevivência necessária.

A pesquisa evidenciou que os sentidos do trabalho para a mulher egressa do sistema prisional constitui-se para além de uma questão de sobrevivência, como também efetivação do re-

torno à liberdade e restabelecimento dos vínculos sociais apartado pelo isolamento social da prisão. Assim, discutimos que reintegrar uma pessoa socialmente não ocorre com a sua saída da prisão; é preciso que essa reintegração seja potencializada desde a sua entrada no presídio.

Vislumbramos que é preciso repensar o papel efetivado pelas prisões, quais as respostas e reflexões que a sociedade vem apresentando sobre suas leis e tratamento aos/às reclusos/as, e como o Estado estabelece respostas às expressões da questão social. Na nossa avaliação, a LEP reforça a ideologia da culpabilização total do indivíduo pelo crime, sem realizar qualquer diálogo com o contexto social e econômico vigente. Existe também um apelo muito intenso do senso comum que os/as “criminosos/as” acarretam um custo muito alto pelo Estado, porém não se questiona a má distribuição de renda, acirramento das desigualdades sociais e crescimento da pobreza, elementos que, inclusive, podem determinar a “opção” pelo caminho da criminalidade.

Acreditamos que essas questões caminham para construção de uma sociedade diferente da atual, de formas diferentes de organização social, de legislações sociais avançadas, onde nossas diferenças de classe social e gênero não nos afastem ou nos hierarquizem, mas que estas nos permitam respeito ao diferente.

Concluimos este trabalho e muitos questionamentos surgem, assim como necessidade de ampliarmos, com futura pesquisa sobre a realidade da mulher egressa do sistema prisional após desligamento do NAPAE.

Enfim, as reflexões se estabelecem e isso nos estimula a continuar investigando e dar prosseguimento aos estudos sobre

a temática. Acreditamos que este estudo será imprescindível para conhecimento da realidade social das mulheres assistidas pelo NAPAE, aprimoramento das ações de reintegração social da SEJUS/CE e construção de uma ordem societária justa, igualitária e transformadora.

Referências

ALVES, J. D. **Do tratamento penal à reinserção social do criminoso**. Monografia de especialização do Curso de Pós- Graduação em Modalidades de Tratamento Penal e Gestão Prisional. Universidade Federal do Paraná, 2003.

ANTUNES, R. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. IN: **Capacitação em serviço social e política social**: módulo 01. Brasília: CEAD, 1999, p. 19-31.

ARAÚJO, L. B. C. A questão do método em Marx e Lukács: o desafio da reprodução ideal de um processo real. IN: MENZES, A. M. D.; FONSECA, F. **Trabalho, sociabilidade e educação: uma crítica à ordem do capital**. Editora UFC. Fortaleza, 2003.

BARATTA, A. Por un Concepto Critico de Reintegración Social del Condenado. IN: Oliveira, E. (Coord.). **Criminologia Crítica**. Fórum Internacional de Criminologia Crítica. Belém: CEJUP. 1990.

BEHRING, E. R. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. IN: **Capacitação em serviço social e política social**: módulo 03. Brasília: CEAD, 1999, p. 21-40.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal**. Parte Geral. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. Lei Nº 7210. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm> Acesso em: 10 out 2011.

BRASIL. **Grupo de trabalho interministerial** – reorganização e reformulação do sistema prisional feminino. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Reintegração Social**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJDA8C1EA2ITEMID0A92-E04549BC444EBF4358C793E9539APTBRIE.htm>>. Acesso em 29 nov.2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano nacional de política criminal e penitenciária 2011**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ091F9E35ITEMIDEA70-BDEA313941AB8F27DB3F-CB608A40PTBRNN.htm>>. Acesso em 05 dez 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário. **Sistema Penitenciário no Brasil**: dados consolidados. Brasília: DEPEN, 2008.

CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**, 2007. Disponível em: <http://asbrad.com.br/conte%20C3%BAdo/relat%C3%B3rio_oea.pdf>. Acesso em: 30 nov.2011.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. p. 154-174.

FALCONI, R. **Sistema presidencial: reinserção social?**. São Paulo: Ícone, 1988.

FAUSTINO, E. R. **Centro de Ressocialização: um estudo sobre a possibilidade de reintegração social**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, 2008.

FERREIRA, V. As lutas da Articulação de mulheres brasileiras no campo do trabalho e da proteção social. IN: COSTA, A.; ÁVILA, M. B.; SILVA, R. SOARES; FERREIRA, V. **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. SOS CORPO. Instituto Feminista para a Democracia. Recife, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução Lígia M. Pondé Vassallo. 15. ed. Editora Vozes, 1987.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará**. Disponível em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/>> [ca.2010]> Acesso em: 23 nov 2011.

HIRATA, H. Crise mundial e o impacto da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho. IN: COSTA, A.; ÁVILA, M. B.; SILVA, R.; FERREIRA, V. **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. SOS CORPO. Instituto Feminista para a Democracia. Recife, 2010.

JULIÃO, E. F. O impacto da educação e do trabalho como programas de reinserção social na política de execução penal do Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação de Angra dos Reis. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

LESSA, S. **A centralidade ontológica do trabalho em Lukács**. Revista Serviço Social e Sociedade, v. 52, pp. 7-23, São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

MACHADO, V. G. A reintegração social do preso: uma análise sobre os principais discursos contrários e favoráveis à finalidade ressocializadora da pena. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/18118/a-reintegracao-social-do-preso/1>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Editora Veras, 1999.

MICHAELIS. **Dicionário escolar língua portuguesa**. Editora Melhoramentos. São Paulo, 2008.

MIRABETE, J. **Execução Penal**. 9.^a edição. Editora Atlas. São Paulo, 2000.

MOURA, M. J. **Porta fechada, vida dilacerada** – mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no Presídio Feminino do Ceará. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005.

MUAKAD, I. B. **Prisão Albergue**. Editora Cortez. São Paulo, 1984.

PEDROSO, R. C. **Utopias penitenciárias. Projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 333, 5 jun. 2004. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/5300>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

PIMENTEL Filho, J. E. *et al.* **Cárceres, Cadeias e o Nascimento da Prisão no Ceará**. In: MAIA, C. N *et.al.* **Historia das prisões no Brasil**. Volume 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

PINTO, N. **Penas Alternativas**: um estudo sociológico dos processos de agravamento das penas e de despenalização no sistema de criminalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. IN: VENTURINI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1.^a Ed.. Editora Fundação Abramo. São Paulo, 2004.

A Organização Política do(a)s Assistentes Sociais e a Construção da Política de Assistência Social em Fortaleza-CE

**Luciana Sátiro Silva¹,
Virgínia Márcia Assunção Viana²**

¹Especialista em Serviço Social, Trabalho e Ética
Profissional pela UECE

²Orientadora

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro se vinculou, nas últimas décadas, ao projeto societário que revela expressamente sua aproximação com a defesa dos direitos da classe trabalhadora e o enfrentamento das expressões da Questão Social a partir da construção de uma nova ordem societária.

Para tanto, a categoria profissional, nos diversos espaços sócio-ocupacionais em que atua, principalmente nas políticas sociais, busca efetivar sua prática balizada nos princípios e valores norteadores do Projeto Ético-político.

Em Fortaleza, historicamente a Política de Assistência Social esteve secundarizada e condicionada administrativamente a outras políticas municipais, principalmente nas décadas de 80 e 90, quando quase deixou de ser executada. Contudo,

as/os assistentes sociais apresentaram importante destaque em todos os processos de implementação desta política, construindo estratégias e enfrentamentos na perspectiva de conquistar espaços políticos relevantes no contexto da gestão municipal.

Sendo assim, este capítulo intenciona refletir teoricamente sobre a atuação da categoria de assistentes sociais na busca incansável de legitimar a Assistência Social no cenário municipal enquanto política pública de direito que efetiva suas ações levando em consideração a qualidade do serviço prestado. Esse processo demanda enfrentamentos cotidianos que exigem consciência política coletiva, embasamento ético-político e coragem para lutar com as questões institucionais.

Para perceber esta realidade, foi realizada esta pesquisa, de natureza qualitativa e cunho empírico, na qual se utilizou de pesquisa de campo, documental e bibliográfica, e teve por objetivo analisar em que medida a organização política da categoria de Assistentes Sociais contribuiu para consolidação da política municipal de Assistência Social na última década. A pesquisa teve como *locus* de investigação a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS.

A escolha da técnica de entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais atuantes desde o período dos anos 1980 a 2012 e observação participante no espaço pesquisado possibilitou o conhecimento sobre diversas fases das suas atuações profissionais.

O trabalho de campo foi realizado no período de setembro de 2011 a janeiro de 2012. Durante todo o desenvolvimento do trabalho houve a preocupação com os princípios éticos, procurando garantir o anonimato dos sujeitos envolvidos. Para tanto, foram criados siglas e números de um a seis para repre-

sentar as falas das profissionais apresentadas nas discussões e análise dos dados, levando em consideração os aspectos éticos para pesquisas sociais. Assim, a referência se deu por ordem cronológica de entrevistas, ficando como sigla de referência: A.S e o número da entrevista, sendo A.S as iniciais de assistentes sociais.

No que diz respeito à escolha dos sujeitos/informantes em pesquisas qualitativas, compreende-se que o interesse maior “[...] não é o número de pessoas que vão prestar as informações, mas o significado que esses sujeitos têm, em função dos objetivos da pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 24).

Nessa direção, optou-se por definir como sujeitos da pesquisa o quantitativo de 06 (seis) profissionais, dentre terceirizadas e servidoras, que trabalharam ou que ainda estivessem trabalhando na política municipal de Assistência Social.

2 “A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL AO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”

O marco legal que constitui a Política de Assistência Social como política pública no Brasil se dá a partir da efervescente participação popular, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988. Nascida como símbolo supremo de idealização e consolidação de políticas sociais no Brasil a partir do período de redemocratização nacional, a Constituição de 1988 assegura a política de Assistência Social como uma das três políticas sociais que compõe a Seguridade Social, sendo as outras duas, as políticas de Saúde e Previdência Social.

Na linha de mobilização popular que caracterizou todo o período de elaboração do texto constitucional, a participação de

assistentes sociais nos debates realizados foi fundamental para a tessitura relativa à Assistência Social. Dessa forma, reforça-se a relevância da categoria no cenário nacional em relação a mobilizar e arregimentar a população com vistas a conquistas de legislações e direitos sociais.

Ao realizar a categorização da Assistência Social como política de Seguridade Social não contributiva, a Constituição Federal de 1988 a apresenta como direito aos cidadãos que dela necessite. Nesse sentido, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8742/1993) se apresenta como importante regulamento legal da Política de Assistência Social após a homologação da Constituição Federal de 1988 e inicia o processo de organização da Assistência Social como política pública ao instituir um modelo de administração e gestão participativo.

A ansiedade pelo nascimento da menina LOAS gera novas forças na sociedade brasileira. Seus interlocutores já possuíam vida enquanto ela aguardava. Os movimentos pró assistência social passam a ser articulados com a presença de órgãos da categoria dos assistentes sociais que, através do então CRAS e CE-FAS – hoje CRESS e CFESS – vão se movimentar com a ANASSELBA, Frente Nacional de Gestores Municipais e Estaduais, Movimentos pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, dos Idosos, das Crianças e Adolescentes, pesquisadores de várias universidades pleiteando a regulamentação da assistência social (SPOSATI, 2010, p. 46).

Nesse cenário, destacam-se as colocações de Vinagre sobre a participação da categoria dos assistentes sociais nos espaços nacionais de lutas por direitos sociais.

Nesta esfera, cabe destacar sua presença [*das/os assistentes sociais*] no movimento pela anistia, nas associações de bairro e nos movimentos de mulheres, que defenderam “bandeiras” contra a carestia, contra a

violência e a tortura, pelo direito a creches, à moradia e outros. Inseridas(os) nos partidos, no movimento sindical classista, nos Conselhos, nos movimentos sociais, de mulheres e de negros, e nas associações de moradores, as(os) assistentes sociais engrossaram o movimento *Diretas já*. Em 1986, estavam acompanhando, através de diferentes frentes, o processo constituinte. Participaram das Conferências Nacionais de Saúde, contribuíram para a implementação do SUS - Sistema Único de Saúde e do PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Ajudaram a escrever a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social e o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. Estiveram à frente dos debates e das lutas pela implementação de políticas afirmativas, na perspectiva de assegurar igualdade de acesso a oportunidades para grupos em situação de desvantagem social, como as mulheres e os negros (VINAGRE *apud* SERRA, 2007, p. 188).

A promulgação da LOAS, portanto, a partir de um longo processo de lutas e mobilização popular no qual se destacaram as organizações representativas e acadêmicas, dentre elas, a de assistentes sociais, intelectuais das universidades, partidos de esquerdas, Conselhos e Sindicatos de categorias e organizações não-governamentais, dentre outras, representou uma conquista para a Política de Assistência Social no cenário nacional.

Assim, destaca-se que no processo de elaboração e aprovação da LOAS (1989-1993), a participação das/os profissionais assistentes sociais e representantes do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social na intensa luta de defender a política de Assistência Social enquanto política pública de direito. Segundo a publicação do CFESS na Cartilha “Trabalhar na Assistência Social em defesa dos direitos da Seguridade Social”, as profissionais juntamente com o Conselho tiveram importante participação na aprovação da LOAS.

O CFESS combateu ferozmente o veto do então Presidente Collor ao primeiro Projeto de LOAS; articulou a elaboração e apresentação ao Congresso de um amplo e alargado projeto de lei de assistência social (que infelizmente não foi aprovado); lutou no âmbito do legislativo contra vários projetos de leis que defendiam ações extremamente restritivas de assistência social; apresentou inúmeras emendas ao Projeto de Lei que veio a ser aprovado e sancionado em 1993, no intuito de ampliar a renda *per capita* para acesso ao BPC, incluir diferentes programas, projetos e serviços e garantir a descentralização e o exercício do controle social de forma autônoma pelos Conselhos de Assistência Social nas três esferas (muitas emendas foram acatadas);

Após a aprovação da LOAS, o CFESS continuou lutando arduamente para sua implementação: entrou com ação judicial para que o CNAS fosse instituído em 1994; participou de 06 gestões no CNAS, representando o segmento dos trabalhadores; e elaborou e publicizou diversas manifestações em defesa do cumprimento da LOAS e, mais recentemente, do SUAS (CFESS, 2011, p. 03).

Após dez anos de aprovação da LOAS, em dezembro de 2003, ocorreu a IV Conferência Nacional de Assistência Social, em caráter extraordinário, na qual a plenária final aprovou 137 deliberações, sendo 78 correspondentes ao eixo de controle social, 35 ao eixo de financiamento e 24 ao eixo de gestão, tendo como deliberação mais importante, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social-PNAS, que prevê a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo e constitui-se na regulação em território nacional:

Da hierarquia, dos vínculos e das responsabilidades do sistema cidadão de serviços, benefícios e ações da Assistência Social, de caráter permanente ou eventua-

al, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sobre critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação às iniciativas da sociedade civil (BRASIL/PNAS, 2004, p. 15).

Assim, a PNAS apresentada em julho de 2004 pela Secretaria Nacional de Assistência Social, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, surge com propostas de operacionalização dos temas mais complexos da Assistência Social como territorialização, financiamento, controle social, política de Recursos Humanos, concepção, monitoramento e avaliação e da ação do *público versus privado* redesenhando um novo modelo da política de Assistência Social que tenta romper com o paradigma conservador e assistencialista histórico a essa política, efetivada como política pública, dever do Estado e direito de todos os cidadãos.

Ainda, a PNAS objetivava municipalizar seus serviços; criar o comando único de suas ações em todo o país e romper com o ranço de política de governo. Ainda, prevê a construção e implantação de um novo modelo de gestão: o Sistema Único de Assistência Social/SUAS.

O SUAS avança na padronização da formulação e implantação de novos princípios e diretrizes, como também no esforço nacional em qualificar a política de Assistência Social. Considera-se avanço a normatização dos padrões de serviços, da qualidade no atendimento, nos indicadores de avaliação e resultados, na nomenclatura dos serviços e a regulação e organização nacional da rede de serviços socioassistenciais.

Esse modelo aponta para a tentativa de amadurecimento da Assistência Social antes publicamente vinculada ao clientelismo, benemerência, de interesses coronelistas e assistenciais, ainda atualmente vivenciada de forma mais ocultada tanto pelo

poder público quanto pelas entidades conveniadas que recebem recurso público para operacionalizá-la.

No tocante a participação das/os assistentes sociais na Política de Assistência, assinala-se as ações destes profissionais em momentos importantes nos processos de reconhecimento e consolidação da Assistência Social como direito social e política de seguridade social. Consoante a Cartilha “Trabalhar na Assistência Social em defesa dos direitos da Seguridade Social”, as/os profissionais participaram:

- Mesmo antes da Constituição de 1988, os assistentes sociais já atuavam na extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA), constituindo seu principal quadro de trabalhadores e, com atuação crítica, condenavam as tendências clientelistas de suas direções e defendiam sua transformação e extinção;
- Durante a Constituinte (1987-1988), o CFESS participou ativamente nas subcomissões e Comissão da Ordem Social, sendo um ardoroso defensor da seguridade social como amplo sistema de proteção social, que deveria incluir a assistência social, previdência e saúde. Neste processo, se contrapôs às forças que defendiam que a seguridade social deveria se limitar à previdência social;
- Após a aprovação da LOAS, o CFESS continuou lutando arduamente para sua implementação: entrou com ação judicial para que o CNAS fosse instituído em 1994; participou de 6 gestões no CNAS, representando o segmento dos trabalhadores; e elaborou e publicizou diversas manifestações em defesa do cumprimento da LOAS e, mais recentemente, do SUAS;
- O Conjunto CFESS-CRESS foi quem mais apresentou sugestões à NOB/RH/SUAS, e em documento de 11 páginas apresentado ao CNAS à época, defendeu que o debate deveria se situar no âmbito da Gestão do Trabalho e não de recursos humanos,

sendo que a maioria de suas sugestões foram incorporadas no documento final;

- Em busca da qualidade dos serviços prestados aos usuários, elaborou e publicou duas versões (CFESS, 2011, p. 06).

Diante do apresentado, verifica-se que o Serviço Social possuiu um papel fundamental na elaboração dos marcos legais referentes a política de Assistência Social. A participação das/os profissionais assistentes sociais historicamente se sobressaíram frente as demais profissões, constituindo um fazer-profissional sólido e crítico pautada na luta pela defesa da Assistência Social enquanto política pública de direito.

Dessa forma, uma parcela da categoria profissional encabeçou muitos movimentos e lutas cotidianas, tanto nos enfrentamentos habituais nos seus espaços sócio-ocupacionais, quanto garantindo participação crítica em momentos de Conferências, Fóruns e espaços políticos relacionados à política.

No contexto histórico do município de Fortaleza, as/os profissionais também se destacaram frente a Assistência Social tanto na gestão quanto na execução da política de Assistência Social como melhor detalhado no próximo capítulo.

3 “A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA-CE”

3.1 A articulação dos movimentos sociais e o Serviço Social na trajetória das Políticas Sociais no Brasil

Movimentos sociais são aqueles que se caracterizam, na maioria das vezes, por atuarem de forma explícita e evidente na

esfera social e política. Suas atividades desenvolvem-se pacificamente ou mediante manifestações violentas, arbitrárias e/ou polêmicas e possuem uma identidade definida e articulam ou se fundamentam em um projeto ideológico de sociedade.

Os movimentos sociais devem perseguir objetivos 'ofensivos' e 'defensivos'. Por meio de uma ofensiva, lançam temas de relevância para toda a sociedade, definem problemas, trazem contribuições para sua solução, mobilizam bons argumentos, a fim de produzir uma atmosfera consensual e exercer influência e pressão no discurso e nos atores da sociedade política, ao passo que defensivamente tentam preservar normas culturais, redefinir modos de interpretação, forma e conteúdo dos discursos de valores e visões de mundo, solidificar identidades individuais e coletivas (DURIGUETTO, 2005, p. 87).

No Brasil, em abril de 1964, com a instauração do regime de ditadura militar, inicia-se um período de intensa repressão política, com o fechamento de sindicatos, a cassação de mandatos, torturas e banimentos de lideranças sociais e políticas, as censuras à imprensa, o engessamento do processo eleitoral, bem como a restrição dos espaços públicos. As ações repressoras, no entanto, não ocorreram sem a resistência e o enfrentamento de movimentos sociais.

Com a urbanização crescente das cidades a partir dos anos 1970, ocorrem mudanças no cenário brasileiro relacionadas às questões socioeconômicas e políticas ocasionando novas manifestações da Questão Social. Em virtude da ditadura então vigente, os espaços sociais tornam-se lugares de ação política constituídas por atores e organizações sociais diferentes daquelas do sindicato e do partido, como o movimento estudantil, participação de artistas, historiadores, professores, intelectuais, dentre outros, no enfrentamento a ação ditatorial.

(HERKENHOFF, 1994).¹ O sindicalismo, a Igreja e a esquerda marxista, desempenham especial papel na constituição desses novos sujeitos comprometidos com projetos de ruptura e de redemocratização.

Nesta época, o Serviço Social brasileiro vivenciava o Movimento de Reconceitualização, o qual define a vertente crítica que direciona à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social. Consoante Faria:

Ergueram-se, então, uma nova organização política da categoria que, na sua particularidade, foi determinante na renovação teórico-metodológica e ídeo-cultural adotada pelo Serviço Social brasileiro, e novas pautas acadêmicas de análise teórica e crítica, efetivamente diversas e divisoras das tendências que predominaram no período anterior, sobretudo nas décadas de 50 e 60 (FARIA, 2003, p. 47).

Ainda segundo a autora, esta perspectiva é amadurecida a partir dos anos 80 e 90, e é responsável pelo embasamento de toda intervenção do Serviço Social no país. Além disso, alicerçou a categoria na luta pela classe trabalhadora, o que a vinculou estreitamente aos movimentos de luta sociais.

Na década de 1980, esse processo sócio-profissional alterou, substancialmente, as prioridades do debate profissional e direciona a inserção da categoria na luta mais ampla da classe trabalhadora, ganhando maior concretude ao legitimar-se na organização política da categoria (IDEM, IBIDEM, p. 48).

Para o Serviço Social, esse período foi marcado pela forte articulação do Conselho Federal de Serviço Social com os Conselhos Regionais de Serviço Social, o chamado conjunto CFESS – CRESS, que buscou construir as bases de funda-

1 Fonte www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/index.html em 29 de abril de 2012.

mentação do Projeto ético-político profissional coletivamente. Este Projeto foi fruto da organização da categoria, principalmente aqueles que se opuseram à ditadura militar e lutaram pela democratização do país.

Segundo Santos (2007), em meio ao fortalecimento do movimento sindical das/os assistentes sociais, a partir de 1979, com a criação da CENEAS (Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais) e, posteriormente, da ANAS (Associação Nacional de Assistentes Sociais) em 1983, iniciou-se um processo de politização das entidades da categoria, repercutindo, inclusive, na esfera dos conselhos de fiscalização da profissão. Esses espaços, antes caracterizados por um perfil conservador, passaram a ser alvo de disputa política e eleitoral por atores oriundos do movimento sindical.

Com isso, a categoria inicia a discussão para transição dos sindicatos de categorias profissionais para os sindicatos por ramos de atividades, que refletiam como sindicatos ligados a nova estrutura proposta pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e que levou as/os assistentes sociais a deliberar pela dissolução dos seus sindicatos. Mesmo assim, em alguns estados da federação, cinco sindicatos da categoria permaneceram, incluindo o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará (SASEC), mesmo contrariando a deliberação da assembleia das/os profissionais.

Ainda, de acordo com Santos (2007), em novembro de 2000, a 1ª Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais, oriunda da articulação nacional dos sindicatos acima citado, deu origem a Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS).

O surgimento dessa federação se apoiou no legado de que, desde a extinção da ANAS, houve uma fragilização da organização sindical da categoria, tendo em vista que, a sindicalização por ramo não avançou, justamente porque, diferente do que ocorreu com as entidades sindicais dos(as) assistentes sociais, outras categorias mantiveram seus sindicatos e federações, o que suscitou um isolamento e desarticulação das lutas específicas da categoria, além de manter a base sem representação sindical (SANTOS, 2007, p. 06).

No cenário nacional, é imprescindível ressaltar a relevância dos movimentos sociais que emergiram nas décadas de 1980-90 quando houve forte movimentação popular motivando a comunidade no apoio de greves e manifestações públicas em prol da conquista de direitos.

Na década de 1980, esse processo sócio-profissional alterou, substancialmente, as prioridades do debate profissional e direciona a inserção da categoria na luta mais ampla da classe trabalhadora, ganhando maior concretude ao legitimar-se na organização política da categoria.

O conjunto das entidades sindicais da categoria, a ANAS e seus sindicatos e associações filiadas apoiaram e participaram de lutas mais gerais, tais como: lutas pela anistia, liberdade democrática, eleições diretas, reforma agrária sobre o controle dos trabalhadores, Assembleia Nacional Constituinte: livre, soberana e democrática, pela autonomia e liberdade sindical, direito de greve, construção de uma nova estrutura sindical proposta pelos trabalhadores, não ao pagamento da dívida externa, luta contra o arrocho salarial, a recessão e a inflação, além das lutas pelo direito à moradia, transporte, creche, carestia etc.

É importante destacar que esse processo de organização e lutas da categoria forjou quadros que assumiram postos eletivos no âmbito do legislativo e do

executivo. Entendo que o legado da ação político-sindical contribuiu para o posicionamento público e claro da categoria, na perspectiva da construção do projeto ético-político, com clara direção social. Outra contribuição está na constituição da identidade do assistente social, como trabalhador que vende sua força no mercado de trabalho da mesma forma que os demais trabalhadores, além do legado de uma cultura democrática que foi exercida nos fóruns da ANAS e de seus filiados (SERRA, 2007, p. 186).

Antes e após a promulgação da Constituição Federal de 1988, consoante (HERKENHOFF, 1994)², observa-se um intenso movimento, inspirado pela possibilidade de exercício de uma cidadania ativa, de criação de fóruns públicos com o objetivo de tratar de questões como direitos humanos, proteção à infância e à adolescência, cultura, gênero, meio ambiente e qualidade de vida, moradia, saúde, dentre outros.

Tais movimentos foram fundamentais para a construção da própria Constituição Federal, que traz na ordem social a conquista da criação da Seguridade Social. Importa destacar a importância da categoria de assistentes sociais neste processo na luta pela conquista de direitos sociais no Brasil, principalmente aqueles afetos das políticas da Seguridade Social: Assistência Social, Saúde e Previdência Social.

Paralelamente, na segunda metade dos anos de 1990, a conjuntura política e econômica neoliberal alterou a dinâmica dos movimentos sociais em geral, que passam a tematizar, segmentar e redefinir a esfera pública, realizando parcerias com outras entidades da sociedade civil, possuindo grande influência na definição e execução de políticas sociais.

2 Fonte www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/index.html em 29 de abril de 2012.

A partir desse período, um grande número de projetos passa a ser patrocinado por entidades privadas principalmente bancárias, dentro de programas de responsabilidade social³.

A conjuntura constitucional e seus avanços no campo dos direitos sociais e da participação popular na sua formulação e fiscalização foi contra-arrestada pelo avanço de um discurso que, usando o argumento da necessária redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, passa também em investir na participação social no campo da sociedade civil. Esta participação é incentivada, a partir dos anos 1990, pelo projeto neoliberal em ascensão, não na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais, mas na direção de transferir e atribuir às organizações da sociedade civil o papel de agentes do bem-estar social mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas.

A ideologia neoliberal vai recuperar e metamorfosear a visão maniqueísta entre Estado e sociedade civil, presente nas análises e ações prático-políticas dos movimentos sociais no início dos anos de 1980, para desqualificar e minimizar tudo o que é estatal. Nessa perspectiva, a sociedade civil é transformada em instrumento para a operacionalização da estratégia do projeto neoliberal de desresponsabilização do Estado e do capital com as respostas à 'Questão Social', particularmente no que se refere às políticas sociais (DURIGUETTO, 2005, p. 84).

Registre-se que a política estatal de distribuição e gestão de fundos públicos, em parceria com a sociedade organizada, favorece o surgimento de projetos pontuais, focalizados em determinado público ou região geográfica. Assim, essa parceira

3 É o conjunto de ações que beneficiam a sociedade e as corporações que são tomadas pelas empresas, levando em consideração a economia, educação, meio ambiente, saúde, transporte, moradia, atividades locais e governo, essas ações otimizam ou criam programas sociais, trazendo benefício mútuo entre a empresa e a comunidade, melhorando a qualidade de vida dos funcionários, quanto da sua atuação da empresa e da própria população.

transfere parcialmente o Estado na responsabilidade da execução desses projetos, e a sociedade fragmenta-se em segmentos.

O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas ações sociais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Face a esta possibilidade, o setor privado começou a se envolver nos serviços sociais, inclusive recebendo recursos públicos do próprio Estado e através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor.

Dessa forma, o terceiro setor é constituído por organizações ditas sem fins lucrativos e não governamentais que têm como objetivo gerar serviços de caráter público. A atuação por projetos dessa natureza exige resultados e tem prazos, gerando como consequência a criação de:

Uma nova gramática onde mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2007).⁴

Diferente da perspectiva de sustentabilidade social do terceiro setor, a sociedade civil organizada muito contribuiu nos movimentos sociais e tem estreita relação com o processo de conquista e ampliação de direitos, na medida em que estes devem ser considerados como frutos de lutas sociais, da organização popular ou da ação de indivíduos que ousaram não silenciar diante da negação da dignidade humana e do exercício da cidadania.

⁴ Extraído de <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/pvnc/message/2051> em 29 de abril de 2012.

Foram esses movimentos os grandes responsáveis pelo reconhecimento por parte do Estado dos direitos fundamentais, afirmados internacionalmente através de declarações, pactos ou convenções e, hoje, integradas à legislação nacional, e dos direitos sociais garantidos pelas legislações nacionais.

As primeiras iniciativas de políticas sociais, como processo social, tiveram sua gênese nos movimentos de ascensão capitalista com a Revolução Industrial, das lutas de classes e dos desenvolvimentos da intervenção estatal. Sua origem generalizou-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, principalmente no pós-guerra (pós-1945).

As legislações sociais agiam na contradição do assistencialismo *versus* trabalho forçado que oprimem os pobres à “*servidão da liberdade sem proteção*” no contexto de subverter o trabalho ao capital, acarretando a pobreza como expressão da chamada Questão Social. Dessa forma,

As políticas sociais e a formação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da Questão Social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. ‘A Questão Social se expressa em suas refrações’. (NETTO, 1999) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 51).

Esse processo configura a desigualdade como relação de exploração dos trabalhadores, e as políticas sociais enraizadas nas manifestações concretas no processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor acrescida à desigualdade social e do aumento da pauperização.

Em uma sociedade na qual o trabalho vivo reduz progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital, implica no predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, o que favorece ao acúmulo de mão de obra desempregada – o exército industrial de reserva ou superpopulação relativa em larga escala (BRAZ.; NETTO, 2006) o que acentua as desigualdades de classes e aumenta consideravelmente a pobreza social.

Para o Serviço Social, a composição da Questão Social imbrica-se na relação entre o Serviço Social e a realidade, tendo como mediação as estratégias utilizadas pelo Estado intervencionista e pelas classes sociais para enfrentar a Questão Social.

Com os princípios liberais em intensa expansão e alicerçados pelo Estado capitalista, justifica-se que a resposta dada pelas relações do Estado para a Questão Social no final do século XIX foi desenhada pela superficialidade, e apenas atendeu a algumas demandas da classe trabalhadora. Assim, suas manifestações por melhorias nas condições de vida foram respondidas de forma pontual, e nem mesmo as reformas sociais no pós Segunda Guerra tiveram esse viés.

Ressalta-se que a luta da classe trabalhadora conseguiu garantir importantes avanços para os direitos políticos, como o direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação. Dessa forma, as manifestações refletem positivamente pelo fato dos trabalhadores unirem-se com ações legítimas de questionamento ao papel do Estado capitalista no final do século XIX e início do século XX.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do

grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de forças no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 64).

3.2 Organização política das Assistentes Sociais na trajetória da Política Municipal de Assistência Social⁵

A primeira instituição municipal responsável por desenvolver os serviços de assistência social, não diferente do contexto nacional, apresentava forte viés assistencialista. Denominada de *Fundação do Serviço Social de Fortaleza (FSSF)*, foi responsável pelo planejamento das ações da referida política nos anos 70, perdurando por aproximadamente 15 anos.

Posteriormente, ainda com a mesma perspectiva conservadora e caritativa, foi implementada nos finais dos anos 80, a *Superintendência do Serviço Social de Fortaleza*. Tratava-se de uma fundação municipal de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e que apenas mudou de nome em relação a anterior, em virtude de mudança de gestão municipal à época.

Com a extinção da referida *Superintendência*, na gestão do prefeito Juraci Magalhães, surge a *Secretaria de Trabalho e Ação Social - SETAS*, a qual futuramente vem se transformar em Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social- SMDS. Ambas englobavam, no mesmo espaço físi-

⁵ Todas as informações contidas neste tópico tiveram como fontes: o Guia Institucional elaborado por mim enquanto estagiária da Prefeitura Municipal de Fortaleza, entre 2005-2006; e pela narração das/os 06 assistentes sociais que participaram das entrevistas realizadas neste estudo e resgatarem o histórico da política municipal.

co, todas as coordenações e gerências das políticas de Saúde, Educação e Assistência Social, entretanto todas contavam com autonomia: financeira, política e administrativa.

Em 1997, com a reforma administrativa realizada pela gestão municipal da época a qual estruturou as seis Secretarias Executivas Regionais-SER, a política de Assistência Social reduzia-se apenas a uma Coordenadoria de Habitação e Trabalho subordinada a SMDS e subdividia sua execução pública pelas seis regiões administrativas.

Nestas Secretarias foram criados órgãos descentralizados chamados de Distritos de Habitação e Trabalho, que planejavam a gestão da política, e realizavam a execução parcial dos serviços, mais direcionada a atendimentos técnicos e concessão de benefícios eventuais. A execução de fato era desenvolvida pelas Unidades Sociais compreendidas pelos: Centros de Cidadania, Unidades de Ação Comunitária (UAC), Unidade de Profissionalização e Atendimento ao Menor (UPAM) e as Creches que na época eram gerenciadas pela Assistência Social.

Entretanto, com esse reordenamento político-administrativo a Assistência Social perde mais visibilidade em relação às demais políticas locais, principalmente com a extinção da SETAS em 1997. Este fato levou a uma ruptura das ações na área da Assistência Social, havendo uma descentralização inclusive no comando e gerenciamento da política.

A crescente carência de programas e serviços para atender a demanda no município; e, sobretudo o receio de corte de recursos federais, fizeram com que o gestor municipal reconhecesse a necessidade de definir ações nessa área, expandindo a política além de ações habitacionais. Assim, foi criada

a *Coordenadoria de Assistência Social*, fundada através da Lei nº 8.195 de 23 de setembro de 1998, vinculada a antiga SMDS e posteriormente a SEDAS, com a finalidade de desenvolver Assistência Social Municipal.

Houve grande trabalho de mobilização, discussões e debates inclusive de reuniões no CRESS, suscitados por profissionais da Assistência Social, em sua maioria da/o assistente social, profissional de grande destaque no contexto dessa política.

O Conselho Regional de Serviço Social e o Conselho Federal de Serviço Social tiveram participação ativa na implantação da Assistência Social. Fomentou o debate pela descentralização da política, através de apoio nas conferências, conselhos, comissões e fóruns (A.S 05).

Houve muita participação, apoio do CRESS nas discussões e nos debates, mas principalmente na cessão do espaço do CRESS para a gente se reunir e organizar alguns processos (A.S 03).

Ainda na Coordenadoria de Assistência Social, em meados de 1998, a política de infância era desenvolvida por uma Fundação de direito público conveniada ao município denominada Fundação da Criança Cidadã (Funci). Face ao cenário nacional que à época conferia bastante legitimidade às ações destinadas a crianças e adolescentes, a Funci apresentava maior peso na rede assistencial municipal e federal, posto que a sociedade estava bastante organizada para esse segmento.

Frente ao contexto de disputa por espaços políticos na administração municipal, ocorreram fortes debates entre a Coordenadoria de Assistência Social e a Funci. Por um período, a direção da Funci pretendeu desenvolver todos os serviços de Assistência Social.

A Funci queria tudo! E ainda contava com a possibilidade de articular para receber recurso porque era uma Fundação. Além disso, havia uma forte vinculação do prefeito com os gestores de lá e por isso, ela era muito mais forte. E a força e quebra de braço começou. Eu participei de alguns momentos e as discussões eram muito calorosas. Como a Coordenadoria era embrionária, na sua fase inicial, não tinha força política nenhuma. Nessa época, a Funci mudou até o nome e acrescentou Família. Era Fundação da Criança Cidadã, e passou a ser Fundação da Criança e da Família Cidadã para poder abranger todos os segmentos por causa do nome Família (A.S 01).

Desde então, Fortaleza passa a apresentar dois comandos em relação a política de Assistência Social, sendo, assim, desrespeitado o princípio do “comando único” das ações proposto pela PNAS e NOB/ SUAS, e isso perdura até 2011, data que o último programa da política é desmembrado da FUNCI⁶ e passa a ser gestado e executado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMÁS).

Nesse intervalo, ressalta-se que o município foi obrigado a habilitar-se ao processo de municipalização a fim de evitar perda de recursos federais. Assim, implantou o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS através da Lei Nº 7.945 de 15 de agosto de 1996, alterada pela Lei Nº 8.404 de 24 de dezembro de 1999, posteriormente regulamentada pelo decreto Nº 10.371 de 24 de dezembro de 2000. E também, criou o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS se deu pela Lei Nº 8.404/99, regulamentado pelas Leis: Nº 4.320/64, e Nº 8.66/93, complementar Nº 101/00.

A filosofia dessa reforma administrativa era o desenvolvimento social e a intersetorialidade. [...] Tudo foi criado com muito esforço desse grupo, de apresentar

6 Refere-se ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI que foi transferido para SEMÁS em janeiro de 2011.

os recursos federais que Fortaleza estava perdendo porque não executavam a política de Assistência Social. Aí o prefeito nomeou a coordenadora, e mais ninguém. Não existia corpo técnico. As outras políticas contavam com gerência, núcleos e células, mas a Assistência não tinha. A gente ia receber a rede socioassistencial (de criança de 0 a 6 do Projeto Casulo, projeto de Idoso). Sabíamos que para a prefeitura se municipalizar, tinha que ofertar essa rede, e nós mantemos o atendimento exatamente com as entidades conveniadas para movimentar os recursos fundo a fundo. Com a Coordenadoria de Assistência Social, 04 profissionais conseguiram criar o Fundo, elaborar o Plano de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social. Essas 04 criaturas conseguiram com o prefeito o aval para fazer tudo isso (A.S 01).

Entre 2000 a 2004, muitas assistentes sociais saíram da política e esta quase não tinha representatividade administrativa, apenas política. *“Não tinha nem corpo técnico nem político que desse conta. Só veio ter maior repercussão com o concurso em 2003”* (A.S 02). Nesse período, a Assistência Social municipal reduziu-se à ação de habitação; a atividade de “desfavelamento”⁷ nos Centros Sociais; e acompanhamento das creches municipais.

Em 2003, o mesmo grupo de assistentes sociais da Coordenadoria de Assistência Social apresentou à Prefeitura a necessidade de contratação imediata de assistentes sociais para atender ao déficit de profissionais em relação a política.

Fizemos estudos exaustivos que apontassem como administrativamente era importante ter assistentes sociais contratadas e levamos várias propostas de gratificações e melhorias salariais, para que o concurso tivesse condições que representar bem a categoria (A.S 03).

7 O termo desfavelamento foi indicado por duas entrevistadas que reconheceram que esta nomenclatura era a mais usual à época.

Com isso, aprovou-se a realização de um concurso público⁸ para o Serviço Social destinado à Assistência Social, com 50 vagas distribuídas para gestão e execução. O certame ocorreu em 2003, e a partir de 2004, foram nomeados paulatinamente as/os profissionais do Serviço Social, chegando a oitenta nomeações.

É importante mencionar que historicamente a política de Assistência Social de Fortaleza foi desprivilegiada e secundarizada na visão dos gestores municipais. Ainda neste período, continuava se diferenciando da maioria dos municípios do Estado e era a única metrópole que não possuía uma pasta específica de Assistência Social.

A partir de 2005, percebe-se que a Assistência Social promove o esforço de desconstruir o conservadorismo imposto historicamente. Ganha destaque uma nova ideologia, mais participativa, que leva em consideração as diversidades, o respeito aos usuários, e principalmente, trouxe uma posição contrária a até então existente. Nesse período, a política passava por redefinição em todo cenário nacional. No início desse ano, em Fortaleza ainda existiam as Casas da Família, mas em meados do primeiro semestre, passaram ao formato de Centros de Referência da Assistência Social, como a PNAS/2004 estabelece.

Ainda em 2005, outro fator influenciou a discussão da estrutura da Assistência Social em Fortaleza; a realização da V Conferência Municipal de Assistência Social que trouxe a dis-

8 À época, ocorreram divergências dentro da própria categoria profissional na perspectiva de anulação do concurso, que remunerava o trabalho de trinta horas semanais com aproximadamente um salário mínimo. Segundo as entrevistadas, o CRESS 3ª região se posicionou contra ao concurso, e o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Ceará-SASEC, por outro lado endossou a continuidade do concurso. As referidas entidades representativas apresentavam posições políticas e ideológicas antagônicas, e o concurso foi a chave para descortinar as diferenças existentes entre estas entidades que perduram até os dias atuais.

cussão da PNAS e apresentação de suas estruturas, diretrizes, princípios e eixos estruturantes.

Depois da Conferência, nós participamos também de muitas reuniões para entender os serviços, e principalmente, gerenciar recurso, as profissionais que já existiam e como ficaria a nova estrutura. Nessa época, já tínhamos profissionais terceirizados, servidores e comissionados. Então conseguimos desenhar fluxos, cargos e serviços, organizar o papel dos Distritos de Assistência já que a PNAS não menciona estrutura semelhante, e dar um formato a política (A.S 04).

Entre 2005 e 2007, a Coordenadoria de Políticas Públicas de Assistência Social-CASSI, embora tivesse a nomenclatura de Coordenadoria, estava subordinada apenas representativamente a Secretaria de Educação, mas já possuía recursos autônomos, direcionamento administrativo, político e de gestão independentes. Era composta por gerências e células onde ficavam lotados os serviços e projetos, mas não eram ainda estruturados de acordo com a PNAS.

Era uma confusão de programas e projetos reunidos, e não eram estruturados como a política definia. Nessa época, éramos ainda Coordenadoria, e por sermos apenas uma Coordenadoria e não tínhamos muitos recursos para pensar em grandes ações, então a intenção era adequar os serviços existentes, direcionar o viés político da Gestão Municipal nas ações para os 10 CRAS existentes. Na época não possuía nenhum equipamento de Proteção Especial. A PSE se dava só no monitoramento da FUNCÍ que era conveniada a SEMAS com o Sentinela, L.A, e Peti. Quanto aos CRAS, desenvolvíamos atendimentos, visitas domiciliares e acompanhamento familiar (A.S 04).

Em 2006 realizou-se o processo de integração de todos os Serviços de Proteção Social Básica para os 10 CRAS. Os Centros de Cidadania e Salões de Idosos que possuíam estrutu-

ra adequada deixaram de ter esta configuração e passaram a desenvolver os serviços de CRAS, conforme a Política estabelece.

O desafio maior foi colocar em uma mesma lógica a estrutura municipal que já existia de Assistência Social para deixar tudo como SUAS. Além de poucos recursos financeiros e humanos, havia questões políticas por traz desses serviços porque a Assistência Social traz essa marca historicamente. E a gente na luta para desconstruir essas amarras (A.S 04).

No início de 2007, as discussões da implantação da Secretaria estavam em plena intensificação. A proposta para a implantação da Semas já estava pronta e no mês de julho, foi aprovada na Câmara Municipal. A Secretaria Municipal de Assistência Social foi criada através da Lei Complementar Nº 0039, de 10 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial do Município em 13 de julho de 2007.

A Semas já nasceu toda estruturada nos moldes da Política Nacional. Assim, seu organograma, foi estabelecido sob a estrutura de Coordenadorias de: Proteção Social Básica; Proteção Social Especial; Coordenação do Cadastro Único/Bolsa Família que inicialmente era ligada a Coordenadoria da Gestão do SUAS; Coordenadoria Administrativo-financeira, e o Gabinete da Secretaria.

A Proteção Social Especial só veio implantar equipamentos em Fortaleza a partir de agosto de 2007, com a criação do Núcleo de Atendimento à Pessoa Idosa, extinto em setembro de 2008 para implantação do Centro Especializado da Assistência Social (CREAS 1). Este CREAS foi inaugurado ainda em setembro e com a mesma equipe de profissionais com a intenção do atendimento se abranger além do público de idosos.

Também em 2007, foi implantado o Centro de Atendimento a População de Rua (CAPR), atualmente denominado Centro de Referência Especializado para População de Rua (CentroPop). Além deste, a Semas implantou em novembro de 2009, o Espaço de Acolhimento Noturno, e em 2010, outros dois equipamentos: o CREAS 02 em dezembro de 2010, e a Casa de Passagem inaugurada em julho de 2010⁹, totalizando 05 equipamentos de Proteção Social Especial atualmente em execução.

Em termos de Proteção Social Básica, em 2009, já se contava com 23 unidades de CRAS, distribuídos pelos bairros mais pobres de Fortaleza.

De 2005 a 2012, a Política Municipal de Assistência Social expandiu seus equipamentos e por consequência suas ações e serviços. Atualmente, Fortaleza conta com 24 unidades de CRAS, sendo um no modelo Itinerante, equipamentos sociais de execução direta no formato estabelecido pelo SUAS, e mais 06 equipamentos de Proteção Especial.

E em relação ao quadro de trabalhadores, estima-se que a Semas possua atualmente 1.265 profissionais¹⁰, sendo: 369 profissionais de ensino superior; 667 profissionais de ensino médio; 144 profissionais de ensino fundamental; 47 estagiários ensino superior e médio e 38 servidoras assistentes sociais.

Levando em consideração o significado do serviço social face a política municipal, em relação a todos os trabalhadores da política, as/os assistentes sociais representam 11,85% das/os profissionais. No tocante aos profissionais com curso supe-

9 Dados fornecidos por profissionais da Coordenadoria de Proteção Social Especial da Semas em janeiro de 2012.

10 Dados fornecidos pela Coordenadoria da Gestão do SUAS da Semas em dezembro de 2011.

rior, a categoria representa 40,65% do corpo técnico em relação aos demais profissionais com outra formação, apresentando um dado expressivo. Destes, apenas 25,33% são servidoras/os públicas, e todas/os as/os demais se encontram com vínculo empregatício por terceirização.

Contudo, não se pode deixar de reconhecer que a criação da Semas representou um importante avanço para a política de Assistência Social em várias dimensões. Até então, como já mencionado, Fortaleza era a única metrópole que não possuía uma Secretaria específica de Assistência Social.

Com esta iniciativa, deu-se um salto na Assistência Social como política pública, principalmente pelo esforço no cumprimento das ações as quais estruturam os serviços da política de Assistência Social em Proteções Básica e Especial e estabelece as diretrizes de operacionalização da política enquanto responsabilidade do Estado, com equipamentos públicos, serviços, e ações descentralizadas para a população que dela necessite.

A SEMAS e as unidades de execução representam o espaço sócio-ocupacional de maior destaque do exercício profissional da/o assistente social na gestão municipal em Fortaleza. Podemos ainda ressaltar que nesta instituição há um quantitativo significativo da/o profissional de Serviço Social. Levando em consideração todos as/os profissionais, a Semas possui aproximados 150 assistentes sociais¹¹, o que contribui sobremaneira para convergência da fundamentação teórica-

11 Contabilizou-se: assistentes sociais de CRAS, equipamentos de PSE, e da Semas desde Gabinete, Coordenações: PBS, PSB, CGSUAS, Inclusão Produtiva e Cadastro Único, considerando gestoras/es, coordenadoras, supervisoras, técnicas e servidor/as. Não foram levados em consideração o quantitativo de assistentes sociais dos Distritos de Assistência Social.

metodológica e ético-política da categoria para as ações desenvolvidas na política municipal de Assistência Social.

A gente enquanto assistentes sociais também temos uma leitura de mundo que favorece a perspectiva de transformação social. Agora, a Gestão quando intenciona desenvolver serviços que se preocupa com participação popular, com minorias sociais, houve uma aproximação com nosso projeto ético-político. Todos os temas e direcionamento dos serviços de assistência social municipal buscam apresentar um viés político transformador que na minha opinião se aproximam muito dos nossos princípios éticos e políticos (A.S 04).

No que se refere à dimensão ética, entende-se que houve certo avanço, pois assegurava a materialização dos princípios defendidos pelo projeto ético-político. Nessa perspectiva, a participação dos profissionais de Serviço Social teve papel importante na implantação da Assistência Social, através de órgãos representativos e conselhos de classe (A.S 05).

As lutas e os enfrentamentos que permitem nortear as políticas ou simplesmente mantê-las têm como reflexo a intenção de construir uma sociedade que garanta acessos aos serviços sociais, possibilitando aos usuários mais justiça social e garantia de seus direitos humanos e sociais. Conforme Iamamoto:

A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionam mudanças na rota dos ventos e das mares na vida em sociedade. Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas (1998, p. 141).

Assim, esvazia-se a ideia que o Projeto ético-político é utópico e abstrato, ao tempo que materializa seus princípios

e valores nas ações individuais e, sobretudo coletiva da categoria profissional. Percebe-se, assim, a relevância do potencial organizativo da categoria na trajetória da política municipal de Assistência Social, o enfrentamento das questões institucionais na conjuntura contraditória do capitalismo contemporâneo.

Dessa forma, torna-se imprescindível apontar que a/o assistente social é um profissional de destaque nesta política e que a fundamentação encontrada no Projeto ético-político serviu de base de sustentação para essa concretização.

Porém, muitos desafios estão postos para sua efetivação. Ao avaliar a capacidade da política em reduzir concretamente a pobreza e a desigualdade social no município, esta se torna meramente a reprodução de programas paliativos sem impacto social significativo, reduzindo-a a política de transferência de renda.

O desprestígio a persegue até os dias atuais. Essa política carece de recursos humanos e financeiros para desenvolver suas ações com qualidade, de garantir benefícios assistenciais à população que necessita, ficando na maioria das vezes com ações frágeis com pouca efetividade e transformação da realidade vivenciada pela pobreza do município.

É importante que se apresente a condução de uma política pública, qualquer que seja ela, no contexto dos percalços provocados pelas disputas partidárias e ideológicas. Muitas são as concessões feitas em nome de uma governabilidade instável e que não permite que se definam programas e projetos de acordo com a real demanda da população ou que se contrate profissionais com base apenas em sua competência e experiências.

Em termos nacionais essa percepção ficou bastante clara a partir da eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva no

Brasil. À época, o imaginário de toda a sociedade civil que há décadas militava por um governo popular e que se dispusesse a enfrentar de fato o sistema capitalista e atuar de forma efetiva sobre as expressões da Questão Social, foi frustrado por um governo que se alinhou ao pensamento neoliberal, fragilizou os movimentos sociais, desenvolveu ações de caráter populista e reforçou um viés clientelista das políticas públicas na medida em que boa parte da população ainda percebe a concessão de benefícios, por exemplo, como benesse e favor, não como direito.

No município de Fortaleza, é possível afirmar ter havido um processo semelhante ao cenário nacional na medida em que a gestão municipal foi assumida por uma administração que se auto-intitulava popular após décadas de poder assumido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Vários atores sociais, que integravam a luta enquanto sociedade civil organizada, foram convidados a compor os quadros de pessoal comissionado e a desenvolver novas propostas de políticas públicas para a cidade de Fortaleza.

Nesse contexto, vários foram as/os assistentes sociais que exerciam papel ativo em organizações não-governamentais, entidades representativas da categoria e universidades que passaram a colaborar com a nova administração em diferentes órgãos, com especial destaque para a Política de Assistência Social. E de fato o fizeram. Elaboraram planos e outros documentos que se tornaram base para as ações a serem desenvolvidas, estruturaram um órgão próprio de Assistência Social, consultaram a população através de instâncias democráticas como o Orçamento Participativo e Conferências Municipais de Assistência Social.

A efetivação da política pública, contudo, ainda enfrenta problemas que dificultam sua execução tal como inicialmente planejado e inviabilizam que se priorize o atendimento às demandas advindas das/os próprias/os usuárias/os. O excessivo número de pessoal terceirizado e a histórica escassez de recursos revelam algumas dessas dificuldades¹².

Quanto à organização política, percebe-se ainda fragilização nos últimos anos. Cada vez mais se percebe menor participação da categoria, enquanto ser coletivo, nos processos políticos no cenário municipal. Tal fato talvez se justifique em razão de grande parte das/os assistentes sociais que antes se engajavam em tais debates, estar hoje vinculados à Administração Pública Municipal, não atuando mais enquanto coletividade, mas representando os interesses da própria Administração.

Não seria exagero afirmar, por exemplo, que o Conselho Municipal de Assistência Social não tem exercido de fato o controle social da Política de Assistência Social no sentido de garantir os serviços sócio-assistenciais previstos na PNAS a serem executados pelo órgão gestor; ou que a sociedade civil organizada do município tornou-se menos movimento social e mais prestadora de serviços.

Não se pode deixar de mencionar o comprometimento e a frágil organização da categoria das/os assistentes sociais que atuam na política de assistência social, tendo em vista as terceirizações. As lutas por melhores salários, condições de trabalho

12 Em relação aos assistentes sociais, observa-se em SILVA (2010, p. 36) baixos salários; rotatividade de profissionais o que fragiliza os serviços, em especial nos serviços de execução o que compromete sobremaneira o vínculo com usuárias/os; sentimento de instabilidade e insegurança de perder o emprego; dentre outros. Informa-se que a terceirização representa a intensa maioria de profissionais da Semas. Isso acarreta uma atuação profissional cada vez mais tímida e desmobilizada, fragilizando o sentimento coletivo da categoria.

e reivindicação dos direitos trabalhistas, estão mais fragilizadas. Ademais, percebe-se receio das/os profissionais em participar ativamente de espaços de organização coletiva, desde uma simples reunião a espaços de decisões políticas, havendo em muitas vezes, uma intimidação das/os profissionais em apontar essas questões.

Destarte, confirma-se o natural entendimento que a Secretaria Municipal de Assistência Social está sujeita as condições e relações da própria conjuntura atual: o achatamento salarial, a precarização das condições de trabalho, ameaça ao desemprego, mudança nos parâmetros legais e institucionais que orientam as relações de trabalho, o precário contrato de trabalho (terceirização), a alienação no/do trabalho, dentre outros, influenciando inclusive a categoria de assistentes sociais (SILVA, 2010, p. 37).

A polivalência, a terceirização, a subcontratação, a queda de padrão salarial, a ampliação de contratos de trabalho temporários, o desemprego são dimensões constitutivas da própria feição atual do Serviço Social e não uma realidade alheia e externa, que afeta os outros (IAMAMOTO, 2005a, p. 49).

Observa-se que esses fatores influenciam de certa forma no cumprimento do exercício ético profissional das/os assistentes sociais e, por consequência, envolve a conduta profissional nesse espaço sócio-ocupacional. Diante do exposto, analisa-se que a desmobilização mencionada reflete inclusive na organização coletiva da categoria, em desenvolver o papel de tencionar situações cotidianas e questionar melhores condições de trabalho, mesmo com um número significativo de profissionais atualmente no exercício cotidiano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social tem sido objeto de estudos sob as mais variadas vertentes. Por constituir-se em uma profissão que possui várias possibilidades de atuação em distintos espaços sócio-ocupacionais, busca-se constantemente definir sua forma de intervenção, a interlocução com outras áreas do conhecimento, a formação acadêmica adequada ao profissional com determinada especialização, entre outros temas de igual relevância.

O objetivo deste trabalho foi analisar em que medida a organização política da categoria de Assistentes Sociais contribuiu para consolidação da política municipal de Assistência Social na última década.

A partir da consideração de que a/o assistente social é *“profissional que atua nas expressões da Questão Social”*, o Projeto Ético-político do Serviço Social consiste em uma construção coletiva da categoria que está em constante processo de elaboração, tendo por objetivo a orientação profissional, da formação à prática.

Pertinente e necessária, portanto, uma reflexão sobre o cotidiano de trabalho e as práticas desenvolvidas nesse ambiente sócio-ocupacional à luz do Projeto Ético-político. Este, por sua vez, passa por um momento de reafirmação, seguindo a direção de ser:

Um projeto profissional que faz a crítica ao cotidiano tem uma dimensão que se refere à operacionalização. Ele propõe um conjunto de referências prático-instrumentais, de modo que os seus portadores tendem a uma prática de novo tipo. Ele traz no seu interior determinada forma de conceber as funções do Estado e o papel das políticas sociais, como a mediação necessária para impor limites ao processo de mer-

cantilização da vida social, normatiza as formas de estabelecer relações com o usuário dos serviços e das políticas sociais, de viabilizar direitos, de organizar e mobilizar a participação dos indivíduos, grupos e populações na vida das instituições; no planejamento e nas decisões institucionais, bem como a participação dos sujeitos sociais, comunidades e organizações na reivindicação e defesa dos seus direitos (REVISTA TRIMESTRAL, 2007, p. 21).

A partir dos depoimentos obtidos, da leitura de documentos oficiais e da observação realizada, foi possível perceber inúmeras potencialidades e fragilidades na política investigada no que concerne à organização política da categoria.

Como potencialidades, pôde-se constatar que a categoria de assistentes sociais:

1. Contribuiu na formulação de instrumentos normativos: lei, decretos, normas operacionais favoráveis a qualificação da política e de seus trabalhadores;
2. Apresentou historicamente importante contribuição no desenvolvimento e no aprimoramento das ações e serviços prestados, se destacando frente as demais profissões no exercício e na militância em defesa da Assistência Social municipal;
3. Possui e ainda possui relevante participação na construção da política municipal de Fortaleza, tendo atravessado diferentes gestões, e ainda assim, visto como profissional legitimado frente à gestão e à execução da política;
4. Potencializou a organização da política municipal com maior destaque entre as décadas de 80 e 90, no sentido dos enfrentamentos realizados. Vale destacar, contudo, que em Fortaleza, apenas com um grupo pequeno, sem

organização de toda a categoria que estava na execução, ainda muito movida pelas práticas de viés conservador;

5. Atualmente está em franca legitimidade na gestão municipal, tendo todo o corpo técnico das/os assistentes sociais nos mais diferentes serviços da política e no grupo gestor;
6. Verificou-se que as ações de execução desenvolvidas pela política de Assistência Social municipal, teleologicamente coadunam-se com o projeto profissional na medida em que são pautadas pela intenção de um projeto mais crítico e progressista em relação às gestões anteriores, apesar da existência de práticas em desacordo com os princípios fundamentais do Projeto Ético-político. Percebeu-se no processo de implementação das ações, desde o seu planejamento ao monitoramento, a opção por uma atuação em favor dos interesses das classe trabalhadora, percebendo a Assistência Social como direito e não como bem-estar.

Como fatores que apresentaram fragilidades:

1. Mesmo sem ser objetivo desta pesquisa, mas teve-se como achado o elevado percentual de terceirizados o que representa a precarização das relações de trabalho;
2. Ocorrência de práticas autoritárias pontuais, entre outras que violam os preceitos éticos norteadores da intervenção profissional;
3. A organização política da categoria está evidentemente frágil. As/os profissionais encontram-se desacreditadas/os do potencial coletivo, muitas vezes justificado pela necessidade do emprego;

4. As propostas apresentadas geralmente são desenvolvidas pelo grupo gestor, que mesmo sendo composto por assistentes sociais, apresentam mediações com a gestão administrativa;

Compreende-se a existência de dificuldades de ordem conjuntural, bem como, as pressões exercidas pelos diversos segmentos sociais e partidos políticos, tão acostumados à apropriação do público pelo privado e a definir a execução de políticas públicas de acordo com seus interesses.

Entretanto, não se pode naturalizar a ocorrência dessas situações, especialmente em um órgão que tem a maioria de seu quadro técnico profissional composto por assistentes sociais, que foram responsáveis pela construção de um Projeto Ético-político e rejeita a existência de tais práticas, que fortalecem as táticas burguesas como estratégias para a manutenção do *status quo*.

Desse modo, considera-se sobremaneira importante a fidelidade da/o profissional de Serviço Social ao sentimento coletivo de transformação da realidade vivenciada, sobretudo baseada nos valores e princípios do Projeto Ético-político. Estes profissionais integrantes da Assistência Social em Fortaleza, devem sempre buscar a transformação das realidades de trabalhadoras/es e usuárias/os dos programas, projetos e serviços de Assistência Social como princípios ético-políticos.

É também e, principalmente, nesses espaços contraditórios que o fazer profissional necessita de intenso interesse em concretizar a construção de uma sociedade balizada na lógica de rompimento com a ofensiva neoliberal à luz da “necessidade de uma sociedade alternativa ao capitalismo que garanta a emancipação da humanidade” (CARDOSO, LOPES, 2009, p. 475).

Por fim, o sentimento de militância deveria constantemente ser alimentado por parte das/os profissionais inclusive para questionar a instituição onde estão vinculadas/os, mesmo juntos/as com entidades representativas da profissão no sentido de buscar desvendar as contradições postas no âmbito da gestão municipal e de seu grupo gestor. É fundamental não ficar com um discurso profissional meramente de operacionalização de políticas, mas buscar efetivar a constante defesa da categoria pela consolidação da cidadania, a garantia dos direitos sociais e políticos da classe trabalhadora e o posicionamento ético em favor da justiça social, que assegure a socialização da riqueza construída e o acesso aos bens e serviços como direitos junto às políticas sociais.

Referências

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional.** Serviço Social & Sociedade, XVII (50): 143-71. São Paulo, Cortez, abr. 1996.

ABRAMIDES, M. B.; CABRAL, M. S. R. **O significado do papel político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais-CBAS-1979.** Revista Serviço Social e Sociedade, N. 100: Cortez. São Paulo. 2009.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O Projeto Ético-político do Serviço Social. IN: **SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais-** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (Publicação: Conselho Federal do Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. V. 1)

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.

_____, **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei 8742/93 Brasília: 1993.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**, 2ª Ed.-São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 04).

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história** - 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 02)

BERETTA, R. C. S. **Estado, municipalização e gestão municipal**. Revista Quadrimestral de Serviço Social. Ano XXIV- N.77-março 2004.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil: Um direito entre Originalidade e conservadorismo**. São Paulo: UNB, 2003.

CARDOSO, F. G.; LOPES, J. B. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. IN: **SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais**. Brasília. 2009. (CFESS; ABEPSS. V. 1)

CFESS. **Cartilha Trabalhar na Assistência Social em defesa dos direitos da Seguridade Social** – Contribuições do Conjunto CFESS – CRESS ao debate sobre definição de Trabalhadores da Assistência Social-. Versão final Março 2011. Brasília/DF)

CFESS. **Contribuições do Conjunto CFESS/CRESS ao debate sobre definição de Trabalhadores da Assistência Social**. Brasília. 2010.

CFESS. **CFESS MANIFESTA**, setembro de 2010.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade Civil, Esfera Pública e Terceiro Setor: A Dança dos Conceitos**. IN: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 81. Ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

FARIA, S. **Produção de conhecimento e agenda sócio-profissional no Serviço Social brasileiro**. PUC/SP, São Paulo, 2003.

GOHN, M. G. **O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana**. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/urbano/gohn.pdf>>. Acesso em 16 Nov. 2007.

HERKENHOFF, J. B. **Curso de Direitos Humanos**, V.01. São Paulo: Acadêmica, 1994.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005(a).

_____, M. V.; **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico- Metodológica**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2005(b).

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MOTA, A. E. **O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea. IN: **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 02, Brasília: CEAD - Universidade de Brasília, 1999(a).

_____, J. P. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. IN: **Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 02, Brasília: CEAD - Universidade de Brasília, 1999(b).

_____, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RAMOS, S. A Mediação das organizações políticas. IN: **Revista Inscrita** n. 10. Brasília, Ed. CFESS, 2007.

REVISTA INSCRITA, **Ano VII- Nº X-** 2007. Conselho Federal de Serviço Social.

REVISTA INSCRITA, **Ano VIII- Nº XII-** 2009. Conselho Federal de Serviço Social .

REVISTA TRIMESTRAL de Serviço Social, **Ano XXVIII**. N. 91. Ed. Cortez. Setembro de 2007.

SERRA, R. Democracia e Serviço Social. IN: **REVISTA Em Pauta** - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Número 19 – 2007**.

SANTOS, T. R. M. Dilemas e perspectivas da Organização Sindical dos(as) Assistentes Sociais no Brasil: da redemocratização ao contexto neoliberal. IN: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

SILVA, L. S. **O Projeto Ético-político do Serviço Social: concepções e práticas profissionais na Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza**. Centro de Educação a Distância (CEAD) em parceria com Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Universidade de Brasília (UnB). 2010.

_____, L.S. **A organização política dos(as) assistentes sociais e a construção da política de assistência social em Fortaleza**. 2012. 82 f. Monografia (Especialização) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Especialização em Serviço Social, Trabalho e Ética Profissional, Fortaleza, 2012.

SPOSATI, A.; **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social** – 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VINAGRE, M. A “Virada” na ética e nos conselhos de fiscalização profissional. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 100: Cortez. São Paulo. 2009.

YAZBEK, M. C. O Projeto Ético-político do Serviço Social. IN: **SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais**.- Brasília. 2009. (Publicação: CFESS- ABEPSS. V. 1)

Área de conhecimento:

Linguística, Letras e Artes

A Hibridização entre HQS E HIPERMÍDIA: um estudo linguístico- semiótico do gênero discursivo HQtrônica

ErasmO de Oliveira Freitas¹

Nukácia Meyre Silva Araújo²

¹Especialista em Semiótica Aplicada à Literatura
e Áreas Afins pela UECE

²Orientadora

1 INTRODUÇÃO

A sociedade mudou muito no decorrer do tempo. Essas mudanças incluem os modos de comunicação entre as pessoas, evidentemente. Se compararmos as formas de comunicação durante a história da humanidade, perceberemos que são cada vez mais ágeis as estratégias usadas para a interação social.

A interação verbal é uma das formas de o homem agir no mundo. Ela é materializada em gêneros discursivos, como veremos adiante, mas é interessante observar que, assim como as formas de comunicação mudam com o tempo, os gêneros discursivos também são metamorfoseados, por serem formas discursivas que retratam demandas e características histórico-sociais de grupos. Uma dessas materializações de texto que passaram por transformações nos chamou a atenção, em especial: os quadrinhos.

O gênero *quadrinhos*, ou histórias em quadrinhos (HQ), há cerca de um século fascina leitores no mundo inteiro por sua conjugação de códigos semióticos. É um texto misto, em que são reunidas cores, imagens, palavras, traços etc., além da narrativa instigante. O tempo fez bem aos quadrinhos e os tornou cibernéticos. São tantas as características novas nos quadrinhos digitais que isso fez com que fosse suscitada a pergunta: os quadrinhos eletrônicos constituem um novo gênero ou são versões modernas do que já existe, ou seja, são versões atuais das histórias em quadrinhos impressas?

Antes de nós, outros pesquisadores se aventuraram a estudar esse texto semiótico *sui generis*, dada a complexidade do assunto. No entanto, analisando o caminho trilhado por eles, sentimos falta de algumas informações que esclarecessem melhor esse fenômeno semiótico. É isso que nos motiva nesta pesquisa: tentar preencher as lacunas deixadas por nossos antecedentes na pesquisa, por exemplo, no que diz respeito ao estatuto genérico desses textos, no que tange à sua caracterização, seus propósitos e à forma como os leitores da *web* lidam com o que se pode chamar de história em quadrinho eletrônica ou, simplesmente, *HQtrônica*.

As poucas pesquisas empreendidas sobre o assunto incidem apenas na vertente computacional do fenômeno. É, pois, com o intuito de contribuir com os estudos da linguagem, especificamente da Semiótica e da Linguística, que enveredamos na seara deste complexo texto, contemplando, pois, outros espectros, entre eles o comunicativo-social.

2 FUNDAMENTOS SEMIÓTICOS

Uma das coisas que diferencia os humanos dos demais seres é o uso da linguagem: “Filósofos, psicólogos e linguis-

tas frequentemente salientam que é a posse da linguagem o que mais claramente distingue o homem dos outros animais” (LYONS, 1987, p. 16). Não simplesmente a capacidade de possuí-la, de ser dotado da competência de tê-la como instrumento de uso em potencial, mas, principalmente, de ter acesso a ela, às suas engrenagens, a manipulá-la com os mais variados fins. Na verdade, a linguagem encanta o homem desde os povos antigos.

Servir de meio para a comunicação é papel da linguagem de um modo geral, ou seja, independente da modalidade de linguagem, seja ela corporal, fisionômica, cromática etc., elas são importantes em virtude de mediar a efetiva comunicação. É importante explicitar que “a palavra *linguagem* aplica-se não apenas ao que todos concordariam em chamar adequadamente de línguas, mas a uma série de outros sistemas de comunicação” (LYONS, 1987, p.16). Dentro do domínio da *linguagem* é possível considerar duas formas amplas de linguagem: a verbal e a não-verbal. A primeira diz respeito ao uso de palavras como signos primordiais. Dela, a Linguística toma conta cientificamente. Já a linguagem não-verbal envolve o uso de quaisquer coisas que sejam, em potencial, objetos comunicativos. Desta, é a Semiótica que cuida.

Assim como na maioria das ciências, a Semiótica também apresenta uma seara rica em tentativas de conceituação, eis algumas: “A ciência que estuda os sistemas de signos, quaisquer que seja as suas esferas de utilização, chama-se *Semiologia* ou *Semiótica*” (LOPES, 1999, p.15) ou “a *semiótica* é a ciência dos signos e dos processos significativos (semiose) na natureza e na cultura” (NÖTH, 1995, p. 17), ou ainda: “Semiótica é a disciplina ou o ramo de estudos que se dedica à investigação do comportamento simbólico e comunicativo” (LYONS, 1987,

p. 21) e, por ora, para concluir esse momento de tentativas de definições, as palavras de uma das mais representativas pesquisadoras de Semiótica no Brasil, Santaella: “*Semiótica*, ciência de toda e qualquer linguagem” (SANTAELLA, 1992, p. 01).

O ponto específico que tratamos como pressuposto básico neste estudo é que o nosso *corpus*, histórias em quadrinhos eletrônicas, é um texto multimodal, ou seja, é uma construção semiótica, em que é aliada a linguagem verbal e a não-verbal. Para tanto, nosso aporte teórico que sustenta o estatuto das histórias em quadrinhos eletrônicas como um texto semiótico é Kress e van Leeuwen (1996), os quais constatam que durante muito tempo o Ocidente priorizou a linguagem verbal como sistema sígnico dominante. Segundo eles, as outras formas de semiose limitaram-se a servir de pano de fundo, por assim dizer, da escrita. Chegam a dizer que desenhos, fotos, imagens acabaram por ficar à margem dos textos verbais, despindo-se de seu valor semiótico e ganhando status de mera ilustração.

Mesmo com essa supremacia da escrita na sociedade civilizada, muitos meios semióticos coexistiram com o verbal. O advento da tecnologia fez com que a circulação dos textos ganhasse força de circulação e de produção, já que precisaram se diferenciar devido aos novos suportes. Com isso, os textos mais do que antes foram construídos com cores, sons, animações, imagens etc. A transmissão de informações foi enriquecida com a simbiose entre diversos códigos linguísticos.

A escolha do *corpus* se justifica em âmbito semiótico por ser um texto multimodal: vários códigos integrados harmoniosamente a fim de compor uma peça inteira de significação. É um objeto linguístico-semiótico, pois reúne linguagem verbal e não-verbal. No espaço digital, as potencialidades dos quadri-

nhos impressos são ampliadas e novas estratégias de construção e leitura são possíveis.

Achamos conveniente traçar esse panorama para ambientar as *HQtrônicas* na atmosfera semiótica mesmo sem ser necessariamente adepto de uma ou outra corrente, pois não é nosso interesse aqui aplicar uma teoria já consolidada e verificar sua aplicabilidade, mas sim propor um estudo descritivo e analítico de um texto semiótico / multimodal e apresentar reflexões teóricas acerca de um texto semiótico.

3 GÊNEROS DISCURSIVOS

O estudo dos gêneros discursivos ganhou muito destaque nas últimas décadas do século XX. A partir dos escritos de Bakhtin (2003), variadas concepções teóricas surgiram. É a teoria de Bakhtin que pauta a abordagem de gênero assumida neste trabalho. Sendo assim, ora na voz do próprio filósofo russo, ora na voz de estudiosos contemporâneos, é a teoria de gêneros bakhtiniana nosso aporte seguro. A noção de gênero discursivo foi trazida para este trabalho para situar o *corpus* escolhido, *história em quadrinhos eletrônica – HQtrônicas* – como prática discursiva.

Bakhtin (2003) define gêneros como tipos relativamente estáveis ou formas relativamente estáveis e normativas de enunciados. Ele dá aos gêneros uma natureza social e dialógica, concepção que engloba basicamente a ideia de que a interação verbal social é a realidade primordial da língua. O mencionado autor postula ainda que os gêneros não são entidades abstratas, são históricos e concretos. Neste ponto, é oportuno citar Marcuschi (2002, p. 30) que, numa afirmação objetiva e até certo ponto curiosa, nos diz de como os gêneros são construídos: “os

gêneros não são entidades naturais como as borboletas, as pedras, os rios e as estrelas, mas são artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano”.

Sendo assim, a constituição dos gêneros dar-se-ia na situação social de interação, na qual as pessoas travam contato entre si por meio desses instrumentos de comunicação, por assim dizer. A constituição desses atos de linguagem depende, pois, de dada esfera social para existir: é o homem quem cria os gêneros. Cada esfera os arquiteta de modo histórico, tendo em vista sua ideologia, suas necessidades, suas condições e suas relações sociais entre os envolvidos na interlocução.

O surgimento dos gêneros e a feitura de novos meios de comunicação estão diretamente vinculados às atividades humanas, pois eles servem ao propósito de preencher discursivamente uma dada necessidade social. Eles têm sua finalidade discursiva, seu destino e sua noção de autoria, necessidades que são infundas, dado que “a riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana” (BAKHTIN, 2003, p. 262).

A complexidade e o constante dinamismo das atividades humanas dão aos gêneros a característica de serem infinitos, pois, se os gêneros se instauram mediante a infinita modificação do comportamento social humano e suas práticas subjacentes, não poderiam ser quantificados de modo preciso e fixo. Os gêneros acompanham o frenético ritmo da sociedade, dessa forma, “sendo os gêneros fenômenos sócio-históricos e culturalmente sensíveis, não há como fazer uma lista fechada de todos os gêneros” (MARCUSCHI, 2002, p. 29).

4 AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Como definir o gênero quadrinhos se nem mesmo os profissionais quadrinhistas sabem dizer o que é exatamente? (MENDONÇA, 2002, p. 197). Tarefa complicada definir esse gênero, uma vez que há semelhanças entre as histórias em quadrinhos – HQs – e outros gêneros, tais como: tirinhas, gibis, cartuns, charges. Há quem diga que histórias em quadrinhos não são exatamente um gênero, mas um hipergênero, isto é, um gênero que abrigaria outros gêneros em seu escopo (RAMOS, 2009, p. 359). Mesmo constando essa dificuldade de definição, não é nossa pretensão aqui entrar nesse mérito e discutir longamente o assunto. Assumimos então um conceito e trabalhamos a partir dele.

O conceito de HQ a ser utilizado neste trabalho é proposto por Cirne (2000): “Quadrinhos são uma narrativa gráfico-visual, impulsionada por sucessivos cortes, cortes estes que agenciam imagens rabiscadas, desenhadas e/ou pintadas” (CIRNE, 2000, p. 23-24). Além desse conceito alguns outros circulam na literatura, mas, em geral, eles congregam muitas características comuns a todos os outros conceitos, ou seja, embora cada conceito traga sua concepção do que sejam as histórias em quadrinhos e sua composição, há entre eles, traços compartilhados, por exemplo: é consensual nas acepções de HQs que elas devem conter balões de fala. Ramos (2009, s.p.) reúne as características comuns às definições das HQs, entre elas:

I - Muitos gêneros usam a linguagem dos quadrinhos: é o caso da charge, do cartum, dos diferentes gêneros autônomos das histórias em quadrinhos (entendidas aqui como um gênero integrante de um rótulo maior homônimo);

II - Predomina a sequência textual narrativa, que tem nos diálogos um de seus elementos constituintes;

III - Há personagens fixos ou não; alguns dos trabalhos se baseiam em personalidades reais, como os políticos;

IV - A narrativa pode ocorrer em um ou mais quadinhos e varia conforme o formato do gênero, padronizado pela indústria cultural;

V - Em muitos casos, o rótulo, o formato e o veículo de publicação constituem elementos que acrescentam informações genéricas ao leitor, de modo a orientar a percepção do gênero em questão;

VI - A tendência é de uso de imagens desenhadas, mas ocorrem casos de utilização de fotografias para compor as histórias.

Além de Ramos (2009), Mendo (2008) lista uma série de características gráficas, referentes à linguagem quadrinhística presentes na maioria das HQs. A primeira das características apontadas por Mendo (2008) diz respeito aos *desenhos inseridos em quadros dispostos sequencialmente*: “os quadros, em geral, completam o significado um dos outros em ordem sequencial e lógica” (MENDO, 2008, p. 31). Os quadros funcionam como uma relação de completude entre si.

5 CORPUS DA PESQUISA

O *corpus* de pesquisa é composto por cinco exemplares de textos multimodais, que, por sua vez, se dividem em dois grupos: a) GRUPO I: textos que podem ser entendidos como *HQtrônica*, considerada a larga definição do gênero estabelecida por Franco (2001) e b) GRUPO II: textos que podem ser entendidos como *HQtrônica* a partir da definição operacional

que propomos neste trabalho. No grupo 1, estão o jogo de videogame *Super Mário Bros* e o curta de animação *Vida Maria*; no grupo 2, estão as *HQtrônicas Um ponto aumenta um conto*, *Neomaso Prometeu* e *Os doze trabalhos de Mônica*, uma *HQtrônica* do Portal da Turma da Mônica. Fazemos a seguir um resumo de cada um dos enredos dos textos.

O curta de animação *Vida Maria*¹, de Márcio Ramos narra a história de Maria, protótipo de personagem feminino nordestino que, há muitas gerações, repetem um ciclo: abandonar o estudo para trabalhar, casar, ter filhos e envelhecer. Animação gráfica 3D, o curta-metragem acompanha Maria José, desde os cinco anos de idade, na labuta diária no pilão, nas várias outras atividades domésticas, no envelhecer calado que transforma seu corpo revelando as marcas do tempo e a alteração de comportamento. Os cenários, construídos a partir de pesquisas no sertão cearense, do Nordeste brasileiro, mostra texturas e cores como o pano de fundo de uma história que parece não mudar.

*Super Mário Bros*²: O personagem Mário apareceu pela primeira vez nos fliperamas (ou videogame *Árcade*) no jogo *Donkey Kong* em 1983. Os jogos dele como protagonista e suas dezenas de variações, contudo, surgiram depois nos videogames populares já com história própria e apresentando o seu irmão Luigi, tornando-se Mário Bros (de *brother*). Os irmãos encanadores têm como missão destruir as pragas que estão saindo pelos canos da cidade. Os títulos da série *Mário* são jogos de estratégia de fácil jogabilidade e, dado o sucesso do *game*, ganharam várias versões ao longo dos anos, como o *Super Mário Bros*, onde Mário explora um mundo cheio de fantasia e

1 Ver http://www.youtube.com/watch?v=DEgq_Xx-XAw

2Ver: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=I-N1ugGDyUY#!.

perigos para salvar a princesa Peach, ou ainda o *Mário Kart*, um dos mais divertidos jogos de corrida da época de sua criação.

Em *Neomaso Prometeu*³, Edgar Franco, o criador, resgata o mito grego do titã Prometeu que provoca a ira de Zeus e como punição foi acorrentado num penhasco em Cáucaso, onde era atacado constantemente por uma águia que lhe devorava o fígado durante o dia enquanto o órgão se regenerava à noite, num suplício sem fim. A personagem é um híbrido genético de humano com animal. Segundo Franco (2001), o trabalho questiona a visão inocente e equivocada de muitos geneticistas, cientistas e tecnólogos que acreditam que o desenvolvimento da ciência está ligado ao progresso da humanidade. O avanço velocíssimo da tecnologia, ainda segundo o autor, não está sendo acompanhado pela reavaliação dos princípios éticos.

Em relação à *HQtrônica Um ponto aumenta um conto?*⁴, é um texto semiótico e hipermidático constituinte do Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE) do Ministério da Educação (MEC). Este banco é um repositório que possui vários programas, vídeos e animações que servem ao propósito de auxiliar nas atividades pedagógicas dos professores nos vários níveis de ensino e nos vários formatos. É um portal gratuito e acessível a todos. *Um ponto aumenta um conto?* por exemplo, além de recontar a história da Princesa Ariel (Pequena Sereia), suscita o trabalho de docentes de Língua Materna com os gêneros textuais. Atua como uma função *meta-textual*, pois gêneros discursivos são ensinados por meio de outro gênero.

3 Ver: <http://www.cap.eca.usp.br/wawrwt/neomaso/neo-a.html>

4 Ver: <http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>

Já a *HQtrônica* ambientada no site Portal Turma da Mônica⁵, *Os doze trabalhos de Mônica*⁶, é de autoria do quadrinhista brasileiro Maurício de Sousa. O portal se insere no domínio de responsabilidade do site globo.com. Ao mergulhar no portal, independente da quantidade de vezes que isso acontecer, não entramos no site de imediato, mas temos uma imagem de entrada que sempre muda: podem ser propagandas dos brinquedos da turminha com cheiro de frutas, por exemplo, podem ser comunicados sobre eventos da área de quadrinhos etc. Nessa imagem há o link-slogan do portal, que é o passaporte para o site. Ressaltamos que o que estamos considerando *HQtrônica* não é o site, mas parte dele, especificamente às histórias em quadrinhos eletrônicas presentes e suas possibilidades interativas.

No portal, o leitor pode enviar cartões animados, entrar no bate papo infantil específico da *Turma da Mônica*, ler as tirinhas divulgadas em jornais, ler histórias seriadas completas (clássicos do gênero, como *Esportes Olímpicos*, *Coelhada nas Estrelas*, *Horacic Park*, *Os doze trabalhos de Mônica*), escolher papéis de parede para o computador, construir sua própria história em quadrinhos (na seção máquina de fazer quadrinhos), acompanhar as páginas semanais das histórias de banca, formato que lembra muito os folhetins romanescos, já que estas páginas são colocadas por semana, assim como era na época do Romantismo. Reiteramos que o que apontamos como *HQtrônicas* são as histórias citadas anteriormente e a interação relacionada a elas e não o portal. O portal, na verdade, guarda a *HQtrônica* em sua estrutura, assim como engloba outros gêneros (publicitários, humorísticos etc.).

5 O portal completo pode ser acessado em: <http://www.monica.com.br/>

6 A *HQtrônica* citada será analisada aqui posteriormente.

6 HQTRÔNICAS: a nossa proposta de conceituação

Os quadrinhos existem há mais de cem anos, costumam agradar os diversos públicos, dada a heterogeneidade de temáticas que abordam, e apresentam características específicas e marcantes, reconhecíveis por muitos leitores, quase consensualmente. O contato dos quadrinhos com o universo da Cibercultura, porém, reverberou na estrutura e na forma de interlocução das histórias seriadas, trazendo divergências e rompendo com ideias coletivas do que se consideravam histórias em quadrinhos, desestabilizando, pois, a consolidada composição das HQs.

Alterações de estrutura, comparadas com as HQs tradicionais, são notadas nas HQs produzidas no meio digital. Muitas vezes essas diferenças destoam tanto da versão impressa que chegamos a nos perguntar se aquela novidade constitui ainda uma HQ ou se é outro gênero discursivo. Os próprios estudiosos da problemática parecem não chegar a um consenso sobre a questão. Franco (2001) e Mendo (2008), dois autores que discutem largamente a díade HQ/HQtrônicas, apresentam pontos de vista opostos sobre esse gênero digital. Sobre a definição, Franco (2001, p. 16) afirma que as HQtrônicas são “uma nova linguagem, híbrida de HQ e hipermídia”. Já Mendo (2008, p. 99) assevera que a HQtrônica “não chega a criar uma nova linguagem, mas [é] uma variação que se assemelha à HQ tradicional impressa.”

Podemos perceber, pelos pontos de vista distintos, que não há definição pacífica ainda do que seja HQtrônica entre os dois maiores teóricos do tema. Aliás, nem em relação ao próprio termo, HQtrônica, há consenso, pois este neologismo, que é criação de Franco (2001), não é sequer usado por Mendo

(2008), a não ser quando este o usa para criticar Franco (idem): “A HQ com ‘cara’ de web desperta a percepção de que a linguagem sofreu adaptações suficientes para ser notada como nova (...) trataram de criar neologismos para rotular o fenômeno, mas será que se trata realmente de uma nova ‘forma de arte?’” (MENDO, 2008, p. 88). Este teórico prefere usar adjetivos ou locuções adjetivas para se referir às histórias em quadrinhos no suporte digital e não propriamente cria um termo exclusivo: “as ‘novas’ histórias em quadrinhos”, “as ‘novíssimas’ narrativas em quadrinhos”, “as histórias em quadrinhos ‘da internet’, ‘da *web*’, ‘digitais’ etc.” (MENDO, 2008, p. 100).

As perspectivas citadas acima não facilitam o entendimento do que seja de fato uma *HQtrônica* e assim como não são consensuais quanto à denominação do próprio gênero. Neste trabalho, elegemos o termo de Franco (2001), *HQtrônicas*, por considerarmos importante usar um termo específico quando quisermos nos referir as histórias em quadrinhos digitais e assim evitar possíveis confusões de compreensão⁷, além de a explicação dada por Franco (2001, p. 104-105) para a criação da nomenclatura nos soar coerente:

Propomos então o neologismo ‘HQtrônicas’ – formado pela contração da abreviação HQ (histórias em quadrinhos), usada comumente para referir-se aos quadrinhos no Brasil, com o termo ‘eletrônicas’ referindo-se ao novo suporte. Esse neologismo é uma tradução livre do termo americano *Electronic Comics* que nos parece falho devido à palavra *comics* (cômicos) que usa de um gênero para definir as histórias em quadrinhos.

Como se vê, Franco (2001) defende a postura de que as *HQtrônicas* são uma nova linguagem. Segundo o autor, as *HQ-*

⁷ Posteriormente iremos reforçar a justificativa da escolha do termo de Franco (2001).

trônicas seriam uma forma linguageira de hibridização entre HQ e a Hipermídia. Isso quer dizer que meras transposições de versões impressas para a tela do computador são descartadas de sua definição, já que não agregam traços semióticos hipermediatizados, como animação e trilha sonora, por exemplo. Páginas de quadrinhos impressos digitalizados seriam, segundo ele, “transferências brutas de imagens para o meio digital” (FRANCO, 2001, p. 83) e não poderiam ser tratadas como *HQtrônicas*, como já dissemos.

Franco (2001), na verdade, traça sua teoria a partir do pressuposto de que as *HQtrônicas* precisam ser sustentadas estruturalmente por traços semióticos da tecnologia hipermediática. Para o autor, hipermídia seria

o conjunto de multimeios formado por uma base tecnológica comunicacional multilinear e interativa, cuja estrutura inclui informação rizômica representada por nós clicáveis que são acessados pelo navegador de acordo com suas preferências (FRANCO, 2001, p. 87).

A definição de hipermídia de Franco é a que usaremos no decorrer de nossa discussão. Considerando a noção de hipermídia e o fato de os computadores domésticos terem se popularizado somente a partir dos anos 90 do século XX, é possível admitir que as *HQtrônicas*, devido ao próprio avanço da tecnologia, só passaram a existir a partir da mesma época em que passaram a ser feitas “as primeiras experiências de inclusão de códigos alheios à linguagem tradicional [...] em site de veiculação de quadrinhos online” (FRANCO, 2001, p. 83), na segunda metade dos anos 90.

Antes desse período, as versões pioneiras de HQs no suporte computacional eram tentativas incipientes, ainda sem

maturidade, na verdade, eram experimentações do que viriam a ser. Versões das HQs tradicionais eram apenas escaneadas diretamente para o PC, sem nenhum tipo de adaptação para o novo *mídium*. Eram meras transposições, as quais não exploravam as possibilidades da Hipermídia, mas, graças às novas possibilidades semióticas proporcionadas pela hipermídia,

muitos artistas passaram a se interessar por experimentar as possibilidades expressivas desse novo meio, dentre eles, vários quadrinhistas que trabalhavam tradicionalmente no suporte papel vêm aos poucos migrando para a hipermídia, trazendo consigo todo o manancial artístico e narrativo apreendido na confecção das histórias em quadrinhos impressas, promovendo uma hibridização da linguagem das HQs com linguagens próprias de outras mídias (FRANCO, 2001, p. 88).

A partir das novidades tecnológicas, os quadrinhistas lançaram mão de estratégias semióticas para sofisticar os quadrinhos, como lemos há pouco. É importante que se diga também que o processo de transição de *mídium* em relação às HQs reverberou muito rapidamente na forma de interação com os leitores e, evidentemente, no modo de construção das histórias seriadas. Isso gerou praticamente uma fábrica desenfreada de textos híbridos, especificamente aqueles que mesclam marcas do impresso e do virtual. Em meio a esse universo de textos novos, todavia, faltam compreensões claras em relação à própria feição de gênero novato no campo da linguagem ou se é apenas uma versão cibernética daquilo que se conhece. Neste espaço é que surge a complexa definição de *HQtrônica*. Já existem tentativas de explicá-la, mas elas carecem de refinamento, como veremos posteriormente. Por ora, comecemos a investigar o que já se sabe sobre *HQtrônicas*. Para Franco (2001, p. 105),

HQtrônica inclui efetivamente todos os trabalhos que unem um (ou mais) dos códigos da linguagem tradicional das HQs no suporte papel com uma (ou mais) das novas possibilidades abertas pela hipermídia (sendo eles: Animação, Diagramação Dinâmica, Trilha Sonora, Efeitos de Som, Tela Infinita, Narrativa Multilinear e Interatividade).

Para referendar a descrição do que seria essa nova linguagem de hibridização semiótica, Franco (2001) apresenta características que, aliadas às tradicionais características das HQs impressas, compõem as *HQtrônicas* estruturalmente. As características, já citadas anteriormente, são detalhadas a seguir:

Animação – A animação, grosso modo, se dá quando algum personagem, objeto ou quaisquer outras coisas se movimentam, criando a ilusão de aquilo ganhar vida. Isso seria proporcionado por meio de simulações de movimento geradas por *softwares* sofisticados, como o *Flash* da *Macromedia*⁸. Elas podem ser simples ou mais complexas, podem até ter dimensões no Ciberespaço⁹, o que levaria as HQs a ser praticamente uma realidade virtual.

Diagramação dinâmica – A tradicional divisão da página em quadros estáticos que comportam as cenas em seu interior ganham mobilidade.

Trilha sonora – É o efeito causado pela música, é um dado novo que pode ajudar o artista na elaboração geral da atmosfera de uma sequência narrativa.

8 É um *software* que suporta imagens e vídeos, utilizado para a criação de animações interativas que funcionam integradas à rede internet. Definição baseada no portal *Wikipédia* (http://pt.wikipedia.org/wiki/Adobe_Flash). Acesso em 01/02/12.

9 O Ciberespaço é definido por Mendo (2008, p. 57) como o espaço das comunicações por redes computacionais onde o principal fenômeno é hoje a internet.

Efeitos sonoros – Como no caso da trilha sonora, muitos artistas que têm experimentado criar HQs com recursos de hipermídia se recusam a utilizar efeitos sonoros, eles preferem usar as onomatopeias e insistem no seu valor como elemento da linguagem dos quadrinhos.

Tela infinita – Com o advento de um novo suporte, isto é, com a migração do papel para o ambiente digital da tela do computador, as histórias em quadrinhos poderão ver-se libertas das amarras do formato de diagramação tradicional, imposto pela veiculação impressa.

Narrativa multilinear – Os hipertextos são estruturas narrativas multilineares que diferem da narrativa tradicional linear.

Interatividade – É possível classificar os níveis de interatividade entre passivo, reativo e interativo. As HQs eletrônicas veiculadas em CD-ROM ou na Internet poderiam, então, ser divididas em vários níveis de interatividade. Esses níveis, por sua vez, poderiam ir desde o mais básico (passivo), em que o receptor tem como única opção os comandos avançar e retornar, repetindo o padrão do suporte papel; passando pelo nível intermediário (reativo) que envolveria sites e CD-ROM nos quais o receptor poderia optar entre caminhos diversos já pré-estabelecidos, ou ainda poderia acionar animações, efeitos sonoros e links que o levariam a caminhos paralelos à narrativa; chegando finalmente ao nível mais avançado de interatividade, que seria classificado como “interatividade não trivial”.

Como vimos, Franco (2001) apresenta uma definição e um conjunto de características daquilo que ele mesmo batizou de *HQtrônicas*. Isso consiste em uma tentativa interessante de estruturar essa linguagem *online*, porém há um nó que embara-

ça a compreensão dessa caracterização, já que ela se confunde com a composição arquitetônica de outros gêneros, tais como os *games* e o desenho animado, por exemplo. Essa falta de clareza na definição e na caracterização das histórias em quadinhos eletrônicas dá margens para que nós, leitores, nomeemos gêneros digitais indiscriminadamente como *HQtrônicas*.

Em outras palavras, ele afirma que, para ser *HQtrônica*, é necessário que haja uma mescla dos componentes das HQs tradicionais e de elementos hipermidiáticos. A questão nebulosa é que Franco não especifica sua proposta, não nos fornece os limites e as fronteiras das *HQtrônicas*, deixando-nos pensativos ao nos deparar com certos gêneros digitais, como já afirmamos.

Isso significa dizer que, da forma como está posta a teoria, há pontos nebulosos, carecendo de explicitações. Não queremos com isso, desmerecer ou diminuir a importância do trabalho de Franco, muito pelo contrário, almejamos contribuir com os estudos na área, partindo dos escritos dele a discussão em foco, já que este autor é o pioneiro nos estudos em âmbito nacional. Um dos pontos confusos nos escritos de Franco é quando ele não explica em que grau ou até que ponto as características das HQs se fundem às da Hipermídia. Retomemos o trecho da definição em que o teórico ressalta a amplitude de sua definição:

HQtrônica inclui efetivamente todos os trabalhos que unem um (ou mais) dos códigos da linguagem tradicional das HQs no suporte papel com uma (ou mais) das novas possibilidades abertas pela hipermídia (sendo eles: Animação, Diagramação Dinâmica, Trilha Sonora, Efeitos de Som, Tela Infinita, Narrativa Multilinear e Interatividade) (FRANCO, 2001, p. 105).

Analisando atentamente as palavras de Franco, é possível observar lacunas geradas por ausência de informações mais detalhadas, as quais nos levam a refletir: i) Uma infinidade de gêneros poderia ser confundida com *HQtrônica*, já que qualquer gênero com elementos semióticos das HQs e da Hipermídia são consideradas como tal por Franco. Por exemplo, a animação *Vida Maria*¹⁰ poderia ser considerada uma *HQtrônica*, se levarmos em consideração a conceituação e a caracterização proposta por Franco (2001); ii) Para especificar o que são *HQtrônicas* e evitar a confusão de identificação de gêneros, quais seriam as características imprescindíveis para a legitimação do status genérico de *HQtrônica*, já que Franco diz que basta apenas **uma** das características das HQs impressas se unir às da Hipermídia (ou vice-versa)?

Algum dos componentes quer seja das HQs, quer seja da Hipermídia há de ser crucial para determinar características que não poderiam deixar de existir em um exemplar de *HQtrônica* para que o texto fosse considerado como tal, tornando-o distintivo entre muitos. Partindo dessas reflexões, analisaremos dois exemplos para ilustrar as possíveis complicações que os pontos, mencionados anteriormente, podem trazer para a compreensão do que seria *HQtrônica*. Analisamos, então, dois exemplares de gêneros que não são chamados pelos usuários de *HQtrônica*, mas que estariam enquadrados na definição de Franco: o jogo de videogame *Super Mário Bros* e a animação *Vida Maria*.

Com relação ao jogo, destacamos as propriedades que o fariam ser visto como *HQtrônica*. Em relação à animação, discutimos outro aspecto da definição de Franco, que é o fato de ser ou não pertinente a possibilidade de se ter em uma HQ ele-

10 Ver: http://www.youtube.com/watch?v=DEgq_Xx-XAw.

trônica sobreposição de características que se equivaleriam no impresso e no espaço hipermídia. Passemos a comentar o jogo.

No jogo eletrônico *Super Mario Bros*¹¹ se desenrola a saga de Mário, personagem mascote da Nintendo¹², que tenta resgatar a princesa Peach, a qual está aprisionada em uma torre de castelo. Há narratividade no jogo, muito embora, o enredo funciona apenas como pano de fundo, justificando as ações esperadas dos jogadores. Os personagens, evidentemente, não agem por conta própria já que é o jogador quem os manipula dentro do jogo. É o usuário quem determina se o personagem vai andar, correr, pular ou ainda aonde o mascote do jogo vai entrar, com quem vai lutar.

O fato de o andamento do jogo se dar exclusivamente pelas ações dos jogadores rompe com a ideia de tempo e espaço da narrativa tradicional, que é diferente, pois o tempo das ações pode ser congelado, se, por exemplo, o jogador demorar a vencer um inimigo ou não conseguir superar uma dificuldade imposta pelo jogo. Ele ficará naquela fase até conseguir vencer. Ou ainda em relação ao espaço, em que, também por empecilhos da saga, o jogador fica condicionado a mudar de local somente se a etapa em questão for concluída com êxito. O jogador pode repetir o jogo inúmeras vezes até atingir a meta.

Independente da estratégia adotada, da quantidade de bônus recebidos, de inimigos derrotados, o herói sempre terá que “passar de fase”, ou seja, ir para a fase posterior. O caminho para o castelo onde a princesa está aprisionada é dividido em etapas, nas quais o herói só alcança se vencer a etapa anterior.

¹¹ Ver: http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=I-N1ugGDyUY#

¹² É uma empresa japonesa de vídeos-jogo, é a grande marca de *videos-game* no mundo. Tida como símbolo mundial dos games, devido à sua competência e sucesso de vendas, além de criar personagens carismáticos que cativam o público. Comentário baseado no portal Wikipédia (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Nintendo>).

Ao fim de cada etapa, há um vilão-mor guardião das portas que representam a entrada para a nova fase do jogo. Com a vitória do herói, sob o comando do jogador, há uma cena automática da comemoração do herói e da morte do vilão de cada etapa. O jogo é, assim, uma verdadeira saga comandada pelo interlocutor e que reserva o mesmo fim para todos aqueles que conseguem superar todas as fases do jogo, não há possibilidade de intervenção do desfecho, podem mudar as estratégias do jogo, mas o final é o mesmo: o resgate da nobre Peach.

Esta saga apresenta todas as características de hipermídia e alguns traços das HQs, como balões de fala e recordatórios (ou box de informações). Os balões de fala surgem, por exemplo, quando o personagem Mário e a princesa Peach comemoram o resgate desta. Surgem também quando o herói encontra seu mascote *Yoshi*, um dinossauro, o qual acaba por ser também um ágil parceiro nas suas aventuras. Já os recordatórios aparecem diversas vezes seja para dar instruções aos jogadores ou dar detalhes do mapa do lugar, seja para finalizar cada etapa do jogo, assim como também para dar informações sobre o território/habitantes em cada etapa (fase) do jogo.

Isso já seria suficiente para considerarmos *Super Mario Bros* como uma *HQtrônica*, segundo Franco, pois, lembrando a definição dele, basta o gênero unir um ou mais traços semióticos das HQs e os outros de hipermídia (ou o contrário). Todavia questionamos novamente a definição de *HQtrônicas* dada por Franco, pois, se assim for, abriríamos precedentes para se considerar muitos outros gêneros na rede internet como *HQtrônicas*, já que apresentam também recursos semióticos da Hipermídia e dos quadrinhos impressos, como os *websites*, propagandas, *trailers* etc.

O outro caso a ser comentado é a animação *Vida Maria*¹³, curta-metragem produzido pela Secretaria de Cultura Cearense, com duração de nove minutos. Esta animação apresenta todas as características de hipermídia citadas por Franco, mas não apresenta todos os elementos das HQs tradicionais, apenas o fato de ser uma *narrativa*, a qual nem é citada por Franco, provavelmente por considerar isso um pressuposto. Poderíamos pensar, então, que o caso já está resolvido: *Vida Maria* não é uma *HQtrônica*, já que lhe falta uma das partes da miscelânea de linguagens, no caso, o tocante às HQs.

Poderíamos pensar na obviedade do início desse parágrafo, quando apresentamos *Vida Maria* como uma animação na circunstância de questionar se ela seria uma *HQtrônica*, ou seja, poder-se-ia pensar como é que nós questionamos se o curta-metragem cearense é uma *HQtrônica* se já estamos nomeando-a como animação? Ressaltamos, porém, que adiantamos no início deste capítulo o fato de alguns gêneros serem nomeados de forma indiscriminada, por isso, preferimos apresentá-la inicialmente com o nome que mais se conhece dela: animação.

Continuando a reflexão teórica acerca da composição de *Vida Maria*, chamamos a atenção para o detalhe de que muitas características das HQs impressas têm como contraponto características semelhantes numa versão digital, digamos assim. Necessariamente algumas características da HQ impressa não precisariam acontecer da mesma forma nas eletrônicas. Isso poderia, no entanto, ser considerado a partir da delimitação feita por Franco.

13 Lembrando: produzido em computação gráfica 3D e finalizado em 35mm, o curta-metragem mostra personagens e cenários modelados com texturas e cores pesquisadas e capturadas no Sertão Cearense, no Nordeste do Brasil, criando uma atmosfera realista e humanizada. Direção de Márcio Ramos, produzido no Ceará. Fonte: <http://www.porta-curtas.com.br/Filme.asp?Cod=4910>. Acesso em 02/02/12.

As onomatopeias, por exemplo, elemento marcante nas HQs, são tentativas de representações escritas de determinados sons. Esse elemento é usado pela impossibilidade de um som ser emitido no papel, todavia se o meio hipermediático propicia a emissão do som propriamente dito, não seriam os efeitos sonoros, característica dada por Franco às *HQtrônicas*, a correspondência das onomatopeias nas HQs? Nesse caso, acreditamos que seria possível prescindir da característica da HQ impressa, que poderia muito bem ser substituída por uma correspondente no espaço hipermediático.

Em um momento da história, percebemos a protagonista depositando sementes quaisquer no grande pilão de madeira para que sejam maceradas, atividade doméstica comum nas casas interioranas. Se o som das pancadas fortes de Maria ao esmagar os grãos fosse representado no impresso, provavelmente seriam usadas onomatopeias como *Pum! Pum!* (usadas também para representar batidas de porta bruscamente, objetos caindo rapidamente), já que essa ação marca uma etapa crucial na narrativa: a passagem de tempo na vida da sertaneja e mereceria um destaque.

Ainda no que diz respeito à transposição de características do impresso para características equivalentes em hipermídia, além do efeito de som, podemos apontar uma possível correspondência entre os balões de fala das HQs e o som representativo da fala dos personagens de *Vida Maria*. A explicação é próxima da que foi dada anteriormente, já que os balões de fala também tentam representar as falas dos personagens na modalidade escrita, enquanto na versão virtual, os personagens se comunicam verbalmente através da oralidade, quando da ocasião de eles “falarem”¹⁴. Não existiria, portanto, a necessida-

14 Exceto quando as duas Marias escrevem seus respectivos nomes no caderno (Maria

de de serem criadas representações escritas daquilo que poderia ser representado diretamente por emissões sonoras específicas, como efeitos de som e a “fala” dos personagens.

Segue outra imagem de *Vida Maria*, dessa vez para ilustrar um momento em que há diálogo direto entre alguns personagens. A situação é a chegada do pai de Maria e de José, um conhecido da família, que vem a ser depois esposo de Maria. Há falas entre eles, mas elas se dão sonoramente, “direto da boca dos personagens” sem precisar dos típicos balões de fala. Podemos considerar mais uma correspondência direta entre um constituinte das HQs e um elemento de hipermídia, pois as falas dos personagens existem em ambos os *mídiuns*, mas diferem quanto ao modo de representação.

Ainda na tentativa de apontar possíveis correspondências entre características de HQs e *HQtrônicas*, baseados em Franco (2001), citamos as chamadas *linhas de movimento* (ou *linhas cinéticas*), que são traços que indicam nas HQs movimento seja de personagens, seja de objetos em geral. Nas *HQtrônicas*, é possível dispor da *animação*, cuja pujança dá movimento a qualquer coisa na narrativa. Isto dispensaria os traços cinéticos, porque seria dada movimentação direta, sem precisar insinuar vida, esta seria percebida através da *animação*, recurso no qual a ilusão de movimento é bastante ágil, a ponto de contemplar o meio digital, também veloz.

Julgamos que essas possibilidades de correspondência entre os atributos da HQ e da *HQtrônica* sejam suficientes para ilustrarmos o fato de que a declaração de Franco de que basta

José e Maria de Lourdes) posicionado na janela do casebre. Neste momento da narrativa, as personagens não estão se comunicando com outrem, através da palavra escrita, mas executando um ato físico de escrever para repetir o próprio nome, num exercício de escrita de um recém-alfabetizado.

haver a junção de características entre as versões impressas e digitais dos quadrinhos não é satisfatória na definição e na caracterização das *HQtrônicas*, já que poderíamos pensar em correspondências semióticas de um ou de outro meio, como mostramos. Observando as situações anteriores, mostramos que a caracterização de Franco para as *HQtrônicas* abre precedentes para dúvidas e generalizações, praticamente nos autorizando a afirmar que *games* e *animações* também são *HQtrônicas*, já que faltam elucidicações de até onde vai a mescla de linguagens ou ainda qual ou quais os pontos que sustentam primordialmente o eixo das histórias em quadrinhos eletrônicas.

Afirmar, pois, que o sincretismo entre as linguagens com, pelo menos, uma característica de um lado e mais os códigos do outro não é suficiente pelo que vimos. Também é questionável, a nosso ver, o fato de Franco não criar dimensões de qual (ou quais) elemento(s) precisa(m) estar presente quando da ocorrência da feitura de uma *HQtrônica*. Consideramos importante para a compreensão de um gênero discursivo não a exatidão de seus elementos, mas avaliamos como necessária a apresentação de parâmetros que norteiem o leitor no que diz respeito às características a partir das quais pode reconhecer um gênero e seu propósito comunicativo. É, pois, crucial para a definição científica do gênero que ele tenha um arcabouço mínimo de arquitetura para o aprofundamento de estudos e pesquisas concernentes aos gêneros, já que para pesquisarmos produtivamente um gênero precisamos, antes de qualquer coisa, saber do que estamos tratando.

Comentados esses exemplos, passemos agora a discutir um exemplar de texto que, segundo o próprio Franco seria *HQtrônica*. A *HQtrônica Neomaso Prometeu* é de autoria de Franco e está hospedada no *website* da Escola de Comunicação

e Artes da Universidade de São Paulo¹⁵. Iremos analisar a partir desse exemplo a aplicação da definição dele a fim de perceber na prática o que seria uma *HQtrônica*.

Aliada a elementos de hipermídia, *Neomaso Prometeu* reúne algumas características das HQs tradicionais, como os balões de fala e a moldura das cenas em quadros, os quais, por sua vez, mesmo animados, movimentam-se dentro dos enquadramentos. *Neomaso Prometeu* é uma versão contemporânea do mito grego *Prometeu acorrentado*. A *HQtrônica* associa elementos da história original e inova com traços de vanguardismo, como os personagens da biotecnologia genética, por exemplo, misturando possibilidades.

A *HQtrônica* de Franco traz animações que substituem, por assim dizer, o ato de folhear as páginas das HQs tradicionais. Isso se dá por meio de *links* distribuídos em pontos luminosos, especificamente esferas incandescentes, que, ao serem clicadas, conduzem o leitor à outra cena. Essa animação está ligada imediatamente à outra característica da Hipermídia: a interatividade, já que a história só acontece se o leitor navegar nela, clicando nas esferas de luz.

Além da interatividade ser percebida na navegação da história, propriamente dita, ela também se faz presente no acesso aos informativos e curiosidades da *HQtrônica*. A apresentação disso é feita de forma semelhante aos *recordatários*, das HQs impressas, já que são informações adicionais e trazem algo fora do enredo da narrativa, no caso, informações extras, como se fossem bônus para o leitor.

Os efeitos sonoros substituem as onomatopéias no texto, pois, ao invés de serem representados na escrita, os efeitos de

15 Ver: <http://www.cap.eca.usp.br/wawrwt/neomaso/neo-a.html>.

som de fato os realizam dentro do enredo. Por meio da animação cibernética, a história ganha um tom agonizante de suplício, marca do *Mito de Prometeu*. As animações dão movimento aos personagens, mas não saem dos quadros, não ultrapassam os limites de moldura, entre outras palavras, os enquadramentos em si são estáticos, o que se move é o que está dentro deles. A história inteira é narrada em quadros, ainda que com animações.

Neomaso Prometeu é, pois, segundo a classificação de Franco, uma *HQtrônica*. Mesmo isso sendo esperado, já que, como já dissemos, ele é o autor da história em quadrinhos eletrônica de que estamos tratando, fizemos questão de analisá-la a fim de constatar se a teoria se aplicava ao texto que ele mesmo produziu.

Depois de discutirmos a definição e a caracterização de *HQtrônicas* segundo Franco (2001), partimos para a discussão dos mesmos pontos na perspectiva de Mendo (2008), o outro teórico que nos propomos a estudar. Mendo não usa o termo *HQtrônica*, como já afirmamos, nem define propriamente o que sejam as histórias em quadrinhos eletrônicas. Na verdade, ele considera que “a nova HQ que se forma está cada vez mais distante do mundo dos impressos, apropriando-se de elementos presentes nos videogames, desenhos animados e dos recursos interativos da própria internet” (MENDO, 2008, p. 88). Isso significa dizer que, quando Mendo propõe estudar as histórias em quadrinhos digitais, não a legitima como um novo gênero, uma nova linguagem, mas uma versão remasterizada do que já existe.

Para ele, a relação de interface entre HQs e hipermídia existe, mas não ao ponto de esse intermeio gerar um gênero

novo. Mendo admite que essa interface interfira nos quadrinhos, porém no sentido de ampliar as possibilidades comunicativas e criativas das HQs tradicionais, sem que isso denote um novo gênero. A hipermídia seria, segundo ele, um feixe de modos de aprimoramento criativo para as HQs, como se fosse instrumental às HQs e não como propiciadora de uma nova composição linguageira. Ele considera que, a inter-relação em foco estaria cada vez mais tênue, já que a desmedida de elementos semióticos de hipermídia descaracterizaria as HQs, pois,

quanto mais a HQ evolui no meio eletrônico, acrescentando novos valores à linguagem [...], mais caminhamos na direção de um grande distanciamento entre a HQ no papel e digital. [...] Quando vamos além, as histórias na rede – ricas em recursos extras de linguagem – aproximam-se cada vez mais de linguagens muitas vezes lúdico-interativas (como os jogos eletrônicos) e com movimento (como nos desenhos animados) (MENDO, 2008, p. 87).

Mendo não conceitua as histórias em quadrinhos na internet, pois afirma ser “difícil de classificá-las”. Além de não definir, ele não apresenta características do que seriam as *HQ-trônicas*, já que não teria como caracterizar, como fez Franco (2001), aquilo que ele nem sequer legitima como gênero. Ele estabelece relações entre HQs e hipermídia, como por exemplo, o contato dos *videogames* e desenhos animados com os quadrinhos, mas isso se dá para mostrar outro ângulo de observação, isto é, para enfatizar a descaracterização das HQs e não para evidenciar as *HQ-trônicas*. Vejamos algumas das considerações do teórico.

Em relação aos desenhos animados, o autor declara que “quando a HQ é criada em suporte eletrônico, utilizan-

do recursos multimídia, passa a estar à beira de atravessar a linha divisória que a separa do desenho animado” (MENDO, 2008, p. 91). Já no que concerne aos jogos eletrônicos, afirma que “o universo ficcional dos *games* é muito semelhante ao das HQs, assim como seus gêneros [...]. Muitos dos quadrinhos na *web* assumem tal grau de interatividade que se assemelham sobremaneira aos jogos eletrônicos” (MENDO, 2008, p. 91). Percebemos, pois, que Mendo não só se recusa a aceitar as historinhas eletrônicas como gênero novo, como também hesita em caracterizá-las. Isso é óbvio, já que um ato desses estaria imediatamente associado ao outro (definir e caracterizar).

Feitas as constatações e contestações dos escritos de Franco (2001) e Mendo (2008), passamos, baseados neles, a discutir nossa posição no tocante às histórias em quadrinhos eletrônicas. Isto significa dizer que vamos propor uma conceitualização e uma caracterização daquilo que julgamos ser fundamental nas histórias em quadrinhos da *web*. Primeiro vamos acatar a sugestão de Franco (2001) ao nomear o gênero investigado nessa pesquisa como *HQtrônica*. O motivo pelo qual admitimos a nomenclatura de Franco é que compartilhamos o ponto de vista do teórico e consideramos as *HQtrônicas* uma nova linguagem, que merece, pois, um nome exclusivo.

Acreditamos que as *HQtrônicas* constituem uma nova forma de comunicação e interação. Somamos à ideia de Franco a concepção de gênero discursivo. Afirmamos “somar”, porque Franco não constrói a pesquisa dele sob o enfoque textual-discursivo. Considerando o conceito bakhtiniano de gênero, vemos *HQtrônica* como um gênero discursivo, já que ela constitui um tipo relativamente estável de enunciado e serve a um propósito sócio-cultural situado historicamente, qual seja entreter.

Em nossa perspectiva, as *HQtrônicas* contemplam necessidades comunicativas do homem contemporâneo como agilidade de interação, além de cobrar também habilidades específicas de mergulhar na rede, haja vista o fato de os leitores serem cobrados a navegar na rede *internet*, caminhando pelos hipertextos cheios de caminhos escondidos. Isso acontece em ambientes de trabalho, de estudo, até entre amigos, pois, muitas atividades atualmente exigem a compreensão e a vivência no mundo digital. Tudo isso precisa acontecer muito rapidamente, dado o ritmo frenético das atividades sociais atualmente. É uma exigência da contemporaneidade. Os quadrinhos, então, não apenas ganharam uma versão arrojada de sua aparência, mas também sua forma de construção e de recepção pelos interlocutores foi modificada, já que os leitores têm na *web* mais uma possibilidade de leitura e interação, desde que conheçam o mundo virtual para poder desfrutar de sua amplitude.

Para definir *HQtrônica*, partimos primeiramente da própria formação do termo: *HQtrônica* (ou história em quadrinhos eletrônica). Levando em consideração o sugestivo e auto-explicativo termo em si, propomos a sustentação da arquitetura desse gênero a partir da formação da própria palavra composta *HQtrônica*. O primeiro termo da composição seria *história*, em que se percebe a necessidade de o gênero ter como sequência textual¹⁶ predominante a narrativa, ou seja, um enredo que se desenrole em um tempo. O segundo é *quadrinhos* – a história narrada realizar-se-ia também em semiose visual (imagens, desenhos etc.) dentro de enquadramentos (quadrinhos), mesmo

16 Sequência textual designa estruturas relativamente autônomas, dotadas de organização linguística típica (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas), que abrangem as categorias clássicas da narração, descrição, argumentação, formas típicas de organização das informações nos mais variados gêneros, que podem ocorrer, não raramente, de modo combinado (REINALDO, 2002, p. 02).

que haja animação dentro deles, seja de personagens, ambiente ou quaisquer outros elementos. O terceiro termo, o radical *trônica*, estaria ligado à hipermídia e teria como elemento obrigatório a *interatividade*¹⁷, em que o leitor passa, no espaço hipermidiático, a ser também condutor do funcionamento de ferramentas virtuais típicas desse universo.

Conceituamos *HQtrônicas*, então, como um gênero discursivo formado pela hibridização das HQs tradicionais com os elementos semióticos de hipermídia, e cuja estrutura se sustenta em um tripé que engloba a sequência textual predominante, linguagem utilizada e o uso de elementos hipermídia. No que diz respeito à sequência textual predominante, as *HQtrônicas* são narrativas, com toda a estrutura inerente a elas (personagens, tempo, espaço, local, enredo e narrador).

Já no que concerne à linguagem utilizada, a *HQtrônica* herda das histórias em quadrinhos o enquadramento, ou seja, as cenas narradas em *quadrinhos*. Em relação à hipermídia, as histórias em quadrinhos eletrônicas apresentam a *interatividade* como traço semiótico mais forte. Isso não significa dizer, no entanto, que outras características não possam ou não devam estar presentes, a existência de outras propriedades numa *HQtrônica* é potencialmente possível e se realiza muitas vezes.

O que propomos, na verdade, é que esse tripé de características seria o que daria base para as *HQtrônicas* serem legitimadas como um novo gênero discursivo, e não ser apenas uma modernização dos quadrinhos. Quanto aos outros traços

17 Segundo Silva (1998), o conceito de interatividade é recente, posterior ao conceito de interação, que vem da física, tendo sido incorporado por outros campos do saber e, no campo da informática, designa-se por interatividade. A ideia de interatividade vem ao encontro de uma nova dimensão conversacional da informática, traduzida por uma bidirecionalidade. Este conceito vem da *pop art*, caracterizada pela fusão sujeito-objeto, onde o espectador interfere, modifica e co-cria a obra com o artista.

característicos não mencionados na nossa proposta de conceitualização (onomatopeias, linhas cinéticas etc.), acreditamos que podem permanecer em estado de latência, sendo ou não usados nas *HQtrônicas*.

Reforçamos que esses outros traços possíveis (mas não obrigatórios) podem ter correspondentes semióticos tanto do lado das HQs quanto da hipermídia, por exemplo: as onomatopeias, das HQs, podem ser equivalentes aos efeitos sonoros na hipermídia, assim como os recordatários podem ser vistos como representantes escritos das caixas de informações e bônus na interface das histórias digitais, ou ainda os balões de fala por reprodução da fala, acusticamente falando etc. Queremos dizer, com isso, que todas as outras marcas características típicas ou das HQs ou da hipermídia, exceto as três que sustentam nossa proposta apresentada anteriormente, podem estar presentes nas *HQtrônicas*, mas não obrigatoriamente.

Isso significa dizer que esses elementos podem se misturar aos outros três fundantes (*sequência textual narrativa, quadrinhos e interatividade*) sem nenhum risco de implicar transtornos à proposição exposta por nós. Exemplificando: uma *HQtrônica*, já levando em consideração que reúne as três características ao mesmo tempo, pode ainda apresentar balões de fala ou reproduções sonoras das falas dos personagens, como recursos adicionais, por exemplo. Pode também apresentar um recordatário em forma de legenda no rodapé dos quadrinhos ou dispor de um *link* que conduza a determinada informação de tempo ou esclarecimento, ou seja, as outras características das HQs e de hipermídia podem ser intercambiáveis ao lado das outras três peças fundamentais da construção genérica hibridizada sem que isso a descaracterize aquilo que estamos

nomeando como *HQtrônica*. A imagem abaixo é da *HQtrônica Neomaso Prometeu* e exemplifica o que afirmamos anteriormente: a presença de balões de fala, marca característica das HQs é mantida mesmo havendo a possibilidade de os personagens “falarem” diretamente, sem precisar de balões, já que a hipermídia permitiria isso. Em outras palavras, nem os balões de fala nem as “falas” são indispensáveis, já que podem ser substituídos um pelo outro.

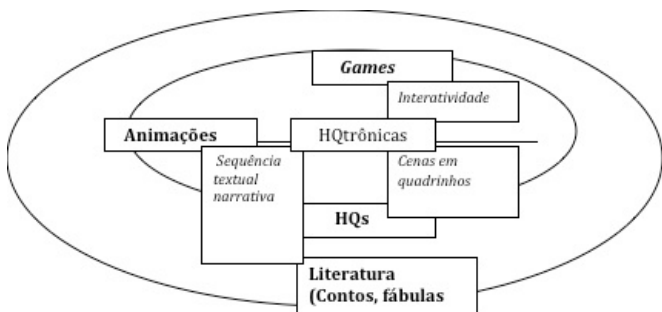
Sobre a diferença entre *HQtrônica* e outros gêneros, o fato de: i) uma narrativa precisar ser contada em quadrinhos, assumindo, assim, as origens do gênero de que a *HQtrônica* indica ter sido transmutado¹⁸, histórias em quadrinhos; ii) as cenas precisarem ser narradas em quadros; iii) a *interatividade* também se fazer presente na composição das *HQtrônicas* concomitantemente diminui o número de outros gêneros que poderiam ser confundidos com as histórias em quadrinhos eletrônicas, pois esse tripé de elementos fundantes que propomos contribui, ao nosso ver, para a identificação das *HQtrônicas*, distinguindo-a de *games* e animações, por exemplo.

Um *game*, a partir de nossas reflexões teóricas, não poderia ser confundido com uma *HQtrônica*, como era antes, dada a ampla definição de Franco (2001), porque ele não conta uma história propriamente, não é uma *sequência textual*. Isso já evitaria de ele ser confundido, assim como as *animações* também deixariam de ser alvo de dúvidas quanto à designação científica, já que a diagramação é dinâmica, ou seja, nestas há quebras do enquadramento estático, não há quadrinhos, há elasticidade tridimensional, característica forte das *animações*. Refinando a teoria de Franco, pensamos que noções escalares de *continuum* podem operacionalizar a compreensão do que seja *HQtrônica*.

18 Para saber mais sobre *transmutação de gêneros* conferir Araújo (2010).

Propomos graficamente o seguinte **esquema** que visa representar a noção de *continuum*:

Esquema de conexões entre *HQtrônicas* e gêneros discursivos afins



Fonte: Criação nossa

Como parâmetros de análise, então, sugerimos as características: sequência textual predominantemente narrativa, a disposição das cenas exige os *enquadramentos*, ou seja, que as cenas sejam contadas em quadrinhos (mesmo que haja animações internas) e a *interatividade* como elemento de hipermídia. Chamamos de *interatividade* aqui, pormenorizando a definição de Silva (1998), a possibilidade de o leitor poder intervir na história, escolhendo possíveis desfechos para ela ou ainda a possibilidade de o interlocutor poder mergulhar em *hiperlinks* para desfrutar de outras possibilidades, como por exemplo, acessar as informações extras, joguinhos educativos ou atividades de lazer.

Para medir a operacionalidade do conceito que propomos, usaremos como exemplo de análise a *HQtrônica Um pon-*

*to aumenta um conto?*¹⁹ Nessa discussão procuramos o refinamento da teoria de Franco e o refutamento do pensamento de Mendo no que concerne às *historinhas da web*, como o próprio teórico denomina o que chamamos de novo gênero.

Um ponto aumenta é um conto? é uma *HQtrônica* porque conta uma história, em quadrinhos e é passível de condução pelo interlocutor. A história é uma retextualização²⁰ do conto *A Pequena Sereia*, narrativa conhecida principalmente pela versão cinematográfica da *Walt Disney*. Apresenta personagens, enredo, tempo, lugar e narrador tudo bem definido, legitimando o estatuto de texto narrativo. A história, propriamente dita, é contada em páginas de quadrinhos estáticos, cujas páginas digitais são passadas por animações de setas indicativas de direita e esquerda, acompanhadas, quando clicadas, de efeitos sonoros. O texto em questão contempla também a terceira exigência, por assim dizer, da constituição do gênero: é interativa, pois o leitor pode intervir no desfecho da história ou acessar as informações extras à história e joguinhos lúdico-educativos.

19 Ver: <http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>

20 Marcuschi (2001, p. 46) elabora o conceito de “retextualização”, entendida como “um processo que envolve operações complexas [de passagem do texto falado para o escrito e vice-versa] que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem-compreendidos da relação oralidade-escrita.”

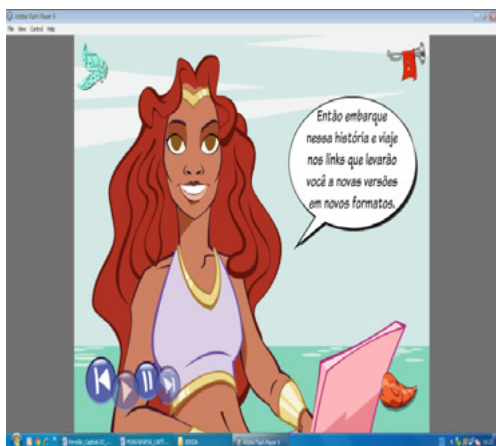


Figura 05 Fonte: Imagens da própria *HQtrônica*



Figura 06 Fonte: Imagens da própria *HQtrônica*

Na figura 05 a qual alude à cena de abertura da história, observamos alguns elementos os quais permitem a interatividade do leitor com o texto, entre eles o ícone de corneta com uma bandeira (cujo desenho de centro é uma nota musical) localizada no canto superior direito da tela. Este ícone permite que o leitor escolha se quer efeitos sonoros ou não. Um simples toque na corneta aciona ou desliga a função musical. Além do dispositivo situado no canto inferior esquerdo, o qual funciona como uma espécie de controle remoto, já que o leitor pode avançar, pausar ou voltar na apresentação. Observemos ainda que, no canto inferior direito, existe um desenho de concha, que dá a opção de se iniciar logo a história em quadrinhos, isso acontece quando a seta controlada por nós, pelo *mouse*, passa em cima da concha e aparece o comando INICIAR.

Na figura 06 continuamos a notar traços que denotam interatividade na HQtrônica, tais como as setas à direita e à esquerda dos quadrinhos, as quais também funcionam como comando de voltar ou avançar as páginas da história. Observamos ainda, no canto inferior direito, uma imagem de uma luneta (cuja passagem da seta por cima) acusa o comando AUMENTAR, dando um *zoom*, isto é, ampliando a página (ou ainda, quando a página está ampliada, o comando funciona com o alvo inverso, DIMINUIR). Outro elemento interessante a ser visto é o caramujo, no canto inferior esquerdo, que fica fechado até que o leitor clique nele e este se movimenta, expondo o que tem dentro de sua concha. As opções podem ser acionadas a qualquer momento da narrativa e o leitor, conseqüentemente, pode conhecer os links à vontade e depois voltar a acompanhar a história da Pequena Sereia.

A figura 06 ilustra ainda um exemplo de as histórias serem narradas em quadrinhos, como pode ser visto acima. O en-

quadramento das cenas estáticas marca uma característica fundante das histórias em quadrinhos eletrônicas, como dissemos.

Percebemos a moldura das cenas e o detalhamento de informações visuais em cada quadrinho, em que cada cena precisa ser produzida seja verbal seja pictoricamente de forma minuciosa, já que esses elementos sustentam a narrativa em pormenores. Tocamos no assunto multimodalidade no primeiro capítulo e recapitulamos a ideia de que as imagens não são postas à toa, elas significam tanto quanto as palavras. O interessante na narrativa em quadrinhos é que estes precisam reunir elementos semióticos de desenhos, cores e símbolos suficientes para manter a coerência da história e não poluir visualmente o texto híbrido.

Em relação à sequência textual, afirmamos que *Um ponto aumenta um conto?* é uma narrativa por reunir os elementos intrínsecos à narração: personagens (seres do mar e pessoas), tempo (cronológico e psicológico), espaço (oceano e praia), enredo (uma história de amor diferente) e narrador (narrador-observador). Esses elementos harmoniosamente unidos é que legitimam o estatuto de um texto ser uma narrativa.

A proposta que apresentamos como caracterização de *HQtrônicas* evitaria a confusão terminológica com os *games* e as animações, haja vista o fato de que, os *games*, por exemplo mesmo sendo interativos, que seria um das condições estipuladas por nós, e trazendo outras características das HQs tradicionais, como vimos, não poderiam ser confundidos com as *HQtrônicas*, porque não contemplam a sequência textual narrativa, ou seja, não narra uma história propriamente.

Apenas um esboço de enredo existe para dar estímulo ao jogador: no caso de *Super Mario Bros*, há os personagens e uma

meta a ser alcançada, que é resgatar uma princesa. Isto, por si só não sustenta uma possível narrativa, já que não há os outros elementos da narração, não existe, por exemplo, um narrador. Além disso, o tempo não é determinado, já que é o jogador quem situa o personagem temporalmente, de acordo com a estratégia de jogo adotada. Assim como a indefinição do tempo, outro elemento indefinido é o próprio enredo, que não passa de um resquício narrativo, não existe o desenvolvimento de uma história propriamente dita, conseqüentemente, se não há uma história, não tem como ela ser contada seja em quadrinhos ou quaisquer outras disposições geométricas. Em outras palavras, nos *games*, há interatividade, mas mesmo assim, não satisfaz os outros critérios, quais sejam os de ser uma sequência textual narrativa e nem são dispostos em quadrinhos.

Seria improvável também a confusão terminológica entre as *HQtrônicas* e as *animações* devido ao fato de, mesmo apresentando toda a estrutura bem definida dos textos narrativos, essas histórias não são contadas em quadrinhos. A noção de congelamento de cenas do enquadramento é relegada ao esquecimento, pois é substituída pela diagramação eletrônica e sua tridimensionalidade constante, impossibilitando a narração em quadrinhos. Seria impensável o uso de quadrinhos estáticos em um gênero cujo nome, *animações*, enfatiza sua característica mais patente, a homônima ilusão de movimento e recurso hipermediático, *animação*. Além disso, as *animações* não permitem tanta interatividade com o interlocutor quanto às *HQtrônicas*. Resumindo, as *animações* são predominantemente sequências textuais narrativas, mas não apresentam a moldura de cenas na forma de quadrinhos, nem são interativas como propomos.

Recapitulamos que refutamos a teoria de Mendo (2008) de que não há uma nova linguagem e que discordamos de Fran-

co (2001) que qualquer texto hibridizado entre HQs e Hiper-mídia possa ser *HQtrônica*. Mostramos com exemplos por que os gêneros *games* e *animações* poderiam ser confundidas com *HQtrônicas*, se fossem levadas em conta as reflexões teóricas de Franco. Propusemos uma conceituação e uma caracterização das *HQtrônicas*, termo apresentado por Franco e adotado por nós, que visa à contribuir na compreensão científica do gênero *HQtrônica*.

Relacionamos nossa proposta a dois textos distintos e mostramos a aplicabilidade de nossa proposta e, assim, apontamos como sendo *HQtrônicas* os textos *Um ponto aumenta um conto?* e *Neomaso Prometeu*. Confrontamos ainda nossa proposta de caracterização com a animação *Vida Maria* e o game *Super Mário Bros* para afirmar que estes textos não são *HQtrônicas*. Vamos agora analisar os propósitos comunicativos e a relação com os interlocutores neste *mídium* digital para continuar com o objetivo de ampliar nossa compreensão de como as *HQtrônicas* reverberam.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A razão que nos fez aventurar por pesquisar um assunto com poucas teorias nos pareceu desafiador e realmente foi. Por várias vezes, deparamo-nos com a certeza de que algo mais precisava ser escrito em relação às *HQtrônicas*, pois nos questionávamos bastante sobre os limites e as fronteiras desse gênero em relação a outros e, principalmente, em relação à sua própria arquitetura.

Sabemos que aprisionar um gênero em uma definição/estrutura não é nem suficiente nem lógico para estudá-lo, haja vista o fato de ele ser dinâmico e só ter funcionalidade

comunicativa na práxis social, porém, como conhecer melhor um gênero se não nos detivermos ao estudo dele? No caso das *HQtrônicas*, fez-se, então, necessário lançar sobre ele a luz da Ciência, no caso a Semiótica e a Linguística, para podermos refletir teoricamente e trabalhar em suas engrenagens. Para isso, precisamos recortar uma pequena amostra das *HQtrônicas*, que constituiu nosso *corpus*, a fim de nos aproximarmos mais e abstrairmos aquilo que seria comum.

A partir dos dados de análise, acreditamos ser possível admitir que a *HQtrônica* constitua um novo gênero discursivo. É um texto multimodal, pois alia diversos códigos semióticos e é um texto híbrido que agrega constituintes das HQs e de hipermídia, apresentando assim as seguintes características: a) sequência textual predominantemente narrativa, b) disposição das cenas em *enquadramentos*, ou seja, que as cenas sejam contadas em quadrinhos (mesmo que haja animações internas) e c) *interatividade* como elemento de hipermídia. As HQs deixaram como legado textual a sequência predominantemente narrativa e a moldura das cenas em quadros. Já a hipermídia emprestou a característica *interatividade* para a composição desse gênero rico em construção e em possibilidades comunicativas. Ressaltamos que essa caracterização pode ser mais ampla, trazendo, por exemplo, outras marcas das HQs e da hipermídia, como balões de fala, recordatários, animações, efeitos sonoros etc. ao lado das outras citadas.

Nossa proposta não encerra o assunto, muito pelo contrário, ela almeja suscitar provocações de outros pesquisadores que desejem ampliar o escopo teórico e dialogar conosco sobre esse interessante gênero. Ressaltamos ainda que esta pesquisa não teve como intuito delimitar o gênero dentro de uma taxionomia dura, digamos assim, o que quisemos foi analisá-lo

de perto e devolvê-lo aos leitores em geral, dessa vez com uma lanterna, para que desfrutem de uma leitura semiótica mais aguçada.

Referências

ARAÚJO, J. C. Trasmutação de gêneros na web: a emergência do chat. IN: MARCUSCHI, L. A. XAVIER, A. C. (orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. São Paulo: Cortez, 2010.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CIRNE, M. **Quadrinhos, sedução e paixão**. São Paulo: Vozes, 2000.

FRANCO, E. S. **HQtrônicas**: do suporte papel à rede internet. Dissertação (Mestrado em Multimeios). Campinas, Instituto de Artes / Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2001.

KRESS, G.; LEEUWEN, T. V. **Reading Imagens**: the grammar of visual design. London: Routledge, 1996.

LOPES, E. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1999.

LYONS, J. **(Lingua)gem e Linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1989.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. IN: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel et BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Org). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MENDO, A. G. **Histórias em quadrinhos**: impresso VS web. São Paulo: UNESP, 2008.

MENDONÇA, M. R. S. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. IN: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. (p. 194-207).

NÖTH, W. **Panorama da Semiótica** – de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

NÖTH, W. **A Semiótica no Século XX**. São Paulo: Annablume, 1996.

RAMOS, P. **Histórias em quadrinhos**: gênero ou hipergênero? IN: Estudos Linguísticos, São Paulo, 38 (3): 355 - 367, set - dez. 2009.

REINALDO, M. A. **Que concepções teóricas de gênero textual estão subjacentes às questões discursivas do ENEM?** XIX Jornada de Estudos Linguísticos, GELNE. Ano 04. Número 01, 2002.

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SILVA, M. **Que é interatividade**. Boletim técnico do Senac. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, maio/ago. 1998. p. 27-35.

Heterogeneidade Discursiva em Textos Jornalísticos sobre o Movimento Caldeirão: a cobertura do jornal *O Povo* (1934-1938)

Benedita França Sipriano¹

João Batista Costa Gonçalves²

¹Especialista em Ensino de Língua Portuguesa

pela UECE

²Orientador

O Caldeirão foi uma experiência de organização social, ocorrida na década de 1930 no Cariri cearense. O movimento teve a liderança do beato José Lourenço, agricultor, negro, paraibano, que chegou ao Cariri cearense no auge das romarias a Juazeiro do Norte, no final do século XIX. Motivado por uma religiosidade própria do sertanejo, o povo do Caldeirão construiu uma forma de organização social igualitária. Todos trabalhavam para o bem comum e cada um recebia de acordo com as suas necessidades. Os grupos de poder viram em tal experiência uma ameaça à “ordem” e, sob acusações como heresia, fanatismo e comunismo, o movimento foi reprimido, em 1936 e 1937, pelas forças do Governo, com o apoio da Igreja Católica e das elites da região²¹.

²¹ Cabe destacar que a experiência comunitária do sítio Caldeirão está no rol de outros movimentos religiosos populares que representaram uma alternativa ao problema da questão agrária brasileira, a exemplo de Canudos, Contestado e Pau de Colher. Esses movimentos populares foram reprimidos pelas camadas dominantes e acabaram simplificados como “banditismo”, “misticismo”, “fanatismo” e “desordem”. Porém, tais atribuições objetivaram mascarar as motivações materiais que geraram a constituição dessas experiências de organização social.

O Caldeirão teve grande repercussão na imprensa da época. As tensas relações e os conflitos entre diversos agentes sociais se materializaram nas páginas dos jornais. Alguns questionamentos iniciais são motivadores da presente pesquisa: na cobertura da imprensa sobre o Caldeirão, havia espaço para vozes dissonantes, questionadoras do discurso oficial que justificou a destruição do movimento, ou predominavam sentidos hegemônicos, ligados aos grupos de poder? É possível identificar, a partir da materialidade linguística, índices que assinalem a presença das vozes desses diferentes grupos sociais em conflito?

O discurso jornalístico está situado historicamente e é palco de embates ideológicos, da tensa relação dominação versus resistência dos vários agentes sociais. Entretanto, os processos históricos que constituem os sentidos do discurso jornalístico nem sempre são levados em conta e os jornais são lidos, muitas vezes, como “espelhos da realidade”, como fontes de uma “verdade histórica”. Analisar o discurso jornalístico sobre o Caldeirão significa, portanto, levar em conta as condições históricas e as relações de poder em cena na sociedade da época, os diversos confrontos – representativos de diferentes posições sociais – que se materializam nesse discurso.

Neste trabalho, analisamos a cobertura do jornal *O Povo* sobre o movimento Caldeirão, em textos publicados no período de 1934 a 1938. Esse período se justifica por ser o momento de maior visibilidade do movimento na imprensa, pois nessa época o sítio Caldeirão foi invadido e destruído e, posteriormente, houve sério confronto entre remanescentes do Caldeirão e militares na Serra do Araripe, o qual teve grande repercussão na imprensa e foi reprimido pelas autoridades.

Tomando como referencial teórico a proposta de Authier-Revuz (1990; 2004) sobre heterogeneidades enunciativas, articulando-a com o trabalho de analistas do discurso, como Maingueneau (1997; 2001), e de estudos sobre o discurso da imprensa (BENITES, 2002; MARIANI, 1999), analisamos a construção da heterogeneidade discursiva nos textos jornalísticos sobre o Caldeirão²².

De acordo com Mesquita e Rosa (2010), foi mediante a noção de heterogeneidades enunciativas, de Authier-Revuz, que a Análise do Discurso vislumbrou aporte teórico-metodológico para a análise do primado teórico do outro²³ na discursividade. Por meio da articulação dos conceitos de heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada (marcada e não-marcada), a autora contribui para uma análise linguística do funcionamento do heterogêneo na linguagem, que se manifesta no discurso.

A construção do discurso jornalístico é marcada pelo contexto histórico-social. Assim, são produzidos múltiplos sentidos a partir das diversas posições sociais em conflito em dado momento histórico (MARIANI, 1999). O apagamento de todo esse processo tem uma eficácia ideológica grande, pois garante a legitimidade do discurso jornalístico como expressão da verdade. No que se refere à escrita da história, o discurso jornalístico é palco de acirrados conflitos que contribuem para a constituição da memória histórica oficial.

22 Neste trabalho, a partir da articulação entre os conceitos propostos por Authier-Revuz com demais abordagens teóricas acerca da construção heterogênea do discurso, utilizamos, indistintamente, os termos heterogeneidade enunciativa e heterogeneidade discursiva.

23 Conforme Mesquita e Rosa (2010, p.137), o *outro* "refere-se ao exterior que constitui o sujeito – vozes outras, sujeitos outros, discursos sócio-histórica e ideológico-culturalmente constituídos, anteriores e exteriores aos sujeitos – o social que o constitui. Ao passo que, o *Outro* (em maiúsculo) reporta-se ao inconsciente, às manifestações do desejo e injunções do inconsciente sob forma de linguagem".

O discurso jornalístico, em resumo, funciona desambiguizando o mundo, construindo modelos de compreensão da realidade. Daí seu caráter ideológico: por contribuir na construção das evidências, a imprensa atua no mecanismo de naturalização e institucionalização dos sentidos, apagando alguns processos históricos em detrimento de outros. A imprensa, então, ajuda a construir/ desconstruir a memória histórica oficial num processo que para o leitor comum passa despercebido (MARIANI, 1999, p.112).

Durante muito tempo, o discurso oficial que justificou a destruição do Caldeirão foi legitimado como a verdade dos fatos. Na historiografia oficial, o beato José Lourenço era representado como um fanático, explorador da ignorância popular. Anos mais tarde, o Caldeirão volta a despertar interesse de pesquisadores que lançam um novo olhar sobre a história do movimento. A partir dos relatos de remanescentes do Caldeirão, surgiram vozes dissonantes daquele discurso oficial²⁴. A experiência comunitária liderada pelo beato José Lourenço tornou-se um referencial para os movimentos agrários. Em 1986, quando completaram 50 anos da destruição do Caldeirão, aconteceu o lançamento do documentário “O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto”, de Rosemberg Cariry, que apresenta o Caldeirão como um movimento de luta dos trabalhadores rurais pela terra.

24 No que se refere à produção acadêmica sobre o movimento Caldeirão, cabe destacar o trabalho pioneiro do historiador Régis Lopes Ramos, que publicou, em 1991, o livro *Caldeirão* (reeditado em 2011, pelo Instituto Frei Tito/ NUDOC - Núcleo de Documentação Cultural da UFC). A partir da história oral, o autor traz a voz dos remanescentes do movimento, as quais haviam sido silenciadas pela historiografia tradicional e pela imprensa da década de 1930. O autor destaca que, durante muito tempo, uma das poucas fontes de pesquisa sobre o Caldeirão eram os jornais da época, que representavam a versão oficial dos acontecimentos. Outro trabalho sobre o Caldeirão que merece destaque é o livro *Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão*, do sociólogo Domingos Sávio Cordeiro, publicado em 2004. A pesquisa é fruto da dissertação de mestrado intitulada *Memórias e narrativas na construção de um líder*, defendida no ano de 2002, no curso de Sociologia da Universidade Federal do Ceará. No trabalho, por meio de pesquisa de campo, o autor colheu relatos de remanescentes do Caldeirão e de pessoas que viveram na época do movimento, com o intuito de refletir sobre a construção das diversas narrativas existentes sobre o beato José Lourenço.

Desde 2000, todos os anos, as pastorais sociais da Diocese do Crato realizam, no mês de setembro, no sítio Caldeirão, no Crato, a Romaria das Comunidades, que tem como objetivo resgatar essa história de luta pela terra. Em 2002, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aprovou a criação do Dia Estadual em Memória da Comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. O dia comemorativo é 10 de setembro, data da invasão e destruição do sítio em 1936. Em 2005, o sítio Caldeirão foi tombado como Patrimônio Histórico Cultural, a partir de proposta elaborada pela Coordenação de Patrimônio Histórico Cultural, da Secretaria de Cultura do Estado. No ano de 2006, o Museu do Ceará organizou a exposição permanente “Caldeirão 80 anos”, para lembrar a história de luta daqueles trabalhadores no ano em que completaram oitenta anos de criação da comunidade, setenta anos de sua destruição e sessenta anos da morte do beato José Lourenço, no sítio União, em Exu, Pernambuco, onde se refugiou depois que cessaram as perseguições.

1 O MOVIMENTO CALDEIRÃO E O BEATO JOSÉ LOURENÇO

Um dos romeiros que chega a Juazeiro do Norte, no auge das peregrinações à terra de Padre Cícero Romão Batista²⁵, é o paraibano José Lourenço Gomes da Silva, futuro líder do movimento popular do Caldeirão.

25 Em Juazeiro do Norte, Ceará, teria ocorrido, em 1889, um fato que mudaria a vida daquele lugarejo: o chamado “Milagre de Juazeiro”. Contam as narrativas em torno desse fenômeno que Padre Cícero dava a comunhão a um grupo de beatas e a hóstia teria se transformado em sangue na boca da beata Maria do Araújo. Esse fato teria se repetido várias vezes. Muitas pessoas testemunharam o ocorrido e o boato se espalhou. A notícia do milagre atraiu gente de todo o país. A imprensa ficou em polvorosa. Iniciaram-se, assim, as romarias a Juazeiro, “a terra da Mãe de Deus”. A respeito das origens do fenômeno religioso de Juazeiro do Norte, ver Della Cava (1976).

Segundo Cordeiro (2004), por volta de 1894, José Lourenço é encaminhado pelo padre Cícero ao sítio Baixa Dantas, na zona rural do Crato, na condição de arrendatário. A princípio, ele vai apenas com sua família, mas logo outros romeiros se juntam ao trabalho e começam a formar uma pequena comunidade rural.

Mais tarde, o beato José Lourenço e sua gente partem para as terras do Caldeirão, de propriedade de padre Cícero, uma região semiárida, no sopé da Chapada do Araripe. Eles chegaram ao Caldeirão em 1926, prepararam o terreno para o plantio e se reuniram para o trabalho comunitário. Com o tempo, os esforços começam a dar resultados e o Caldeirão floresce, ficando cheio de plantações. A comunidade prospera e cresce, tornando-se um refúgio para o povo miserável. Chegavam ao sítio muitos trabalhadores rurais e suas famílias fugindo do esquema de exploração a que eram submetidos nas fazendas da região. Segundo relatos de remanescentes da comunidade, o Caldeirão era um lugar de “trabalho e oração”²⁶.

De acordo com Ramos (1991), principalmente após a seca de 1932, quando a comunidade do Caldeirão socorreu flagelados que lá chegaram, levas de trabalhadores rumaram para o sítio. O crescimento do movimento assusta a Igreja, o Estado e os proprietários de terras. Os latifundiários viam perder sua mão de obra barata, pois os trabalhadores, ao invés de se submeterem à exploração servil nas fazendas da região, iam trabalhar no Caldeirão, onde o sistema econômico era coletivo

26 Luitgarde Cavalcante Barros, em seu trabalho *A Terra da Mãe de Deus* (1988), traz uma importante discussão sobre os embates entre o catolicismo popular – compreendido como uma expressão da ideologia das classes dominadas – e a Igreja Oficial; e o papel dos beatos e santos do povo, a exemplo do beato José Lourenço e Antônio Conselheiro, como produtores de uma ideologia que traz uma nova concepção de mundo, através da mensagem cristã. Para a autora, a constituição de comunidades religiosas representa a práxis da ideologia cristã, uma reação a miséria e privações por que passavam as camadas populares.

e igualitário. Para o Estado, a comunidade poderia representar um foco de insurreição, uma “célula comunista”. A Igreja, em sua perseguição às práticas do catolicismo popular, via a experiência do Caldeirão como um ultraje, um ato de fanatismo que fugia ao seu controle e deveria ser combatido.

Após a morte de padre Cícero, em julho de 1934, a perseguição ao povo do Caldeirão aumentou, pois o sítio não ficou como herança para o beato José Lourenço e seus seguidores, mas sim para a Ordem de São Francisco de Sales, os Salesianos.

Em setembro de 1936, o Caldeirão foi invadido por forças militares que tinham a missão de destruir a comunidade. Com a invasão ao sítio, os camponeses entregaram as únicas armas que tinham: foices, enxadas, machados, seus instrumentos da luta diária com a terra. De acordo com Barros (1937), diante da pacífica resistência dos caldeirenses, os militares resolveram destruir as casas e se apropriar dos bens da comunidade.

Os caldeirenses foram expulsos do sítio, outros foram torturados e presos, levados para Fortaleza. Grande parte dos camponeses se dispersou e teve que buscar auxílio de parentes e amigos, outra parte se refugiou na chapada do Araripe. No Caldeirão, a polícia deixou um destacamento militar para “manter a ordem” e impedir a reorganização da comunidade religiosa.

Muitos trabalhadores se refugiaram entre as regiões conhecidas como Mata dos Cavalos e Curral do Meio, na Serra do Araripe. Eles acamparam em meio à floresta e se abrigaram de forma improvisada. Nesta região, em maio de 1937, acontece o confronto entre militares e remanescentes do Caldeirão. Dos sete militares que travaram luta com os romeiros, apenas três escaparam com vida.

Foi o estopim; as primeiras páginas dos jornais estampavam a tragédia: “a chacina cometida, na Serra do Araripe, pelos fanáticos do Caldeirão”. A sociedade fica em pânico. O espírito corporativista da polícia exige uma reação imediata. Fortaleza chora os militares mortos, que são representados como heróis, vítimas de uma emboscada dos “sanguinários fanáticos”. Foram enviadas para a Serra fortes equipes do exército e da polícia. O número de vítimas da violência policial na Serra do Araripe é bastante controverso²⁷. Enquanto isso, a imprensa ecoava um discurso hegemônico que justificava a limpeza e dizimação do “antro de fanáticos”²⁸.

2 O JORNALISMO CEARENSE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

Conforme Geraldo Nobre (1974), no começo do século XX,

o jornalismo cearense ainda traz a notícia como um complemento do debate político, que se expressa tanto na assembleia, como nas folhas, denominação mais apropriada, para os jornais de então, com suas quatro páginas, das quais as duas últimas geralmente tomadas por anúncios (p. 128).

27 Muitos estudiosos afirmam que houve uma chacina na Serra do Araripe, inclusive com bombardeio aéreo, que teria matado centenas de camponeses. Entretanto, recentemente, esta versão vem sendo questionada. Conforme o Prof. Dr. Domingos Sávio Cordeiro, da Universidade Regional do Cariri (URCA), as pesquisas feitas em livros, monografias, trabalhos publicados em congressos nacionais e internacionais e, principalmente, os depoimentos dos remanescentes da comunidade do Caldeirão revelam que ‘não houve o massacre’: “não há documentos, resquícios arqueológicos, nem registro de depoimentos orais que confirmem a versão da suposta chacina” (CORDEIRO, 2013). Essas informações foram enviadas pelo Departamento de História da URCA ao Ministério Público Federal, em um processo de investigação do suposto massacre do Caldeirão (VINCELMO, 2011).

28 O beato José Lourenço sobreviveu a esses confrontos. Ele faleceu no dia 12 de maio de 1946, no sítio União, em Exu, Pernambuco.

Assim, uma linha mais informativa tem início com a publicação do *Correio do Ceará*, em 1915, e a iniciativa de trazer edições maiores, de 8 a 16 páginas, coube ao jornal *O Ceará*, que circulou de 1925 a 1930.

Manter um jornal não era uma tarefa simples e, na grande imprensa, muitas publicações tiveram duração efêmera. Na década de 1920, para chamar a atenção dos leitores, os principais jornais da capital afixavam suas manchetes nos quiosques da Praça do Ferreira, onde o povo se juntava para ver a chegada de mais um “placar”, que eram “os títulos das matérias pregadas a bom grude em uma tabuleta de madeira. Espécie de vitrine do que continha na edição” (GIRÃO, *O Povo*, 7/1/1978). Em momentos como esse, propagavam-se as notícias dos jornais para além do público-leitor, a partir dos comentários e conversas sobre os assuntos em pauta.

No fim dos anos 1920, um novo placar chegou à praça, era o Jornal *O Povo*, fundado por Demócrito Rocha, em 7 de janeiro de 1928, em plena efervescência do “movimento revolucionário”, que contestava as oligarquias dominantes. Em 1922, Juarez Távora – um dos articuladores da Revolução de 30 no Norte e Nordeste do país – fundou o jornal *A Tribuna*, que era porta-voz do movimento tenentista. Também em 1922, a Diocese de Fortaleza criou seu órgão de divulgação, o jornal *O Nordeste*, que circulou até 1967; extremamente conservador, foi o porta-voz da Liga Eleitoral Católica (LEC), que reergueu ao poder do Estado os grupos ligados às antigas oligarquias agrárias “decaídas” com a Revolução de 30. Com as consequências da declaração do estado de sítio, decretado pelo presidente Arthur Bernardes, o jornal *A Tribuna* acabou sendo fechado. Neste período surgiram ainda outros jornais, como o Jornal do Comércio, fundado em 1924 e fechado em 1930. Em

1927, foi fundado o jornal *Gazeta de Notícias*, que, mais tarde, foi incorporado ao *O Povo*. Em 1936, o jornal *O Estado* surge como mais um órgão partidário.

No Ceará, em meados da década de 1920, a classe média, a intelectualidade e os militares compunham o grupo dos chamados “revolucionários”, que lutavam contra a República Velha, representativa do domínio das tradicionais oligarquias agrárias. O jornal *O Povo* aparece como um dos porta-vozes da reação ao velho regime. É bastante significativo que inicialmente, no logotipo do jornal, a letra “P” formasse a imagem de um chicote²⁹, que representaria a luta contra as injustiças, o poder dos coronéis. Até mesmo o nome “O Povo” foi escolhido por meio de um concurso e simboliza que o jornal seria porta-voz da luta democrática. O editorial da primeira edição d’O Povo, num tom panfletário, revela quais seriam os propósitos do jornal.

O jornal é do vulgo [...]

O Povo necessita de mais gritos que o estimulem, de mais vozes que lhe falem ao sentimento.

Eis porque surgimos. [...]

O POVO é, pois, uma bateria descoberta para os embates francos e leais, na arena da imprensa (*O Povo*, 7 de janeiro de 1928).

Com um discurso liberal-democrático, *O Povo* apresenta-se como um opositor das velhas tradições políticas. Um ano antes da criação do jornal, o seu fundador, Demócrito Rocha, envolvido no movimento em contestação às oligarquias dominantes, junto com outros membros da classe média urbana cearense; jornalistas, intelectuais, estudantes, organizaram o

²⁹ Esse logotipo ilustra a marca *O Povo* durante 8 anos. Um novo cabeçalho aparece na edição de 4 de novembro de 1936.

Partido da Mocidade, que se proclamava contra o latifúndio e a favor da moralização do processo eleitoral (MONTENEGRO, 1980).

Depois da derrubada da República Velha, quando, no Ceará, despontavam as disputas políticas entre a LEC, Liga Eleitoral Católica – partido ligado à igreja Católica e às tradicionais oligarquias- e o PSD, Partido Social Democrático, o jornal *O Povo* torna-se porta-voz deste partido, de discurso modernizador e composto pelas elites cearense apoiadoras do movimento de 30; militares e grupos oligárquicos ligados a Fernandes Távora. A LEC saiu vitoriosa em sucessivos pleitos, inclusive com a eleição, em 1935, de Menezes Pimentel para o Governo do Estado.

Nas décadas de 1920 e 1930, o Brasil fervilhava com a repercussão de acontecimentos políticos que culminaram; primeiro com a derrubada da República Velha, e mais à frente, com o golpe do Estado Novo. Todos esses conflitos vão estar presentes nas páginas dos jornais. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, são adotadas uma série de medidas para manter a “ordem pública” e a “coesão nacional”. A pretexto de combater os “inimigos da Pátria”, o Governo tomou medidas repressivas, como a promulgação, em 1935, da Lei de Segurança Nacional, que “definia, com severidade, os crimes contra a ordem social e política” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 104).

Estava decretado o clima de “caça às bruxas”, principalmente em perseguição aos acusados de comunismo, mas, na verdade, contra todo aquele que pudesse representar uma ameaça à ordem estabelecida. No que se refere à mídia e à propaganda, o Governo Vargas vai dar ênfase à publicidade das ações do Estado, com a criação de órgãos específicos, que buscavam

formar uma imagem positiva do Governo junto à opinião pública, a exemplo do Departamento Oficial de Propaganda (DOP) e do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, criando em 1934. Essa preocupação do Estado com o controle dos meios de comunicação culmina com o monopólio e censura à mídia de todo o País, por meio da instalação do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939.

O Caldeirão foi destruído neste período (1936-1937) quando o Ceará estava sob a administração de Menezes Pimentel e o Brasil vivia a iminência de um longo período ditatorial no país, que se efetivou a partir do golpe do Estado Novo, em 1937.

3 HETEROGENEIDADES ENUNCIATIVAS: A PROPOSTA DE AUTHIER-REVUZ

3.1 Princípios Teóricos e Contribuição para a Análise do Discurso

O pressuposto da natureza heterogênea do discurso se opõe a uma concepção de linguagem como estrutura fechada, homogênea, desvinculada de relação com a exterioridade. Numa perspectiva que considera a linguagem como heterogênea, o exterior, o outro, está inscrito no discursivo e dele é constitutivo. Conforme Brandão (1996), a heterogeneidade liga o “Mesmo do discurso” com o seu Outro, permite a inscrição no discurso daquilo que se costuma chamar seu “exterior”.

A concepção de heterogeneidade se fundamenta em princípios como o dialogismo bakhtiniano, segundo o qual toda palavra dialoga com um já-dito, com palavras anteriores, em uma “corrente ininterrupta” da comunicação verbal. “Ne-

nhuma palavra é “neutra”, mas inevitavelmente “carregada”, “ocupada”, “habitada”, “atravessada” pelos discursos nos quais viveu sua existência socialmente sustentada” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27).

A linguista Authier-Revuz traz significativa contribuição para a análise do Outro na discursividade, a partir de seus estudos acerca das heterogeneidades enunciativas (1990; 2004). A noção de heterogeneidade trabalhada pela referida autora se fundamenta na problemática do dialogismo e da polifonia, de Mikhail Bakhtin, na concepção de interdiscurso (desenvolvida pela Análise do Discurso) e na abordagem do sujeito e de sua relação com a linguagem, na releitura de Freud por Lacan.

Authier-Revuz parte, portanto, de pressupostos teóricos que questionam uma concepção de linguagem “monológica” (e desvinculada de relação com a exterioridade) e de sujeito discursivo como “fonte e senhor do seu dizer”.

Conforme já dito, a autora retoma o dialogismo bakhtiniano, segundo o qual, “as palavras são, sempre e inevitavelmente, ‘as palavras dos outros’”. De acordo com Bakhtin, toda fala dialoga com falas que a precedem e a sucedem, formando um elo da cadeia da comunicação verbal. Assim, toda fala se configura a partir de sua relação com o outro, pois está repleta de “ecos e lembranças de outros enunciados aos quais está vinculada no interior de uma esfera comum da comunicação verbal” (BAKHTIN, 2006, p. 317).

Segundo a autora, as discussões desenvolvidas por Mikhail Bakhtin, em especial os conceitos de dialogismo e polifonia, tornam problemática a concepção de sujeito do discurso carregado de “intenção”. Conforme Authier-Revuz (2004, p.69), “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado

pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O *outro* não é um *objeto* (exterior do *qual* se fala), mas uma *condição* (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte primeira desse discurso”.

A questão do sujeito é central na produção teórica de Authier-Revuz. A autora, a partir da psicanálise, reafirma um contraponto a uma concepção de sujeito como fonte autônoma do discurso e do sentido. Fundamentada na releitura de Freud por Lacan, nos estudos acerca do inconsciente, Authier-Revuz articula as concepções de discurso heterogêneo e sujeito dividido.

Sempre sob as palavras “outras palavras” são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar indícios da “pontuação inconsciente” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28).

Nessa perspectiva, o discurso é atravessado pelo inconsciente e o sujeito é compreendido como efeito da linguagem e não como uma entidade uniforme, exterior ao discurso. Assim, o sujeito - ao contrário de ser homogêneo e centro do dizer - é descentrado, clivado, dividido. Segundo a autora, Freud considera que a descoberta do inconsciente pelo sujeito gerou uma “ferida narcísica”, pois este não é mais “senhor de sua morada”. O que, de fato, Freud coloca é que **não há centro** para o sujeito fora da ilusão e do fantasmagórico, mas que é função desta **instância do sujeito que é o eu** ser portadora desta ilusão necessária (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29).

Dessa forma, o sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu “dizer”, ou seja, desconhece que o seu discurso é travessado pelo inconsciente e por outros discursos. “O sujeito é do-

minado pelo interdiscurso e é clivado pelo inconsciente, num processo em que, tanto o interdiscurso quanto o inconsciente, constituem, de maneira determinante, o sujeito” (MESQUITA; ROSA, 2010, p. 133). Nesta perspectiva, a autora se fundamenta, ainda, na concepção de interdiscurso, já que, seus estudos consideram que, constitutivamente, no sujeito e no discurso está o outro, com toda a historicidade inscrita nos processos discursivos. “Não é senão *em relação* aos outros discursos, *no* ‘meio’ que eles formam e ‘com’ eles, que se constrói todo discurso; os outros discursos são seu ‘exterior constitutivo” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 36)³⁰.

3.2 Heterogeneidade Constitutiva

O conceito de heterogeneidade constitutiva dialoga com outros conceitos que consideram a natureza heterogênea da linguagem, tais como polifonia, dialogismo e interdiscurso. Assim, a heterogeneidade constitutiva reafirma o pressuposto do discurso como atividade dialógica, interativa. Dessa forma, em toda fala, existe a presença do outro. Segundo Authier-Revuz (1990; 2004), esse caráter heterogêneo do discurso é constitutivo, ou seja, não existe discurso que não seja atravessado por outros discursos.

³⁰ O conceito de heterogeneidade enunciativa é retomado nos estudos do discurso em teóricos como Norman Fairclough (2001) e Dominique Maingueneau (1997; 2001). Fairclough (2001) trabalha a heterogeneidade a partir do conceito de intertextualidade, termo criado por Júlia Kristeva (1986) com base nos pressupostos teóricos de Mikhail Bakhtin. Tomando como referência o trabalho dessa autora e o pressuposto do dialogismo bakhtiniano, Fairclough distingue intertextualidade manifesta e intertextualidade constitutiva (reportando-se, ainda, aos conceitos de heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, propostos por Authier-Revuz). Maingueneau (1997) retoma os conceitos de heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, de Authier-Revuz, e desenvolve o primeiro a partir da apresentação de análise de fenômenos como a polifonia (na perspectiva de Oswald Ducrot), a pressuposição, o discurso relatado, as palavras entre aspas, a negação, o metadiscurso do locutor, a parafrasagem, o discurso indireto livre e a ironia. Na análise da heterogeneidade constitutiva, o autor relaciona esse conceito ao de interdiscurso.

A heterogeneidade constitutiva, porém, não deixa marcas, vestígios, na superfície textual. A alteridade não é revelada explicitamente, permanece no interdiscurso. Assim, não é possível identificar esse tipo de heterogeneidade a partir da análise dos elementos linguísticos. Trata-se de um pressuposto, uma condição de existência de toda atividade discursiva.

A língua só se realiza atravessada pelas variedades de discurso que se relativizam umas às outras em um jogo inevitável de fronteiras e de interferência; nenhuma palavra vem neutra “do dicionário”; elas são todas “habitadas” pelos discursos em que viveram “sua vida de palavras”, e o discurso se constitui, pois, por um encaminhamento dialógico, feito de acordos, recusas, conflitos, compromissos... (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 68).

Assim, a autora fundamenta-se no princípio do dialogismo bakhtiniano e nos estudos de Lacan acerca do sujeito e sua relação com a linguagem. Nessa perspectiva, o sujeito não é detentor do sentido nem fonte do dizer, pois, constitutivamente, é perpassado por outros dizeres, outros discursos. Entretanto, na perspectiva da Psicanálise, é próprio da constituição do sujeito o ‘eu’ manter a ilusão de ser o centro.

Somente algo que já foi dito, que vem pela memória e por outros dizeres entra no campo do dizível. Assim, o sujeito não é senhor de suas palavras, pois as palavras são sempre as palavras de outros. No entanto, o sujeito pensa ter acesso ou controle sobre o modo como os sentidos nele são constituídos. O sujeito, portanto, “esquece” o Outro que diz anteriormente e cujo dizer ele retoma. Por isso seu dizer é constitutivamente heterogêneo (MESQUITA; ROSA, 2010, p. 136).

Segundo Authier-Revuz, toda fala é determinada de fora da vontade do sujeito, pois a exterioridade está **no** interior

do sujeito. Ou seja, constitutivamente, no sujeito e no seu discurso, está o Outro.

3.3 Heterogeneidade Mostrada

A heterogeneidade mostrada inscreve o outro na materialidade linguística. A alteridade se apresenta e pode ser identificada por meio de análise. A heterogeneidade mostrada quebra a aparente unicidade do processo discursivo e assinala a presença do outro no nível da frase ou do discurso. Authier-Revuz propõe duas formas desse tipo de heterogeneidade: marcada e não-marcada.

A heterogeneidade mostrada marcada traz a inscrição do outro de forma explícita, apresenta marcas linguísticas, no nível do enunciado, que podem ser detectadas e recuperadas pela análise. Algumas das manifestações de formas marcadas são o discurso direto, o discurso indireto, as aspas e a entonação. Nos textos do nosso corpus, vamos analisar, por exemplo, o uso das aspas, presentes em algumas matérias, na palavra beato, que marcaria a presença do outro no discurso.

As formas não-marcadas de heterogeneidade mostrada são mais sutis, sem visibilidade e sem marcas unívocas da presença do outro. Os índices não estão explícitos na materialidade linguística. Ocorre, por exemplo, no discurso indireto livre, na ironia, nas metáforas, no pastiche e nos jogos de palavras. “No grupo das formas marcadas, há modos explícitos da presença do discurso do outro por meio de marcas na língua. No grupo das formas não-marcadas, essas marcas não são explícitas, não aparecem, cabendo, portanto, ao receptor o reconhecimento ou interpretação da presença de um outro discurso” (MESQUITA; ROSA, 2010, p. 135).

Segundo Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade mostrada assinala formas linguísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso. Assim, esses dois tipos de heterogeneidade são articulados, interligados. A primeira está no campo da constituição do discurso e a segunda, no campo da representação. “Ao nível da cadeia do discurso, localizar um ponto de heterogeneidade é circunscrever este ponto, ou seja, opô-lo por diferença do resto da cadeia, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido etc.” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 30).

Por meio da heterogeneidade mostrada, pode-se perceber a tentativa do sujeito de estabelecer uma distância com o seu discurso, reafirmando a ilusão de ser o centro do dizer, de ter o controle sobre o processo discursivo.

Nas formas marcadas, fica clara a presença da exterioridade (assinalada por um fragmento que quebra a linearidade da cadeia discursiva) e também do enunciador, o qual se coloca como observador e acredita que controla o funcionamento do discurso.

As formas marcadas de heterogeneidade mostrada representam uma negociação com as forças centrífugas, de desagregação, da heterogeneidade constitutiva: elas constroem no desconhecimento desta, uma representação da enunciação, que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que discurso possa ser mantido (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32).

Conforme Authier-Revuz (1990; 2004), embasada pela Psicanálise, essa distância do “objeto”, esse “desconhecimento” do caráter heterogêneo da linguagem, é uma tendência normal e necessária para a constituição do sujeito. Entretanto, a tentativa

de encobrir a heterogeneidade constitutiva deixa fissuras, brechas, e esta acaba se manifestando exatamente onde tentaram encobri-la.

A autora afirma que as diversas formas de heterogeneidade mostrada em sua relação com a heterogeneidade constitutiva remetem ao corpo do discurso e ao sujeito. Nas formas marcadas (discurso direto, discurso indireto, glosa, etc.), há uma suposta proteção e um distanciamento na relação sujeito versus discurso; já nas formas não marcadas (ironia, metáfora, discurso indireto livre, etc.), a negociação com a heterogeneidade constitutiva se dá de forma mais “arriscada”, pois ocorre a dissolução do “outro no um”. Conforme Brandão (1996):

A partir da análise das marcas explícitas da heterogeneidade mostrada, articulada com a heterogeneidade constitutiva da linguagem, tomando como apoio teórico as colocações do círculo de Bakhtin e da psicanálise, Authier-Revuz vê uma espécie de negociação entre as duas formas de heterogeneidade. Impossibilitado de fugir da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, o falante, ao explicitar a presença do outro através das marcas da heterogeneidade mostrada, expressa no fundo de seu desejo de dominância. Isto é, movido pela ilusão do centro, por um processo de denegação em que localiza o outro e delimita o seu lugar, o falante pontua o seu discurso, numa tentativa de circunscrever e afirmar o um (BRANDÃO, 1998, p. 56).

Em seus trabalhos, a Authier-Revuz dá ênfase à análise da heterogeneidade mostrada marcada, pois esta assinala o caráter heterogêneo na superfície discursiva, ou seja, apresenta formas linguisticamente descritíveis.

4 ANÁLISE DA HETEROGENEIDADE DISCURSIVA NA COBERTURA DO JORNAL *O POVO* SOBRE O MOVIMENTO CALDEIRÃO

O movimento Caldeirão teve significativa visibilidade na imprensa cearense, principalmente na década de 1930, período central que abrange desde o crescimento da comunidade até a sua destruição, ocorrida nos anos de 1936 e 1937. Na pesquisa hemerográfica³¹, encontramos textos em diversos jornais, da Capital e do Interior, entre eles: *O Estado*, *Gazeta de Notícias*, *O Crato*, *O Nordeste*, *O Vagalume*, *Unitário*, *Correio do Ceará* e *O Povo*³². Destes, o jornal *O Povo*, continua em circulação e teve a cobertura mais abrangente sobre o assunto. De 1934 a 1938, encontramos no jornal *O Povo* 19 textos relacionados ao Caldeirão, que constituem o corpus desta pesquisa e aos quais temos acesso, inclusive em versão digital³³.

Durante muito tempo, a História recorreu aos textos jornalísticos como fonte documental de grande credibilidade. Entretanto, os textos jornalísticos não podem ser lidos como registros precisos e objetivos, pois é necessário analisar as con-

31 Refere-se ao conjunto de jornais pesquisados.

32 Nossa pesquisa sobre o movimento Caldeirão vem sendo desenvolvida há alguns anos. No ano de 2003, no curso de Comunicação Social da UFC, apresentamos monografia, na qual estudamos a polifonia no discurso jornalístico sobre o Caldeirão. Em 2007, na conclusão do Curso de Letras da UECE, produzimos artigo científico intitulado: “A Irmandade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: o dramático como denúncia do conflito social”, em que analisamos texto teatral de Oswald Barroso. Em 2011, concluímos o curso de Especialização em Ensino de Língua Portuguesa, na UECE, com apresentação de monografia em que estudamos a heterogeneidade discursiva em textos jornalísticos sobre o movimento Caldeirão, a qual é a base para a produção do presente artigo.

33 Em 1985, o Núcleo de Microfilmagem da Secretaria de Turismo e Desporto do Ceará organizou uma coletânea de textos jornalísticos referentes ao movimento Caldeirão, publicadas no período de 1934 a 1984, que se encontram disponíveis na Biblioteca pública Menezes Pimentel. Também é possível pesquisar textos publicados sobre o Caldeirão na década de 1930 em outros arquivos, como no Banco de Dados do jornal *O Povo*. Vale destacar que, no presente artigo, analisamos apenas uma amostra desse corpus.

dições históricas, as relações de poder em jogo, no processo de construção do discurso da imprensa.

Nessa perspectiva, neste trabalho, a partir do conceito de heterogeneidade discursiva, analisamos as condições em que o discurso jornalístico sobre o movimento Caldeirão foi produzido. Com ênfase na análise da heterogeneidade mostrada, proposta por Authier-Revuz, fizemos uma análise dos múltiplos sentidos que emergem a partir das tensas relações do contexto histórico-social que se materializam na linguagem. Não se trata, pois, de buscar uma verdadeira versão dos fatos históricos, mas de refletir acerca dos acirrados conflitos sociais, que se materializam no discurso jornalístico. Partindo de uma perspectiva de que não existe uma verdade oculta nos textos, muito menos uma neutralidade, o discurso jornalístico é compreendido como uma remissão a vários outros discursos em conflito na sociedade, o que assinala o caráter heterogêneo da linguagem.

Assim, a partir da busca de índices nos textos (seja por meio das formas marcadas ou não marcadas de heterogeneidade), analisamos a presença desses outros discursos e os efeitos de sentido produzidos. Analisamos marcas da heterogeneidade, tais como o discurso relatado (discurso direto e discurso indireto). Conforme Maingueneau (1997), os discursos direto e indireto são as manifestações mais clássicas da heterogeneidade no discurso. Acerca desses tipos de discurso, Authier-Revuz destaca:

É o outro do discurso relatado: as formas sintáticas do discurso direto e do discurso indireto designa, de maneira unívoca, no plano da frase, um outro ato de enunciação. No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias

palavras, ele remete a um outro como fonte do “sentido” dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação da frase; o locutor se apresenta como simples “porta-voz”. Sob essas duas diferentes modalidades, o locutor dá lugar explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12).

Buscamos, ainda, outras formas de heterogeneidade mostrada presentes na cobertura jornalística do jornal *O Povo* sobre o movimento Caldeirão, tais como a ironia e o uso das aspas. Procuramos investigar, assim, esses mecanismos de distância entre o sujeito e aquilo que ele diz, detectáveis por meio da análise da heterogeneidade mostrada.

Para termos uma visão geral dos textos publicados pelo jornal *O Povo*, e também por uma questão metodológica, dividimos a cobertura do jornal *O Povo* sobre o Caldeirão em três partes. Tal divisão se justifica em função da importância de determinados fatos da historiografia do Caldeirão e a repercussão que tais fatos tiveram na cobertura do jornal *O Povo*.

PARTE I (junho/1934 a março/1935) – Textos publicados antes da invasão ao sítio Caldeirão, ocorrida em setembro de 1936. **(2 textos)**

PARTE II (setembro a novembro/ 1936) – Textos publicados depois da invasão ao sítio Caldeirão/ Antes do confronto na Serra do Araripe entre militares e remanescentes do Caldeirão, ocorrido em maio de 1937. **(2 textos)**

PARTE III (maio/ 1937 a janeiro/1938) – Textos publicados depois do confronto na Serra do Araripe entre militares e remanescentes do Caldeirão, ocorrido em maio de 1937. **(15 textos)**

Nesse levantamento das matérias publicadas sobre o Caldeirão pelo jornal *O Povo*, de 1934 a 1938, pode-se observar a atenção dada pelo jornal a esse movimento, em especial após o choque direto ocorrido com as forças militares, em 1937.

Para nossa análise, que não é quantitativa, vamos nos aprofundar em algumas amostras desse conjunto de textos. Abaixo, seguem algumas das manchetes e datas dos textos analisados³⁴.

PARTE I

- *“O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri” (7/6/1934)*

PARTE II

- *“O Beato do Caldeirão – Com vistas ao Sr. Chefe de Polícia.” (30/9/1936)*

PARTE III

- *“Luta de morte na Serra do Araripe.” (11/5/1937)*

- *“Os acontecimentos na Serra do Araripe.” (12/5/1937)*

- *“Um jornal do Crato localizou nova Concentração de Fanáticos em Meados de Abril.” (12/5/1937)*

- *“Um novo Caldeirão?” (18/5/1937)*

- *“Fanáticos do Caldeirão em Fortaleza.” (21/5/1937)*

- *“Um Grupo de Fanáticos ameaça o Distrito de Iracema – Será o Beato José Lourenço?” (27/11/1937)*

- *“O Beato José Lourenço no Rio Grande do Norte” (29/11/1937)*

- *“O Beato Zélourenço na Bahia?” (13/1/1938)*

- *“O BEATO JOSÉ LOURENÇO NA BAHIA?” (14/01/1938)*

- *“Quinhentos homens do Beato Lourenço – assaltando e matando na Bahia: O Beato não está á frente do bando.” (19/05/1938)*

34 Importante destacar que, neste trabalho, mantivemos a ortografia originalmente utilizada nos textos analisados

Nessa perspectiva, analisamos a heterogeneidade mostrada e sua relação com a heterogeneidade constitutiva, e os efeitos de sentido que daí emergem, em textos selecionados da cobertura do jornal *O Povo* sobre o Movimento Caldeirão, publicados no período de 1934 a 1938.

4.1 PARTE I – Textos publicados antes da invasão ao sítio Caldeirão, ocorrida em setembro de 1936

O primeiro texto publicado no *O Povo* sobre o Caldeirão é um artigo escrito pelo jornalista e farmacêutico cratense José Alves de Figueiredo. Este artigo foi publicado no dia 7 de junho de 1934, quando já havia iniciado a perseguição ao Beato José Lourenço e seus seguidores, por meio de uma campanha difamatória. O artigo, intitulado “O Beato José Lourenço e sua ação no Cariri”, objetiva defender o beato José Lourenço das acusações que vinha recebendo. É um longo texto que foi publicado em toda a página 7 desta edição do jornal *O Povo*.

O texto traz toda a trajetória do beato José Lourenço desde sua chegada ao Juazeiro, depois o trabalho no sítio Baixa Dantas, o episódio do boi Mansinho³⁵ até a construção da comunidade no Caldeirão, fala também sobre a seca de 1932, quando o beato acolheu os retirantes que procuravam o sítio. Este artigo é uma referência para os estudiosos do tema. José Alves, que foi vereador e prefeito do Crato, tinha uma fazenda vizinha ao Caldeirão, era amigo de José Lourenço e, por conta de sua defesa ao beato, chegou a ser preso.

No texto, o beato é apresentado como um homem rude, de mentalidade atrasada, fanático por padre Cícero, porém

35 Quando viviam no sítio Baixa Dantas, José Lourenço e seu povo foram acusados de heresia e fetichismo por, supostamente, adorarem um “boi santo”. A repercussão do fato na imprensa causou a prisão de José Lourenço.

muito trabalhador, honesto, resignado e respeitador da ordem. A seqüência discursiva a seguir abre o artigo:

O beato José Lourenço pertence ao número dos verdadeiros fanáticos do Padre Cícero. Ele é daqueles que vêm na figura do velho patriarca do Joazeiro alguma coisa mais do que um simples sacerdote (O POVO, 7/6/1934).

No decorrer do texto, ouviremos vozes em contraponto ao discurso hegemônico sobre o beato e sua gente. Entretanto, já de início, aparece essa voz em consonância com o discurso oficial, que diz serem fanatismo as crenças da religiosidade do povo, que acreditava na sobrenaturalidade do milagre e na santidade de Padre Cícero. O texto prossegue falando da ida de José Lourenço ao sítio Baixa Dantas, onde foi “viver honradamente da profissão de agricultor”.

Nesse tempo, Joazeiro sofria tenaz perseguição da imprensa, suscitada, em parte, pela interferência de dr. Floro Bartolomeu na política do Estado e, em parte, pela ausência de escrúpulos de alguns jornalistas que visaram assaltar o bolso do padre Cícero.

A lenda do boi santo foi trazida à baila, com os naturais retoques que os caçadores de escândalos tecem por sua conta, sendo José Lourenço apontado, falsamente, como estimulador de um grosseiro fetichismo (O POVO, 7/6/1934).

Nesse trecho, podem-se observar os efeitos de sentidos produzidos, a partir da análise de formas não-marcadas da heterogeneidade mostrada, que se apresenta, neste caso, por meio da ironia.

No trecho, em destaque abaixo, extraído do nosso corpus, percebe-se a ironia presente.

– “A lenda do boi santo foi trazida à baila, com os naturais retouques que os caçadores de escândalos tecem por sua conta, sendo José Lourenço apontado, falsamente, como estimulador de um grosseiro fetichismo” (O POVO, 7/6/1934) (Grifo nosso).

O episódio do “boi santo” marcou o início da perseguição ao beato José Lourenço e sua gente. Durante muitos anos, a historiografia tradicional reproduziu que, no Cariri, fanáticos adoravam o boi “Ápis”. Entretanto, o artigo em análise abre espaço para a construção de outros sentidos, pois considera as implicações ideológicas e políticas desse episódio: a tensa relação entre o deputado Floro Bartolomeu³⁶ e a imprensa da época, ironicamente, nomeados de “caçadores de escândalos”, que, por interesses políticos, acusavam Juazeiro de ser foco de retardamento social. José Lourenço acabou sendo “*apontado, falsamente, como estimulador de um grosseiro fetichismo*”. Floro Bartolomeu, não querendo que fosse reproduzida a imagem de Juazeiro como um “antro de fanáticos” mandou matar o boi e prender o beato.

Ao longo do artigo, é isso que podemos verificar: uma tensa relação entre os sentidos construídos acerca do Beato José Lourenço e o povo do Caldeirão. O texto dialoga com o que foi dito anteriormente sobre o Caldeirão e traz respostas às acusações que o beato e seu povo vinham sofrendo.

No dia 20 de julho de 1934, pouco mais de um mês depois da publicação do artigo de José Alves de Figueiredo no *O Povo*, padre Cícero morre e deixa em testamento as terras do Caldeirão para a Ordem dos salesianos. Os herdeiros legais reivindicaram a posse do terreno. A partir daí, intensificou-se

³⁶ O médico baiano Floro Bartolomeu chegou a Juazeiro do Norte por volta de 1908 e logo se aproximou de Padre Cícero, sobre quem exerceu forte influência política. Teve decisiva atuação política em Juazeiro e em todo o Estado. Foi eleito deputado estadual e federal em mais de um mandato

a campanha de perseguição ao beato e a gente do Caldeirão, que culminou com a invasão e destruição do sítio, ocorrida em setembro de 1936.

4.2 PARTE II- Textos publicados depois da invasão ao sítio Caldeirão/ Antes do confronto na Serra do Araripe entre militares e remanescentes do Caldeirão, ocorrido em maio de 1937

Quando ocorreu a destruição do Caldeirão, em setembro de 1936, o jornal *O Povo* silenciou, não se pronunciou. Apesar da repercussão que teve na sociedade a operação militar de destruição do sítio Caldeirão, a princípio o jornal não publicou nenhum texto sobre a invasão.

Até que, no dia 30 de setembro de 1936, o jornal publicou um texto com a manchete “*O Beato do Caldeirão – Com vistas ao Sr. Chefe de Polícia.*”. A matéria chama a atenção das autoridades do Estado para venda ilegal de bens do beato José Lourenço e do povo do Caldeirão que foram apropriados pela polícia por ocasião da invasão ao sítio.

[...] Como sabe o público desde que a polícia insurgiu contra o “beato”, pondo fim à vida estranha que o mesmo levava naquele sítio, estacionou ali um destacamento, incumbido de manter a ordem e não permitir, certamente, a reorganização do centro de fanatismo e retardamento social que as autoridades cearenses vislumbravam no pacato município. Entretanto, segundo informações que nos têm sido enviadas, o destacamento em apreço está pondo em “leilão” todos os pertences de José Lourenço. Algodão, animais, utensílios domésticos, tudo enfim, é vendido sem a menor formalidade legal, ao mesmo em que destroem casas e se impõem a mudança de domicílio de seus habitantes (O POVO, 30/9/1936).

No trecho as palavras, “beato” e “leilão” aparecem entre aspas, uma marca da busca de distanciamento do sujeito em relação àquilo que diz. Não se tratam aqui das aspas utilizadas no discurso direto para marcar uma alteridade “claramente manifestada pela ruptura sintática entre o discurso que cita e o discurso citado. Nas palavras entre aspas, em compensação, esta ruptura não existe: a expressão aspeada é, ao mesmo tempo, usada e mencionada” (MAINGUENEAU, 1997, p. 89).

Ao longo de todo o texto, a palavra *beato* aparece sempre entre aspas. Essa marca questiona a adequação do uso desse termo, comumente atribuído ao líder do movimento Caldeirão. Assim, elas assinalam, pois, a presença de um outro discurso que critica a pertinência e validade dessa denominação, própria das práticas da religiosidade popular. Vale destacar que os trechos do texto em que o movimento Caldeirão é classificado como *centro de fanatismo e retardamento social* não estão colocados entre aspas, o que assinala a postura do locutor em reafirmar e valorizar a utilização desses termos. Conforme Authier-Revuz (2004), as palavras aspeadas são assinaladas como “deslocadas”, “fora de seu lugar”, pertencendo e adequando-se a outro discurso. Essas marcas indicam, ainda, a tentativa do sujeito de posicionar-se distante do seu discurso, na ilusão de que controla esse processo discursivo, que constitutivamente, é heterogêneo.

Utilizando umas das funções do uso das aspas, propostas por Authier-Revuz, as do texto em análise seriam de “questionamento ofensivo do caráter apropriado de uma palavra”.

Dizer “mentalidades” no lugar de “ideologia” pode ser para um locutor, em determinada situação, prudente, até mesmo obrigatório, para não desencadear um conflito ou simplesmente para se fazer compreender:

a cada vez que um locutor é obrigado a falar com palavras que percebe como impostas pelo exterior, no lugar de suas palavras, que lhe são proibidas, pode defender-se com essas aspas que são de reação ofensiva em uma situação dominada (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 225).

As aspas da palavra “leilão”, no trecho; “*Entretanto, segundo informações que nos têm sido enviadas, o destacamento em apreço está pondo em “leilão” todos os pertences de José Lourenço*”, assinalam certa ironia, pois destacam a inadequação do uso do termo, ao mesmo tempo em que o reafirmam. Os efeitos de sentido construídos levam a um questionamento acerca da atitude das forças policiais que se apropriaram dos bens da comunidade e estavam, em benefício próprio e de forma ilícita, “leiloando”, vendendo, os bens de José Lourenço e do povo do Caldeirão. Inclusive essa atitude da polícia entra em conflito com a voz presente no texto, segundo a qual as forças policiais seriam os “agentes de ordem”. As aspas marcam uma operação de distanciamento, uma suspensão de responsabilidade, e implicitamente remetem a um discurso-outro.

No texto jornalístico em análise, apesar de haver espaço para a construção de sentidos que questionam a ação da polícia, predomina um discurso hegemônico, o qual justifica a destruição do Caldeirão. É tanto que, junto à denúncia da venda ilícita dos bens do beato, na mesma matéria, *O Povo* transcreve um texto, que havia sido publicado no jornal *Correio Paulistano*, de São Paulo, em que predomina um discurso oficial, o qual considera José Lourenço como “herege”, “promíscuo”, “explorador” e uma “ameaça à ordem”.

O “beato” José Lourenço exercia na localidade de Caldeirão completa autonomia e era a única autoridade obedecida, entregando-lhes os fanáticos os pró-

prios haveres. O “beato” possuía um harém composto de 16 mulheres jovens e formosas. A sua mesa era farta e bebidas finas não lhe faltavam.

Mas o “beato” deu a jogar as cristas contra o governo. Ultimamente, afirmam as notícias, o “beato” José Lourenço fazia observações nada simpáticas ao Sr. Getúlio Vargas. E, vai daí, a ruína de José.

Que fizesse milagres, vá.

Que formasse fanáticos, compreende-se; que explorasse a credence sertaneja, tolerasse. Mas meter-se em política contra o governo, isso nunca (O POVO, 30/9/1936).

Assim, o jornal traz explicitamente a presença de um discurso-outro, que reforça o seu posicionamento sobre o movimento Caldeirão. No trecho, “*Ultimamente, afirmam as notícias, o “beato” José Lourenço fazia observações nada simpáticas ao Sr. Getúlio Vargas*”, a marca da presença de outro discurso se apresenta em “*afirmam as notícias*”, ou seja, a informação apresentada tem como fonte as notícias de outros jornais ou mesmo, apenas, os “boatos”, a fala anônima do senso comum. Entretanto, tais informações são apresentadas no texto como fatos, que representam justificativas para a destruição do Caldeirão. É importante destacar a repercussão que poderiam ter textos como esses, publicados em 1936, quando o Brasil estava sob a liderança autoritária de Getúlio Vargas, cujo governo reprimia (em nível nacional e estadual) duramente qualquer foco de “ameaça à ordem”.

Se no texto publicado no jornal *O Povo* em 1934, ainda antes da invasão ao sítio, era possível ver a construção de sentidos que rompem com o discurso oficial sobre o Caldeirão, no texto publicado no dia 30 de setembro de 1936 (após

a invasão), predomina um discurso hegemônico que respalda a destruição do movimento.

4.3 PARTE III – Textos publicados depois do confronto na Serra do Araripe entre militares e remanescentes do Caldeirão, ocorrido em maio de 1937³⁷

Depois da destruição do Caldeirão, muitos trabalhadores que lá viviam se refugiaram na Serra do Araripe. Em maio de 1937, sob o pretexto de que os remanescentes do Caldeirão ameaçavam invadir o Crato e o Juazeiro, a polícia seguiu para a serra, onde houve um violento combate, no qual morreram caldeirenses e militares. A notícia rapidamente se espalhou pela imprensa. Jornais da Capital, do Interior, e de outros estados, deram foco para a “Chacina da Serra do Araripe”. A morte dos militares foi narrada com sensacionalismo e comoção. O Governo do Estado promoveu por ato de bravura, *post mortem*, os militares mortos. A opinião pública pedia uma dura reação, em honra dos “militares chacinados pelos fanáticos do Caldeirão”. A imprensa, através de textos que apelavam para o sentimentalismo e o autoritarismo, ecoava um discurso hegemônico que justificava a limpeza e dizimação do “antro de fanáticos”. O jornal *O Povo* chegou a publicar uma folha-extra no dia do confronto, 10 de maio de 1937, e até janeiro de 1938, publicou mais 13 textos, relacionados ao Caldeirão.

No dia 11 de maio de 1937, a primeira página do *O Povo* estampava como manchete principal: “*Luta de morte na Serra do Araripe*”, que vinha em letras grandes logo abaixo do logotipo do jornal. A matéria continua na página 4. Para contextualizar o assunto, o texto traz os antecedentes sobre o caso.

³⁷ Destacamos que, nesta parte da cobertura do jornal *O Povo*, foram publicadas 15 matérias sobre o Caldeirão, entretanto, neste trabalho, analisamos apenas uma amostra desses textos.

Em setembro do ano findo, conforme é de conhecimento público e acaba de ser divulgado em folheto de autoria do tenente José Góis de Campos Barros, delegado da Ordem Social, a polícia deste Estado atacou a concentração de fanáticos que há tempos se formara no sítio “Caldeirão”, do município do Crato, destruindo-os completamente. Os fanáticos, porém, tiveram tempo de evadir se, internando-se nas fronteiras do Ceará com o estado de Pernambuco (O POVO, 11/5/1937).

O texto refere-se ao relatório feito pelo tenente José Góis de Campos Barros, no qual, através de teorias científicas, o Estado justifica a destruição do sítio Caldeirão. Em abril de 1937, esse relatório foi publicado pelo jornal *O Estado*, na íntegra, ao longo de várias edições. Também foi publicado em livro, sob o título “A Ordem dos Penitentes”. Esta publicação é a versão oficial sobre os acontecimentos e é, com frequência, tomada pela imprensa da época como argumento de autoridade. Nesse sentido, é recorrente, ao longo dessa matéria, o depoimento e a voz das autoridades.

Conforme noticiou “O Estado” de hoje – o sr chefe de polícia recebeu telegrama do deputado Norões Milfont, atualmente, em Crato, comunicando que o “secretário” do beato José Lourenço de nome Sebastião Marinho, ameaçara atacar a fazenda Conceição, a poucas léguas daquela cidade, que também seria visada pelos fanáticos do Caldeirão (O POVO, 11/5/1937).

Esta matéria, publicada no *O Povo* de 11 de maio, é toda construída a partir de fontes oficiais. O texto busca depoimentos da polícia, reproduz telegramas de autoridades e os comunicados entre os militares através do Rádio da Força Pública. Norões Milfont, por exemplo, que é uma das fontes da matéria, era advogado dos Salesianos, herdeiros do Caldeirão, e foi um dos articuladores da destruição da comunidade.

Vale destacar que o fato ocorreu no Cariri cearense e o jornal *O Povo* circulava na capital, então as limitações dos meios de comunicação da época contribuíam para a hegemonia da reprodução de fontes oficiais, as quais eram acessíveis e possuíam credibilidade perante o público-leitor.

A utilização dessas diversas fontes que compõem a fala do jornal assinala, de forma explícita, a presença de outros discursos, que, em consonância, criminalizam os remanescentes do Caldeirão que entraram em choque com a polícia e exaltam a ação militar.

Ainda valendo-se de fontes oficiais, o texto traz, mais uma vez, a voz das autoridades e reproduz comunicados do Rádio da Força Pública que faz uma descrição aterrorizadora da luta.

O capitão José Bezerra lutou muito até não poder mais, porque recebeu uma foçada na nuca que provocou a exposição da massa encefálica. A morte desse oficial foi uma coisa bárbara.

[...] Consta com visos de verdade que o grupo de bandidos se eleva a trezentos homens. O Capitão Cordeiro Neto seguiu agora mesmo de avião, a fim de fazer reconhecimento e tomar as providências que o caso exige (O POVO, 11/5/1937).

E meio a toda a comoção provocada pela morte dos militares, a presença marcada desse discurso oficial favorece a construção de sentidos que justifiquem uma reação enérgica contra os “fanáticos” refugiados na serra. Assim, pela descrição, pode-se inferir que os militares são “bravos heróis que foram massacrados barbaramente por fanáticos”. Na sequência da matéria, são apresentadas as providências oficiais que estavam sendo tomadas para reprimir os “fanáticos”.

Preparada pelo governo do Estado, viajou para o Crato às 14h45min., em trem especial, a 1.B.C. da Força Pública [...] Além dessa força, constituída de 95 praças, com um pelotão de metralhadoras leves e 6 F.M., seguiu ainda uma ambulância, sob a direção do major dr. João Vitorioso.

Minutos antes, o cap. Cordeiro Neto seguiu de avião militar para o Cariri, em companhia do tenente Góis, delegado da Ordem Social, e do tenente Alfredo Dias.

Zarpavam também para o local da luta os aviões “Paraíba”, “Chaco”, e “C 83”, sob o comando do capitão José Macedo [...].

Por determinação do ministro de Guerra, a força federal acantonada neste Estado foi autorizada a prestar auxílio ao governo estadual no combate ao grupo de fanáticos (O POVO, 11/5/1937).

Assim, ao longo da matéria, é reproduzida uma série de telegramas de autoridades e de comunicados das forças policiais que vão tecendo os sentidos construídos acerca do choque entre os refugiados na Serra do Araripe e as forças militares. Conforme Mauro Wolf (1999), a utilização de determinadas fontes, no jornalismo, em detrimento de outras, ocorre em função de diversos fatores, entre eles a “respeitabilidade”.

O fator da respeitabilidade refere-se ao procedimento dos jornalistas, que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade: “presume-se que essas fontes sejam mais credíveis, quanto mais não seja porque não podem permitir-se mentir abertamente e porque são também consideradas mais persuasivas em virtude de as suas ações e opiniões serem oficiais” (GANS, 1979, p.130). Além disso - e no que se refere aos valores/notícia da “importância”, da “integralidade” e do “equilíbrio” - essas fontes afiguram-se neces-

sárias dado que, em relação a questões controversas, representam o ponto de vista oficial (WOLF, 1999, p. 225).

Nesse sentido, a presença desses vários textos (e vozes), oriundos de fontes oficiais, no texto em análise, mostra, na materialidade linguística, a heterogeneidade do discurso jornalístico sobre o movimento Caldeirão. Dessa forma, vão se construindo as justificativas para repressão aos remanescentes do movimento.

O autoritarismo institucional, nas ditaduras brasileiras, também reforçou a voz oficial, em detrimento das vozes anônimas, do debate nacional. Verificou-se a extrema centralização das fontes de informação em todos os temas (pautas) que diziam respeito diretamente a qualquer cidadão brasileiro – problema salarial, habitacional, de emprego etc. (MEDINA, 2000, p. 36).

No dia 12 de maio de 1937, *O Povo* traz como manchete principal: “*Os acontecimentos na Serra do Araripe*”. Na capa, acima do nome do jornal, vem a seguinte chamada: “*Segundo nos declarou hoje o Sr. Chefe de Polícia é bem difícil a captura dos fanáticos, ora Internados na Serra*”. Essa edição traz duas matérias sobre o assunto. Mais uma vez, o jornal recorre à voz das autoridades. A segunda matéria tem como manchete “*Um jornal do Crato localizou a concentração de fanáticos*”.

A primeira matéria é toda baseada em uma entrevista feita com o Capitão Cordeiro Neto, chefe de Polícia do Estado. O texto traz, em discurso direto, uma reprodução da fala do Capitão acerca dos acontecimentos da Serra do Araripe.

[...] Os sucessos de Joazeiro, que são uma resultante do ocorrido o ano passado em Caldeirão – começou o Capitão Cordeiro Neto – revestem se de certa gravidade, se se tiver em vista o local estratégico em

que se acham os transviados e o fanatismo que nos mesmos desperta o beato José Lourenço (O POVO, 12/5/1937).

O discurso direto é uma forma marcada de assinalar a presença do outro na materialidade linguística. Na matéria, esse tipo de discurso assinala a presença de uma fala de autoridade, legitimada pela ordem político-econômica, que traz credibilidade à informação. Conforme Maingueneau (2001):

Diz-se frequentemente que o discurso direto é a reprodução “fiel” do discurso citado, constituindo o locutor uma espécie de gravador ideal. Na realidade, a particularidade do discurso direto é que um mesmo “sujeito falante” se apresenta com o “locutor” de sua enunciação (x disse; “...”), mas delega a responsabilidade da fala citada a um segundo “locutor”, o do discurso direto. Esse distanciamento é uma encenação no interior da fala, uma maneira de apresentar uma citação, mas de modo algum uma garantia de objetividade. Aqui o discurso citado só tem existência através do discurso citante, que constrói como que um simulacro da situação de enunciação citada (MAINGENEAU, 2001, p. 105).

As marcas de heterogeneidade que aparecem no discurso relatado assinalam a presença da exterioridade e do outro no discurso e remetem a um sujeito que acredita ter o controle sobre o funcionamento discursivo. A utilização do discurso direto na matéria lida assevera a gravidade dos acontecimentos, pois a fala foi dita pelo chefe de Polícia, o que garantiria a objetividade e veracidade da informação.

Na mesma edição, do dia 12 de maio de 1937, *O Povo* transcreve uma matéria que havia sido publicada no jornal *O Crato* no dia 17 de abril de 1937. O texto ocupa duas colunas da primeira página, à esquerda, e continua na página 8. A manchete é a seguinte: “*Um jornal do Crato localizou nova Concen-*

tração de Fanáticos em Meados de Abril". Abaixo da manchete, a chamada: "*Travestido de Crente, o Repórter conseguiu visitar o Acampamento, observando todos os seus Detalhes – o Beato não tinha Pouso certo – O Abastecimento do Arraial – a Desventura de José Alexandre – Serviço de Espionagem – Outras Notas*".

Um repórter visitou o acampamento dos remanescentes "travestido de crente" e publicou matéria com o intuito de alertar as autoridades para a ameaça representada por aquele "ajuntamento de fanáticos".

Não é possível ocultar o perigo que acarreta este ajuntamento selvagem em lugar deserto e despolicia-
do como a Serra do Araripe, não sendo de estranhar
que dentro em breve surjam roubos e tropelias outras
praticadas por aquele bando de inconscientes de qua-
se mil indivíduos, atualmente vagabundos e ociosos
(O POVO, 12/05/1937).

Segundo o relato do repórter, os camponeses viviam em "*miseráveis casebres cobertos de folhas e algumas palhas, as quais mal os abrigavam das chuvas*", já o beato José Lourenço não se fixava em um só lugar. O responsável pelo abastecimento do acampamento seria o comboieiro Severino Tavares. Conforme o texto, o ajuntamento teria um "serviço de espionagem", homens de confiança do beato, vigias, com a "*incumbência de dar aviso da aproximação de forças*". Além disso, os moradores da região estariam revoltados e temerosos com a presença dos "fanáticos" e "*não é difícil que surja entre eles e os adventos indesejáveis – séria luta armada*". O texto narra um episódio em que um suposto morador da serra, de nome José Alexandre, teria tido a "desventura" de encontrar-se casualmente com José Lourenço.

O beato interrogou lhe de pronto: "- Tem rosário?"
Zéalexandre, aturdido, respondeu confusamente. Foi
o suficiente para que o Beato o agredisse e dominan-

do o, arrancasse lhe do pescoço aquele sinal de cristão e lhe infligisse, por castigo, rigorosa pancadaria, em consequência da qual Zéalexandre foi obrigado a um repouso de quatro dias [...]. Dado o exemplo, Zelourenço explicou: 'Fiquem sabendo você e seus parceiros que aqui ninguém usa rosário que não seja dado por mim (O POVO, 12/05/1937).

A presença do discurso direto reforça um sentido segundo o qual o Beato José Lourenço é um violento fanático, herege, que quer impor sua lei e não respeita os símbolos e preceitos da Igreja Oficial. Assim o repórter, de certa forma, se isenta da responsabilidade pelo que está sendo dito, procura manter-se afastado. Entretanto, trata-se de uma estratégia argumentativa na construção de determinados efeitos de sentido. Dar voz ao beato, neste contexto, significa comprovar “através de fatos” sua agressividade e autoritarismo, o que representava uma evidente ameaça à ordem social³⁸.

Assim, após a destruição do Caldeirão e o posterior confronto na Serra do Araripe, o jornal não abre muito espaço para vozes que questionem o discurso oficial, segundo o qual era necessária uma enérgica repressão àquele movimento.

A voz de apelo às autoridades é consonante com o momento político do país, quando interessa ao Estado, a todo custo, “impor a ordem”. Dessa forma, observa-se a construção de um sentido dominante segundo o qual “o beato e sua gente são um perigo à ordem pública”, em oposição a um outro sentido, que é silenciado, segundo o qual “o beato e sua gente são honestos trabalhadores rurais”, “estão se escondendo para se proteger das perseguições que vêm sofrendo”, “o beato e sua gente só querem terra para trabalhar”.

38 Vale destacar que a matéria publicada no jornal *O Povo*, em junho de 1934 (antes do confronto entre os remanescentes do Caldeirão e os militares), traz informações que contradizem essa imagem depreciativa do beato.

A perseguição aos remanescentes do Caldeirão se estendeu por outros estados do Nordeste. Ao longo do ano de 1937, a imprensa continuou uma incisiva campanha de perseguição ao “fanatismo religioso”. De maio de 1937 até janeiro de 1938, foram publicados, no jornal *O Povo*, diversos textos referentes ao assunto.

Até janeiro de 1938, diversas matérias publicadas no *O Povo* associam crimes praticados pelos sertões ao beato José Lourenço e sua gente. No dia 19 de janeiro de 1938, *O Povo* traz na primeira página uma manchete, acima do nome jornal, “*Quinhentos homens do Beato Lourenço – assaltando e matando na Bahia*”, seguida da chamada: “*O Beato não está á frente do bando*”. A matéria é ilustrada com uma foto rara do Beato José Lourenço ao lado de uma afilhada, prova de que ele estaria no Ceará. O texto reproduz noticiário telegráfico da Bahia e de Pernambuco que registram a prática de crimes que seriam atribuídos a José Lourenço. Em uma *Nota da Redação*, o jornal *O Povo* esclarece que o Beato José Lourenço não poderia está à frente do bando e usa como argumento a entrevista dada pelo Tenente Góes Barros, delegado da Ordem Social.

Assim, nos textos publicados em janeiro de 1938, é construído um sentido que diz: “O beato José Lourenço não está à frente de um bando de criminosos”, o qual é reforçado por marcas como “*a sorte do beato infunde compaixão*”. Em contrapartida, sobre a imagem dos remanescentes do Caldeirão, impõe-se e reafirma-se um sentido hegemônico: “Os homens do beato andam assaltando e matando pelos sertões”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso jornalístico é visto, muitas vezes, como “espelho da realidade”, expressão da verdade. E é exatamente “o compromisso com a verdade” que garante sua legitimidade.

Entretanto, o jornalismo é uma atividade de linguagem, portanto, não é neutro, imparcial, pois nele estão em confronto os vários discursos – representativos de diferentes posições sociais – em embate na sociedade.

A concepção de heterogeneidade discursiva rompe com uma visão de discurso uno, isolado e imparcial. Assim, na análise da cobertura do jornal *O Povo* sobre o Caldeirão foi possível observar os tensos conflitos na construção dos sentidos do discurso jornalístico.

O caráter dialógico da linguagem pôde ser percebido por uma série de índices, elementos que assinalam a presença outro, conforme proposta de Authier- Revuz (1990; 2004).

Na primeira parte da cobertura do jornal *O Povo*, percebemos que o jornal traz um discurso que questiona uma série de acusações, as quais o beato José Lourenço e seu povo vinham recebendo. Na segunda parte da cobertura, depois da invasão ao sítio Caldeirão, antes do confronto na serra do Araripe, há um questionamento sobre a venda indébita dos bens de José Lourenço, entretanto prevalecem os sentidos hegemônicos que justificam a destruição do Caldeirão. No texto em análise, observamos, por exemplo, o uso das aspas na palavra “beato”, utilizadas como marca de distanciamento, numa tentativa de isenção de responsabilidade e, ao mesmo tempo, de ironia, de questionamento da validade daquela nomeação para o líder do Caldeirão.

Depois do confronto entre militares e remanescentes do Caldeirão, a cobertura do jornal passa a reproduzir o sentido legitimado pelos grupos de poder, estabelecendo uma tensa relação com outros sentidos. A morte dos militares nesse conflito parece ser um “divisor de águas” na cobertura do jornal *O Povo* sobre o Caldeirão. Antes do confronto, ainda era possível ver marcas que apontavam para a construção de sentidos em contraponto aos sentidos hegemônicos sobre o Caldeirão. Porém, após esse confronto, as camadas dominantes se uniram para reprimir os remanescentes na serra do Araripe e, no jornal *O Povo*, passa a predominar o “combate ao fanatismo religioso”, em consonância com interesses dos grupos sociais de poder.

Assim, os textos utilizam, sobretudo, as falas das autoridades, as quais garantiriam a legitimidade e veracidade das informações. Nos textos, predomina a utilização de fontes oficiais, por meio de entrevistas com autoridades e da reprodução de comunicados da Força pública e de telegramas. Ao longo dos textos desse período, a imagem do povo do Caldeirão é construída de forma depreciativa e eles são apresentados como “perigosos elementos”. Sobre José Lourenço, a primeira imagem construída é a de uma “ameaça à ordem”. No entanto, nos últimos textos do nosso período em análise, por meio do discurso relatado, uma voz de autoridade assegura que o beato é um homem fragilizado, derrotado, portanto, alguém que já recebeu a devida punição. A imagem dos remanescentes do Caldeirão, entretanto, continua associada a diversos crimes cometidos pelos sertões.

Nesta perspectiva, a partir da análise da heterogeneidade do discurso jornalístico sobre o movimento Caldeirão, podemos perceber as tensas relações na construção dos sentidos acerca desse movimento. Na cobertura do jornal *O Povo*, apesar

de haver, em determinados momentos, abertura para a construção de sentidos que rompam com aqueles ligados aos grupos de poder, predominam marcas que vão constituindo sentidos hegemônicos, os quais criminalizam o movimento Caldeirão. Destacamos que a presente pesquisa não esgota, certamente, as possibilidades de discussão e análise sobre o tema. Outros índices de heterogeneidade poderiam ser analisados nos demais textos que compõem o corpus do trabalho. Existem, ainda, diversas perspectivas de estudo desse fenômeno, seja a partir dessa categoria de análise (heterogeneidade discursiva), seja a partir de outras, como, por exemplo, intertextualidade, polifonia, argumentação, pressupostos e subentendidos.

De todo modo, consideramos que são sempre bem-vindas leituras críticas sobre o discurso jornalístico, tendo em vista que, por meio dele, sentidos dominantes e autoritários podem se cristalizar e vir a constituir a memória histórica oficial. Por muitos anos, o que foi dito pela imprensa sobre o Caldeirão foi se reproduzindo e se perpetuando como o sentido legítimo e verdadeiro. Hoje esse movimento é considerado uma referência na luta dos trabalhadores rurais pela terra, ou seja, os sentidos sobre o Caldeirão já são múltiplos, diversos dos sentidos dominantes na época da destruição do movimento.

Assim, no momento histórico em que vivemos – no qual fervilham movimentos no campo e os trabalhadores rurais reagem e se organizam para lutar por terra e por melhores condições de trabalho – procurar desconstruir os discursos oficiais sobre o Caldeirão pode contribuir, também, para podermos lançar um olhar questionador sobre a cobertura da mídia acerca dos movimentos sociais na atualidade.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades enunciativas. **Cadernos de estudos linguísticos**, 19. Campinas, IEL, 1990.

_____. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARROS, J. G. C. **A Ordem dos Penitentes**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1937.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A Terra da Mãe de Deus**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

BENITES, S. A. L. **Contando e fazendo a história**: a citação no discurso jornalístico. São Paulo: Arte&Ciência, 2002.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 5.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

CEARÁ. Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel. Departamento de Patrimônio Cultural. Núcleo de Microfilmagem. **Jornais Cearenses em Microformas**, Catálogo Geral. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

CORDEIRO, D. S. A. **Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão**. Fortaleza: Imprensa Universitária, Universidade Federal do Ceará, 2004.

_____. Informações sobre o Caldeirão [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <beneditafsipriano@yahoo.com.br> Acesso em: 12 jun 2013.

DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**: Tradução de Maria Yedda Linhares. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social** (Tradução de Izabel Magalhães). Brasília: Editora Universidade de Brasília: 2001.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. **Elementos de linguística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia - Jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1989.

MARIANI, B. S. C. “Sobre o percurso de análise do discurso jornalístico – A revolução de 30”. IN: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.(Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Rio de Janeiro: Sagra Luzzatto, 1999.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil** – As lutas sociais campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDINA, C. A. **Entrevista**. O diálogo possível. São Paulo: Ática, 2000.

MESQUITA, D. P. C.; ROSA, I. F. **As heterogeneidades enunciativas como aporte teórico-metodológico para a Análise do Discurso de Linha Francesa**. IN: Veredas *online* – análise do discurso – 2/2010. Ppg linguística/UFJF – Juiz de Fora. Disponível em <www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-10.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2011.

MONTENEGRO, A. F. **Fanáticos e Cangaceiros**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1973.

_____. Os partidos políticos no Ceará. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

MUSSALIM, F. “Análise do Discurso”. IN: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C.(org.). **Introdução à linguística** - domínios e fronteiras. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

NOBRE, G. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: GRECEL, 1976.

RAMOS, F. R. L. **Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades**. Fortaleza: Eduece, 1991.

_____. **Caldeirão: estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades**. 2. ed. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar / NUDOC - Núcleo de Documentação Cultural da UFC, 2011.

SOUZA, S. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

SWARTZMAN, S. (Org.). **O Estado Novo, um Auto-retrato**. Brasília: CPCOC/FGV, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

VICELMO, A. **Massacre do Caldeirão é questionado no MPF**. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1020312>>. Acesso em: 10 out 2011.

WOLF, M. **Teorias das comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

DOCUMENTÁRIOS

CARIRY, ROSEMBERG. **O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto**. Fortaleza, 1986.

CEARÁ, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. TV ASSEMBLEIA. **O Caldeirão do Beato José Lourenço**. Fortaleza, 2009.

JORNAIS

- **O Povo** (7/1/1928); (7/6/1934); (2/3/1935); (30/9/1936); (3/9/1937); (11/11/1936); (10/5/1937); (11/5/1937); (12/5/1937); (13/5/1937); (18/5/1937); (18/5/1937); (19/5/1937); (20/5/1937); (27/11/1937); (29/11/1937); (12/1/1938); (13/1/1938); (14/01/1938); (7/1/1978).

